







10-9-91  
JÚLIO DE CASTILHO

---

# LISBOA ANTIGA

BAIRROS ORIENTAIS

**2.<sup>a</sup> Edição**

revista e ampliada pelo autor  
e com anotações do Eng. Augusto Vieira da Silva

---

**VOLUME XI**

---

LISBOA  
S. INDUSTRIAIS DA C. M. L.  
1938



156101  
13991

---

# LISBOA ANTIGA

---









LARGO DA DUQUEZA, NO LUMIAR

No ultimo plano vê-se a casa onde morou e morreu o autor da *Lisboa Antiga*  
*Aguareta de Jullo de Casilho, oferecida por êle ao Dr. Miguel Trancoso*



DEP. LEG.



# LISBOA ANTIGA

R. 124:226.

SEGUNDA PARTE

Bairros Orientais

POR

Júlio de Castilho

**2.<sup>a</sup> Edição**

revisada e ampliada pelo autor  
e com anotações do Eng.<sup>o</sup> Augusto Vieira da Silva

VOLUME XI

LISBOA  
S. INDUSTRIAIS DA C. M. L.  
1938



A  
MEMÓRIA  
DE  
ANTÓNIO JOSÉ VIALE

DEDICA ÊSTE VOLUME

*O autor*



# ANTÓNIO JOSÉ VIALE

## APONTAMENTOS FUGITIVOS

De um amigo é sempre difficil escrever; criticas são descabidas; elogios são suspeitos. De um amigo perdido para sempre é difficilimo e dolorissimo escrever.

Vou, contudo, ainda que me custe, lançar para este papel tudo quanto me sugerir a memória a respeito do mestre, que há semanas a morte roubou às letras portuguezas, e ao affecto dos seus amigos<sup>1</sup>. Pouco direi; mas esse mesmo *pouco* servirá como de consagração à minha saúde.

\*

Foi António José Viale uma daquelas figuras suaves, cuja companhia e cujas conversações deixam sempre melhorado o espirito alheio, uma daquelas criaturas feitas de muita bemquerença, nascidas com todo o feitiço do ensinamento e da persua-

<sup>1</sup> O passamento foi a 26 de Abril de 1889, às 9 horas da manhã.

são, e das quais, quem uma vez as tratou de perto, se há de sempre recordar.

Ninguém mais polido, mais lhano, da lhaneza e polidez de antigas eras, aquela polidez grave, que não só demonstra respeito, mas o sabe conciliar.

Nunca fez mal a quem quer que fôsse; nunca soube vingar-se, a não ser perdoando.

Nunca deixou de ser acessível aos estudiosos obscuros, êle alto professor, mestre de príncipes, acadêmico. Nunca se lhe solicitava conselho ou estímulo, que se não achasse logo pronta a frase animadora, e o aviso seguro e paternal. Essa qualidade (que nêle foi comum com outro benemérito das letras, caluniado vilmente pelos mesmos a quem tirara do nada, e a quem infundia brios com a sua palavra benévola e acariciadora), essa qualidade era no bondoso Viale inata, e filha da sua índole branda e do seu amor à ciência. Mancebo que êle pressentisse propenso ao estudo, principalmente ao estudo sério das literaturas antigas, delícias do velho mestre, achava um companheiro, um confidente e um pai.

Além dêstes predicados, com que se nasce, tinha outro que só a poder de muitas vigílias se adquire: a autoridade.

\*

Se a personalidade do venerando Quintiliano ainda hoje nos atrai, e nos domina (a nós outros, pelo menos, que folgamos de reconhecer mestres e mentores, a nós outros, que no preito que lhes rendemos sentimos repassarem-nos a alma tôdas



as carícias do amor filial); se, nas nossas estudiosas reminiscências da mocidade, tanta vez nos acodem à lembrança regras e conselhos do grande professor, cuja escola tem sido o mundo todo, e tôdas as gerações (deixar lá falar uns sabichõesitos de hoje em dia, que êsses *nasceram emplumados*); se para nós, nas nossas dúvidas e lutas literárias, é dôce o acolhermo-nos à sombra do homem probo e douto que ensinou Roma inteira; se nas palavras dêle, na austera e grave autoridade delas, recebemos instrução e fôrça; tudo isso sentiu o juvenil cultor de letras ao acercar-se do eminente Viale, ao procurá-lo no seu retiro da Ajuda, ou ao ir topar com êle, míope, exausto, e ainda assim sempre laborioso, no seu gabinete da Biblioteca Nacional. Tudo isso sentiu quem o interrogava sôbre tal ou tal ponto de história universal, sôbre tal ou tal dúvida na *exegese* de algum trecho célebre, sôbre tal ou tal modo de expressar com vernaculidade e exaço os anelos e arroubos das fantasias poéticas.

Sempre pronto, sempre cortez, obsequioso sempre, era gôsto vê-lo descer da sua muita ciência, e partir *em pequeninos* o pão dos estudiosos.

Aí fica o seu retrato moral, ninguém dirá que não saiu parecido.

Continuemos a falar do homem.

\*

Fôra seu pai um pintor distinto, chamado de Itália com outros artistas para a ornamentação do paço da Ajuda. Assim é que, educado num cen-

tro artístico, apesar de ter nascido na Lisboa sueva de 1807, o moço António se familiarizou desde menino com a idéia do belo; e, com quanto não fôsse dotado de faculdades pròpriamente artísticas, não podia ser estranho à influência da arte na sua imaginação de menino. É incalculável (tenho-o dito mil vezes, e repeti-lo-ei outras mil) o quanto influem nos espíritos literários as regras da estatuária ou da pintura. Irmãs entre si, mutuamente se auxiliam na convivência as belas-artes. Bem pode ser portanto, que o exemplo paterno, o respeito que seu pai consagrava aos grandes mestres da grande Itália, fôsem para o estudantinho de primeiras letras auxílio e estímulo eficaz.

Da sua inicial educação nada sei. Consta-me apenas, por lho ter ouvido, que em muito novo foi para Itália, onde tinha os parentes, e aí habitou Génova, uma das mais pitorescas e históricas povoações do litoral.

Apercebido com as *humanidades*, completas e profundas como então se cursavam na Itália, senhor do latim e do grego, possuidor de maleável talento, destinava-se a uma qualquer carreira pública, ao tempo em que lhe sucedeu uma galantíssima aventura, que da sua própria bôca ouvi duas vezes, e que veio a ter, na escolha do seu modo de vida, a maior e mais decisiva influência.

\*

Estava a sair de Génova para Paris, na qualidade de embaixador de el-Rei de Sardenha, um dos mais

ilustres cavalheiros da alta Itália: o marquês de Brignole-Sale, membro e representante de uma raça de senadores, cujo nome brilha desde séculos no livro de oiro da aristocracia genuense; gente antiga, poderosa e culta. Haja vista (além de muitos outros, que seria fastidioso enumerar) um dos avoengos da casa, António Júlio de Brignole-Sale, virtuoso jesuita eruditíssimo do século xvii.

Ao novo embaixador, já quasi de todo pronto a abalar para França, faltava apenas um secretário particular; mas esse *apenas* encerrava um mundo de dificuldades. Tinha o marquês deitado bando entre os seus amigos, e debalde; tinha tomado inculcas de vários candidatos ao lugar, e tudo falhara! Senão quando, lhe falaram num rapaz muito novo, mas muito sizudo, e que, não só pelo porte, mas até pela precoce instrução, pela discreção e prudência, e pela honrada familia a que pertencia, era talhado de molde para o emprêgo. Chamava-se António José Viale-Lodi; achava-se disponível e desejoso de trabalhar. De ordem do marquês foi interrogado o pai, o velho pintor Viale; respondeu que não se opunha ao propósito, mas deixava a aceitação, ou recusa, ao arbitrio do filho. Consultado este, aceitou.

Quiz o marquês, e muito bem, conhecer primeiro o rapaz, e examiná-lo éle próprio; para o que se mandou perguntar ao mesmo marquês em que dia determinava que lá fôsse procurá-lo o seu futuro secretário.

Custou muito a aprasar dia e hora, porque nas vésperas de jornada parece que recrescem as di-

ficuldades, e se acastelam montões de ninharias a fazer de cordilheiras.

— Amanhã não pode ser, porque tenho uma conferência com os meus rendeiros; depois de amanhã não pode ser, porque almoço em casa de fulanos, e vou jantar a casa de cicranos; na semana próxima não pode ser, porque vou a Turim pedir as ordens de el-Rei; em tal dia é impossível, porque tenho que receber beltranos.

É assim por diante; ia-se esgotando o calendário.

Procurando muito, achou enfim o marquês uma hora disponível, mas essa hora eram as dez da noite do dia tantos.

Nós hoje, numa cidade grande e animada como é Lisboa, não compreenderíamos quem chamasse as dez da noite uma hora morta. Pois compreendia-se isso muito bem na escura e solene Génova dêsse tempo, naquela cidade grave, naquela Génova dos palácios arrogantes, e das vielas escassamente alumeadas; e compreendia-se muito melhor no bairro apartado e deserto em que morava a família Viale. Eram as dez horas da noite um impossível para aquela gente serena, antiquada, que madrugava antes do sol e se recolhia às trindades. Ali tudo era pautado: a lida, a oração, a mesa. Aquêlle viver honesto, monótono e patriarcal, repugnava qualquer intrusão de modernices; e para umas tias idosas que lá havia, senhoras do antigo regímen, criadas atrás de gelosias, e austeras como romanas da República, era monstruosa a idéia de ter o menino

da casa de estar ausente do lar às dez horas da noite. Era inadmissível.

E contudo, havia de admitir-se essa monstruosidade. Era o momento marcado pelo marquês. Foi forçoso obedecer.

As nove horas e meia (caso sem precedente nos anais da família) saía o moço António, acompanhado de um criado velho, de irrepreensíveis costumes, e pouco depois entrava no palácio Brignole. S. Ex.<sup>a</sup> não estava, mas devia chegar breve; pelo que, tinha ordem o guarda-portão para fazer entrar o *giovinotto* a uma sala do rés-do-chão, onde esperaria.

Entrou, com efeito; acendeu-se-lhe um candelabro, e fechou-se-lhe a porta.

Era um salão de escudeiros, alto, sombrio, de tecto acairelado e escuro; móveis enormes, seiscentistas; cadeirões heroicos; bufetes épicos, em oitava rima; conjunto senhoril, mas desconchegado. De mais a mais, fazia frio. Génova é frigidíssima no inverno. Não se acendera o fogão, e o ambiente enregelava as fibras, como a abóbada de um mausoléu.

Viale esperou. Sentou-se; passeou; tornou a sentar-se; contou as tábuas do chão, que formavam não sei que mosaicos muito imaginosos; examinou as figuras dos candelabros; tornou a passear. Aquêlê silêncio do palácio todo era de um pêso inexplicável. Das paredes pendiam uns retratos muito escuros, indiferentes.

Desejou algum livro para enganar o tempo; não havia. Contou dez horas num campanário

visinho; ouviu-as repetidas em dois relógios, um deles com menuete, ali numa das salas próximas, algures. | Contou dez e meia! onze horas! onze e meia! e por fim meia noite!... Que diriam as tias?!...

E nada de marquês. Viale caía com sono.

Por fim, à meia noite e tanto, pára uma carruagem; ouve-se um rumor de portões e passos apressados; um criado fardado abre a porta do salão; e vê-se entrar, desembuçando-se, com modos rápidos, e conservando o chapéu na cabeça, o marquês de Brignole, em traje de cerimónia.

O mancebo levantou-se, e curvou-se saudando.

— Ah! ¿sois vós então? — pergunta o embaixador, ficando sempre de pé — sois o secretário de que me falaram, ¿ não é assim?

— Sim, Excelência; sou eu.

— Muito bem; muito bem; perdoai-me; eu tinha-vos marcado as dez horas, e vim mais tarde; tenho tanto que fazer, que não posso dispôr nunca de mim.

O mancebo inclinou-se calado.

— Sabeis o que desejo, ¿ não é verdade? é excusado estarmos a repetir; tenho a vosso respeito as melhores e mais completas informações. Sois latinista; sois helenista; escreveis a nossa língua com pureza, assim como o português e o francês; sabeis direito internacional... Muito bem; estais no caso. Desejo apenas ver como é a vossa letra, visto que êsse ponto é importante... Vamos.

E mandou vir papel e tinteiro.

— Escrevei aí qualquer coisa; qualquer pensamento; duas linhas.

— ; Em que lingua, sr. marquês?

— Em qualquer; em latim, por exemplo; só para ver; só para apreciar o vosso caracter de letra.

E sorria-se, com certa afabilidade elegante, e sempre com aquêles modos apressados e desdenhosos, que lhe ficavam a matar. Era o marquês um homem inteligente e muito culto, mas não isento de certos ressaibos de orgulho fátuo e protector, que nele tinham graça, e realçavam o seu ar distinto de verdadeiro patricio.

Viale tomou a pena; meditou um minuto; e maquinalmente (visto que lhe tinham pedido duas linhas) escreveu, sem a mais leve intenção, e como quem escrevesse palavras sem sentido, aquêles dois sabidissimos versos do livro II da *Eneida*, em que o poeta pinta a cidade de Troia adormecida na fatal noite de traição:

*Tempus erat, quo prima quies... etc.,*

ou, na tradução de Barthèlemy:

*C'était l'heure où les dieux de leurs mains bienfaisantes  
Versent le doux sommeil...*

Ao acabar de escrever, pegou na fôlha de papel, e estendeu-a respeitoso ao marquês, que do outro lado da mesa esperava de pé.

Apenas êste, aproximando-se um pouco do candelabro, leu para si os dois versos, abaixou a viseira (como vulgarmente se diz), e tomando de repente um aspecto frio e sério, respondeu, dobrando o papel, e guardando-o:

— Muito bem. Não preciso mais nada. Agradeço-vos, e qualquer resolução mandar-vo-la-ei participar. Sei a vossa morada.

Viale tornou-se para casa escabeceando.

Passados dois dias, partia o marquês para França, tendo mandado dizer ao seu gorado secretário que adoptára outra resolução, e que por isso esperava o desculpasse de não o aceitar ao serviço da embaixada.

A razão *certa* contou-a êle muito sentido a um amigo comum, que a disse em casa de Viale; a razão fôra esta: tomara os versos de Vergílio como epigrama encapotado à demora.

¡Pobre Vergílio! e sobretudo pobre Viale, que pensaria em tudo àquela hora, menos em cometer uma grosseria para com o homem que ia ser seu chefe. As intenções nem sempre se avaliam; as aparências enganam muita vez.

Esta anedota tão graciosa, que Viale contava muito bem, arremedando em italiano, e com certa *vis* cómica, os modos *frivolos* de Brignole, conservei-a eu de memória. Os versos do mantuano vieram a ter na carreira do aplicado mancebo a mais decisiva influência: não indo para Paris, voltou a sua atenção para outro lado; e tendo podido ser secretário particular daquêle brilhante diplomata (com o que se lhe abriria talvez um fu-



turo na falange oficial da diplomacia), tomou outro rumo, e não se inutilizou para as letras e para os estudos sérios. Há males...

\*

Aos dezasseis anos começava Viale uma tragédia sobre assunto que (segundo a frase que ouvi atribuir a Garrett) «está por tratar, e é mau de tratar»: nada menos que *Inês de Castro*.

Quiz o autor brindar-me uma vez, em 1875, com o original das três primeiras cenas do acto 1.º, com o original das três primeiras cenas do acto 1.º, únicas escritas. Arquivo com cuidado esse precioso autógrafo.

A cena 1.ª é de Inês com Elvira, sua confidente; na 2.ª entra um Inigo, mensageiro e amigo do infante D. Pedro; na cena 3.ª acham-se sós o infante e D. Inês.

Mentiria à sua consciência quem ousasse afirmar que são bons esses tentâmes; mentiriam porém eles próprios à natureza e à verosimilhança, se fôsem poesia alta, eles que assim brotavam nos ócios estudiosos de uma pobre criança de dezasseis primaveras. Não são bons, não, e assim devia ser. A poesia elevada e rica não madruga; não sabe madrugar. Aquilo são adejos de quem, em 1823, já tinha lido muito, e estudado muito; só isso; nem o autor mos inculcou senão como envergonhados frutos precoces do seu engenho.

\*

Seguiu António José Viale, em 1828, por circunstâncias de família e convicções de educação e índole, o partido do senhor D. Miguel, onde aliás não tomou o caminho de tantos outros, que se tornaram conspícuos na ferocidade e na intolerância. Era um absolutista benévolo e indulgente (como muitos outros também), um espírito ordeiro, sempre respeitador da autoridade, e acanhado, ou antes restricto, em desejos e ambições; no demais, contente com o bem que um governo absoluto sério, e temperado pela benignidade pessoal de um soberana, pudesse trazer-nos. Vira, desde todo o princípio, os desmandos ímpios dos denominados *liberaes*, e isso assustara-o, porque a sua alma era, antes de mais nada, piedosa, religiosíssima.

Alheio à política militante, servia como official que era da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, em Lisboa, e trabalhava consigo no estudo constante das suas queridas literaturas clássicas.

A êste seu cargo de official de secretaria liga-se uma história curiosa, que também lhe ouvi contar. Passou-se durante a emigração.

Uma noite, em Paris, em casa do nosso illustre patricio o 2.<sup>o</sup> visconde de Santarém, partidário acérrimo do senhor D. Miguel, e seu ex-ministro, achava-se certo conde italiano notável, que tinha estado em Lisboa havia anos, e que no Ministério dos Estrangeiros tinha conhecido, por inter-

médio do mesmo visconde, o nosso joven official de secretaria. Tornando a fazer-se a apresentação, o italiano, cujo nome me escapa, mostrou lembrar-se muito bem de Viale, e disse ao visconde de Santarém:

— ¡Por Deus! já conheço o sr. Viale há anos; estive com ele em Lisboa, quando ele exercia o cargo de Secretário de Estado.

— ¿O sr. Viale? peço perdão, mas nunca foi Secretário de Estado.

— ¿Como «nunca foi»? ! conheci-o eu na Secretaria de V. Ex.<sup>a</sup>

— Na minha Secretaria, certamente, mas não como Secretário de Estado.

— Afirmo a V. Ex.<sup>a</sup> que sim.

— Afirmo a V. Ex.<sup>a</sup> que não.

Interveio Viale e aclarou o caso.

— Se me dá licença, sr. visconde, ambos têm razão.

— ¿Ambos temos razão? então *foi*, e *não foi*?

— Fui Secretário de Estado.

— ¿O sr. Viale? ¡está brincando!

— Não estou. Lembre-se V. Ex.<sup>a</sup> de que os italianos chamam *segretario di stato* ao que nós chamamos *official de secretaria*.

— ¡Ah! ¿sim? ¡tem a maior graça! pois não sabia — dizia Santarém às gargalhadas.

— ¡*Per Baccho!* — tornava o outro — *io lo sapeva benissimo; io ne stava sicuro*.

Viale achava muito chiste ao qui-pro-quo, e fez-me rir quando mo disse.



Na emigração, escola dura, período de provações para alguns, na emigração absolutista que principiou em 1834, curtiu Viale grandes amarguras. Sei-o de raiz. Esteve na Itália e em França. Teve em França e na Itália freqüentes privações do necessário. Sempre honrado, porém, sempre meticoloso no seu proceder, arrostou animoso com a desgraça, e soube restringir-se. Nunca a ninguém deveu um seitel, e harmonizou sempre a sua magra receita com a sua mesquinha despesa. A sobrecasaca, muita vez no fio; o alimento, muita vez pão sêco; a poisada, reduzida à ínfima espécie; isso sim; mas limpo o seu crédito de emigrado, e levantada sempre a frente no meio dos seus correligionários. Deu lições de grego, de latim, de retórica, de lógica, para viver; e viveu; mas o que não é menos certo é que deu também lições de independência e probidade.

É nesse período que deve colocar-se a sua estada como professor no Colégio de Fontenay-aux-Roses, a umas duas léguas de Paris, casa de educação regida pelo nosso bom frei José da Sacra-Família, agostiniano, emigrado depois da vandálica abolição das ordens religiosas.

É Fontenay-aux-Roses um logarejo de apetite, onde se cultivam com esmero roseiras e morangueiros, e em tão basta quantidade, que os rosais deram nome ao sitio. †Rosas e morangos! as duas jóias do olfacto! A rosa teve como cantores todos os poetas do mundo, a começar em Ana-

creonte, e a acabar... em Anacreonte; é uma realza que não abdica os seus fóros, e que se ri da política; é uma realza de quem são cortesãos todos os que têm o sexto sentido, a poesia, e os que se limitam a ter os outros, e entre elles o olfacto. A rosa uma vez quiz casar; escolheu o morango; fez muito bem; não se derogou; não se desdoirou; não envergonhou a sua prosápia (apesar de que o morango, coitado, nunca achou um poeta). Ora dêsse casamento do morango com a rosa, nasceu a aldeia de Fontenay-aux-Roses.

Foi aí, entre amenos vergeis entresachados de quintas e *chalets*, que Sacra-Família (o padre José da Silva Tavares) estabeleceu em 1838 o seu Colégio Português, que durou alguns anos, e para onde de preferência eram mandados os meninos portugueses que os pais desejavam mandar educar lá fóra. Conheço algumas pessoas que ali tiveram a honra de ser discipulos de António José Viale, e que ainda se recordam do carinhoso affecto que êle, moço de trinta anos, mostrava a todos os applicados: José do Canto, da ilha de S. Miguel — André Meireles de Távora do Canto e Castro, da ilha Terceira — Manuel Maria da Terra Brum da Silveira, da ilha do Faial, o segundo duque de Loulé, e seu irmão o conde da Azambuja, de Lisboa.

Viale era muito affectuoso; muitíssimo. As saudades que em França curtiu da sua terra natal

foram horrorosas. Para peninsulares, a nostalgia é muita vez a morte. Ovídio, que era nosso patrício (porque ser italiano é ser português) morreu de nostalgia; e o meu João de Lemos, êsse teve animo para dedilhar a sua imortal *Lua de Londres*, porque em breve tencionava tornar-se a Portugal.

Viale curtiu, além de todos os desgostos que tem de curtir um emigrado pobre, as saúdaes da pátria em extremo grau. Mil vezes esteve para voltar para a sua terra; mas, sôbre as difficuldades materiais do transporte, havia outra razão ponderosa que o detinha: ¿que viria êle fazer em Portugal? empregar-se em quê? quem conhecia êle cá? os amigos, quási todos, ou tinham morrido, ou estavam longe. Hesitou muito tempo. A final... venceu a saúdade; e um belo dia, no verão de 1843, despediu-se dos alunos e dos colegas, juntou as suas pequeninas economias, tomou passagem no Havre a bordo de um navio que ia levantar ferro para Lisboa, e chegou a Portugal.

Desembarcou em 15 de Agosto dêsse ano de 1843. Hospedou-se num hotel ao Cais do Sodré.

Aqui paro um minuto, para perguntar isto: ¿em coisas de sentimento há por acaso minúcias desprezíveis? não há; tudo serve; tudo pinta. Disse-me o excelente Viale que, tendo desembarcado no fim da tarde, e tendo-se recolhido à hospedaria num estado de alegria indescritível, passara a noite mais socegada e feliz de que tinha memória; e na manhã seguinte, ao acordar,

muito cedo, ao ver entrar pela vidraça este belo sol de que elle estava privado desde anos, ouvira ao longe, entre o rumor das ruas, o pregão tão fresco, tão argentino, e tão lisboeta, de «*¿ Quem quer figos? quem quer almoçar? Quem quer figos de capa rota?*» e bastou isso, essa saudação matinal da sua cidade, para lhe arrancar copiosas lágrimas, que o escaldavam, e ao mesmo tempo eram uma delícia.

! Desgraçado de quem o não entender !

Poucos dias depois da chegada, aceitou um quarto em casa de um antigo amigo, um tal fulano Meneses, pessoa séria, director de colégio na travessa de Santa Justa.

Era Meneses homem muito aplicado, e seguia com olhos inteligentes o movimento literário. Contou ao seu recém-vindo amigo o muito que se trabalhava por cá em história, em teatro, em belas-lettras, e citou-lhe os nomes mais conspícuos. Todos esses nomes eram quasi estranhos, por assim dizer, ao juvenil professor de Fontenay.

Quanto a Castilho, sei eu o seguinte :

Em Fontenay, por fins de 1841 ou principios de 42, acertou Viale de ver nas mãos de um dos seus mais aproveitados alunos de latim, um exemplar da recente obra de Castilho, tradução das *Metamorphoses*. Devorou o livro, e pasmou !

Como consumado latinista, apreciou, meditou aquella sábia versão, e gostou principalmente do prólogo.

— Pois em Portugal ainda se escreve assim! — dizia êle consigo — Que vernaculidade! que opulência! que senso! que fôrça!

Como andara anos fora, perdera o fio aos nossos estudos literários; recordou-se porém então das *Cartas de Echo e Narciso*, lidas ainda em Lisboa; e recordou-se mais de que, sendo uma criança de treze anos, em 1820, ouvira em casa de seu pai, em Belém, citar com elogio o nome de um cego, estudante de Coimbra, e que já dava brado pelo talento.

As *Metamorphoses*, aquêlê ímprobo lavor de ourives e cinzelador da palavra, eram a obra maturada do cantor da primeira parte das *Cartas*.

Desejou pois conhecer êsse homem; e Meneses, amigo também de Silva Túlio, o qual por êle o ficou sendo de Viale, proporcionou pelo mesmo Túlio uma introdução em casa de Castilho, na rua de S. Marçal.

Vinha o bom Viale muito de molde para companheiro freqüente do redactor da *Revista Universal*, do nacionalizador de Ovídio. Com os seus estudos e a sua índole, achou-se Viale, de repente, amigo antigo da casa. Muita vez lá ia passar o serão, tomando chá com o poeta, e lendo e saboreando com êle autores latinos, leitura de que o pobre Castilho poucas vezes se gozava então, porque os seus secretários não sabiam ler latim, e, ainda que o tentassem, só conseguiriam esfolar os clássicos



a poder de silabadas e disparates nonsenses. De expressão e colorido, nem falemos.

Tenho já alguma idéia de Viale por aqueles anos mais próximos, a contar de 1849 por diante. Era um homem de pouco mais de quarenta anos, cabelo todo preto, luneta de dois vidros, para vista muito curta, rosto cuidadosamente rapado, muito singela e muito limpamente vestido de escuro, e com maneiras respeitosas e austeras, que, para quem o não conhecia, tocavam às vezes as raías do retraimento e da frieza.

As relações de Viale e Castilho duraram sempre; a não ser uma vez ou outra, em que esfriaram algumas semanas, e em que os dois discordaram, travando-se entre elles não sei já que discussões, por causa de instrução primária popular, assuntos a que Viale, enfronzado noutra ordem de idéias, não dava, creio, tôda a atenção que o exclusivo Castilho, absorvido na sua utopia, exigia que lhes dessem. Mas (repito) eram fogachos passageiros; meteoros de verão; *renhir, para mais amar*.

\*

Foi Viale apresentado pelo seu novo amigo Castilho ao irmão dêste, José Feliciano, bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional de Lisboa.

Eu não sei se as gerações novíssimas sabem o que vinha a ser «bibliotecário-mor». Bibliotecário-mor era um funcionário que superintendia no primeiro estabelecimento oficial de livros em Por-

tugal, e tinha à sua conta, além de outros encargos, a inspecção dos monumentos nacionais, etc. O governo da Senhora D. Maria I, ao instituir esse lugar, tão alto e tão trabalhoso, inaugurara-o colocando nele um luminar das letras e das ciências, nada menos que António Ribeiro dos Santos. Daquela mesma cadeira onde êle se sentára, presidiram, no lapso de cinqüenta anos, à Biblioteca, alguns homens distintissimos por letras e posição; e todos tinham para si, que o desempenhar aquelas funções pesadas e sérias era tarefa honrosa, que (a ser bem regida) devia absorver exclusivamente os minutos todos, e tôdas as faculdades do bibliotecário-mor. Crescera de importância o lugar, desde a anexação das livrarias roubadas aos conventos em 1834; o pessoal da casa era numeroso e digno; todos trabalhavam; todos queriam trabalhar.

Um ministro ousado e de génio, António Bernardo da Costa Cabral, depois conde e marquês de Tomar, que pertence ao grupo dos estadistas que adivinham, nomeou bibliotecário-mor um moço de talento e de prodigiosa actividade: José Feliciano de Castilho, deputado, bacharel e doutor em várias Faculdades. O como êle correspondeu à espectativa do seu ministro, não o direi eu; diga-o a evidência dos factos. Isso não vem para aquí. Hoje... acha-se abolido, desde pouco, por inútil, o cargo de bibliotecário-mor! São modos de ver. Há estadistas... e estadistas.

Conscio dos altos merecimentos de Viale, não descançou o bibliotecário-mor em quanto

o não adquiriu para a biblioteca. Instou com êle para que fôsse a um concurso que ia abrir-se. Viale anuiu, e venceu; estava visto. A biblioteca pública honrou-se contando no número dos seus empregados António José Viale.

Aí abre-se um período novo na existência do estudioso. Vê-lo na biblioteca, onde (mau grado ao que propalam as más linguas) trabalhou muito, enquanto podia trabalhar, onde classificou e catalogou milhares de volumes, onde redigiu memórias e pareceres que devem existir, onde encaminhou e aconselhou, durante quarenta e tantos anos, milhares de leitores, onde estudou muito para si, e aumentou o seu já opulento cabedal de ciência, que é também trabalhar para os outros; consultá-lo ali, de improviso, no seu telónio, no seu modesto gabinete, que parecia uma cela de frade (e o tinha sido), com a mesa de oleado e saia de baêta vermelha, três ou quatro cadeiças, uns retratos a óleo na parede, e muitos livros abertos diante de si; ouvi-lo sôbre tal ou tal ponto de direito canónico, ou de história; ou recorrer à sua memória portentosa para corrigir de pronto alguma lição de clássicos gregos ou romanos, ou de autores italianos, franceses e portugueses, ¡era um assombro! (Saibam isto os empregados modernos da casa; os antigos, os que o conheceram... êsses já lá vão quási todos). Parecia que se tinha aberto uma enciclopédia no tomo tantos, a páginas tantas, ou (quando menos) que o douto informador estudara em casa, antes de para ali vir, o assunto indigitado. Os que se

aconselharam com êle sabem se exagero. E iam ouvi-lo escritores de alta pôlpa, nacionais e estrangeiros...

Uma vez, em 1876, creio, ia eu a entrar no gabinete, e vi sentado junto à cadeira do mestre um homem; conversavam ambos sôbre assunto que, segundo parecia, lhes absorvia tôda a atenção. O homem, ao ouvir o rumor da porta, virou o rosto e olhou para mim, com um olhar firme, azul, muito plácido. Era Alexandre Herculano.

Inclinando-me, fechei subtilmente a porta e retirei-me.

\*

De várias habitações do bom Viale me recordo eu.

A mais antiga que sei, ou creio saber, parece-me ter sido na rua dos Poiais de S. Bento, esquina da antiga travessa da Queimada, hoje *dos Poiais*. Por sinal (seria isso, salvo êrro, por 1851), era no mesmo prédio a litografia do artista francês Maurin, conhecido autor de muitos retratos de pessoas notáveis. Aí se litografou um retrato grande de Castilho, desenho do natural por Silva Oeirense (não me atrevo a dizer que seja das obras mais felizes, como semelhança, devidas ao lápis do mesmo artista). Estava pronta a pedra, tinha-se procedido à tiragem de poucos exemplares, quando uma noite ardeu a casa, e tôda a litografia se destruiu. Do retrato de Castilho salvaram-se apenas as poucas provas que já

tinham saído. Por isso, saibam os colectores que é peça de primeira raridade. Isto foi apenas uma digressão.

De outro prédio me lembro, onde habitou o erudito helenista: na travessa do Convento de Jesus, defronte do muro das cêrcas de Jesus e dos Paulistas, n.º 53, 1.º. Dessa casa, onde com certeza morava em 1855, tenho uma lembrança: a sala era forrada de um lindíssimo papel francês contínuo, representando a claro escuro, e em desenho correctíssimo (gôsto *imperio*, segundo posso avaliar), uma *Theoria* grega, ou uma festa de *Panathenéas*, ou coisa nesse género. ¡Encantador espectáculo! a parede em volta, que eloqüente que era com aquela procissão de devotas da antiga Grécia! com aquelas triremes a varrer as ondas do Egeu! com aquêles frontões de templos a assomar dentre o massiço dos loi-reirais!... e encantadora não menos a coincidência de ir morar para essa casa aquêle grego cortesão de Péricles, extraviado no Portugal de D. Pedro VI

\*

A propósito dêste nome:

Foi Viale o mestre dedicado dos príncipes da nossa Casa Real, por espontânea iniciativa da rainha «Educadora». Ouviu a mesma augusta Senhora encarecer o mérito relevante de Viale, como sabedor e como professor. Mandou-o convidar, e entregou-lhe a instrução de seus filhos,

no que respeitava à língua grega. ¿Podia êle recusar? Saiu-se da incumbência como todos esperavam; e não instruiu sòmente uma geração; foi também preceptor da segunda.

Quando se ajustou o casamento de el-Rei D. Pedro com a princesa Estefânia de Hoenzolern-Sigmaringen, foi necessário enviar à Alemanha um professor, que em três ou quatro meses desse à joven princesa algumas noções da nossa língua e da nossa história e literatura, descrevesse a Sua Alteza as formosas terras que em breve Sua Magestade chamaria suas, e em conversações diárias a fôsse predispondo para o conhecimento das pessoas e dos usos dêstes países peninsulares, | tão outros do país alemão |

Não podia escolher-se melhor do que Viale, o mestre de el-Rei e dos senhores infantes, o perfeito cavalheiro habituado desde criança a frequentar altíssimas personagens, o homem enfim, que, falando na perfeição várias línguas modernas, do próprio alemão tinha o conhecimento bastante para o apreciar na leitura.

Agraciado pois com a carta de conselho, foi Viale enviado à Prussia na qualidade de professor da juvenil raíña. Esta santa, cujo nome é ainda hoje proverbial em se tratando de virtude e singeleza de alma, deu-se às mil maravilhas com o literato português, e retinha-o muitas horas no paço, pedindo-lhe descrições de Portugal, e nomeadamente de Lisboa, comentando com êle fotografias, estudando as páginas modernas e antigas da nossa história, e até provocando

explicações e retratos oraes dos polítics mais eminentes do reino.

Uma vez (aquí vai uma anedota muito engraçada, que tenho de boa fonte), tinha o mestre descrito a Sua Magestade a magnificência da entrada na barra de Lisboa; tinha, à vista de uma planta corográfica, mostrado os logarejos e aldeias da costa, desde Sagres, onde rutila o espírito do Navegador, até o venerando Cabo de S. Vicente, com as tradições piedosas do nosso primeiro rei; desde S. Vicente até Setúbal, tão risonha no seu açafate de laranjais; desde Setúbal até ao Espichel, tão festival com as suas romarias à Virgem; desde o Espichel até à Torre do Bugio, sentinela marinha ali postada pela mão do rei-cardeal. Tinha, pelo rumo do norte, descido desde a Nazaré, tão célebre pela sua lenda, até às Berlengas, a Peniche, ao Cabo da Roca, à baía de Cascais, e à torre histórica de S. Julião. Tinha desenrolado aos olhos absórtos da meditativa princesa o vasto e luminoso espectáculo que ella por seus olhos presenciar em poucos dias; e por fim, como que para recordar o aprendido, tinha proposto à sua real discípula uma espécie de exame vago de toda a matéria.

A senhora D. Estefânia, aplicada e inteligente como era, fizera progressos notáveis, e já falava, com muito vagar, mas quasi correctamente, em português, pelo menos numa conversação usual, que não exigisse grande riqueza de sinonímia.

— Muito bem, minha senhora — dizia o conselheiro Viale; — V. Mg.<sup>de</sup> acaba de me dizer com

muita certeza os nomes dêsses cabos, rios e aldeias; agora vamos a figurar que entra na barra do Tejo. Vai no seu navio; ¿ e que vê V. Mg.<sup>do</sup>?

— Duas tôrres — respondia a rainha com a sua linda pronúncia estrangeira.

— Sim, minha senhora; muito bem; muito bem. ¿ E são ambas na costa?

— Não; uma na costa, e outra no meio do mar.

— Muito bem. ¿ E como se chamam?

— A da costa é a tôrre «de S. Julião».

— Perfeitamente. ¿ E a outra?

— A outra — torna a rainha muito séria, com muita segurança, e muito ingénuamente convicta

— A outra é a tôrre «de S. Bugio».

Riu imenso o mestre; e quando explicou o motivo, riu a discípula ainda mais.

\*

Houve um tempo em que se reünia semanalmente, de dia, em casa do velho prior de Santa Isabel, o bom padre José Jacinto Tavares, na rua quási aldeã de S. João Nepomuceno, um *sinédrio* de amigos, todos, por assim dizer, íntimos, e todos muito escolhidos. Aquêles domingos eram deliciosos; e para o serem, bastava o elenco dos membros.

Em primeiro lugar o velho prior, bondosíssimo micaelense, todo êle meiguice, a creatura mais



hospitaleira que havia em possessões portuguezas, verdadeiro entusiasta dos talentos, e pregoeiro incansável de tudo que era digno. Em êle olhando, com aquêles olhos muito bons, armados sempre dos competentes óculos de oiro, parecia que tôda a sua fisionomia se abria num sorriso, e que nêsse sorriso lhe rutilava o coração. Ver os seus convidados alegres e felizes era para êle a ventura suprema. Amigo íntimo do duque de Saldanha, e seu partidário político decidido, quebrava lanças por êle no parlamento, onde teve mandato algumas vezes, e cá fora, no mundo, nas conversações. Em despontando uma idéia grande, procurassem junto dos apóstolos dela o prior de Santa Isabel, e tivessem a certeza de que lá se achava. Morava em casa própria, muito bem posta, muito espanejada, muito alegre de pássaros e luz, mas sem luxo. O seu maior prazer era ter aquêle sinédrio semanal à sua mesa, nuns intermináveis jantares que êle dava, onde as sobremesas eram finíssimas, e a conversação ainda mais.

Depois dêle, lembro-me do general Augusto Xavier Palmeirim, então em todo o vigor da idade, bela figura militar, homem sempre empregado em comissões difíceis e honrosas, que desempenhava com brilho, e pessoa em quem o arrego marcial não excluía a mais primorosa e elegante cortezia, até para crianças.

Lembra-me o doutor Jacinto Luiz do Amaral Frazão, belo velho, com uma cabeça de filósofo grego, umas teorias arrojadíssimas em me-

dicina, e uma alma e uma independência admiráveis.

Havia mais o Par do Reino José Maria Grande, nome ilustre, inteligência robusta, um dos da romaria da «Lapa dos Poetas», companheiro dos melhores engenhos da nossa terra, político e literato, sábio e homem de sala. Castilho, amigo de todos êles, e cujo estro na conversação (quando estava bem disposto) fazia o encanto dos convivas. E enfim, afora um ou outro que me não ocorre (e não contando como *efectivo* o próprio duque de Saldanha, que uma ou duas vezes ali foi esparecer-se das secas da política), o nosso conselheiro Viale, sempre bemvindo entre doutos, como douto que era, sem invejas, antes preconizando quanto podia os talentos alheios.

¿ Que se fazia nessas reuniões? — Eu digo.

Ouviam primeiro missa em Santa Isabel, às onze horas, se não me engano, ou ao meio dia, e depois desfilavam juntos para casa do prior, que desde a sacristia os acompanhava. Havia em casa bons charutos, algum refrêscos em tempo de calor, o jantar às quatro, e antes dêle bôa conversação, e sempre alguma leitura, que por via de regra era (¿ quem tal crerá isto hoje em certos círculos fúteis que eu sei?) ¶ eram os *Sermões* ou as *Cartas* do padre António Vieira ¶

Nos intervalos, o dono da casa abria o piano, e improvisava em grande êxtase umas músicas muito doces e muito monótonas, que (¶ singular coisa!) lembravam quási sempre a *Preghiera* do Moisés de Rossini, que êle adorava.

Tais foram os domingos do prior. E duraram anos, ainda assim. Depois... acabou, como tudo acaba!

\*

Em 1859 criou el-Rei D. Pedro o Curso Superior de Letras. Chamando à regência das cadeiras Herculano e Castilho, não quiz esquecer-se do seu querido mestre, e nomeou António José Viale lente da cadeira de literatura grega e latina.

Começou aí para o antigo professor de Fontenay um periodo laborioso, em que elle se mostrou à altura do seu ministério, já pela competência scientifica, já pela amenidade da exposição, já, em suma, pela pontualidade escrupulosa. Para Viale, um tanto alquebrado e debilitado dos anos e dos trabalhos, era difficil cumprir tão pesada tarefa. Pois cumpriu-a; e de tal modo, e com tanto acêrto, e com tão pouco alardo, que foi o modelo do professorado.

As aulas eram à noite. Rebêlo da Silva, substituto de Herculano que recusara o encargo, e Mendes Leal, substituto de Castilho que também se excusara, precisavam auditório; desejavam-no até, habituados como estavam às animadas preleções da «Philomatica», e às tumultuosas sessões do parlamento. Tornaram-se as lições do Curso Superior de Letras, naquela mesma vasta sala dos claustros que ouvira as doutas conferências dos antigos religiosos de Nossa Senhora de Jesus em filosofia racional e moral, o praso-

-dado habitual de muitíssima gente cultivada e apreciadora. Nada mais agradável do que ver juntar-se ali aquêle público, sequioso do entretenimento desusado que lhe facultaram os excellentes desejos do rei civilizador. Para lá da teia, as cadeiras dos discípulos, e os lugares privativos dos sócios da Academia Real das Ciências. Ao topo da sala, sôbre um estrado alto, a mesa do professor, com alguns livros, e o indispensável copo de água. À direita do professor, uma espécie de trono forrado de damasco carmesim, onde vinha sentar-se quási tôdas as noites, ouvindo, aprendendo (e ensinando, sem o suspeitar), o fundador do Curso, o melancólico soberano, o simpático D. Pedro, quási imberbe, pensativo, encostado aos copos da espada, | tão singelo, e tão grande!

A palavra colorida e vivaz de Rebêlo da Silva (faamos dêste só, por brevidade), aquêle dizer fluente, às vezes tão pitorescamente incorrecto, aquella elocução grave e pomposa, aquella voz cava, que êle sabia graduar com acabada mestria, aquella fisionomia vulgar cá fóra, mas ali tão cheia de alma e tão sublime, tudo isso, naquele teatro especial e único, era espectáculo encantador, e que nunca mais poderá igualar-se. A lâmpada de gás, pendente quási sôbre a cabeça do orador, iluminava aquella nobre fronte despovoada de cabelo, e acentuava com vigor as modelações do rosto inteligente. O gesto largo e possante, sóbrio e expressivo, dava novo realce à oratória; e a esplendida narrativa desenrolada ali pelo mestre,

alí, de vagar, com certa solenidade de sacerdócio, ia apresentando aos olhos extáticos do público as grandes cenas da crónica portuguesa, as grandes figuras do nosso gloriosíssimo passado.

Quem não teve a ventura de ouvir, naquêles serões, o eminente orador, cuja palavra, não preparada de ante-mão, ia fluindo com tanta magestade, não pode calcular o que eram tais festas! Festas, sim; festas para êle, que se expandia no seu elemento; festas para o público, atraído alí pelo desejo de presenciar tão altas novidades; festas para o juvenil monarca português, cuja boa alma se revia na sua obra.

Pois Viale, o modesto Viale, que era lente não para brilhar, mas só para ensinar, obteve que a sua aula fôsse de manhã. Abrir uma aula às oito e três quartos da manhã (eu ia escrevendo *da madrugada*), equivalia a dizer: dispenso auditório.

E com efeito, o seu público eram os discipulos. Êle não tinha loquela brilhante e imaginosa que atraísse; tinha apenas... muito saber. A sua aula, assim à capucha, foi a mais prática, foi a mais estudiosa, e foi a mais útil.

Nunca se zangou com um aluno. Enternecia vê-lo, mesmo com os *cábulas* (perdoem a palavra; já tão escolástica!). Tinha sempre uma frase para os desculpar, e um sorriso para os animar.

Viale ouvia pouco, mas servia-se dêsse mesmo defeito para acobertar as suas indulgências; e quando algum ouvinte, por êle interrogado sobre

tal ou tal ponto, errava respondendo *branco*, Viale, sem o querer ferir, tornava delicadamente, e com muita bonomia :

— Tem razão, sr. fulano ; diz muito bem ; é *preto*.

Sei de um, que não primava pela assiduidade no seu culto aos grandes poetas da Grécia e Roma ; e uma vez, tomado de sobressalto por certa pergunta de Viale, saiu-se com uma réplica muito magana, que fez rir a bandeiras desprezadas a aula tôda. Foi assim :

Viale tinha recomendado aos alunos, desde todo o princípio, que estudassem muito Homero, e os exemplares gregos, e os lessem, e os manuseassem com mão diurna e nocturna (embora em traduções), para se compenetrarem do entretcho daquêles poemas imortais. Querendo ver qual fôsse o aproveitamento de certo aluno, pergunta-lhe, lá do seu lugar, e com o seu modo arrastado e carinhoso, depois de procurar os nomes no livro dos matriculados :

— Diga-me uma coisa, sr. fulano ; ¿ tem muitas relações com Homero ?

O rapaz esperava tudo, menos aquella interpeção à queima-roupa ; e pondo-se em pé, e còrando lèvemente, responde com muito chistosa firmeza :

— ¿ Eu, sr. Viale !? não, senhor ; tenho com essa personagem relações de mero cumprimento.

É escusado dizer o que o bom Viale riria. Outro qualquer enfurecia-se. Êle era grande.

## IV

Não só no Curso Superior de Letras dava êle largas às suas altas faculdades docentes. Vendo a falta que aos alunos fazia o grego, que nenhum de nós sabia (porque o grego, hoje... é grego), ofereceu-se para reger gratuitamente, numa sala da sua querida biblioteca, um curso daquele idioma. ¿ Quem faria isto? quem se prontificaria a aturar principiantes, assim, sem estímulo, sem mandato, sem compensação de espécie alguma? ¿ Quem se resolveria, com tanta espontaneidade, a dar umas horas do seu descanso ao ensino de ignorantes? Pois para o bondoso Viale foi isso uma alegria.

Tendo-lhe o govêrno *permitido* essa regência, e tendo-lhe o conselho literário e administrativo da biblioteca facultado uma sala, aí se viu, durante sete ou oito anos, funcionar aquela pequenina aula, em que o fogo sagrado era mantido pelo zêlo indefesso do sacerdote das literaturas clássicas. ¡ E isto, sem animação de espécie alguma! e isto, distribuindo êle próprio, à sua custa, livros, como prêmios aos mais applicados! e isto, merecendo apenas ao Ministério do Reino a rarissima e honrosissima distinção de uma portaria anual de louvor!

¿ Como se não agradecem melhor serviços tais?

¿ Quem os não avalia, como há-de agradecê-los?

\*

Casou Viale pelos anos de 1865 ou 66, se me não falha a memória; e tendo eu tido a honra

de ser apresentado a sua mulher, conheci quanto essa virtuosíssima senhora soube encher de felicidade o vácuo daquela existência. Dir-se-ia que na sua carreira, tão atravancada de estudo improbo, e tão cortada de desenganos, não tivera lugar o sábio para pensar, de fugida que fôsse, nas venturas sem nome do lar doméstico. Para devanear com Sóphocles e Homero, tinha-se esquecido de si. Afinal, poz Deus junto ao piedoso varão, nas orlas do outono da vida, um anjo da guarda, e três filhos, que sucessivamente vieram alegrando de esperanças aquêlê lar austero e solitário, colocado como um ninho no alto da alameda da Quinta Real de Belém.

Creio que ainda não disse isto: Viale morava em propriedade que lhe dava el-Rei, como a régia munificência costuma concedê-las a antigos e modernos empregados da Casa. A vivenda do nosso mestre era no célebre palácio do Patio das Vacas, o lanço fronteiro à entrada do pátio, ao fundo. Fica êste palácio a meia encosta da linda montanha da Ajuda, que êle tanto amava, e que (além de lhe falar de seu pai) lhe recordava os dias bons da mocidade. Viale adorava Belém. Tudo alí para êle eram saúdades; tudo: desde as abóbadas manuelinas dos Jerónimos, até aos tectos da Ajuda, em cujas pinturas seu pai colaborara; tudo: as ruas, as casas, as estátuas e caramanchões da Quinta Real, e os tanques musgosos do Jardim Botânico; os oiteiros da Torre Velha, e a entrada e saída dos navios. Belém era a sua *pátria*.



E tinha razão de gostar tanto do sítio.

A um romano, como êle era, os buxos recordados da Quinta Real falavam-lhe de Plínio, e retratavam-lhe as *vilas* de Túsculo e de Laurento.

A um homem affectuoso e todo familia, como êle era, as ruas e casas lembravam-lhe a sombra querida de seu pai, seu mentor e seu companheiro, de quem nunca o ouvi falar sem certa comoção.

A um camoniano erudito e de sentimento, como êle sempre foi, bastava aquella mole grandiosa do mosteiro de Restelo, para lhe trazer à lembrança os versos comoventes do épico, versos que êle sabia de cor, e repetia com a ênfase cantarelada da recitação italiana.

Porque é preciso não desligar daquêlê poema aquêlê edificio. O mosteiro e o poema são uma e a mesma coisa. Se aquêlê é de pedra, e se este é de bronze, ambos falam a mesma língua, ambos celebram o mesmo heroi. Se o mosteiro tomou com os anos aquella côr ardente e histórica, o poema, com o seu ar vetusto e caído, e as heras roçagantes do seu dizer arcaico, ostenta não menos a *pátina* três vezes secular da veneração pública. Se no rendilhado daqueles portais e daquelas colunas acha a imaginação tôda a exuberância do génio artístico da idade-média, tôda a influência da indole cavaleirosa de um povo, no poema brilha também, em mil quadros marinhos, em mil pormenores embrincados entresachados nas linhas gerais da epopêa, a aventureosa imaginação do génio português.

Por último: a mistura do tom geral e vibrante dos troveiros com a norma e pauta do classicismo, e do sagrado com o profano, mistura tão evidente no poema nacional, lá se vê representada no consórcio híbrido de colonelatos, laçarias e floridas arquivoltas manuelinas, com o regrado e frio desenho jónico da capela-mor. Sim; no poema e no mosteiro rutila, em todo o seu esplendor, a renascença portuguesa.

Isso tudo, êsse entusiasmo, deveu senti-lo certamente o nosso bom Viale, quando, ao passar em frente do templo dos Jerónimos, onde jazia o Gama, e onde jazia o Camões, repetisse mentalmente algum trecho do poema, que, por assim dizer, brotou daquela praia.

\*

! Quanta vez não visitei eu o conselheiro Viale, na sua casa do Pátio das Vacas! Quanta vez lhe não fui pedir conselhos morais e literários! Quanta vez ali o não ouvi, com o seu modo suave e digno, falar-me de meu pai!

Convidou-me um dia para jantar com a sua família (distinção rara; à intimidade só penetravam os escolhidos). Foi, por sinal, em 15 de Junho de 1884.

Quando, dando o braço à dona da casa, entrei na sala de jantar, vi na parede, entre outros retratos, o de meu pai; e li o seguinte distico latino,

escrito pelo insigne mestre, na orla inferior do quadro :

*Mantua Virgilio gaudet; Florentia Dante;  
Castilius Lusae gloria gentis erit* <sup>1</sup>.

Momentos daquêles não esquecem nunca.

\*

Existe uma interessante correspondência em verso latino entre êle e Castilho. Não a transcrevo para não alongar êste escrito. É mais uma prova da amizade entre os dois.

\*

No outono de 1870 o obscuro autor destas linhas compôs uma epístola ao poeta Boileau, e dirigiu-lha para o outro mundo. Convidava-o para vir a Lisboa ver as coisa notáveis que temos por cá, e travar relações com os modernos confrades, homens de letras portuguezes; recomendava-lhe

<sup>1</sup> Podiam traduzir-se metrificados, da maneira seguinte:

Honra a Mantua Marão. Ter Dante por sen filho  
honra Florença. Lysia honrar-se-ha de Castilho.

Êsses versos latinos são imitação de uns da Elegia xv do livro III dos *Amores*, de Ovídio :

*Mantua Virgilio gaudet, Verona Catullo.  
Pelignæ dicar gloria gentis ego.*

com muita especialidade certa casa no alto de uma alameda realenga, entre a Ajuda e Belém, no topo de um pátio, e pedia ao autor da *Arte Poética* fôsse lá para tratar de perto um mestre que ali habitava, mentor da mocidade, cultor das musas antigas. Descrevia-lhe em duas penadas a habitação e o morador, e em suma (segundo a chistosa expressão de alguém), punha em alexandrinos o Pátio das Vacas.

Para quem conhecesse a casa e os sítios (não nomeados senão por figuras), e o preceptor dos príncipes (também nunca nomeado), quadro e retrato estavam fotogrâficamente exactos.

Não tinha o autor mostrado ainda a sua composição a pessoa alguma, nem sequer ao próprio retratado; e tendo vagado, tempo depois, um lugar de oficial na Biblioteca Nacional, viu-se inibido de tirar os versos de dentro da pasta, visto ter de ser Viale um dos membros do júri, e propôr-se o autor entrar no concurso. Era um melindre justo e natural de delicadeza.

Correram meses; o lugar pôs-se a concurso, o autor concorreu, e teve a honra de ser provido; cessavam portanto os melindres todos.

Um dia, em fins de 1872, vindo o bom Viale visitar-me, e insistindo para que lhe lêsse alguma das minhas últimas composições, escolhi os tais versos, que já tinham perto de dois anos, e principiei a lê-los.

Quando êle ouviu:—AO POETA BOILEAU—EPÍSTOLA—deu toda a atenção, e assim foi seguindo, sem maliciar o que o esperava. A pouco e pouco

vão-se acentuando os traços fisionómicos do retrato; aparece o Pátio das Vacas, a livraria muito socegada, os retratos de familia, o Pindaro aberto em cima da mesa, o filhinho a fazer bulha, e todos os mais traços característicos inconfundíveis.

*E' no meio da encosta em que o Monarcha ostenta seu marmoreo Versalhe, e ao rez do Tejo assenta os seus caes e jardins a historica Belem, mirando e saudando as náus que vão e veem.*

*Sim; no meio da encosta; uma extensa alameda; um palacio no cimo; um pateo. Ahi não veda ingresso ao viandante a importuna etiqueta; não tenas que porteiro, ou cão grande, aconetta. Bate nos argolões, e dizê: «E' um amigo». Bastou; e entras benvindo; e um mestre tens contigo.*

*Repara. Sobre a meza, olha, não vês? a vela d'esta noite deixou, como uma sentinella que não foram render, um Pindaro entreaberto, em que a mão d'elle andára ao rabisco. Alli perto uma Biblia, alimento á sua piedade, livro de sua mãe, tão cheio de saudade! Acolá, na parede, um quadro a oleo. A terna piedade do filho aelia a effigie paterna n'essa obra de artista; e os olhos de sua mãe de outro quadro ao-pé d'esse o contemplam tambem. Vê-se em tudo o homem bom, desambicioso, sério.*

*O sitio onde fez ninho, o seu eremitério, até co'o nome attráe; é um nome de arribanas, rescendente aos redís; recorda-te as cabanas de Evandro; pensas n'elle, e nos seus bois latinos, e nas choças, avós dos Paços Palatinos.*

.....

A pouco e pouco, Viale, confundido, comovido, abaixou a cabeça; e a cada verso novo mais a abaixava, por forma que no fim da leitura já se achava quasi de todo sumido atrás da minha mesa de trabalho.

Ao concluir-se o último verso, levantou-se e abraçou-me com as lágrimas nos olhos.

Dêstes casos assim, tão singelinhos e tão significativos, tenho muitos; o que me falta é espaço; e até a pena já se recusa.

\*

Não quero contudo concluir estas fugitivas memórias, sem falar nas obras literárias que o mestre deixou.

Diga-se a verdade nua e crua: o que êle deixou não corresponde ao que êle valia. Ou por certa preguiça, ou por modéstia, ou por ter já cançado na idade em que todos produzem ainda, ou por ter atrofiado com a erudição compacta as faculdades creadoras que tem todo o literato, ou por qualquer outro motivo que não atinjo, o que vejo é que as obras de Viale não são o Viale que nós todos conhecemos.

Escritores há, que se revelam e retratam inteiros nas suas obras. O que sabem, o que podem, o que alcançam, com a observação ou com o raciocínio, tudo ali se vê, graças à expansão que logram dar ao estilo, e graças ao muito que se põem à vontade consigo e com os assuntos.

Outros ostentam muito mais do que sabem. Há umas certas ginásticas literárias, uns certos saltos de acrobata a fingir asas, uns certos desdêns a fingir fôrça, que (para quem os não adivinha) centuplicam a *mostra* do escritor.

Outros, porém (Viale era infelizmente dêsse grupo), não chegam a dizer tudo que tinham para dizer. Encolhidos numa sobriedade tímida, acanhados consigo e acanhados com o leitor, apresentam o bordado pelo avêso, e na sua modéstia descabida, ou no seu pudor injustificável, ainda julgam que se ostentaram demasiado.

Quem ler o limitado elenco de Inocência, quem manusear os opúsculos assinados por António José Viale, quem buscar por êsses opúsculos recompôr a larga inteligência, a rápida compreensão, o apurado critério, a prodigiosa memória, e o assombroso saber do autor, acha-se enganado, e nota a disparidade entre o que êle escreveu, e o que êle era.

Possuo alguns versos latinos inéditos dêle, pos-suo obras impressas, e algumas cartas.

\*

Dos versos latinos, inéditos, citarei dois dísticos, que êle deixou uma vez junto do grande retrato de Castilho, por Miguel Lupi; e, além deles, uma tradução da primeira das *Cartas d'Echo*.

Os dísticos são estes:

*Non loquitur, citharae non pulsat pectine chordas  
Hic vates pariter maximus: ore, lyra;  
At spirat, nobisque favere loquique videtur,  
Forsitan et meditans carmina pulchra simul.*

A tradução da carta irá alternada com o original, nos trechos respectivos, para que os leitores eruditos saboreiem melhor a elegante correspondência.

#### ECHO A NARCISO

Dos mancebos gentís ao mais amável,  
ao formoso Nareiso, uma das Ninfas  
sadde, e o coração, e os ais dirige.

*Qui juvenes superas formá pulcherrimus omnes,  
Nympha tibi mittit quas legis ipse notas.  
Nympharum una tibi mittit, Narcisse, salutem,  
Cui cor, et gemitus, et sua cuncta dicat.*

No troneo dêste choupo ela te esereve,  
nas verdes margens do sereno rio,  
que de contínuas lágrimas aumenta.

*Populeo in trunco, qui surgit margine rivi,  
Haec scribit, lacryntis quam rigat usque suis.*

As minhas expressões aqui traçadas  
negar não poderás teus lindos olhos.

*Versibus hisce meis incisis arbore, ocellos  
Non ego te credam posse negare tuos.*

Seguido de teus eães é teu costume  
passares por aqui, mal rompe a aurora,  
indo à montanha perseguir as feras.



*Huc transire soles, canibus conitatus odoris,  
Cùm primo terras lumine lustrat Eos,  
Ad montem quoties vicino tramite pergis,  
Persequerisque tibi praemia magna feras.*

Dentre as anosas árvores oculta,  
sem ser vista, jámais te vejo sempre.

*Inter ego annosae frondes tunc abdita silvae,  
Te specto, nunquam, bellule, visa tibi.*

Ou vás, ou voltes já no fim da tarde,  
ao ver-te cada vez te amo de novo.

*Mane, seu vadas, redeas seu vespere, præbes  
Flammae tu semper pabula certa meae.*

O fogo que por ti ferve em minh'alma  
de dia em dia mais e mais se ateia.

*Jamdudum vivit saevum sub pectore vulnus,  
Inque dies miseram saevius urit Amor.*

A trança de olro desatada ao vento,  
teus lindos olhos, teu semblante amável,  
teu belo colo, tuas mãos de neve,  
e a idade juvenil, e tudo encantos,  
mostram-me ao vivo as perfeições de Adónis.

*Aurea caesaries, quam das diffundere ventis,  
Fulgentesque oculi, vultus et iste decens,  
Lactea colla, manus nivco candore nitentes,  
Aetas et viridis, cunctaque grata simul,  
Idaliū referunt juvenem quem fama celebrat.*

Ao ver-te eu julgo vê-lo, e digo sempre :  
«Se Adónis era assim, não te envergonhes  
«de adorar um mortal, oh Páfia deusa».

*Te cernens illum cernere paene puto ;  
 Crebro teque videns occurrit Cyprius heros ;  
 Protinus et laesa talia mente loquor :*  
 «*Si fuit ille, Venus, talis, tam pulcher, Adonis,*  
*«Ne pudeat juveni concubuisse deam».*

\*

Das obras impressas notarei a mais importante, talvez, o seu *Bosquejo metrico da Historia de Portugal*, primoroso exercício de metrificacão, que mereceu sempre os maiores gabos a quem entende da arte.

*Rien ne ressemble moins à la poésie épique, que l'histoire versifiée* — diz Ampère algures, falando de Ausónio, que poz em verso os anais de Roma, e referindo-se a S. Paulino, que metrificou a história de Suetónio. Tudo isso será muito certo; mas o modesto Viale nunca teve em mente fazer um poema épico; portanto, não cabem ao *Bosquejo* as censuras dos que imaginavam (ou fingiam imaginar) que êle queria dar-se como rival de Camões. Pobres de espirito houve-os sempre.

O que êle quiz com aquêlê resumo, tão perfeito, tão limado, tão terso, foi mnemonizar, por que assim o digamos, os acontecimentos principais da história portuguesa; foi dar com qualquer daquelas oitavas ensejo e matéria para as explicações dos professores; foi, com aquêles apanhados de tão puro sabor, incutir na mocidade o conhecimento sintético da nossa crónica. Isso é que êle pretendeu, e isso é que êle fez. Há em muitos daquêles versos a côr latina e italiana dos me-

lhores modelos; predicados que a pouco e pouco se infiltram no gôsto dos estudantes, e os adextram para avaliarem depois produções de mais alto coturno.

A propósito dessa obra, confirmarei o que há pouco disse: ter ela merecido gabos aos entendedores da arte. Transcreverei uma oitava que foi dirigida a Viale por um dos raros literatos que ainda hoje cultivam as musas clássicas, um alto sabedor de indiscutível merecimento: nada menos que o sr. visconde de Seabra. Não me ilude a admiração *hereditária* que lhe tributo, nem o filial e respeitoso affecto que lhe consagro; afirmo que o voto do visconde de Seabra é do maior pêso, e vale como uma corôa de loiros deposta sôbre o livro do grande helenista.

Eis os versos:

AO ILL.<sup>MO</sup> E EX.<sup>MO</sup> SR. ANTONIO JOSÉ VIALE

FELICITANDO-O PELA PUBLICAÇÃO DO SEU «BOSQUEJO METRICO»

*Narrando á tenra infancia a lusa historia  
em phrase amena e versos concertados,  
de bom grado lhe imprimes na memoria  
«as arnias e os barões assignalados.»*

*Educada ao fulgor de tanta gloria,  
vereis novos heroes remodelados;  
em quanto o Vate e o preceptor preclaro,  
util sabe tornar-se, e á Patria caro.*

VISCONDE DE SEABRA

\*

Viale era poeta; isso é inegável; revelou-o porém mais na maneira como apreciava qualquer outro poeta, do que pròpriamente na maneira como expressava os seus pessoais sentimentos. ¿Porquê? Porque o seu talento, avêssò à evolução romântica, e estranho ao mundo novo, não soube sair das faixas estreitas com que fôra educado. Viale, nascido cinqüenta anos antes, teria nome muito maior, me parece. Filho de um tempo em que a literatura jazia entre nós maniatada, e entregue de corpo e alma às imitações, não teve o estro necessário para sacudir obstáculos e aceitar as reformas. Em tudo purista e ortodoxo, reputar-se-ia hereje se abjurasse a sua educação.

Viale era poeta; sim; mas Viale era sobretudo erudito. O seu cabedal enorme de ciência literária e de ciências canônicas dáva-lhe direito a lugar muito conspícuo entre os homens de letras. Pois havia quem o picava; quem falava do seu saber... sorrindo; quem o tomava como protótipo de pedantes. Essas apreciações injustas (e quero chamar-lhes também impensadas, irrefletidas) hão-de esquecer; hão-de apagar-se. A memória de Viale, essa há-de ficar.

O que realmente faz gôsto, e consola a alma, é a espontaneidade, a quási unanimidade com que a imprensa portuguesa, diária e não diária, comemorou o passamento dêste homem, de quem um grupo de amigos foi despedir-se naquela triste tarde de 27 de Abril de 1889, ao cemitério da Ajuda.

Honra seja aos que assim deram ao benemérito, ao incansável trabalhador, essa prova póstuma de apreço. Para quem é espiritualista, e se presa de o ser, um câoro tão geral compensa muita outra ingratidão.

\*

E basta. Ficarei por aqui. Precisei entregar a este papel, como a um confidente, as minhas impressões. Se não disse tudo quanto podia dizer, a culpa não foi do assunto; foi minha.

E perdão mil vezes por ter falado tanto da minha personalidade humilde. Tenho ufania (¿que querem? somos todos assim) em que vá, de certo modo, ligado o meu coração com o do mestre. Oxalá pudesse eu como homem de letras seguir um tal mentor, ainda que fôsse ...*non passibus æquis*.

*Quinta de S. Bento — Olivais*  
16 de junho de 1889.

JÚLIO DE CASTILHO.



## LIVRO I

---

Igreja Paroquial de S. Bartolomeu  
Paço de S. Bartolomeu  
Palácio dos Condes de Tentugal  
Outros palácios da freguesia  
O Convento de S.<sup>o</sup> Eloi





Bem sabemos que a todos não podemos aprazer ; porque, se em os materiaes edificios vemos que o filho, nascido e creado nas casas do pae, tanto que as herda lhe muda a janella, a porta, a camara, e troca tudo ao seu juizo, por lhe desaprazer o d'aquelle que o gera; & que se pode esperar do edificio das letras, o qual o autor d'elle faz commum a todas as gentes? principalmente o da Historia, em que assi os doutos como ignorantes são licenciados para arguir!

JOÃO DE BARROS  
*Asia* — Dec. II — ProL.



## CAPÍTULO I

Começa-se a análise da igreja velha de S. Bartolomeu. — A memória mais antiga deste templo em 1168. — A igreja parece ter sido capela real. — Instituição de uma capela neste templo em 1308. — Vista da igreja primitiva, segundo Braunio. — Opiniões de José Maria António Nogueira, e de Vilhena Barbosa. — Computações estatísticas. — Reedição da igreja em 1755. — Uma casa de Pedro da Alcáçova. — Ruína com o terremoto. — Foge o pároco com a paróquia para o sítio do Cardal. — No Cardal morava o padre João de Loureiro. — Cita-se Nicolau Tolentino. — Transferências da paróquia para a travessa da Verónica, até ser passada para a igreja dos Loios em Xabregas.

Tínhamos empreendido no volume antecedente a crónica da antiga paroquial de S. Bartolomeu, junto ao Castelo; principiámos pelo Chão da Feira, e seguimos daí, numa carreira velocíssima, a estudar (como a propósito) o Rossio, teatro do antigo mercado lisbonense, o Passeio Público, de saudável memória, e a faladíssima Feira da Ladra.

A bem dizer ainda falta quasi tudo, que não coube na moldura de um volume. Passaremos a

estudar agora a igreja antiga de S. Bartolomeu, tão próxima, noutros séculos, ao Chão da Feira, e tão ligada a memórias velhas da cidade. Hoje, desaparecida há tantos anos, ainda mantém o seu nome, apesar da provada vontade e ância dos municípios todos em demolirem os fastos da capital; ainda, como derradeira lembrança do venerando templo, lá temos, desde o fim da Rua da Saúde até à porta do Castelo, a rua *de S. Bartolomeu*, (depois crismada em rua de Bartolomeu de Gusmão).

\*

Dizer quem fundou a igreja de S. Bartolomeu, não posso; mas que é muito antiga, tudo o demonstra; pois, mau grado às suas tradições vetustas e interessantes, desapareceu de todo; apenas se lhe sabe o lugar.

Diz João Baptista de Castro, que a memória mais antiga que pode descobrir desta paróquia, é (segundo o testemunho de D. Rodrigo da Cunha) *a que consta de uma escriptura feita pelo Bispo de Lisboa D. Alvaro no anno de 1168, na qual se faz já menção da igreja de S. Bartolomeu.*

É tradição ter sido capela real<sup>1</sup> já nos tempos de el-Rei D. Denis. Presumo que se não engana

<sup>1</sup> *Hist. Gen.*, tom. III, pág. 178. — *Corografia*, pelo p.<sup>o</sup> A. Carvalho da Costa, tom. III, pág. 350. Acrescenta êste que eram palácios as casas que lhe ficavam fronteiras, onde então (1712) vivia João Sanches Farinha.

essa tradição conservada pelo laborioso Sousa; o próximo paço de S. Bartolomeu autoriza tal suposição, assim como a visinhança do paço de S. Martinho <sup>1</sup> faria capela real a igreja do mesmo nome, e o paço dos Estaos <sup>2</sup> se serviria da visinha ermida de Nossa Senhora da Escada, como capela da côrte.

É de presumir, repito, que se não engane a tradição, e se refira a alguma ocasião em que a familia real habitasse no paço de S. Bartolomeu. Como confirmação dessa notícia, notarei que no tecto da mesma igreja se viam pintadas antigamente as armas reaes, segundo diz o autor do *Santuário Mariano*; e ainda no tempo d'êle, o prior e os beneficiados celebravam alguns anniversários pelos reis e membros da Casa Real, bemfeitores da paróquia <sup>3</sup>.

Há outra notícia, que remonta aos primeiros anos do século XIV, e que se liga também a êste templo: é a instituição, em 21 de Agosto de 1308, de uma capela de Santo Eutrópio nesta matriz paroquial, por D. João Soares Alão, bispo do Algarve, capela a que o mesmo anexou um hospital de Santo Eutrópio, fundado nas casas que possuía aí ao pé <sup>4</sup>, no largo dos Loios, quasi em frente da igreja de S. Bartolomeu.

<sup>1</sup> Estudado por mim no volume IX da 2.<sup>a</sup> edição.

<sup>2</sup> Já também estudado, no vol. X da 2.<sup>a</sup> edição.

<sup>3</sup> Diz o mesmo a *Corografia* de Carvalho, tom. III, pág. 350.

<sup>4</sup> *Mon. Lusit.*; tom. VI, págs. 127 e segs.

\*

Vistas da igreja, tenho-as em algumas das muitas estampas que existem da Lisboa desaparecida. Tomarei para exemplo uma vista (das mais antigas) já reproduzida no tomo ix: a do *Theatrum Urbium*. Por aí se fica fazendo idéia tal qual de um templo de frontaria bicuda, com sua tórre ao norte, e janelas por cima da porta principal.

O sitio, êsse é mais difficil de fazer comprehender. Tentemos.

Diz o falecido José Maria António Nogueira, aquêl applicado e erudito investigador, com quem aprendi tanto, que ficava a igreja velha de S. Bartolomeu *situada onde é hoje a casa do sr. visconde de S. Bartolomeu*<sup>1</sup>, isto é, na esquina da rua de S. Bartolomeu e da outra rua impròpriamente chamada largo dos Loios<sup>2</sup>. Com a vénia devida à memória do escritor laboriosíssimo, parece-me que se enganou neste ponto a sua douta pena. O sr. Vilhena Barbosa pensa que no sitio da demolida igreja se vê hoje um largo, e no sitio do paço *uma correnteza de casas*<sup>3</sup>. Pena é que fôsse tão pouco explicito êste mestre de nós todos.

<sup>1</sup> Artigo sôbre hospitais de Lisboa, publicado no *Jornal do Commercio* de 27 de Junho de 1865.

<sup>2</sup> Êsse palacete da esquina era, em 1889, propriedade do secretário do Tribunal de Contas, conselheiro José Joaquim Ferreira Lobo, filho do falecido visconde de S. Bartolomeu, desembargador.

<sup>3</sup> *Arch. Pitt.*; tom. iv, pág. 167.

O local da igreja paroquial de S. Bartolomeu, está perfeitamente indicado na planta anexa ao presente volume, em frente da página 82, onde se mostra a sua situação aproximada na actual planta da cidade.

\*

Não se sabe quem fundou S. Bartolomeu, nem consta alguma das suas antigas reconstruções, até aos primeiros anos do século xviii. Em 1707, pouco mais ou menos, é que se sabe ter sido reedificado o templo, por diligências do prior, o padre Manuel da Silva e Moura <sup>1</sup>.

Em 1755 media de frente (para a banda do poente, está visto) 64 palmos (14<sup>m</sup>,08), e de fundo 100 <sup>2</sup> (22<sup>m</sup>). Da porta principal descortinava-se larga vista sôbre o ocidente, e dominava-se um adro de 51 palmos de comprido, sôbre 53 de largo (11<sup>m</sup>,22 × 11<sup>m</sup>,66).

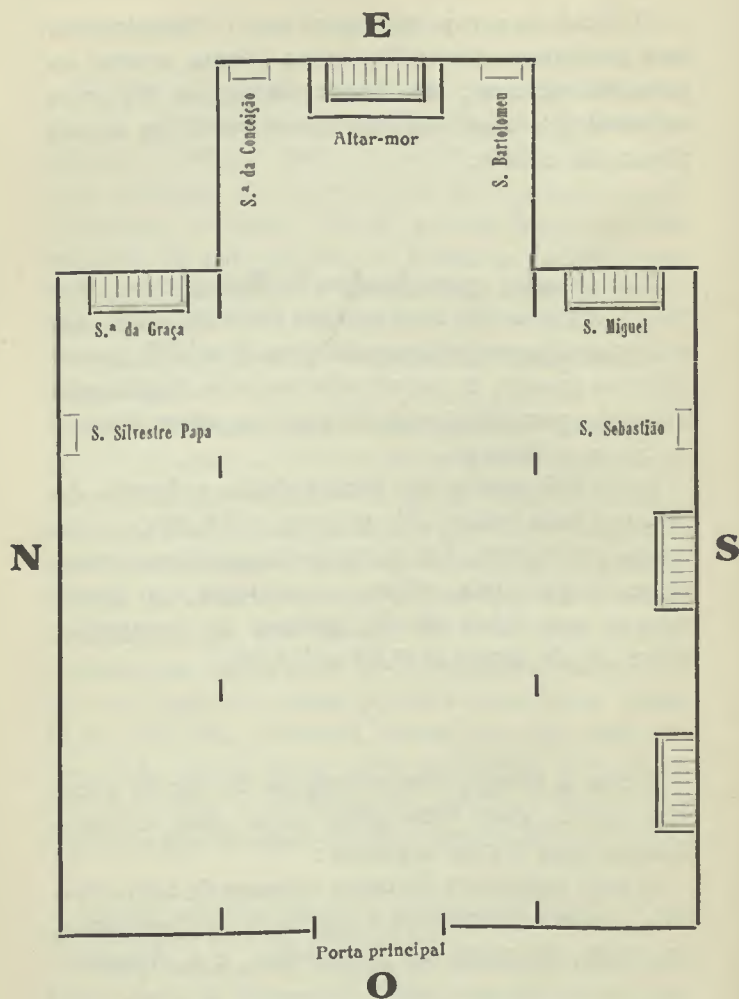
\*

Tinha a igreja, nos princípios do século xviii, três naves, com três arcos cada uma, e cinco altares, pela forma seguinte:

O mor ostentava formosa tribuna de talha dourada, onde se venerava a Senhora da Conceição, em vulto, da parte do Evangelho, e o Apóstolo

<sup>1</sup> J. B. de Castro, *Mappa, e Santuario Mariano*, tom. vii, pág. 136.

<sup>2</sup> Citado *Tombo da Cidade*.



**O**  
 Planta aproximada  
 da igreja de S. Bartolomeu nos princípios do século XVIII,  
 segundo Carvalho da Costa



S. Bartolomeu, da parte da Epístola. Os dois altares colaterais também apresentavam boa obra de talha. O da banda do Evangelho tinha no trono uma linda imagem de Nossa Senhora da Graça. O oposto pertencia a S. Miguel, e possuía irmandade das Almas; tinha mais, do lado da Epístola, S. Sebastião, e no lado contrário, S. Silvestre Papa, imagem única em tôda Lisboa. As outras duas capelas, à direita de quem entrava no templo, pertenciam a particulares.

Tudo isso mo diz Carvalho da Costa<sup>1</sup>. Na página anterior vai o plano:

O *Santuario Mariano* discrepa da *Corografia*; dá, além da capela-mor, três: duas colaterais, e uma (em vez de duas) no corpo do templo.

Vem outro informador, não menos para consulta, D. António Caetano de Sousa, e numas suas *Memorias* inéditas acrescenta isto:

Na capela de Sant'Ana, que vinha a ser a primeira à entrada da porta principal, do lado da Epístola, lia-se sôbre uma sepultura esta inscrição:

DEPOSITUM  
INTESTINORUM  
PETRI DE TAVARES  
DOMINI MIRAE  
XVI DIE MARTII  
ANNO DNI M. DC. XXVI.

<sup>1</sup> *Corogr.*, tom. III, págs. 350 e 351.

Por que fossem aqui depositadas as entranhas do senhor de Mira, não sei dizer. Basta apontar o facto.

Sobre outra sepultura da mesma capela lia-se a seguinte inscrição, preciosa por nos dar o nome dos fundadores<sup>1</sup>:

ESTA SEPULTURA HE DE IOÃO DA FONSECA  
CUJAS FOROM AS ILHAS DAS FRORES  
E DE SUA MOLHER M.<sup>DA</sup> DALÇAÇOVA  
OS QUAIS EDIFICARÃO ESTA CAPELLA PERA SEU  
IAZIGO, E DE SEUS FILHOS, E ERDEIROS. ELLE SE  
FINOÛ 22 DIAS DO MES DAGOSTO DA ERA DE 1522 ANNOS.

A propósito do apelido da mulher dêsse citado João da Fonseca, direi que aí ao pé, à porta da Alfôfa, possuia Pedro de Alcáçova, no século xvi, uma casa. Nêsse prédio nasceu sua irmã Beatriz de Alcáçova, mulher de António Carneiro, secretário de el-Rei D. Manuel e de el-Rei D. João III, pais de um menino que na mesma casa viu a luz, e vinha predestinado para representar grande papel nas políticas cortesãs do tempo; nada menos

<sup>1</sup> *Memorias sepulchraes, que para beneficio da Historia de Portugal offereceu á Academia Real D. Antonio Caetano de Sousa.* Manuscrito que pertencea ao cardeal S. Luiz, e depois ao conselheiro Venâncio Deslandes, que teve a bondade de mo facaltar.

que o famigerado Pedro de Alcáçova Carneiro, conde de Idanha-a-Nova, batisado na visinha paróquia de S. Bartolomeu<sup>1</sup>.

\*

O terremoto de 1755 derrubou o tecto e a frontaria do templo; o incêndio destruiu-lhe as melhores três capelas, a prata e os ornamentos, salvando-se porém tudo quanto pertencia à Senhora da Graça.

Esta imagem era tão antiga, que (segundo o padre Santa Maria) a atribuíam ao tempo da rainha Santa Isabel. Achava-se colocada *sobre um throno, no meio de um retabulo de talha moderna muito bem doirado*. A imagem era de roca, e de vestir.

\*

Quando succedeu a catástrofe do 1.º de Novembro, o vigário (êsse era o seu predicamento) foi acampar com o preciosissimo depósito numa barraca erguida no sitio, então êrmo, do Cardal, ao campo de Santa Clara, donde nasceu o nome de rua do *Cardal à Graça*, que ainda existe<sup>2</sup>, sitio

<sup>1</sup> Barb. Mach.; *Biblioth. Lusit.*, tom. III, pág. 547.

<sup>2</sup> Vidé Moreira de Mendonça, pág. 126.—J. B. de Castro, *Mappa*.—etc.

ao qual se apegam as duas seguintes memórias:

1.<sup>a</sup> — Ao Cardal da Graça morava em 1791 o erudito padre João de Loureiro, botânico e missionário célebre, cuja biografia escreveu o sábio académico dr. Bernardino António Gomes<sup>1</sup>.

2.<sup>a</sup> — No tempo de Tolentino foi necessariamente o Cardal da Graça o sitio onde se enforcavam os criminosos. Haja vista ao soneto xxxiii do mesmo poeta, que principia

*Ergueu aos ceos alegre gritaria.*

e termina :

*dar gosto ao povo no Cardal da Graça.*

Segundo Cristóvão Rodrigues de Oliveira, contava esta paróquia no século xvi: 74 casas, com 596 almas, e 91 visinhos, ou fogos; segundo o padre J. B. de Castro, eram 500 as almas, e 140 os fogos, antes do terremoto de 1755, ficando depois em 170 almas e 51 fogos; segundo o *Portugal sacro-profano*, eram 140 os fogos antes do terremoto, reduzindo-os a catástrofe a 50 apenas.

<sup>1</sup> A notícia dessa morada encontrei-a a pág. 444 do *Almanach* do dito ano de 1791.

\*

Essa noticia, de ter a matriz paroquial de S. Bartolomeu acampado no sítio do Cardal à Graça, não a encontrei senão muito sucinta nas fontes que citei. O exame porém dos registos paroquiais dêsse tempo, compulsados por mim no Beato, a 20 de Dezembro de 1888, graças à obsequiosidade do actual prior, o rev.<sup>do</sup> padre José Joaquim Marques de Oliveira, indica positivamente que o sítio escolhido foi uma ermida de Nossa Senhora do Rosário, na travessa da Verónica. Aí vejo a paróquia em Abril de 1759, e ainda em Dezembro de 1765. Eram isso terras do visinho convento dos graciosos.

Em Abril de 1770 já a encontro situada com mais estabilidade e maior decoro no sítio de Enxobregas (Xabregas), na igreja conventual dos cónegos de S. João Evangelista (os Loios; hoje fábrica de bolacha dos srs. Britos). Diga-se, em justo abono dos mesmos cónegos, que sendo a paróquia de S. Bartolomeu pobríssima, nomeadamente depois do destroço de 1755, faltando-lhe alfaias, paramentos, rendimentos, tudo, enfim, os cónegos a custeavam como podiam, e a êles se deveu a pontualidade com que se praticaram ali até 1834 os deveres religiosos.

A respeito dessa pobreza, apparecem no cartório documentos que fariam rir, se não indignassem. Abstenho-me de os transcrever.

## CAPÍTULO II

Transferência da sede da paróquia de S. Bartolomea, para o extinto convento dos agostinhos, do Grilo, em 1836.— Ai se encontra hoje com o título de S. Bartolomea do Beato.—Exame minucioso da actual igreja.— Alfaias.— Registos paroquiais.— Visita ao contíguo recolhimento.

Depois da vandálica e inqualificável extinção das ordens monásticas, encontro um aviso do Governo, de 16 de Outubro de 1835, ordenando a mudança da referida paróquia de S. Bartolomeu para a igreja do extinto convento de frades franciscanos de Nossa Senhora de Jesus, de Xabregas (hoje fábrica de tabacos). Opoz-se o povo em geral, e representou ao Governo, dizendo que, atento o péssimo estado do templo dos franciscanos, creio que saqueado ignòbilmente, seria mais acertado colocar a paróquia no convento dos agostinhos descalços, ao Grilo, ali ao pé. A paróquia era pobre; dizia bem nesse templo, pobre também, e pequeno, que mais se prestava que o outro a ser bem vigiado e limpo.



**IGREJA PAROQUIAL DE S. BARTOLOMEU, EM XABREGAS**

A igreja pertencela ao convento de N. S.<sup>ª</sup> da Conceição  
do Monte Olivete, ou dos Grilos,  
dos frades eremitas descalços de S.<sup>º</sup> Agostinho

*Cliché Ed. Portugal*





Neste país, nem tudo que é razoável consegue vingar; foi necessária tôda a influência do conde da Taipa, que então morava num palácio histórico (hoje transformado) no visinho largo de D. Gastão, para baixar outro aviso do Govêrno, determinando a transferênciã da paróquia para o extinto convento do Grilo; o que se realizou em 1836. É aí que se acha agora... até nova ordem.

\*

Se o leitor quer, examinaremos juntos êste templo; não há-de arrepender-se.

Fundou o convento (assim como o outro, quási fronteiro para o lado do norte, que era de freiras, e está agora sendo demolido) a rainha D. Luíza de Gusmão, em 1666, para frades agostinhos descalços.

¶ *Seu filho el-rei D. Affonso VI—diz o sr. Inácio de Vilhena Barbosa*<sup>1</sup>—lançou a primeira pedra nos alicerces do templo, com grande acompanhamento e solemnidade, no dia 15 de maio de 1666. Ateando-se violento incendio n'este edificio no dia 23 de outubro de 1683, em menos de duas horas destruiu toda a igreja e a maior parte do convento. Porém, passado pouco tempo, estavam completamente reconstruidos.

O terremoto de 1755 e o incêndio fizeram na casa enorme destroço.

<sup>1</sup> *Arch. Pitt.*, tom. VII, pág. 213, col. 1.<sup>a</sup>

A igreja é de uma nave só, mas muito alegre e harmoniosa nas suas proporções, com quanto inteiramente destituída de riquezas artísticas, quer na architectura, quer nas esculturas ou pinturas.

O altar-mor tem bonita tribuna de talha, com colunas salomónicas e ornamentações, que não remontam, creio, para lá do primeiro quartel do século XVIII. No meio do altar eleva-se, numa alta pianha, a imagem de Nossa Senhora da Conceição, tendo ao seu lado direito S. Bartolomeu, e ao esquerdo Santo Agostinho. Nas costas do altar, que é de pedra, lê-se esta inscrição, por mim copiada :

ALTARE B. MARIE V. SVB TIT. IMACVLATA CONCEPT.  
 CONSE | CRATṼ DIE 19 APRIL. AN. 1739 A D. FR.  
 LEANDRO A PIETATE HVIVS | REGAL. CONGREGATION.  
 PROFESSO ET INSVLÆ D. THOMÆ EPISCOPO

#### TRADUÇÃO

*Altar da Bem-aventurada Maria, da invocação da Conceição Imaculada, consagrado a 19 de Abril de 1739 por D. Frei Leandro da Piedade, frade professo desta Real Congregação e bispo da Ilha de S. Tomé.*

Segue-se o cruzeiro.

Do lado da Epístola, o altar da Senhora da Soledade, com imagem. Do lado do Evangelho, o altar da Senhora da Piedade, tendo à sua di-

reita Santa Tereza de Jesus, e à sua esquerda Santo António.

Segue-se o corpo da igreja.

Tem três capelas por banda, fechadas com teia, e comunicando entre si.

A primeira junto ao cruzeiro, do lado do Evangelho, é a do Santíssimo Sacramento, cerrada com uma pobre porta de grades de madeira, pintada de amarelo e branco. No retábulo há um mau quadro a óleo, quasi todo encoberto por uma grande imagem do Crucificado, esculpida em *papier mâché*, e encarnada. Abaixo e adiante dêsse alto crucifixo avulta a imagem da Senhora da Soledade, tendo aos seus dois lados duas figuras de santas, de escultura bem antiga, e cujos nomes não pude saber.

Depois desta capela vem a de Nossa Senhora, chamada das Barraquinhas (não me souberam informar do motivo). É uma pequena pintura a óleo, cuidadosamente conservada numa maquieta de vidraça. Veiu, segundo é tradição, do próximo convento dos Loios. Adiante, uma grande imagem do Senhor, tendo aos dois lados as de S. José e Nossa Senhora. Nas paredes laterais desta capela há dois quadros a óleo, de pouco mérito, representando um a fugida para o Egipto, e o outro Nossa Senhora do Patrocínio. Cumpre dizer aqui uma coisa: essa imagem da Virgem, que veiu dos Loios, era comadre do falecido Par do Reino, José Maria Eugénio de Almeida, por ser madrinha de sua filha, casada com o digno Par, Francisco Simões Margiochi.

Depois segue a capela de S. Sebastião, cujas setas aparecem, aqui, ali, na ornamentação do azulejo. Tem a imagem do santo mártir, e mais abaixo, adiante d'ele, Nossa Senhora da Atalaia.

Passemos ao lado direito do templo.

Começando por baixo, temos primeiro a capela do Senhor dos Passos, com uma grande imagem do mesmo.

Depois temos uma capela, em cuja tribuna há duas imagens de tamanho natural, representando o Senhor ajoelhado no horto, e o anjo apresentando-lhe o cális da amargura. Dos lados do altar há duas imagens: uma de um santo bispo, cujo nome não sei, escultura em madeira, e interessantíssima, pois está assinada *Manoel d'Alm. da Portuense, esc. . .* A outra imagem é de uma santa que também não conheci.

Temos enfim, junto ao cruzeiro, uma bonita capela, adornada de mosaico florentino. Sobre o altar campeia a imagem do Senhor da Cana Verde, em ponto grande; e aos dois lados vemos Santa Bárbara e S. Bento. Nas paredes, dois quadros grandes e maus. No chão uma inscrição, que de todo não tive tempo de lêr.

\*

Há nesta igreja algumas alfaias menos más, providas do *saque* de outros templos, segundo é nosso tristíssimo costume. Especializarei apenas dois panos de púlpito iguais, e muito ricos.

Quanto a registos antigos, baptismais, matrimoniais, ou funerários, todos desapareceram no incêndio do templo velho em 1755. Os livros começam de então para cá; mas há que notar o seguinte: existem traslados de certidões anteriores, mandados fazer mais modernamente a requerimento dos interessados. Como porém êsses traslados não estão cronològicamente escritos, e se acham intercalados entre outros, é impossível o seu exame sem um trabalho insano, para que já me vai faltando a paciência.

\*

Achando-nos agora na igreja do extinto convento dos agostinhos do Grilo, vem a propósito outra interessante notícia. A paróquia de S. Bartolomeu ocupa sòmente a igreja e a sacristia; o recinto do convento é hoje habitado por um recolhimento de respeitáveis senhoras. A rogo do prior, teve a senhora regente a bondade de permitir que eu examinasse o recolhimento; e como então se achava doente, e encerrada no seu quarto, deu licença para que outra senhora me acompanhasse, e me fizesse com rara amabilidade as honras da casa. Peço licença para enviar daqui os meus agradecimentos a S. Ex.<sup>as</sup>.

Desaferrolhado o pesado portão do adro, e passado o vestibulo, encontrei-me numa esplêndida escada de pedra, uma das mais formosas e alegres que tenho visto. Puro estilo do

século XVIII. Azulejos magníficos, enorme altura, e tecto ricamente estucado. De duas elevadíssimas janelas jorram ondas de luz sobre todo o ambiente. De um dos lados do tecto lê-se: FEITO EM 1746; e do outro: RETOCADO EM 1870.

É esse recolhimento o denominado *de Nossa Senhora do Amparo*, que estava na Mouraria, no sitio onde está hoje a Guia, edificio dos antigos Meninos Orfãos; segundo o sr. Vilhena Barbosa<sup>1</sup>, fundara-o na Mouraria el-Rei D. João IV em 1644, *para servir de asylo ás filhas dos magistrados e militares pobres.*

Numa capela interior do mesmo recolhimento tive o gôsto de ver o cofresinho onde se contêm os ossos do muito venerando religioso xabregano frei António da Conceição, beatificado pela Santa Sé, e conhecido entre o povo pelo nome de *Beato António*, nome que ficou ao sitio. Êsses ossos preciosos, hoje conservados com tôda a decência, vieram do próximo convento dos Loios.

Floresceu frei António na segunda metade do século XVI; e tanta era a sua fama de virtude, que os maiores senhores do reino o visitavam. Em 20 de Julho de 1596, por exemplo, vindo de Vila Viçosa o duque de Bragança D. Teodósio II, e desembarcando de Aldeia Galega na praia de Xabregas, foi antes de mais nada à cela do santinho, com quem esteve largo espaço praticando<sup>2</sup>.

<sup>1</sup> *Arch. Pitt.*, tom. VII, pág. 213.

<sup>2</sup> *Hist. Gen.*, tom. VI, pág. 336.

O edificio do recolhimento de que vínhamos falando é óptimo, e acha-se num alinhado e cuidado verdadeiramente feminino. Tudo ali respira ordem, socêgo, bemquerença.

Pendem das paredes alguns painéis, que me pareceram mediocres.

A igreja, vista lá de cima, do côro, apresenta um lindo efeito.

Boa vista de Tejo, um pequeno jardim, e óptimos ares, alegam a residência.

!Oxalá houvesse em Portugal muitas mais casas dêste género, onde os desenganados do mundo pudessem acolher-se! Essas poucas que por aí há, sabe Deus quanto os nossos reformadores ridículos as deixarão durar!...

Esqueceu-me dizer que, à esquerda de quem entra no vestibulo, se vê uma lápida embebida na parede, e que diz isto:

## EL REI

Ó SNR. D. IOÃO. O 3.º FOI O INSTITUIDOR DESTA COLL.º

NO ANNO DE 1546. EL-REI

O AUGUSTISSIMO SNOR D. IOZE 1.º FOI O FUNDADOR

DO DITO COLLEGIO NO ANNO DE 1753 SENDO SEU

SECRETARIO DE ESTADO E INTERCESSOR DA O

BRADALLE O ILLUSTRISSIMO E EX.ºº DIOGO DE

MENDONSA CORTE REAL

PROUEDOR O P.º IOZE FERREIRA DE HORTA DEPUTA

DO DA MEZA DA CONCIENCIA E ORDENS

E REITOR O P.º IOÃO DE SAA PEREIRA FREIRE PRO

FESSO NA ORDEM DE CHRISTO

\*

Em quanto a paróquia de S. Bartolomeu se achava no convento dos Loios de Xabregas, teve a próxima igreja do convento dos franciscanos de Santa Maria de Jesus uma alta distinção: a de dar jazigo a um dos mais notáveis mestres da arte da pintura em Portugal: o grande *Francisco Vieira Lusitano*.

A fôlhas 57 do livro 1 dos óbitos da paróquia actual lê-se este termo:

*Em trese de Agosto de mil setecentos oitenta e tres falleceo n'esta Freguesia com todos os Sacramentos Francisco Vieira Lusitano Cavalleiro da Ordem de S. Thiago, viuvo de D. Iguez Elena de Lima e Mello, foi sepultado na Egreja do Convento de S. Francisco de Xabregas, de que fiz este assento.*

*O Parocho Luiz Miguel Coelho Alb.º*

Quanto a este insigne artista, celebrado autor de tantos quadros notáveis, e a quem sempre consagrei sincera admiração, direi aos estudiosos que trabalho activamente, nas minhas horas vagas, em lhe escrever a biografia, tão completa e conscienciosa quanto me seja possível.

Espero que em breve verá a luz <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> *Amores de Vieira Lusitano. Apontamentos biographicos*; Lisboa, 1901, in-8.º — Nota de A. V. S.



### CAPÍTULO III

Volta o autor com os seus leitores à antiga freguesia de S. Bartolomeu do Castelo.—As fiandeiras de S. Bartolomeu.—A rua do Seminário.—Analiza-se êsse antigo seminário, denominado de Santa Catarina.—Elogio ao ensino dos eclesiásticos em geral, e muito especialmente ao dos jesuítas.—Estado do prédio onde funcionou o antigo seminário no século xvi.

Parece haver sido êste sitio de S. Bartolomeu antigo poiso de fiandeiras afamadas, assim como também a próxima freguesia da Madalena, a crermos um ditado que resa assim: *A boa fiandeira, de S. Bartolomeu a toma a velha, e a mais boa, da Madalena.* O número que havia delas a meio do século xvi, dava não só para duas, mas para muitas freguesias. † Diz o *Summario* de Rodrigues de Oliveira, que eram em Lisboa oitocentas e quinze!

\*

No recinto desta freguesia ainda existe a denominação de uma rua, vestigio histórico precioso;

refiro-me ao actual beco do Seminário, que parte do fim da travessinha de S. Bartolomeu<sup>1</sup>; a antiga directriz do mesmo beco, outrora muito mais comprido do que hoje, mas actualmente vedado por utilidade pública, ainda se percebe entre os quintais. O jardim do meu amigo o dr. Xavier da Cunha, pertença dos seus prédios da rua de S. Bartolomeu, n.ºs 18 a 26, ainda tem uma janela sobre a tal viela, hoje tornada inútil.

Esse seminário, da invocação de Santa Catarina, fôra fundado pelo cardeal-infante D. Henrique, quando arcebispo de Lisboa, em 30 de Novembro de 1566<sup>2</sup>.

Os colegiais, diz João Baptista de Castro que eram seculares, e governava-os um reitor jesuita, e um vice-reitor, clérigo secular. Acompanhava-os este ao Colégio de Santo Antão (hoje Hospital de S. José), onde iam ouvir lições de gramática, filosofia, teologia especulativa, e moral<sup>3</sup>.

\*

A propósito: tinham fama, em todo Portugal as aulas dos jesuitas em Santo Antão; e tê-la-hão sempre os métodos empregados pelos sábios

<sup>1</sup> Actualmente (1937), travessa de S. Bartolomeu. O Tombo de 1755 designa-a por travessa do Chão da Feira. — Nota de A. V. S.

<sup>2</sup> *Mappa de Portugal*, tom. III, ed. de 1763, pág. 141.

<sup>3</sup> Carv. da Costa; *Corogr.*, tom. III, pág. 351.

padres da Companhia de Jesus, que parece nasceram talhados para o ensino. Ninguém, como elles, tem o condão suave da doutrinação; ninguém se dedica tanto de coração à mais ímproba (quanto a mim) das obras de misericórdia; ninguém espalha a luz com tanto valor e tanta efficácia; ninguém acompanha com tanta pontualidade os progressos intellectuais; e ninguém corrige com tanto denodo os desmandos desses progressos. Tôda a gente de boa fé o há-de confessar. Conhece-se pela nitidez e pela profundeza o ensino dos jesuitas. | E há quem lhes chame obscurantes! a elles, que, sabendo tudo, tudo quanto sabem ensinam a quem os queira escutar!

As vantagens incalculáveis do ensino feito pelos padres nas casas religiosas inspiraram a frei João do Sacramento algumas considerações sensatíssimas, que merecem relidas, hoje principalmente <sup>1</sup>.

*Estorninhos* chamava o povo aos numerosos bandos da estudantina portuguesa, que apinhavam os arredores das aulas de Santo Antão, com os seus hábitos talaes negros, como estudantes de Coimbra <sup>2</sup>; e lá os menciona com respeito o anónimo autor da descrição de Lisboa em 1626, dizendo:

*Logo junto Santo Antão,  
logar de escolas e letras,  
Collegio da Companhia  
com perpetua comparencia.*

<sup>1</sup> *Chron. dos Carm. descalços*; liv. IV, cap. XLII.

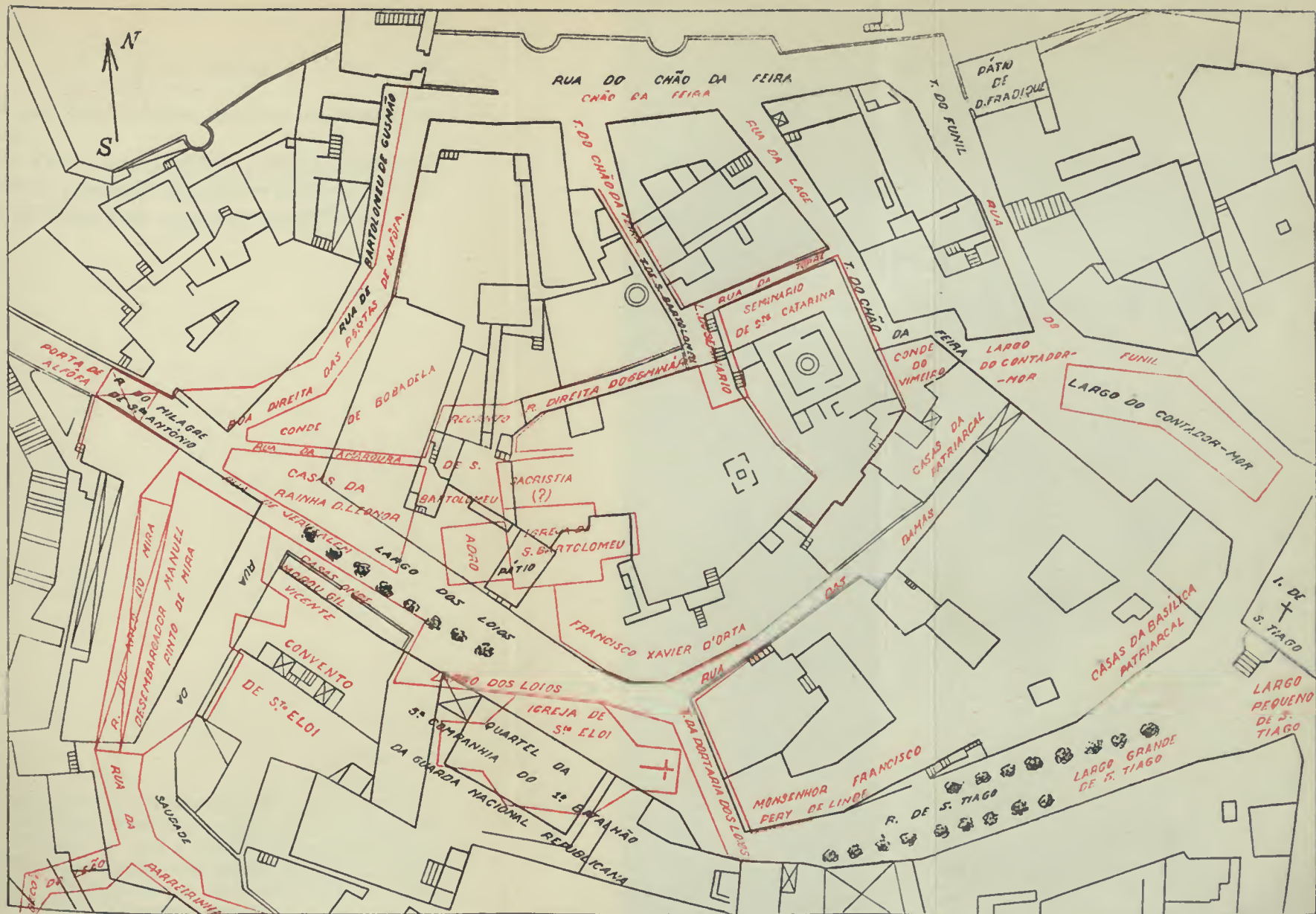
<sup>2</sup> *Theatro de Manuel de Figueiredo*, tom. XIV, pág. 450.

*Aqui muitos estudantes,  
como em frequente academia,  
occupam tempo e cuidado  
nas grandezas de Minerva* <sup>1</sup>.

Mas restringindo-nos, por enquanto, ao Seminário de Santa Catarina, e deixando Santo Antão para ensejo mais próprio, notarei que houve graves hesitações àcerca do sítio em que havia de ser colocada a útil fundação do cardeal. Segundo se verá logo, por certo documento de que num dos capítulos próximos falarei, foram vinte e um os palácios mais ou menos importantes que entraram na escolha; alguns belíssimos; mas isso de nada valeu, visto que afinal se albergou o seminário num edificio *apertado e pouco capaz para o ministerio* (palavras de Carvalho da Costa); casa com três frentes: a principal para o beco do Seminário (hoje desaparecido), com 77,5 palmos (17<sup>m</sup>,05) de comprimento; outra, ao longo de tôda a extensão da rua da Torre, no lado sul, com 143 palmos (24<sup>m</sup>,86); a terceira para a rua da Lage (actual travessa do Chão da Feira), com 80,5 palmos de comprimento (17<sup>m</sup>,70), prolongando-se esta fachada ainda por trás das casas do conde de Vimieiro, na extensão de 45 palmos (9<sup>m</sup>,90) <sup>2</sup>.

<sup>1</sup> *Relação em que se trata e faz uma breve descripção dos arredores mais chegados á cidade de Lisboa.* 1626.

<sup>2</sup> *Tombo da cidade, de 1755, Bairro do Castelo, fl. 34 v.*



*Desenhada por Zofeina Gomes*

PLANTA DO TERRENO DA ANTIGA FREGUESIA DE S. BARTOLOMEU E SUAS CIRCUNVIZINHANÇAS ANTES E DEPOIS DO TERREMOTO DE 1755 — ESCALA 1:1000

A planta e legendas a preto são da cidade actual (1938); as a vermelho são da cidade anterior ao terremoto de 1755



O seu local acha-se indicado na planta aqui junta.<sup>1</sup>

Diz Castro que o edificio *padeceu muito com o terremoto e incendio, ficando em deploravel estado.*

Hoje é uma casa particular vulgarissima.

<sup>1</sup> Esta planta foi por nós organizada com a planta da cidade de Lisboa levantada na escala 1:1000, e actualizada, sobrepondo-lhe, na zona a estudar, a planta anterior ao terremoto, reconstituída com antigas plantas da cidade, e com os dados extraídos do *Tombo da Cidade de Lisboa, de 1755, Bairro do Castelo.* — Nota de A. V. S.

## CAPÍTULO IV

Entra como assunto neste capítulo o célebre paço de S. Bartolomeu.—Passadiço da igreja da mesma invocação para o paço fronteiro.—¿Quem fundou êste paço? seria el-Rei D. Afonso III?—É êste soberano quem fez Lisboa capital do reino.—Dávidas sôbre quem fundou o paço de S. Bartolomeu.—Uma doação de el-Rei D. Denis a seu neto D. João Afonso.—Examinam-se documentos.—Habita el-Rei D. Denis num paço defronte de S. Bartolomeu.

Para a igreja velha de S. Bartolomeu, junto ao castelo, por mim estudada nos antecedentes capítulos, entrava um passadiço, por onde iam os *senhores Reais* (como respeitosa e engraçadamente diria o cortezão Rui de Pina) assistir às festas, quando habitavam o próximo paço chamado de S. Bartolomeu. Di-lo tradição antiga, conservada por alguns autores.

Afirma, com efeito, João Baptista de Castro, que fôra esta igreja *capella Real d'el-Rei D. Diniç*,



quando vivia no palacio fronteiro da egreja, para a qual tinha (conclui o autor) *passadiço e tribuna* <sup>1</sup>.

É mais explicito frei Agostinho de Santa Maria, no seu *Santuário Mariano*, quando escreve: *É esta egreja* (de S. Bartolomeu) *muito antiga, e consta que foi Capella Real no reinado d'el-Rei D. Diniz, que começaram a reinar no anno de 1279; e o seu palacio eram as casas que lhe ficavam fronteiras, que depois vieram, por compra ou por mercê, aos Machados das Laranjeiras de quem são ao presente* (1721).

*Tinha este palacio passadiço para a egreja de S. Bartholomeu, com tribuna, aonde os Reis iam a ouvir Missa, como ainda ao presente se está vendo de alguns vestigios, que se reconhecem na parede da torre dos sinos* <sup>2</sup>.

Peço ao leitor que tome nota dessas várias asserções, que logo hão-de entrar na complicada argumentação com que vou entretê-lo.

\*

Quem fundasse este paço, não o sei. Querem escritores de muita gravidade que fôsse el-Rei D. Afonso III. É possível, mas ainda não encontrei documento que o provasse.

É sabido (isso sim) que foi esse soberano quem deu à formosa Lisboa os seus foros indisputáveis,

<sup>1</sup> *Mappa*, freg. de S. Barth.

<sup>2</sup> *Sant. Mar.*, tom. VII, pág. 136 (liv. I, tit. XXXIX).

constituindo-a cabeça do reino, e arrancando, em favor dela, o ceptro à nobre Coimbra. Diz frei Francisco Brandão, que o fez para mostrar aos moradores de Coimbra o seu desagrado por êles terem sustentado essa cidade contra êle, em favor do senhor D. Sancho II<sup>1</sup>. Aí, quanto a mim, andou pensamento mais alto que uma vingança mesquinha: andou a razão geográfica, andou a compreensão do papel que a magnífica posição desta cidade lhe destinava como rainha dos mares. Lisboa impunha-se; el-Rei aceitou-a; nada mais.

Formado o plano de ter a sua sede em Lisboa, era-lhe indispensável residência condigna. A Alcáçova moirisca dos antigos valís de Lissibona, desamparada, arruïnada talvez, era mesquinho albergue para quem se habituara em França a luxuosas moradas reais. Os seus antecessores, que só de longe em longe vinham a Lisboa, tinham-se contentado com alguma poisada provisória. Êle, não. Fundou, pois, segundo se crê, neste cabeço, perto da velha Alcáçova, com boas vistas de mar, e algum jardim cheio de sombras, junto à igreja de S. Bartolomeu, que ali campeava desde mais de um século, uns paços para a sua habitação.

Isso é o que se diz, e é bem verosímil; mas prova, não a encontro.

Um documento do ano de 1279 (era 1317), feito a 17 de Janeiro, apenas mostra ser datado

<sup>1</sup> *Mon. Lus.*, tom. v, 1650, fl. 78 v.

nas casas do Rei em Lisboa, mas não as designa: apnd *Ulixbonam, in domibus Domini Regis*<sup>1</sup>; palavras que podem aplicar-se a tôda e qualquer residência, efectiva ou interina.

Mas há mais; no seu testamento, nem uma só vez alude el-Rei D. Afonso a fundação de paço em Lisboa; e dizendo autores modernos que, em 9 de Outubro de 1261, nascera, no *paço de S. Bartolomeu*, o príncipe que veio a ser o rei D. Denis, nunca até agora achei essa afirmação fundamentada em autores antigos. E o próprio D. Denis, numa escritura velha, apenas alude ao seu nascimento e criação em Lisboa; e disse mais — palavras textuais — *que não hania conselho em todo seu Reyno com que onuesse maiores dividos de bem, ca com o conselho de Lisboa, ca hy nacera e hy fora criado e bautizado, e hy fora Rey*<sup>2</sup>.

Como se vê, não há aí a mínima referênciã ao tal decantado paço, nem sequer à freguesia de S. Bartolomeu.

Diz-se também, na fé de um dos autores da imortal *Monarchia Luçitana*, que el-Rei D. Denis doou em 1317 a seu neto D. João Afonso, senhor de Albuquerque, uns paços sitos na paróquia de S. Bartolomeu, onde viveu o mesmo D. João; e conclue-se: êsses paços reais eram os que fundara Afonso III, pai do doador.

<sup>1</sup> *Mon. Lus.*, tom. iv, pág. 498.

<sup>2</sup> *Mon. Lus.*, tom. v, 1650, fl. 3 v.

¿Porquê? Onde se contém essa conclusão? Eis as palavras da *Monarchia*:

*O sitio em que D. João Afonso viveo em Lisboa foi a Parochia de S. Bertholameu, na qual ElRey seu avô (D. Denis) lhe deu huns paços que tinha por carta feita em Lisboa a 18 de Iulho de 1317<sup>1</sup>.*

O que apenas aí diz frei Francisco Brandão é que o rei deu de presente a seu neto *uns paços que tinha* em S. Bartolomeu. Ora como esse soberano era riquíssimo em bens territoriais, e como um palácio ou palacete pertencente a um grande se chamava paço, qualquer palacete de el-Rei, doado a um particular da notoriedade de D. João Afonso, era *paço*. Isto *a priori*; mas procurando no Real Arquivo da Torre do Tombo, como procurei, o documento da respectiva doação, o que se vê é unicamente isto: em 18 de Julho de 1317 doou el-Rei D. Denis ao dito seu neto umas suas casas, que possuía na freguesia de S. Bartolomeu, casas que tinham pertencido a um Vicente Martins, antigo tesoureiro do mesmo rei, e nas quais então morava João Simão, grande privado de el-Rei D. Denis e seu meirinho-mor<sup>2</sup>, as quais casas partiam com outras, que o dito João Simão tinha comprado a um tal Estevão Domingues, que fôra saquiteiro do mesmo rei.

<sup>1</sup> *Mon. Lus.*, tom. vi, 1672, pág. 219.

<sup>2</sup> *Mon. Lus.*, tom. v, 1650, fl. 212.

Pregunto: ¿ se essas casas fôsem um paço edificado pelo ilustre pai do doador, não havia isso por força de constar na carta? um paço real, habitado por Afonso III, um paço real, em cujo recinto houvesse visto a luz o doador, ¿ designá-va-o êsse doador apenas como: *as minhas casas que eu hei na freguezia de S. Bartholomeu de Lisboa, que foram de Vicente Martins*<sup>1</sup>? Não, certamente não.

Portanto, o que se percebe é bem diverso do que se julgava: essa casa, em lugar de ter sido herança de Afonso III passada a seu filho D. Denis, passara de Vicente Martins (por compra ou deixa) para el-Rei, que a doou em 1317 a seu neto D. João.

O que alguns julgam é que el-Rei D. Denis, o reedificador dos paços da Alcáçova, e o doador da citada casa na freguesia de S. Bartolomeu, habitava ou habitou na mesma freguesia um *palácio fronteiro á igreja para a qual tinha passadiço e tribuna* (palavras de João Baptista de Castro, citadas por mim pouco acima). Pode-se supor, até certo ponto, que o paço doado seja êste; mas nada prova que o fôsse, nem que houvesse sido fundado por Afonso III.

Vieram, passados anos, as tristes desavenças entre o infante D. Afonso (Afonso IV) e seu meio irmão D. Afonso Sanches; os bens dêste em Portugal foram-lhe confiscados pelo seu antagonista

<sup>1</sup> Vidé em nota no fim do volume a íntegra do documento, fielmente copiado por mim na Tôrre do Tombo, da Chancelaria respectiva, liv. III, fl. 113 v.

depois de rei; afinal firmou-se a paz entre ambos os contendores; e diz frei Rafael de Jesus que, se bem não constem as condições do pacto, é certo ter D. Afonso sido reintegrado na posse dos seus bens, ficando contudo residindo em Castela. Seu filho D. João Afonso é que passou logo para Lisboa, onde ficou vivendo, possuindo, entre outros bens, os *paços reais que el-Rei D. Denis lhe doou no distrito parochial de S. Bartolomeu, ano de 1317, em que sempre viveu*<sup>1</sup>.

Nada disso prova que essa casa, em que D. João *sempre viveu*, fôsse um paço fundado por seu bisavô; e (torno a perguntar) se o fôsse ¿ poderia admitir-se que a doação de el-Rei D. Denis não aludisse a tal e tão conspícua circunstância?

Caducou a lenda. É pois forçoso reconhecer o seguinte:

1.º Não se sabe *ao certo* se el-Rei D. Afonso III fundou uns paços em S. Bartolomeu;

<sup>1</sup> Palavras textuaes: ... «Tratou-se a paz; e de hũa e outra parte se firmou o contrato. E ainda que nossos Cronistas não especificão as condiçoens do pacto, he certo que foy com o Infante ficar restituido em todos os bẽs patrimoniaes, de que fôra despojado. Fando a affirmativa, em que supposto que o Infante D. Alfonso Sanches ficou em Albuquerque, e vivea em Castella; seu filho D. João Alfõso de Albuquerque veyo logo viver a Lisboa, possuindo no Reyno os bẽs de seu Pay, e entre elles os paços Reays q̃ elRey D. Diniz lhe doou no destrito Parrochial de S. Bertholameu, anno de 1317, em q̃ sempre viven...» — *Mon. Lus.*, parte VIII 1683, pág. 252.

2.º Não se sabe *ao certo*, no caso de os ter fundado, se aí nasceu el-Rei D. Denis;

3.º O prédio doado por el-Rei D. Denis a seu neto D. João podia ser, e podia não ser, aquela casa histórica.

O primeiro vestígio que se topa autêntico de um paço real na freguesia de S. Bartolomeu, e *a par* (defronte) dessa igreja paroquial, remonta aos dias de el-Rei D. Denis; é certo; depois há uma lacuna, e torna a aparecer-nos autenticamente documentada a existência de um paço (que é bem possível, e até provável, fôsse o mesmo), nos últimos anos do século xv.

Esta é, quanto a mim, e salvo melhor juízo, a verdade nua e crua.

## CAPÍTULO V

Nos últimos anos do século xv habitava no paço de S. Bartolomeu a rainha D. Leonor.—Uma asserção de Damião de Góis.—Descendência de D. João Afonso; conjectura-se que nessa descendência ficasse a herança dêle. Verifica-se porém que o prédio foi comprado por D. Manuel e doado a sua irmã D. Leonor.—Atreve-se o autor dêste livro a apresentar a identidade do paço de S. Bartolomeu e do de Santo Eloi.—Provas em que se funda.—Estada-se, como refôrço à argumentação, outro palácio visinho da igreja de S. Tiago.—Pertenceu aos Castros, senhores do Paúl de Boqalobo.

Sim; nos últimos anos do século xv habitava nos seus paços de S. Bartolomeu a grande rainha D. Leonor, viúva de el-Rei D. João II. Logo veremos em que fundo a afirmativa. Atenhamo-nos por ora aos principios do século xvi.

Quando em 1508 e 1509 ela planeava a fundação do seu mosteiro, da primeira regra de Santa Clara, que veio a erigir-se em Xabregas, tinha a mesma rainha (segundo diz frei Fernando



da Soledade na sua *Historia Seraphica* <sup>1</sup> umas casas onde morava *n'esta cidade de Lisboa, situadas entre a igreja de Santo Eloy, e a parochia de S. Bartholomeu, que, por nobres e grandes, lhe pareciam proprias para o effeito do seu destino* (a fundação do mosteiro).

Essa notícia repete-a quasi pelas mesmas palavras um cronista monástico, frei Jerónimo de Belém, e diz que, possuindo a rainha *um palacio n'esta Côte, entre a igreja de Santo Eloy, de conegos seculares de S. João Evangelista, e a parochia de S. Bartholomeu, n'elle delineou a fundação* <sup>2</sup>.

Mas se estas afirmações não bastam, por serem de autores dos séculos xvii e xviii, busquemos as de um coevo.

Narrando Damião de Gois um caso acontecido em 1512, e a que logo me referirei, pois dá muita luz para o problema que nos ocupa, diz assim:

*Sua Alteza* (el-Rei D. Manuel) *acostumava ir muitas vezes visitar a Rainha D. Leonor sua irmã, que então poisava nos seus paços a par da igreja de S. Bartholomeu* <sup>3</sup>.

¿ Que significa isto? que valia têm essas palavras? teria a rainha comprado a casa? te-la-ia havido por doação? Tudo dúvidas.

Que o prédio não lhe estava alugado, parece certo; devia ser propriedade da aludida senhora.

<sup>1</sup> Parte iv, liv. i, cap. xviii (tom. iv, pág. 65, col. 1.<sup>a</sup>).

<sup>2</sup> *Chron. Seraphica*, parte iii, liv. xiii, cap. i. (tom. iii, pág. 2, col. 1.<sup>a</sup>).

<sup>3</sup> *Chron. d'el-rei D. Manuel*, parte iii, cap. xl.

Provar-se-ia com isto (se fôsse prova concludente a afirmação de um autor relativamente moderno): neste mesmo prédio projectou ela, como acima disse, fundar um convento de religiosas reformadas da Ordem de Santa Clara. *Intentava fazel-o — diz o autor do Santuario Mariano — nas suas casas, que estão defronte da egreja de S. Bartholomeu, junto a Santo Eloy* <sup>1</sup>.

E noutra parte repete o autor a mesma afirmação, dizendo que neste palácio vivia a rainha *quando se resolveu a fundar o convento das Religiosas capuchas da primeira regra de S. Francisco, a quem damos o titulo da Madre de Deus, em o valle de Xabregas* <sup>2</sup>.

Como se está vendo, êstes escritores eclesiásticos *todos*, homens doutos, applicados, e que tinham sempre à mão mil subsídios autênticos, concordam em que a rainha habitava ali junto a Santo Eloi nos começos do século XVI, e, seguindo a supra-indicada asserção de Góis, também concordam (ao que se figura) em que o prédio pertencia à augusta moradora.

Mas vamos devagar e cautelosamente.

\*

Aquí vai uma conjectura :

O supra-mencionado D. João Afonso, senhor de Albuquerque, neto de el-Rei D. Denis, foi,

<sup>1</sup> Tom. I, pág. 125.

<sup>2</sup> Tom. VII, pág. 136.

como disse, dono e habitante do tal famoso prédio em S. Bartolomeu. Passaram os seus haveres a seu filho D. Fernando Afonso de Albuquerque.

D. Fernando Afonso não casou, mas de uma senhora inglesa, por nome Laura, teve duas filhas: D. Joana de Albuquerque e D. Tereza de Albuquerque.

D. Tereza (para encurtar razões) teve por bisnetos a

*Pedro de Albuquerque*, que se achou implicado na conjuração do duque de Vizeu, e foi degolado, confiscando-se-lhe os bens;

E mais, além de outro que não teve geração:

*Lopo de Albuquerque*, conde de Penamacor, por graça de el-Rei D. Afonso V em 1476, copeiro-mor, etc. Êste Lopo, desavindo também com el-Rei D. João II (como tôda a gente), passou por conjurado, e fugiu para Inglaterra. Foram muitas as diligências que fez o vingativo soberano para o alcançar, mas baldadas. Veiu Lopo de Albuquerque a falecer em Sevilha, e dêle existe descendência muito ilustre <sup>1</sup>.

O leitor já vai ver para que eu trouxe isto tudo.

Como quartos netos de D. João Afonso, senhor de Albuquerque, deviam êstes dois, Pedro e Lopo, possuir provavelmente, ainda em dias de el-Rei D. João II, a tal casa de S. Bartolomeu, que, segundo já contei, fôra doada por el-Rei D. Denis a seu neto. Confiscados os bens de Pedro e Lopo,

<sup>1</sup> Veja-se Rui de Pina, *Chron. de D. João II*, cap. XXXIV.  
— Garcia de Resende, *Vida e feitos*, etc., cap. LXXIV.

entraria no confisco este prédio <sup>1</sup>. Seria ousadia supor-se que fôsse então doado, pelos anos de 1487 ou 88, à rainha D. Leonor? Sendo assim, a rainha entrava na posse do prédio que el-Rei D. Denis possuía e onde habitara.

ADITAMENTO. <sup>2</sup>—Tôda esta argumentação cai porém pela base em presença do seguinte documento do arquivo da Torre do Tombo, de que viemos a ter conhecimento:

«Dom Manuel, etc. — A quamtos esta nossa  
«carta virem fazemos saber q̃ a nos praz fazer-  
«mos seruiço e doaçam aa Raynha minha sse-  
«nhora das nossas casas q̃ estam em lixboa  
«jumto com sancto loy que sam do nosso pa-  
«trimonio e as ouuemos por compra de dom  
«fernando marichall de nossos Regnos e esto  
«com todo seu asentamento emtradas e saidas  
«assy e pella maneira que ellas annos (*a nós*) de  
«direito pertemçem.

«E per esta lhe damos poder e autoridade que  
«per seus offiçiaaes e quem a sua alteza aprouer  
«mande tomar aposse das ditas cassas e fazer

<sup>1</sup> Como idéia associada direi que possuo, por favor do meu jóven e estudioso amigo Gabriel de Almeida Santos, filho do sr. barão de Almeida Santos, cópia de um contrato de aforamento de certo terreno a um Diogo da Silva, terreno que ficava defronte das casas onde vivia o dito Diogo, e no qual fôra a casa de Lopo de Albuquerque confiscada pelo rei. Tem a data de 15 de Julho de 1550. O original pertence ao mesmo sr. Gabriel de Almeida Santos.

<sup>2</sup> Por A. V. S.

«dellas E em ellas o que lhe prouuer e em tes-  
 «temunho dello lhe mandamos dar esta nossa  
 «carta per nos assinada e aasellada do nosso  
 «sello pendente dada em anossa villa de setuual  
 «a xxix dias do mes dabrill gaspar Rodrigues  
 «afez anno donacimento de nosso Senhor Ihu  
 «xpo de mill e iiij l R vj annos <sup>1</sup>» (1496).

Como acima disse, só no tempo da rainha D. Leonor é que se ouve nos livros velhos menção de tal residência no paço de S. Bartolomeu; e não é inverosímil que um palácio, próximo, como este, à Alcáçova, fôsse habitado pela viúva de el-Rei D. João II, e (darei mais) pela mesma senhora, ainda em vida de seu marido (como logo demonstrarei à evidência).

\*

Agora apresentarei aqui, pela primeira vez, uma atrevida persuasão em que ando há muito: o paço de S. Bartolomeu não é outro senão o de Santo Eloi; duas designações da mesma casa. Prova:

A frase de Damião de Góis *a par da igreja de S. Bartholomeu* parece caracterisar ao certo o sítio da casa; isto é, coloca-a na vizinhança muito próxima da parochial de S. Bartolomeu <sup>2</sup>.

<sup>1</sup> *Misticos*, liv. 1.º, fl. 282 v.

<sup>2</sup> Em frente, que é a significação do termo *a-par*. —  
 Nota de A. V. S.

Mas como este templo ficava também muito visinho do convento de Santo Eloi (os Loios), não estará isto revelando identidade entre os dois paços?

Os depoimentos escritos dão a rainha D. Leonor possuindo, pelos mesmos anos pouco mais ou menos, o paço *de S. Bartholomeu* (haja vista em 1512 Damião de Góis), ou o paço *de Santo Eloy* (haja vista o auto do casamento do duque D. Jaime no ano de 1500, onde se lê: *as casas da Rainha D. Leonor nossa senhora, que estão junto com Santo Eloy*<sup>1</sup>). Depois vieram escritores que, embora não já contemporâneos da rainha nem do paço, eram homens instruídos e versados em antiguidades; e lemos, por exemplo, no *Santuário Mariano*<sup>2</sup>, que a rainha D. Leonor tinha *as suas casas, que estão defronte da igreja de Sam Bartholomeu, junto a Santo Eloy*; ou na *Historia Genealogica da Casa Real*<sup>3</sup>: que morou *junto á igreja de Santo Eloy*; ou na *Chronica Seraphica*: que possuía *um palacio n'esta Côte entre a igreja de Santo Eloy... e a parochia de S. Bartholomeu*<sup>4</sup>; ou na *Historia Seraphica*: que *tinha umas casas onde morava... entre a igreja de Santo Eloy, e a parochia de S. Bartholomeu*<sup>5</sup>.

Qualquer desses autores citados, ou frei Agostinho de Santa Maria, ou D. António Caetano de

<sup>1</sup> *Hist. Gen.; Provas*; tom. iv, pág. 17.

<sup>2</sup> Tom. i, pág. 125.

<sup>3</sup> Tom. v, pág. 493.

<sup>4</sup> Tom. iii, pág. 2.

<sup>5</sup> Tom. iv, pág. 65.

Sousa, ou frei Jerónimo de Belém, ou frei Fernando da Soledade, conhecia bem Lisboa, conhecia Santo Eloi e S. Bartolomeu, igrejas muitíssimo próximas uma da outra, e apenas intervaladas por uma rua ou largo. Portanto, tudo leva a crer que todos êles se referiam à mesma casa a que se referia Góis, e o citado documento coevo.

E se assim é, como julgo; se todos êsses escritores designam com o título de dois santos diversos, um e o mesmo palácio; se o dito palácio da rainha tinha um passadiço para Santo Eloi (edifício mais moderno que a igreja de S. Bartolomeu), como dantes o tivera para S. Bartolomeu; se tudo isto tem visos de verdade, parece estar achado o sitio exacto de residência tão célebre. Note o leitor uma coisa antes de mais nada: teriam razão a um tempo duas pessoas, das quais uma dissesse que o palácio Marialva (casebres do Loreto, hoje praça de Luiz de Camões) ficava junto à igreja do Loreto, e a outra afirmasse que ficava junto à da Encarnação.

Dir-se-me-há: ¿ Não poderia a rainha morar em duas, e até muitas casas, durante a sua viuvez?

Respondo: de certo que podia; mas a circunstância de no-la mostrarem contemporâneos seus morando a-par de Santo Eloi e a-par de S. Bartolomeu (o que tudo, referindo-se aos mesmos anos, e numa área tão restricta, parece uma e a mesma indicação), leva-me a concluir que os dois paços em questão não podem deixar de ser um só.

A identidade entre o paço da rainha D. Leonor e o de el-Rei D. Denis, com o *passadiço* para

S. Bartolomeu, essa já o meu mestre e respeitável amigo o sr. Vilhena Barbosa a tinha adoptado, e muito bem<sup>1</sup>.

E note-se outra minúcia: na frase que citei pouco acima, transcrita do *Santuário Mariano*, onde o autor menciona as casas da rainha, escreve em 1707: *as suas casas, que estão defronte da igreja de S. Bartholomeu*; diz positivamente *que estão*, e não *que estavam*, *que foram*, ou *que se diz terem sido*; diz *que estão*; logo, ainda em 1707 tôda a gente (ou pelo menos a gente douta) sabia onde era o prédio da rainha. De então para cá deixaram perder essa noção preciosa.

Agora paremos aquí, e estudemos uma circunstância topográfica importante, que vai contribuir para a lucidez dos futuros argumentos.

\*

O leitor conhece a igreja de S. Tiago. Êste templo tem a sua frente para a rua de S. Tiago, a que António Carvalho da Costa chama *rua larga defronte da igreja que vae dar ao convento dos Loyos*, João Baptista de Castro *rua larga que vae da igreja de S. Thiago para os Loyos*, e o *tombo da cidade* designa por *Largo grande de S. Thiago*.

Essa rua de S. Tiago pega, pelo nascente, junto ao templo paroquial, com o largo do Con-

<sup>1</sup> *Archivo Pitt.*, passim.





tador-Mor. Na esquina da rua, no seu extremo ocidental, há um enorme prédio, de nobre e grande aparência, onde está uma escola municipal, dessas muitas que por aí pululam agora (1889). Não se crê o trabalho que me tem dado êsse prédio, para afinal tirar das minhas investigações pouquíssimo resultado. Que é edificação antiga, é bem certo; já o aspecto geral o demonstra, com uma espécie de torre a um lado; e confirma-o a grandeza daquelas divisões todas, reformadas (está-se a ver) no século xvii ou no xviii.

Quem entra na loja do dito palácio, suplicando humildemente licença para isso ao porteiro, que na sua magnanimidade a concede em hora de bom humor, pode ver, no primeiro patamar da mesquinha escada de serventia para as salas, uma graciosa mísula, que sustenta a volta redonda do arco em nervuras ou ribetes; tudo muito característico, se bem que emplastrado em tinta de óleo. Essa mísula, por forma nenhuma mais moderna que a primeira metade do século xvi, e talvez sessenta ou setenta anos mais antiga, tem na sua face inferior um pequenino escudete de armas, que facilmente se percebe ser o dos Castros de seis arruelas, com quanto as arruelas pareçam, à primeira vista, seis grossas cabeças de prego; escudete precioso, que (à falta de outras indicações, que, por mais que diligencieei, pedi, e supliquei, não pude obter) nos vai dar um clarão de luz electrica nêstes escurissimos assuntos.

Aquelas seis arruelas são nada menos que o indício certo de que o prédio pertenceu a um

ramo da familia Castro; ¿mas qual? Damião de Góis é que, por incidente, mo deixou entrever, e as minhas porfiadas diligências completaram o mais; êsse ramo era o dos senhores do Paúl de Boquilobo, cuja linha veio a entrar na dos marqueses de Nisa. Aqui abre-se uma história necessária. Eu conto.

## CAPÍTULO VI

Apresenta-se aos olhos do leitor um caso interessante de  
1512. — Justiça de el-Rei D. Manuel.

Foi o segundo senhor do Paúl de Boquilobo um D. Álvaro de Castro, governador da Casa do Cível em tempo de el-Rei D. Manuel, vedor da fazenda de el-Rei D. João II, homem de muita autoridade na côrte, e cuja personalidade, vivaz e original, ainda hoje se destaca, em todo o seu brilho, das páginas dos cronistas coevos. ¶ Com que imensa verdade o não retrata Damião de Góis, por exemplo, pintando-o *muito cortesão, grande motejador, e mui eloquente no falar! tanto, que onde quer que estava, faziam roda de homens que chegavam para o ouvir.*

Está-se a perceber o personagem: sempre gracioso, sempre com o trôco e o sorriso, narrando bem, aproveitando as anedotas verídicas, salgando-as, talhando o discurso às posses do auditório, e polvilhando o diálogo com a brilhante grangeia

do epigrama de sala. Êsses homens assim, revivem depois nos livros dos Valérios Máximos de todos os tempos.

Tinha grande casa D. Álvaro de Castro, com muitos creados, e numerosas donzelas e *escravas brancas* do serviço de sua mulher. Esta era D. Leonor de Noronha, filha do conde de Abrantes D. João de Almeida, senhora de muito sizo e virtude, de que deu provas.

Entre as suas *escravas brancas* havia uma muito formosa, a quem ela estimava sôbre-modo, e a quem requestava um pobre rapaz, daqueles muitos que se criavam à boa sombra dos grandes. Fôsse pelo que fôsse, desagradaram tais amores a D. Álvaro e a D. Leonor, e viu-se o infeliz amador despedido, e proibido de tornar.

Ateou-se a labareda dos amores contrariados; continuaram os dois correspondendo-se, a ponto que teve D. Álvaro denúncia de que lhe entrava sorrateiro em casa o atrevido e constante mancebo. Postas espias, não tardou o triste em ser colhido certa noite, em que, do jardim para a varanda, ou de algum eirado escuso, conversava à luz das estrelas com a mísera e gentil dona dos seus pensamentos. Foi um reboliço no palácio. Agarrado o intruzo, esbravejou D. Álvaro ferido no seu orgulho; e mandando vir os moiros do serviço da sua estrebaria, ordenou-lhes que açoitassem para escarmento, e sem dó nem piedade, o imprudente infractor das suas imunidades. Tão bem, e tanto à moirisca, o açoitaram os moiros, que o desgraçado ficou todo uma chaga; não

tinha sítio no corpo, que não gotejasse sangue. Escorraçado para a rua, fechados os portões, e dado exemplo sanguinário pelo orgulhoso governador da Casa do Cível, recaiu o palácio e a rua no socêgo habitual daquêle bairro.

*Mas o cruento drama era em meio*—como diria o poeta. Era o justicado filho de boa gente; o sangue, que lhe escorrera dos vergões das azurragadas moiras, se não era azul, não era eivado de mácula; tinha a triste vítima de D. Álvaro certos parentes limpos, e até empregados no paço, os quais, ao saberem do acontecido (e souberam-no logo), prometeram empenhar-se quanto pudessem em favor do injuriado, cuja afronta os salpicava a êles todos em geral. Se bem o prometeram, melhor o cumpriram; e quando à seguinte manhã, no paço da Ribeira, saía el-Rei D. Manuel dos seus aposentos para a capela a ouvir missa, impeliram ao seu encontro, numa evidência suplicante, numa humildade trágica, um pobre homem embuçado numa capa, e que, ao acercar-se do seu rei, se desembuçou, e em lágrimas lhe disse, mostrando nús o peito e as costas a escorrer sangue:

—Senhor, *jece homo!* eis a justiça que em mim mandou fazer o vosso governador da Casa do Cível.

—¿Porquê?—preguntou el-Rei parando e comovido.

—Por me achar falando com uma sua escrava.

Mandado agasalhar o homem, indagados num relance os principais pormenores, e ouvida missa, onde sem dúvida consultou el-Rei muito com a sua consciência, chamou o senhor D. Manuel a André Pires Landim, seu escrivão da câmara; ordenou-lhe então que fôsse ter com D. Álvaro de Castro, e lhe dissesse da sua parte que se considerasse suspenso do seu ofício de governador, ficasse preso em casa até nova ordem, e entregasse logo a André Pires quinhentos cruzados, para serem dados como indemnização à vítima dos seus intempestivos furores.

Quando André Pires se fez anunciar a D. Álvaro, saiu-lhe êste logo, risonho e cortesão, como costumava, perguntando desprecitado:

—André Pires, ¿que boas venturas me entram hoje em casa com a vossa visita?

—Senhor—tornou com modo triste o emissário—eu bem vos quizera trazer recado mais de vosso gôsto do que trago.

E disse a que era vindo.

Ficou petrificado D. Álvaro, e respondeu com ar sério e concentrado, depois de alguns instantes de silêncio:

—Pois que el-Rei manda, tudo cumprirei sem falta. Agora, quanto a dinheiro, não há tanto de contado nesta casa; mas aguardai vós, que sôbre penhôres o mandarei buscar.

Entregue a quantia dos quinhentos cruzados, soma grande para então, e que hoje (1889) equivaleria a réis 1:080\$000, despediu-se Landim, não pouco maguado da comissão.

\*

Mandou logo chamar D. Álvaro a casa os seus principais parentes, que eram Castros, Limas de Vila-Nova de Cerveira, Almeidas de Abrantes, e outros, e expôs-lhes o acontecido. Faz-se idéia da magna conferência. Todos à-uma tomaram as dores do ofensor, dando-lhe honras de vítima da crueza de el-Rei; e assim como os parentes do amante da escrava se tinham unido na defesa d'ele, também os do governador da Casa do Cível confraternizaram todos no mesmo pensamento de pugnar pelo seu consanguíneo.

E eles aí vão em grupo cerrado ter com el-Rei. Estranharam-lhe o rigoroso castigo, com que assim se amesquinhara e abatera a fidalgo de tal grandeza; mas baldou-se-lhes a eloquência, porque el-Rei foi inflexível, e respondeu atalhando-os:

—Ainda que D. Álvaro fôra rei, não devia fazer justiça em sua casa, mas só promovê-la pelas vias ordinárias. O castigo que lhe dei, ainda me parece brando para o que êle merecia. Ide-vos todos em boa hora; farei a justiça que melhor me parecer.

Com esta resposta firme e digna ficaram muito agravados os requerentes, a ponto que alguns até deixaram de mostrar-se no paço, onde aliás, segundo os seus cargos, lhes cumpria aparecer. Foi uma espécie de protesto; uma rebelião quasi patente. Dois filhos de D. Álvaro, moços-fidalgos de el-Rei, D. Fernando, o mais velho, e D. João, não compareceram mais ao serviço da mesa do

seu senhor. A ousadia destas manifestações está a revelar o espinho que pungia aquelas almas; e no meio disto tudo, escabujava de fúria, na sua prisão humilhante, o impetuoso senhor do Paúl de Boquilobo.

Uma tarde, estando el-Rei merendendo, ou ceando, junto de uma janela do paço, viu andarem a galopar no Terreiro dois rapazotes, que lhe pareceu reconhecer. Afirmou-se, perguntou, e soube que eram D. Fernando de Castro e D. João, os desertores. Não se poudo conter a uma tal provocação; e chamando o seu mordomo-mor, conde de Tarouca D. João de Menezes, prior do Crato, os mandou riscar dos livros das moradias.

Esta severidade ainda doeu mais à família do que as antecedentes. Lá vem de novo a turba da parentela representar a el-Rei contra tais providências, alegando os longos serviços da casa de Castro ao rei e ao reino, e em especial os de D. Álvaro. Recebeu-os el-Rei carracundo, disse-lhes que faria justiça segundo a entendesse, e ordenou-lhes que se retirassem.

Por este lado estava tudo perdido; o desgano era terrível. Acabada a missão dos homens, entrou, com a missão tôda conciliadora, a mulher; tomou a si D. Leonor de Noronha a desgraça de seu marido, e determinou revolver céus e terra. A mulher é sempre a mesma: sempre o anjo da guarda, sempre a missionária da paz. A sua bondade é astúcia; a sua astúcia é amor.



\*

Um dos que mais privavam com el-Rei era Frutuoso, ou Frutos de Góis, irmão do célebre cronista; homem do mundo, carácter conciliador, a quem neste caso coube o engraçadíssimo papel de intrigante do bem, mexeriqueiro no bom sentido, enredador da harmonia doméstica. Também os há. Já o leitor vai ver a abençoada doblez do nosso amigo Frutos.

Um dia recebeu êle um recado em segrêdo, da parte de D. Leonor, pedindo-lhe que se isso o não incomodasse, tivesse a bondade de lhe ir falar a casa. Não se demorou Frutos de Góis, e correu aos pés da nobre dona.

Sagacíssima de natureza, previu ela que mais podia num caso difficil, como êste, uma figura secundária, um simples guarda-roupa de el-Rei, do que todo o entono dos grandes senhores, que, mais aggressivos do que humildes, tinham até ali blazonado apadrinhar a questão. Confiou-se tôda ao valido; expôs-lhe, lavada em lágrimas, a humilhante posição do seu Álvaro, o desdoiro dos filhos, a amargura daquela casa tôda, assim enlutada pela severidade de el-Rei, de el-Rei sempre benigno para todos, e agora tão áspero para tão leal servidor; e por fim pediu conselho.

Respondeu o guarda-roupa, depois de meditar, que nunca se atreveria a falar a seu amo em tão melindroso assunto, mormente atendendo ao péssimo resultado das duas embaixadas dos fidalgos; mas que, bem conhecedor do génio dêle, sabia,

de raís, que o modo de o vencer era empregar brandura, e não asperezas; que lhe parecia estar tudo nas mãos d'ela D. Leonor.

— ¿ Nas minhas? !prouvera a Deus que estivesse !

— Está, senhora minha.

— ¿ E como ?

— Eu vo-lo digo. ¿ Não vem el-Rei visitar muitas vezes aquí, ao pé da vossa casa, sua irmã a rainha viúva D. Leonor, nos seus paços a-par da igreja de S. Bartolomeu ?

— Vem; ¿ e depois ?

— Quando perceberdes que chegou el-Rei, ide num pronto a casa da rainha. Sabeis que algumas vezes costuma êle pedir água, e conservas dôces, que lhe são servidas por alguma das damas presentes. Servi-o vós, senhora, e pedi à rainha que, como coisa sua, interrogue seu irmão sôbre os termos em que se acham os negócios de seu senhor D. Álvaro. Nada mais. Entregai o resto a Deus, e crede que é grande o desgosto de Sua Alteza; ¡ muito grande !

Agradeceu D. Leonor o alvitre, e prometeu segui-lo.

Aquí principia o chocalheiro o seu bonito papel. Foi se ter com el-Rei, contou-lhe tudo em confidência, e ambos riram muito, porque a verdade é que o desejo do soberano era poder perdoar. Era deveras amigo de D. Álvaro; e em suma, faziam-lhe falta, lá nos seus serões, e no seu conselho, e nos seus passeios pelo rio, e nas suas alegres merendas, o talento, a conversação

chistosa, o rosto vivo e prasenteiro do seu governador da Casa do Cível. Ficaram entendidos, o amo e o guarda-roupa, e começaram a trabalhar de acôrdo.

\*

Uma tarde próxima, ouviu D. Leonor, lá do interior dos seus aposentos, subirem a rua de S. Tiago as charamelas anunciando el-Rei. Não tardou em sair à pressa, e apresentou-se na casa da sua real visinha.

O senhor D. Manuel, amabilissimo como sempre, esteve em grande conversação com sua irmã, disfrutou das janelas o Tejo, que estava lindo, falou, riu, e afinal, com modo intencionalmente distraído, pediu o clássico copo de água.

!Oh! como palpitou àquêlê pedido de água e doces, o coração affectuoso de D. Leonor de Noronha! Correu a buscar a merenda; e de salva na mão, ajoelhou aos pés do monarca, pálida, com os olhos húmidos de lágrimas. Queria fazer-se forte; e a boa rainha, que entrava na conspiração, e tencionava talvez, quando achasse ocasião propicia, dirigir a seu irmão alguma pergunta capciosa, estava passada, e com imenso dó da sua dama. O rei, que percebia tudo, e as estava embaçando a ambas com muito chiste, era quem mais indiferente se mostrava. !Que cena!

De repente, olhando com a maior naturalidade para D. Leonor, perguntou-lhe como estava D. Álvaro, pois tinha ouvido que não se achava bem. Respondeu ela em voz trémula, que a doença do marido, só Deus e Sua Alteza a podiam curar. E debulhou-se em pranto.

— Vamos, vamos, socegai; — tornou el-Rei, comendo uma succulenta laranja doce de Setúbal — tudo se há-de fazer pelo melhor.

\*

Ao outro dia contou el-Rei, a Frutos de Góis, o sucedido, e combinou com elle o modo de acabar este estado impossivel de coisas.

Foi logo Frutos a casa de D. Álvaro, e pediu-lhe, da parte de seu amo, que à hora da sésta fôsse falar com el-Rei ao paço, mas só, sem parente nem apaniguado. Pregunto eu ao leitor se lhe parece que D. Álvaro faltasse ao chamamento; responde-me, de certo, que lhe parece que não faltaria. Diz muito bem.

El-Rei foi ternamente grave com D. Álvaro; e enquanto elle se lhe deitava aos pés e lhe beijava affectuoso a mão, exprobava-lhe o soberano, em tom paternal, os seus desmandos e rancores, e dava ordem para que o pai e os dois pequenos fôsem reintegrados todos três nos seus lugares. Frutos de Gois espreitava de certo a cena, atrás de um reposteiro. Vou apostar.

Aí fica em poucos traços um esboceto da justiça branda, e ao mesmo tempo severa, de el-Rei D. Manuel. Copiei-o (muita vez formais palavras) da crónica de Damião de Góis <sup>1</sup>. É um quadro de costumes; não podia desprezá-lo neste livro.

<sup>1</sup> Parte III, cap. XI.

## CAPÍTULO VII

ADVERTÊNCIA PRÉVIA.—¿Que veio provar a anedota do capítulo antecedente?—A casa da esquina da rua de S. Tiago para os Lolos, habitada hoje (1889) pelo sr. Cunha Pôrto.—Examina-se êsse vetustíssimo prédio.—Vestígios de um passadiço para a demolida igreja de Santo Eloi.—Palavras de frei Francisco de Santa Maria.—Nessa casa devia ter sido o paço de S. Bartolomeu e Santo Eloi.—A rua das Damas.

### ADVERTÊNCIA PRÉVIA <sup>1</sup>

«O falecido genealogista e historiador Anselmo Braamcamp Freire fez um estudo sobre Antão de Faria, camareiro e íntimo de D. João II, que foi primeiro publicado em vários números do *Jornal do Commercio*, de junho e julho de 1902, e mais tarde em volume, juntamente com outros artigos, sob o título geral de *Historia e Critica* <sup>2</sup>.

<sup>1</sup> Por A. V. S.

<sup>2</sup> Vol. 1, e único publicado, págs. 251 e seguintes.—Edição de 1910,

Nesse trabalho, além da personalidade do biografado, fez o autor um estudo dos locais das visinhanças da casa daquele valido de el-Rei D. João II, que se estendem até ao da desaparecida igreja de S. Bartolomeu, e paços da rainha D. Leonor, mulher que foi do mesmo rei.

Utilizando documentos da época, e com argumentos irrespondíveis, prova o nosso autor que ficavam êstes paços no terreno sensivelmente triangular, compreendido entre a antiga rua da Amargura, pelo norte, e rua de Jerusalém, pelo sul, e o adro da igreja de S. Bartolomeu, pelo nascente.

No espaço assim circunscrito havia em baixo vários quintais e casas de habitação, ocupando o palácio da rainha o andar (ou andares) por cima das sobrelojas. Passados dois séculos e meio depois de aí ter habitado a viúva de D. João II, o que teria envelhecido as casas, ou em consequência do terremoto de 1755, estavam elas arruinadas, ou desmonoradas, e o seu local era chamado o *monturo* <sup>1</sup>.

O sitio onde ficavam os paços, na cidade actual, acha-se indicado no trecho topográfico com que acompanhamos êste volume, em frente da página 82.

A igreja paroquial de S. Bartolomeu, que tinha como dimensões: 14<sup>m</sup>,08 de frente por 22<sup>m</sup> de

<sup>1</sup> *Tombo da cidade de Lisboa, de 1755, Bairro do Castelo*, fl. 4.º v.

fundo <sup>1</sup>, ficava situada em frente daquele palácio de residência da rainha D. Leonor, e o seu local foi marcado, com bastante aproximação, na mesma planta.

Na planta topográfica mais perfeita que se conhece da Lisboa anterior ao cataclismo de 1755<sup>2</sup>, acha-se indicado o sitio da igreja, que todavia não é o exacto, como pudémos verificar por um vestígio que ainda se conserva da referida igreja.

No prédio do lado oriental do pátio que tem os n.ºs 3 e 4 para o largo dos Loios, vive no 2.º andar o nosso amigo Américo de Oliveira, que teve a amabilidade de nos mostrar um aposento da sua residência, onde ainda se veem nos cantos três nascenças dos artezões da abóbada da capela-mor da igreja. Esta capela, assim como a igreja, foram marcadas na nossa planta, guiando-nos por aquêles restos, e auxiliados com o traçado da citada planta de Lisboa anterior ao terremoto, e com os elementos colhidos no *Tombo da Cidade, de 1755*.

Por cima dos referidos aposentos existe um desvão, no qual se conservam ainda os artezões e a pedra do fecho da abóbada, já muito avariada.

A igreja, bem como os quintais circunjacentes, foram entulhados com terras e com detritos do

<sup>1</sup> *Tombo da cidade, Bairro do Castelo*, fl. 5 v.

<sup>2</sup> *Planta topographica da Cidade de Lisboa arruinada, e tambem, segundo o novo Alinhamento dos Architectos Eugenio dos Santos e Carvalho, e Carlos Mardel.* — No Instituto Geográfico e Cadastral, Lisboa.





LARGO DOS LÓIOS, VISTO DO POENTE PARA NASCENTE

O prédio alto do 2.º plano é o corpo do comando e habitação de oficiais da 5.ª Companhia da Guarda Republicana, construído no local onde existiu a igreja do convento de Santo Eloi

*Cliché Ed. Portugal*



terremoto, de forma que o 2.º andar da habitação que visitámos, assim como o seu quintal, acham-se hoje a cerca de 6<sup>m</sup> acima do nível do actual largo dos Loios. No quintal veem-se abandonados dois ou três sarcófagos de cantaria, sem tampas, que provavelmente teriam estado no interior da igreja.

O seminário de Santa Catarina corria ao longo de todo o lado sul da rua da Tôrre, e tinha frente, ou uma das frentes, para o pequeno largo do Seminário, de que apenas resta uma pequena parte, ao fundo da actual travessa de S. Bartolomeu. O seu local na actual cidade acha-se também indicado na nossa planta. O prédio que hoje aí existe, e tem a entrada pela travessa do Chão da Feira, n.º 5, pertence ao sr. João Antunes da Silva, foi talvez reconstruído em 1820, data que se acha inscrita por baixo de uma imagem de S. Marçal, num silhar de azulejos da cosinha. No seu interior conserva-se, do antigo seminário, um claustro interior, a capela com azulejos antigos, hoje restaurada, e talvez a cosinha e um ou outro aposento.

Havendo portanto marcado na nossa planta, muito aproximadamente, o sítio dos paços da rainha D. Leonor, reconhece-se que elles ficam bastante distantes do local em que o visconde de Castilho os supunha, no prédio que torneja da rua de S. Tiago para o largo dos Loios.

Em seguida à publicação, no *Jornal do Commercio*, do artigo de Braamcamp Freire, a que acima nos referimos, escreveu o visconde, em 7 de

Julho de 1902, uma carta ao autor do artigo, por este publicada na compilação que faz parte do livro *Critica e História*, reconhecendo o seu engano, conformando-se com a lógica das deduções de Braamcamp Freire, e lamentando que este não tivesse abertamente declarado a falsidade das suas presunções àcerca da situação topográfica dos paços. A argumentação e as conjecturas do visconde caem portanto por falta de consistência das premissas, mas como ignoramos quais seriam as suas intenções a este respeito, na elaboração do texto da 2.<sup>a</sup> edição da sua obra, e entendemos que não devíamos privar os leitores e os estudiosos do prazer da leitura duma prosa vernácula, e do conhecimento de muitos dados históricos, colhidos e aproveitados pelo visconde nos seus interessantes capítulos sobre os paços da viúva de D. João II, resolvemos transcrever o que elle havia escrito na 1.<sup>a</sup> edição, pondo o leitor de sobreaviso que está tudo certo, menos o que respeita à situação dos paços da rainha D. Leonor, que não eram onde os supunha o autor, mas sim onde se acham marcados no mapa que desenhámos.

Tem a palavra o mestre.”

\*

Mas não foi só como quadro de costumes da côrte portuguesa que escrevi o que aí fica; foi, sobre tudo, porque do que aí fica, já o estudioso coligiu a proximidade em que, segundo o testemunho irrecusável de Damião de Góis, estava

o palácio de D. Álvaro de Castro, do paço de S. Bartolomeu.

Ora o palácio de D. Álvaro era, como disse, na esquina do actual largo do Contador-Mor para a rua de S. Tiago<sup>1</sup>. Já Cristóvão Rodrigues de Oliveira dá aí mesmo, nessa freguesia de S. Tiago, o sítio chamado *Terreiro das Casas do Governador*, que é uma parte do que hoje dizemos largo do Contador-mor, e tirava nome dêste Castro, *governador* da Casa do Cível; e D. Rodrigo da Cunha escreve esta exactíssima indicação topográfica: ... «a igreja de Santiago junto às casas dos Castros<sup>2</sup>». Está perfeitamente caracterizado o palácio. Logo, devemos ir procurar o paço da rainha aí na visinhança muito próxima.

—¿ Onde?—pregunta ancioso o leitor, cansado de tóda esta laboriosa argumentação.

Eu lho digo, mas não quero para mim a glória *tóda* do descobrimento; não me pertence.

O mais a que me parecia ter chegado era (quando muito):

1.º—identificar até certo ponto os famigerados paços de Santo Eloi e S. Bartolomeu;

2.º—achar o palácio de D. Álvaro de Castro, e, aproximando dêle as palavras de Góis, pôr me a tactear no escuro, procurando ao-pé dêsse prédio, para o lado ou para cima, o paço da rainha D. Leonor de Lancastre.

<sup>1</sup> Em 1755 eram aí umas casas da Basilica Patriarcal — *Tombo da Cidade, Bairro do Limoeiro*, fl. 65 v.

<sup>2</sup> *Hist. Eccl.*, parte 1, cap. vii.

Consultava escritores que se tinham occupado do assunto, e essas consultas (devo confessá-lo) enchiam-me de confusões. Por exemplo: um artigo anónimo intitulado *O Castello de S. Jorge*<sup>1</sup>, e em cujo autor julgo reconhecer nada menos que Vilhena Barbosa, inclina-se a que o paço de S. Bartolomeu fôsse onde hoje vemos (muito renovados, é claro) os dois palácios grandes do largo do Contador-Mor; e eu objectava, de mim para mim, que a distância a que ficavam da igreja de S. Bartolomeu impedia o passadiço, que aliás se dava como certo.

Tive momentos de incerteza incomodíssima, e de muita amargura.

\*

Senão quando, uma tarde, no dia do Corpo de Deus de 1888, visitando o meu amigo o sr. José da Cunha Pôrto, na sua bellissima residência da rua de S. Tiago, n.º 24, esquina dos Loios, êle teve a bondade de me dar parte das conjecturas que formava, e que o habilitavam a supôr tivesse sido ali, naquêle nobre prédio senhoril, o paço de Santo Eloi. E nisto tudo éramos ambos encaminhados pela fina intelligência de outro amigo, o sr. Júlio Carlos Mardel de Arriaga, ali presente, e que também se dera ao estudo detido da matéria.

<sup>1</sup> Publicado no jornal de 1842, *Universo Pittoresco*, tom. II, pág. 115.

Ao princípio não aceitei a hipótese; mas, de investigações em investigações, foi entrando comigo a persuasão; e hoje mantenho-a, e defendo-a.

De mais a mais (isto foi de muito pêso para mim) os dois investigadores não eram *les premiers venus*; eram homens instruídos, amantísimos da antiguidade, e dedicados a ela. As salas e os gabinetes do sr. Cunha Pôrto dão disso documento; são primorosos museus, organizados com o mais fino gôsto. Desde a loja, abaixo da escadaria, onde encontramos uma rica liteira antiga, que alí está como se acabasse de se apear dela alguma elegante seiscentista; desde a sala de entrada, onde soberbas armas velhas, entre móveis severos, cofres do século xv, cadeiras preciosas de coiro imprensado, nos predispõem com muita arte para o que adiante nos espera; desde êsse salão grave, onde os brandões, erguidos em vetustos candelabros colossais de ferro, dizem com o estilo da ornamentação e a côr sombria dos estofos; desde essa sala, digo, até à risonha sala à Luiz XV, ou à formosa sala à Luiz XVI, onde os carcéis de Sèvres mais autênticos alumiam os magníficos retratos em miniatura dos dois régios guilhotinados; tudo, afinado pelo gôsto do dono da casa, nos transporta para bem longe do nosso tempo, e nos dá a impressão singular de um museu *sui generis*. Porque é preciso observar uma coisa; aquela residência não é um bazar, nem é um vulgar museu. Com um supremo tacto de homem elegante, o sr. Cunha Pôrto manteve-se nos limites, e não fez (como muitos) de uma sala

um armazém de ferro-velho, nem de um museu um gabinete. Não; aquilo são salas, iluminadas pela inteligência de um apreciador, mas são salas; há a compreensão do todo, e a compreensão dos pormenores. Tudo está no seu lugar; tudo tem o seu motivo e a sua história, que o amável cicerone nos conta, o que realça ainda a valia dos objectos.

Trago isto tudo muito de propósito para mostrar como o espírito do sr. Cunha Pôrto se compraz no estudo das velharias, e quanta deligência teriam posto, êle e o sr. Mardel, nosso comum amigo, na averiguação da autenticidade do paço da rainha D. Leonor.

Vamos por partes.

¿ Ê ou não é aquêlo prédio antiquíssimo? Ê, de certo. A data que tem sôbre o portão, 1682, relativamente moderna, mostra apenas que houve nêsse ano consideráveis obras de reconstrução, que ainda assim não apagaram alguns vestígios muito velhos, que por dentro da casa se observam. Êsses vestígios podem bem ser do século xv, ou talvez anteriores alguns.

Há um claustrosinho interior (por outra, um fragmento de claustro), que hoje pertence ao prédio contíguo, com uns restos de arcadas preciosas. Há nos ricos madeiramentos das portas, que últimamente eram pintalgadas a óleo, mas que estão convenientemente desnudadas, uns labores de antigo desenho. Há azulejos de grande vetustez. Há uma cisterna antiquíssima. Há umas portas almofadadas em não sei que armários, que devem ter séculos. Em suma: aquêlo palácio,



restaurado por mão poderosa no século xvii, e à moda mais primorosa da era, traz em si mesmo, no todo e nos pormenores, sinais mais que evidentes de ter sido morada altamente aristocrática, se não principesca, há uns quatro séculos, ou mais.

Aceito isto, prossigamos.

A sua posição, mesmo ao lado da igreja do convento dos Loios, justificava um passadiço, que saltando num arco sôbre a rua, fôsse dar na capela-mor da mesma igreja. Dêsse passadiço, que (segundo João Baptista de Castro) só de uma parte pertencia à freguesia de S. Tiago, porque a outra era da confinante freguesia de S. Bartolomeu, dêsse passadiço, a que se referem, nesta última freguesia, o mesmo Castro, e também Carvalho da Costa, fala muito especificadamente a crónica dos Loios. ¿ Querem ouvir ?

*Ha nesta egreja (dos Loios) dois côros, que respondem ás duas naves;— diz em 1694 frei Francisco de Santa Maria;— no que fica da parte da terra resam os nossos Conegos; o outro serve de ante-côro, e antigamente se chamava, e ainda hoje se chama, o côro das Rainhas, porque n'elle vinham assistir as pessoas Reaes aos officios divinos, que sempre aqui se celebraram com grande magestade e perfeição; e nomeadamente a Rainha D. Leonor, mulher d'el-Rei D. João II, a qual, das casas onde morava (note-se), defronte de S. Bartholomeu, tinha passadiço para o convento, e assistia quasi perennemente no côro sobredito <sup>1</sup>.*

<sup>1</sup> O ceo aberto na terra, págs. 438 e 439.

Note-se que o citado cronista do *Ceo aberto na terra* não fala em passadiço algum do prédio para a igreja de S. Bartolomeu, igreja que ainda existia então; refere-se só ao passadiço para Santo Eloi. É bem verosímil uma coisa: houvera passagem do velho paço, ainda no tempo de el-Rei D. Denis, para S. Bartolomeu, templo anterior a esse paço. Depois, em *casas próprias* que possuía nesta paróquia, edificou D. Domingos Anes Jardo um hospital, em 1286. Esse hospital, que até aos dias de el-Rei D. Afonso V (regência do infante D. Pedro) se conservou com a instituição primitiva, foi doado em 1442 aos religiosos de S. João Evangelista, edificando-se o nobre e vasto mosteiro que todos sabem, defronte de S. Bartolomeu <sup>1</sup>.

Tornado inútil o passadiço para S. Bartolomeu desde que se levantou o esplêndido templo dos Loios, ao qual a velha paroquial ficou sufragânea quando o seu padroado passou para o mosteiro, as nobilíssimas festas dos cônegos de S. João Evangelista chamaram a atenção da rainha D. Leonor de Lancastre, e quem sabe até se a D. Isabel de Coimbra!, e fez-se do paço para o mosteiro dos Loios o famigerado passadiço a que, como vimos, aludia frei Francisco.

‡ Não serão vestígios claros do dito passadiço os que lá me mostraram ao longo da parede do pátio ajardinado, passadiço cujo extremo norte é hoje um gabinete (mais corredor que gabinete),

<sup>1</sup> *Mon. Lusit.*, ed. de 1650, tom. v, fl. 96-v.

e vai comunicar com o interior da habitação do sr. Cunha Pôrto?

O leitor pouca idéia pode formar disto tudo, não conhecendo bem os sítios; mas o plano em frente da página seguinte o auxiliará.

E preguntarei por último: ¿ não quadrará perfeitamente a êste prédio a indicação que dá o *Santuario Mariano*, e que referi pouco acima? lembre-se o leitor: junto à igreja de Santo Eloi, e defronte da de S. Bartolomeu. É tal qual.

Verdade seja que o *Theatrum Urbium* de Braunio, na gravura que reproduzi num dos meus antecedentes volumes, mencionando entre os paços reais os de Santo Eloi, sob o n.º 4, os coloca visivelmente à esquerda de quem sobe a rua larga, em frente de S. Tiago, isto é, no lado oposto à casa do sr. Cunha Pôrto, talvez pelo sítio da casa dos condes de Tentugal, que hei-de logo examinar minuciosissimamente. Ora isso transtornaria de um modo diabólico a argumentação, se um plano tão vago como é aquele, pudesse ter indisputável veracidade. Nessa minúcia claudicou o desenhador, ou os seus informadores; ou (¿ quem sabe?) houve mera confusão do paço de Santo Eloi com aquela outra casa, paço que foi do cardeal D. Henrique, segundo mostrarei. Essas confusões são freqüentes nos variadíssimos planos e vistas antigas que existem.

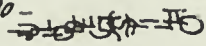
O que me parece mais que provável é que a próxima rua *das Damas*, que forma o limite norte-ocidental do longo quarteirão orlado a sueste pela rua de S. Tiago, aquela rua das

LEGENDA DA PLANTA  
QUE ESTÀ NA PÁGINA FRONTEIRA

(As correcções, aditamentos e actualizações  
vão em *itálico* <sup>1</sup>)

- (1) — Castelo de S. Jorge, com os seus bastiões moiriscos sôbre o Chão da Feira.
- (2) — Entrada principal do recinto do Castelo.
- (3) — Chão da Feira.
- (4) — Lugar do Seminário fundado pelo Cardeal-Rei.
- (5) — Pátio de D. Fradique; palácio da Casa Belmonte.
- (6) — Largo do Contador-Mor.
- (7) — Igreja paroquial de S. Tiago.
- (8) — Palácio dos Castros, senhores do Paál de Boquilobo.
- (9) — Residência dos priores de S. Tiago.
- (10) — Palácio dos Castros, condes do Basto.
- (11) — Palácio dos Pery de Linde, antigo paço da rainha D. Leonor (*inexacto*).
- (12) — Pátio ajardinado.
- (13) — Directriz provável do passadiço sôbre a tribuna da igreja do convento dos Lóios (*suposição sem fundamento*).
- (14) — Palácio dos condes de Tentugal.
- (15) — Palácio de D. Mariana da Cunha de Castelo Branco.
- (16) — Palácio dos Cabedos de Setúbal.
- (17) — Lugar da demolida igreja do convento dos Lóios (*a orientação da igreja era diferente*).
- (18) — Convento dos Lóios, (*hoje, 1938, quartel da Guarda Nacional Republicana*).
- (19) — Casas particulares.

<sup>1</sup> Nota de A. V. S.

Maio de 1890 -  
Oliveira. 



PLANTA (APROXIMADA) DAS IMEDIAÇÕES DO CHÃO DA FEIRA  
E IGREJA DE S. BARTOLOMEU

*Desenho de Julio de Castilho*



- (20) — Casas particulares.
- (21) — Pátio com portas n.ºs 3 e 4 para o largo dos Lóios.
- (22) — Casas particulares.
- (23) — Casa do conselheiro J. J. Ferreira Lobo, filho do visconde de S. Bartolomeu.
- (24) — Casas do doctór Xavier da Canha.
- (25) — Jardins das ditas casas.
- (26) — Prédios de vários donos.
- (27) — Rua de S. Bartolomeu (*actualmente, de Bartolomeu de Gusmão, 1938*).
- (28) — Rua do Milagre de Santo António.
- (29) — Largo dos Lóios.
- (30) — Rua das Damas.
- (31) — Rua de S. Tiago.
- (32) — Lugar da antiga parochial de S. Bartolomeu (*a orientação não está exacta*).
- (33) — Rua da Saudade.
- (34) — Directriz do antigo e extinto beco do Seminário (*aliás, rua do Seminário*).
- (35) — Beco do Chão da Feira (*actualmente, travessa de S. Bartolomeu, 1938*).
- (36) — Rua da Torre.
- (37) — Beco da Lage ou rua do Forno da Lage (*actualmente, travessa do Chão da Feira, 1938*).
- (38) — Rua do Fanil (*actualmente, travessa do Funil, 1938*).

Damas já mencionada, em 1552, pela *Estatística* manuscrita da Biblioteca, a rua das Damas, ainda hoje tão sombria, com o seu ar recolhido e austero, com as suas paredes altas, o seu silêncio profundo e as suas gelosias a sombreá-la, seja o vestígio derradeiro dos destinos do prédio que examinei. Conservou-se por ventura êsse vestígio no precioso arquivo (! tão desprezado!) da tradição popular.

Todos sabem que havia nos paços antigos dos nossos reis uma parte separada para habitação das damas de várias categorias, que serviam as rainhas e infantas; havia até porta especial para êsse recinto, chamada *portaria das Damas*; um guarda denominado *porteiro das Damas*; e penas severas (como a seu tempo veremos) a quem transpuzesse êsses umbrais. Pois de tudo isso, tenho eu para mim que é documento espedaçado esta arqueológica e pitoresca *rua das Damas*, assim como o teria sido talvez o *beco das Damas* na freguesia de Santa Justa, por causa do paço dos Estaos, e assim como ainda hoje, no *paço velho* da Ajuda, há o *pátio das Damas castelhanas*, recordando indubitavelmente as criadas do serviço da rainha D. Mariana Vitória, ou da princesa real D. Carlota Joaquina.

Há ruas de capa e espada, como as há de mercância e balcão. Há ruas que brilham à luz do dia, como as há que estão pedindo as chapadas luminosas de um luar de agosto a horas mortas. Há a rua burguesa, a rua religiosa, a rua fidalga, a rua trabalhadora, a rua proletária, a rua cam-



pestre, a rua marítima. Pois a rua das Damas, para mim, seu antigo bairrista, para mim, que a tenho cruzado como entendedor, recompondo em espirito os quadros a que ela se presta como cenário, e deleitando-me em ouvir passar por ela umas guitarras da meia noite, para mim, visionário incorrigível, a rua das Damas (a-pesar-de muito alterada nestes anos últimos) é cavalheirosa, pensativa e triste, como alguns capitulos de Fernão Lopes. Dizia bem à espalda de palácios: o dos condes do Vimieiro, o dos senhores do Paúl, o dos condes de Basto, e enfim, o da melancólica viúva de D. João II.

Naquela rua pobre e solene *o proprio silencio fala*, como de um edificio célebre escrevia Bluteau <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> *Prosas portug.*, tom. 1, pág. 366.

## CAPÍTULO VIII

Examina-se, e compara-se com os documentos já apresentados, um desconhecido manuscrito da Biblioteca Nacional.—Palácio de D. Jerónimo de Castro.—Palácio contíguo dos antigos condes de Basto.—D. Fernando de Castro.—Uma residência de el-Rei D. João II.

O que tenho dito até aqui merecia e precisava confirmado com o exame de títulos antigos de propriedade. Infelizmente, todos os esforços que empreguei para ver os títulos velhos da casa onde mora o sr. Cunha Pôrto foram inúteis. Já não existem em poder dos actuais proprietários, os srs. Perys de Linde. Desapareceram.

Dessa casa só alcancei ver os títulos modernos. Não pude ver os do prédio que foi de D. Álvaro, e que hoje pertence não sei a quem. Não pude, senão a poder de trabalhos e súplicas, que muito me desgostaram, examinar êste prédio por dentro, apesar disso ser hoje uma escola municipal, portanto um estabelecimento público, e eu ser um munícipe, portanto um dos contribuintes do estabelecimento.

Na falta pois de confirmações mais positivas, tentarei por meios indirectos levar ao ânimo do leitor o convencimento que já tenho. Peço atenção.

No códice manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa A — 4 — 5, intitulado *Memorias para a Historia Ecclesiastica de Portugal*, existe uma série de perguntas e respostas acerca da Sé de Lisboa, e acerca de assuntos eclesiásticos, fundações pias, etc. Quando, no fim da fl. 57, se trata da fundação do seminário de Lisboa (ao que parece, e é, conquanto o período se ache truncado pelo copista), vê-se que o anónimo colector de tantas notícias valiosas teve à mão uma lista que existia no cartório que elle examinava, e que provavelmente era o da Sé. Diz o colector :

*... Como para a fundação que se houve de fazer do dito Seminario, se deu ao dito fundador (o cardeal-infante D. Henrique) um rol dos palacios e sitio em que commodamente se podia erigir, nos pareceu transcrever aqui a memoria d'elles, que achámos nos livros d'este cartorio, pela maneira seguinte...*

Depois segue uma lista, em latim, de vinte e um palácios, ou casas grandes, em que se poderia acomodar o seminário<sup>1</sup>. O 5.º na lista vai indicado como :

*Palacio de D. Jeronymo, onde o Rei por muito tempo habitou, junto á egreja de S. Thiago<sup>2</sup>.*

<sup>1</sup> A íntegra do documento vai em nota no fim do volume.

<sup>2</sup> Item — *Palatium Dom. Hieronymi, in quo Rex per multum tempus inhabitavit prope Ecclesiam S. Jacobi.*

O leitor não está prevenido, mas pouco adiante vai ver que aí habitou el-Rei D. João II, e que esse palácio é o dos Castros de Boquilobo.

Que se trata de um dos palácios do largo do Contador-mor, é evidente; persuade-o não só a ordem que segue a referida lista (e que teve seu motivo), mas também a circunstância da proximidade da igreja de S. Tiago. Resta-nos averiguar por que se lhe chamava *palacio de D. Jeronymo*. Vejamos.

Do nosso já conhecido D. Álvaro de Castro foi filho herdeiro D. Fernando (um dos moços-fidalgos rebeldes) senhor do Paúl depois da morte de seu pai. Êste D. Fernando teve por filho a D. Jerónimo de Castro, e por neto a outro D. Jerónimo, ambos senhores do mesmo Paúl. A fundação do seminário pelos anos de 1566 coincidia com a vida de um destes Jerónimos; e eis o motivo por que o redactor da lista escreveu, como coisa notória, *palácio de D. Jeronymo* (o filho de D. Fernando); e em 2 de Junho de 1651 depunha num processo inquisitorial o conde de Vila Franca do Campo, que em 1615 costumava freqüentar, em S. Tiago, a casa de D. Jerónimo de Castro (o neto de D. Fernando)<sup>1</sup>.

Tôdas estas minúcias vêm pois confirmar, e comprovar à evidência, que o palácio designado como *de D. Jeronymo* é, e não pode deixar de ser, o da esquina de S. Tiago para o Contador-Mor.

<sup>1</sup> Processo na Tôrre do Tombo; *mss.*

Quanto à morada de el-Rei aí, prometo explicá-la mais logo; por ora não pode ser.

Prossigamos.

Este lado norte da rua de S. Tiago tem na esquina de baixo o palácio dos Castros de seis arruelas (Boquilobo); na esquina de cima, para os Loios, o palácio dos srs. Perys de Linde (onde mora o sr. Pôrto, e entre os dois tem uma casa pequenina, que é do priorado de S. Tiago, e um palácio velho, de muitos andares, escadas, saquões, etc., que (segundo se lê por incidente nos títulos de um prédio fronteiro, que me fôram amavelmente emprestados) pertenceu aos Castros de treze arruelas, condes de Basto. Hoje é do sr. António José de Carvalho. Logo examinarei os títulos dêste prédio. E antes de mais: tem graça esta contiguidade de duas famílias Castros: de seis e de treze.

Vem este outro palácio indicado na lista do seminário logo depois do de *D. Jeronymo*, e designado como *Palacio em que habita* (1566, pouco antes) *D. Fernando de Castro, e em que habitou a rainha de Portugal*<sup>1</sup>.

¿Quem vinha a ser D. Fernando? Diga-o a genealogia. Oiçamo-la:

Houve um D. Diogo de Castro, cognominado o *velho*, que em 1450 saíu para Itália no séquito da imperatriz irmã de el-Rei D. Afonso V, e foi

<sup>1</sup> Item—*Palatium in quo habitat Dom. Ferdinandus de Castro, in quo Regina Portugalliae inhabitavit.*

o 1.º capitão da gente de guerra da cidade de Évora. Casou com D. Brites Pereira, filha de João Mendes, da Guarda, corregedor da côrte, e irmão da comendadeira de Santos, mãe do primeiro duque de Bragança. Teve por filhos:

D. Pedro de Castro, 2.º capitão de Évora, que faleceu sem descendência; e

*D. Fernando de Castro*, alcunhado *o Magro*, pessoa de muita autoridade, herdeiro da casa por morte de seu irmão, e 3.º capitão de Évora. Êste veio a ser, em 12 de Outubro de 1585, elevado por Felipe II a conde de Basto.

Aqui se vê quanto tudo concorda. O tal documento que citei diz que era nêste sítio a casa do conde de Basto, por isso que tinha data posterior a 1585; a lista dos palácios, que é anterior a 1566, diz que essa casa pertencia a *D. Fernando de Castro*.

Isto posto, vamos a ver se descobrimos a data aproximada em que a santa rainha D. Leonor viesse habitar o palácio fronteiro aos Lóios e a S. Bartolomeu. Estudemos o possível, e investigador mais feliz do que eu completará as lacunas que eu deixar.

## CAPÍTULO IX

Percorrem-se com muito trabalho successivas residências da rainha D. Leonor e de seu marido, de 1491 em diante até 1500.—Casamento do duque de Bragança D. Jaime no paço de Santo Eloi.—Recapitulação do exposto, e conclusões.

Até à morte de el-Rei D. João II ¿ onde residia a soberana sua mulher ?

No paço da Alcáçova, ou onde quer que residisse seu marido; ¿ não é o mais verosímil? Seria, se não se dêsse o facto de andarem aqueles dois cônjuges uma grande parte do tempo separados, fazendo casa à parte, segundo o testemunho de Rui de Pina, na sua crónica tão plagiada depois por Garcia de Resende.

Freqüentíssimas vezes alude êsse cronista à casa de el-Rei, e à casa da rainha. ¿ Qual o motivo dessa separação, que me não parece muito vulgar na nossa côrte ?

¿Seria porque a estreiteza da Alcáçova não consentisse o estado imenso da criadagem masculina e feminina dos dois esposos? Ou (sem querermos perscrutar demasiado segredos invioláveis) proviria de desinteligências domésticas entre a virtuosa rainha e o pai do senhor D. Jorge, o matador do duque de Vizeu, o assassino do duque de Bragança e de tantos outros parentes, o terror de todos os que o rodeavam? Nas entrelinhas de Rui de Pina creio ler o que quer que seja que autoriza esta suspeita.

Admitindo que a rainha habitasse na Alcáçova até à morte do infeliz príncipe D. Afonso, vou tentar fixar algumas residências da mesma senhora, para cá dêsse prazo, que lhe marcou época na vida.

Achava-se a rainha na Alcáçova de Santarém com el-Rei, o filho e a nora. Sucedeu lá em baixo na Ribeira, em 13 de Julho de 1491, o desastre inesperado. Recolhido o inanimado mancebo ao tugúrio de um pescador... (¡oh! leiam o admirável capítulo da crónica de Rui de Pina, que é, na sua singeleza lúgubre e sincera, uma das melhores coisas que se podem ler em língua portuguesa), para lá foram as duas senhoras reais, e aí se finou o desgraçado. Não quizeram tornar-se para a vila, e ficaram na Ribeira, nas casas de um Vasco Palha, onde se detiveram quinze dias.

Dali foram afinal para cima, e aposentaram-se nas casas que tinham sido de Fernão Teles, fora de vila, onde a rainha ficou, saindo el-Rei a acom-



panhar o préstito fúnebre até ao mosteiro da Batalha.

Tornou êle a Santarém, e saiu com a princesa viúva, sua nora, que volvia a Castela; acompanhou-a duas léguas para lá de Abrantes.

Voltou a Santarém, onde a rainha o esperava, ainda abismada na sua dôr.

Logo que el-Rei chegou, foi a rainha para o mosteiro de Nossa Senhora das Virtudes, e daí para Alenquer, onde el-Rei a foi encontrar.

Partiram juntos para o Varatojo, onde se demoraram alguns dias em devoções.

Dáí para Colares, junto a Sintra.

Em Outubro tornaram-se para Lisboa, tomaram à Mouraria, subiram a encosta (hoje calçada de Santo André), e entraram pela porta de Santo André. Subiram ao convento da Graça, e de lá seguiram para o paço da Alcáçova.

Êsse formoso paço histórico, levantado com tanta graça a cavaleiro da cidade, com os seus eirados e os seus coruchéus, os seus magníficos horizontes, e a alegria daquele sol que o banhava o dia inteiro, aquele paço tão cheio de recordações de familia, e donde a imagem do filho, que ali nascera e ali brincara, salteava a cada canto o coração dos orfanados pais, affligiu os muito mais ainda do que êles esperavam. A horrivel dôr de mãi, ao entrar na câmara onde lhe nascera o malogrado Afonso, desafogou-se em amargas e horrorosas exclamações, que a história conservou. Deu-lhe logo ali um desmaio, e caiu como morta. Acudiu el-Rei com palavras de carinho,

e arrancaram-na as damas àquele cruel cevar-se em amarguras <sup>1</sup>.

Aí abre-se-me no espírito uma presunção vaga de que tamanha dôr obrigasse a rainha (a rainha só, note-se) a deixar a Alcáçova, e a ir morar... ¿ onde? no paço chamado de Santo Eloi, defronte de S. Bartolomeu? Isso não me atrevo a afirmá-lo, mas quási.

Que não ficou morando com seu marido, por qualquer motivo que se ignora, é certo. Haja vista a seguinte asserção de Rui de Pina, testemunha presencial de muitos dos factos que narra: estando el-Rei em Lisboa (não diz em que paço, mas é de crer que fôsse na Alcáçova), e sentindo-se acometido de doença, que ou era peçonha ou tristeza, mudou a sua residência para a casa da rainha, pois precisava de carinhos para os seus repetidos *acidentes e desmaios, de que* (palavras textuais) *em casa da Rainha sua mulher conhecidamente esteve á morte* <sup>2</sup>.

Passava-se isto em Maio de 1492.

Ou muito me engano, ou assim se explicam, e se completam mutuamente, as duas asserções da supracitada lista dos palácios; a saber:

1.<sup>a</sup> asserção—*Palácio em que mora D. Fernando de Castro, e em que a Rainha de Portugal morou.*

Explicação:

É o palácio dos Castros de treze arruelas (depois condes de Basto) pegado com o da esquina de

<sup>1</sup> Rui de Pina, *Chron. de D. João II*, cap. L e segs.

<sup>2</sup> Idem, *ib.*, cap. LXIV.

cima, onde havia o passadiço. Vê-se que a rainha habitava no palácio da esquina, donde ia às suas devoções aos Lóios; e como essa casa era provavelmente<sup>1</sup> pequena para o seu numeroso estado de damas e criadas, tinha também tomado a casa de baixo, contígua a essa, e cujos proprietários residiam habitualmente em Évora, segundo julguei perceber de certos documentos<sup>2</sup>.

2.<sup>a</sup> asserção — *Palácio de D. Jerónimo, onde el-Rei por muito tempo habitou, junto à igreja de S. Tiago.*

Explicação:

É o palácio da esquina de baixo, dos Castros de seis arruelas (senhores de Boquilobo), pegado com o dos Bastos. Vê-se que, por motivo da doença de el-Rei, querendo este aproximar-se da rainha, a qual não queria ir para a Alcáçova, tomou a casa contígua à segunda morada da rainha, para especial habitação dele soberano.

¿ É claro, ou não é?

Continuemos.

No verão dêsse mesmo ano de 1492 estava el-Rei em Sintra; pelo menos aí esteve de fugida em 16 de Agosto. A rainha, não sei<sup>3</sup>.

Em Março de 1493, quando a 6 chegou ao Restelo Cristóvão Colombo, achava-se o senhor

<sup>1</sup> É uma probabilidade sem fundamento. A rainha nunca habitou, que conste, no palácio da esquina dos Lóios para S. Tiago.—*Nota de A. V. S.*

<sup>2</sup> *Hist. Gen.; Provas*, tom. v, págs. 679 e segs.

<sup>3</sup> Pina, *Chron. de D. João II*, cap. LXV.

D. João II no lugar de Val de Paraizo, que é acima do mosteiro de Santa Maria das Virtudes <sup>1</sup>.

Em Março e Junho do mesmo ano de 93, dou com êle em Aldeia Gavinha, depois em Tôrres Vedras, depois em Lisboa <sup>2</sup>.

Da rainha nada me consta; mas vejo que em 4 de Maio de 1494, chegando el-Rei a Alcochete, ido de Santarém, soube que a rainha se achava doente em Setúbal <sup>3</sup>.

Parece que lá foi logo ter com ela, porque no verão dêsse ano, continuando a saúde do soberano a esfacelar-se, conservava-se êle em Setúbal com a rainha. Na entrada do inverno foram ambos para Évora <sup>4</sup>.

Ai se demoraram até Julho de 1495. Daí, piorando êle, partiram os dois esposos para as Alcáçovas, separando-se em fim de Setembro; êle para Vila-Nova de Alvito, ela para Viana do Alentejo. O motivo, o triste motivo que em tão amarga conjuntura os separava, era, nada menos, que desinteligências que lavravam no lar, sempre a propósito do menino D. Jorge <sup>5</sup>.

Em 15 de Setembro achava-se a rainha fora de Lisboa; e desejando voltar, escreveu à Câmara, a perguntar notícias do estado sanitário da capital, o que prova que andavam cá doenças <sup>6</sup>.

<sup>1</sup> Pina. *Chron. de D. João II*, cap. LXVI.

<sup>2</sup> Idem, *ib.*, caps. LXVI e LXVII.

<sup>3</sup> Idem, *ib.*, cap. LXIX.

<sup>4</sup> Idem, *ib.*, cap. LXX.

<sup>5</sup> Idem, *ib.*, caps. LXXII, LXXIII e LXXXIV.

<sup>6</sup> *Elementos*, de Freire de Oliveira, tom. I, pág. 369.

Finalmente, no princípio de Outubro arrastou-se o moribundo monarca até ao Algarve, onde morreu; e a rainha, com seu irmão o duque de Beja, D. Manuel, transportou-se para Alcácer do Sal, na idéia de esperarem el-Rei na volta, e de o acompanharem depois para Santarém <sup>1</sup>.

Todo êste movimento, cotejando as datas, e uma ou outra circunstância, levam-me a crer uma coisa: aqueles dois espiritos, enfraquecidos pela doença, e trabalhados por uma dor profunda, que, embora tivesse já mudado de forma, os deixara para sempre desmantelados, não podiam parar no mesmo sitio; estavam como o doente

*che non sà trovar posa in sulle piume.*

Em Dezembro de 1497 habitava a rainha no Lavradio, onde a foi visitar el-Rei D. Manuel, com sua primeira mulher (nora da rainha), a princesa viúva D. Isabel <sup>2</sup>.

Parando aqui por um pouco, reconheçamos que tudo nos persuade (à falta de provas positivas, que ainda não appareceram), tudo nos leva a crer que, desde os últimos anos do século xv, e talvez, como sugeri, desde a confiscação dos bens do conde de Penamacor, a casa da esquina dos Lóios pertencesse à rainha D. Leonor de Lancastre. Que em 1500 pertencia, confirma-o

<sup>1</sup> Pina, *Chron. de D. João II*, caps. LXXVII e LXXVIII.

<sup>2</sup> Damião de Gois, *Chron. D. Man.*, parte 1, cap. xxvi.

um documento irrecusável: é o contrato do casamento do duque D. Jaime de Bragança. ¿Querem ouvir?

Na manhã de 11 de Setembro de 1500 ía no paço de Santo Eloi desusado reboliço. Chegavam, acompanhados de criadagem vestindo ricas librés, os principais senhores da côrte; recebia-os nas suas salas o dono da casa, nada menos que o duque de Bragança e de Guimarães D. Jaime. Para aí se mudara por êsses dias, pois habitava, ainda em 3 do mesmo mês, *junto com a cidade de Lisboa nas casas de Pero Vaç, que estão acerca de Santos-o-Novo*<sup>1</sup>, onde passava procuração a Lopo de Sousa seu aio, governador da sua fazenda, e do conselho de el-Rei D. Manuel, para celebrar o pacto do casamento dêle, duque, com a joven castelhana D. Leonor de Mendonça. Feito isso, transferira-se o duque para Santo Eloi, para o palácio pertencente a sua prima a rainha viuva D. Leonor, e entre luzida e fidalga companhia assinou os contratos por procuração, do seu casamento com a filha dos duques de Medina Sidónia<sup>2</sup>; casamento que realizou com a mesma procuração, na igreja de S. Cristóvão, nêsse mesmo dia<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> *Hist. Gen.; Prov.*, tom. iv, pág. 12.

<sup>2</sup> *Nas casas da Raynha Dona Leonor nossa senhora que estam junto com santo Eloy, honde hora pouzu o senhor Duque de Bragança e de Guimarães.* Contrato do casamento do duque D. Jaime. *Hist. Gen.; Prov.*, tom. iv, pág. 17.

<sup>3</sup> *Hist. Gen.; Prov.*, tom. iv, pág. 11.

O procurador do castelhano era um tal comendador Pedro de Estupinhão, de quem talvez viesse a ser parente (¿quem sabe?) o impressor Luiz Estupinhan, que em 1607 imprimiu em Lisboa a *Lusitania transformada*, de Fernando Álvares do Oriente, e em 1608 o livro: *Do sitio de Lisboa*, por Luiz Mendes de Vasconcelos.

Aí temos pois, no que fica dito, mais que o bastante para ilustrar a casa de que tratamos, quando ela não fôsse já tão illustre.

Depois dêste ano, temos, relativamente a 1512, a aludida asserção positiva de Damião de Góis, quando êle, na cêna que narrei de D. Leonor de Noronha, coloca a habitação desta senhora (e muito bem) na próxima visinhança da de sua ama.

\*

Vejamos, por último, outra notícia curiosa, que vem confirmar quanto o paço de S. Bartolomeu, ou de Santo Eloi, era agradável e apetecível. Trá-la frei Jerónimo de Belém na sua já citada *Chronica Seraphica*, estribando-se n'uma memoria de uma Religiosa antiga, documento que êle conservava em seu poder.

Andava a rainha D. Leonor já tôda entregue de alma e coração ao santo projecto da fundação do seu mosteiro; incerta do sitio que escolhesse, intentou fundá-lo (é a terceira vez que o digo) na sua própria casa de Santo Eloi, e nêsse propósito a dedicou mentalmente à Virgem, chegando a

colocar na sua capela interior, ou oratório, certa imagem que lhe veio às mãos por uma circunstância misteriosa. Depois, sabendo el-Rei D. Manuel que já a rainha mudára de tenção, e comprara terreno em Xabregas, mandou pedir por terceira pessoa, e com muito empenho, a sua irmã lhe cedesse aquêlê prédio para habitação de sua segunda mulher a rainha D. Maria, que tinha grande predilecção pelo sitio. D. Leonor limitou-se a responder que já entregara as chaves daquela sua casa a outra rainha maior, que era a dos céus; e *n'esta fôrma se escusou*—diz o cronista.

\*

Em resumo, e concluindo:

Creio ter demonstrado que:

1.º—A rainha D. Leonor possuia desde os fins do século xv, junto a Santo Eloi, um paço com passadiço para a igreja;

2.º—Êsse paço, chamado de Santo Eloi, é o mesmo que o de S. Bartolomeu;

3.º—Junto a êsse paço, para a banda do nascente, descendo a calçada, havia o dos condes de Basto, que também a rainha habitara;

4.º—Junto dêsse, na esquina para o lado de S. Tiago, onde hoje (1890) é uma escola municipal, era a casa dos Castros de Boquilobo; aí habitou el-Rei D. João II.

Tôda a face norte da actual rua de S. Tiago é portanto um dos sitios mais illustres de Lisboa.



## CAPÍTULO X

Com toda a probabilidade, neste palácio de Santo Eloi faleceu a rainha D. Leonor. — De 1525 em diante não se sabe o destino que levasse o prédio. — Em 1721 pertencia aos Machados das Laranjeiras. — Trinta anos depois pertencia à família Pery de Lindc. — Investigações genealógicas acerca desta estirpe. — Instituição de um seu vínculo, de que ficou sendo cabeça urbana este palácio. — Rápida descrição do seu estado actual. — Inquilinos d'êlé desde 1819.

O destino que levasse depois do falecimento da rainha D. Leonor, isto é, desde 17 de Novembro de 1525, este celeberrimo palácio de Santo Eloi, não me consta. É provável que a rainha findasse nêlé os seus dias; os cronistas só a dão falecida em Lisboa, mas não indicam onde. É possível que alguns títulos ou registos antigos, que não pude compulsar (se é que existem), me encaminhassem.

Que a mesma senhora ali morou, é certo. Saibam-no os portuguezes em geral. Saibam-no os

lisboetas em especial. Olhem para aquele sítio e para aqueles prédios com o respeito que merecem padrões históricos, em quanto a desgraçada mania do demolir não substitui aquêle quarteirão por uma praça com quatro manjaricões aos cantos, e um alguidar ao centro.

Sim, ali viveu grande parte da sua vida aquela mulher-modelo, aquela caridosa mulher, cujo nome é ainda hoje o prototipo da beneficência em Portugal. Forceja o espirito reconstruir-lhe a residência tal como seria no século XVI, e entrevê, no alto da encosta, fronteira ao Tejo, e à espalda de dois templos, um prédio edificado em todo o requinte da elegância do estilo ogival, embrincado de colunelos, sombreado de gelozias, torrejado de coruchéus, azulejado a primor, e alpendrado de varandins, donde a vista se espalma sobre a face tranqüila do fronteiro Tejo. Em tudo um ar socegado e senhoril, prasenteiro e retraído ao mesmo tempo. Quem passa na rua percebe que de dentro ressumbra para fora um ar inconfundível de grandeza; e todos os bairristas contemplan com veneração a casa onde vive, recolhida em suas máguas, a piedosa viúva de el-Rei D. João II, a criadora da Misericórdia, a edificadora das Caldas, a fundadora do mosteiro da Madre de Deus, a mãe dos pobres, a santa rainha Leonor.

Alí a vamos encontrar, naquele seu santuário, tôda entregue a pensamentos benéficos, e tôda enlevada também nas coisas do céu. Quási sempre doente, e o mais do tempo confinada no leito, assim lhe passaram os seus trinta anos de viúvez.

Muitos destes anos viveu ali, na sua casa de S. Tiago; e basta a memória de tal princesa, para tornar o sítio um verdadeiro sacrário de simpatias.

\*

Nos paços de D. Leonor realizou-se em 31 de Maio de 1500 o casamento de D. Beatriz de Villhena, filha do sr. D. Álvaro (irmão do duque de Bragança D. Fernando II) e de D. Filipa, com D. Jorge duque de Coimbra; esta D. Beatriz havia sido criada pela rainha D. Leonor com tanta estimação como se fôsse sua filha<sup>1</sup>.

\*

Depois da morte da rainha condensam-se as trevas. ¿A quem passou a casa? Ninguém o sabe.

Sabe-se só, pelas palavras do *Santuário Mariano* citadas num dos capítulos supra, que em 1721 pertencia o prédio<sup>2</sup> a uma família de apelido Machado, designada como «os Machados das Larangeiras»; não sei que gente é hoje.

Menos de trinta anos decorridos, já o palácio pertencia a uma família ilustre, que vai obri-

<sup>1</sup> *Chronica de D. Manuel*, por Damião de Góis, parte 1, cap. XLV, ed. de 1749, pág. 57.

<sup>2</sup> Trata-se do prédio que torneja da rua de S. Tiago para o largo dos Lóios.—*Nota de A. V. S.*

gar-me a algumas digressões, e que ainda hoje (1890) é proprietária dêle: refiro-me à família Pery.

\*

São estes Perys, hoje legitimamente portugueses, uma estirpe oriunda de Castela e do Brabante, donde passaram a Portugal nos séculos xvi e xvii alguns dos seus membros, que estabeleceram residência, e fundaram casa em Lisboa e no termo. Pertenciam, como aqueles laboriosos e activos fundadores de S. Patrício, estudados no volume ix desta 2.<sup>a</sup> edição da *Lisboa Antiga*, àquelas raças fortes de trabalhadores incansáveis, que iam com a sua opulência contrabalançando o predomínio de certas classes privilegiadas pela espada, e lançando (sem o suspeitarem sequer) as bases das robustas classes médias modernas. Como os Castros, nobilitados em senhores hereditários de Barbacena, como os Ximenes de Aragão, cuja riqueza proverbial se entornava não raro para dentro dos cofres realengos, e enfim, como outros nossos contemporâneos, um dos quais o conde da Pvoa, deixou vinte e cinco milhões de cruzados, e outro, o conde de Farrobo, cheio de bizzarria principêsca, foi, por assim dizer, a alma artística da sociedade do seu tempo, assim também estes Perys, saídos originariamente de Antuérpia, já nobres por sangue, activíssimos, prontos no trabalho comercial, que é a mola real das civilizações, foram em Castela e em Portugal

exemplo claro do que pode a boa vontade e a perseverança. Por si e por suas alianças juntou esta família consideráveis haveres, que as revoluções e as mutações no modo de ser do nosso Estado descentralizaram, e aniquilaram em grande parte.

Tinha a província do Brabante, como pertença da Casa de Austria, cabido à corôa de Espanha; e por isso é que, a-pesar das manifestações separatistas, eram súbditos de Castela os habitantes daquele formoso torrão belgo-holandês, antigo apanágio de uma casa ducal extinta.

Em Antuérpia vivia nos fins do século xv Hugo Pery, o mais antigo dos membros da família, homem nobre, fidalgo de cota de armas, segundo parece, e cujos dois netos tiveram de mudar de residência, desejosos de aumentar casa, transferindo-se em 1629, um para S. Lucar de Barra-meda, na Andaluzia, à barra do Guadalquivir, e o outro para Lisboa: Miguel e Francisco.

As filhas do mais velho casaram quasi tôdas, e parece que bem; a linha primogénita do primogénito extinguiu-se na terceira geração; a linha da filha mais nova dêsse filho perdeu a varonia; mas uma filha dessa senhora, casando com um seu primo co-irmão, filho único do Francisco acima mencionado, restituiu à família a varonia do apelido de Pery. Êsse ramo da estirpe tornou-se muito rico; e o filho único dêsse enlace, António Pery de Linde, desejoso de perpetuar a sua nobreza, instituiu em 14 de Abril de 1749 vínculo de morgado, que se propagou até aos nossos dias.

Pena é que eu não possa juntar aqui uma longa genealogia e árvores de geração, que possuo, e que muito esclarecem êstes estudos, e a crónica minuciosa de família tão ilustre.

Devo porém restringir-me ao que se refere ao nosso ponto: o palácio de S. Tiago, que faz esquina para a rua de S. Tiago e largo dos Lóios.

\*

Sim; foi uma segunda-feira 14 de Abril de 1749, dia da popularíssima Senhora dos Prazeres, que numa das salas dêste palácio se passou uma cêna, que retrata ao vivo os usos do tempo. Vejamo-la. A pena do tabelião referiu com minúcia as pessoas presentes; tratemos nós outros, o leitor e eu, de nos infiltrar na mesma sala, e observemos o que se passa. Indiscreção que a ninguem ficará prejudicando.

Primeiro, vemos um ancião de setenta anos (completados havia três dias), António Pery de Linde, escrivão da mesa grande da Alfândega de Lisboa, morador, como seu pai, em casas nobres e próprias na rua de Valverde, da freguesia de S. Nicolau. Aos vinte e um anos tomara posse do seu nobre officio de escrivão, e aos quarenta e um, já rico de bens patrimoniais, herdara a fortuna de seu tio, chantre da Sé, Carlos Pery de Linde, avaliada em mais de 50:000 cruzados, que hoje (1890) orçariam por noventa e tantos contos.

Depois, vemos a mulher dêsse António Pery, D. Catarina Josefa Henriques, ou antes Ericssen, raça dinamarquesa nobre, senhora de setenta e dois anos.

Além deles, o dono do prédio, filho dos precedentes, monsenhor Francisco Pery de Linde, homem que está a tocar nos seus quarenta e nove, doutor em canones, e prelado mitrado da reformada Patriarcal.

Depois, o irmão dêste, o doutor Carlos Pery de Linde, desembargador da Casa da Suplicação e fidalgo da Casa Real.

Depois, outro irmão, o cónego da Sé, doutor João Hustarte Pery Severino.

Seguem-se duas irmãs, D. Tereza Maria Margarida Pery, senhora de seus quarenta e dois anos, solteira, e D. Catarina Josefa Pery, de trinta e quatro anos, e pouco depois religiosa em Chelas.

São os únicos irmãos vivos neste ano de 1749.

Assistem mais o presbítero João de Almeida, morador à Sé, e o advogado Manuel Mendes Vicente, morador na rua dos Canos, além do tabelião de notas, João Ferreira da Silva.

Eis aí o pessoal todo. O que alí vai fazer-se é consolidar no dominio da primogenitura os haveres comuns. Vejamos em resumo o que se realizou.

Os pais vincularam cada um a sua terça; o monsenhor Francisco, as suas legítimas futuras, e os seus bens *quasi-castrenses* (termo jurídico para significar bens adquiridos no serviço do Estado); o doutor Carlos, o mesmo, assim como o direito às legítimas de suas irmãs D. Antónia e D. Ca-

tarina, das quais uma era freira, e a outra o ia ser; o cónego João Hustarte, êsse, que tinha recebido de seus pais, como património eclesiástico para a sua ordenação de clérigo, um prédio na rua das Gaivotas, cedia essa propriedade; finalmente, as mencionadas irmãs D. Tereza e D. Catarina cediam para o bolo comum, as futuras legítimas que pudessem haver.

Tudo isso ficava vinculado para sempre; constituindo-se cabeça do vínculo a quinta chamada «do Cabo», no extremo da vila de Povos. Era a mais antiga possessão territorial da família, fundada por Carlos e Lamberto Hustarte, avoengos, em 1610. De Carlos Hustarte tinha passado esta quinta para seu sobrinho João Hustarte do Monte; dêle, para seu sobrinho Carlos Pery, antigo chantre da Sé; dêste, enfim, para António Pery, que em 1749 encontramos fundador de vínculo.

Constava esta bela peça rural de casas nobres, olival, vinhas, pomar, lagar de azeite, etc., tudo murado; e tinha, como pertenças, terras, olivais e pinhais, no termo de Povos e Castanheira. Em 1678 (ano da sua morte) fundara João Hustarte uma ermida nesta quinta, com a invocação do Santíssimo Nome de Jesus. O senhor de Pancas era foreiro de 45000 réis por umas cortes anexas à quinta, dinheiro destinado para auxílio anual da fábrica da mesma ermida.

Além desta bela quinta, faziam também parte do vínculo os seguintes bens:

— Uma quinta em Lisboa, no caminho de Nossa Senhora da Penha de França, com casas nobres,



árvores de caroço e parreirais, foreira à comenda de S. Braz da Ordem de Malta, e três olivais pequenos no mesmo sítio, um foreiro ao convento de S. Vicente de Fora, outro à igreja de S. Miguel de Alfama, e outro à de S. João da Praça;

— Um casal pequeno junto à dita quinta;

— Umas casas pequenas na rua das Gaivotas, foreiras ao convento de Odivelas.

— Umas casas junto a Nossa Senhora das Mercês, foreiras à basilica de Santa Maria;

— Umas casas nobres em Valverde, livres; outras pequenas, foreiras a S. Vicente de Fora; e outras na calçadinha do Carmo, também livres;

Essas casas nobres de Valverde eram desde muito tempo pertença de família, e aí morava, como disse, António Pery, o instituidor, e tinham morado sempre seus pais. Essa propriedade ficava obrigada, pela escritura, a certos pagamentos de pensões.

— Umas casas nobres e outras pequenas, de vários moradores, na rua das Esteiras, que chegavam até ao adro de S. Julião;

— Umas casas nobres no bairro de S. Tiago, foreiras à basilica de Santa Maria;

— Uns armazéns que serviam de tercenas, livres;

— Um juro na casa do Infantado, de 88\$890 réis cada ano, destinado para duas capelas;

— Outro juro na Alfândega desta cidade, de 3\$500 réis cada ano.

Tudo isso, como mostrei, eram bens do instituidor. Sigamos com a lista dos bens com que

entrava no vínculo o monsenhor Francisco Pery de Linde.

Era primeiramente êste palácio, onde na segunda-feira dos Prazeres estamos vendo reünida a família, *junto do Convento de Santo Eloy... nobres aposentos*, como diz o documento da instituição; e sem dúvida que o eram.

Foi sôbre êste ponto que se dirigiu com mais atenção o meu trabalho. Ao compulsar os variados documentos de família, por onde consegui architectar com certa solidez o que aí fica pela primeira vez exarado; ao folhear êsses tombos velhos de fazendas em parte desaparecidas; ao examinar com o microscópio tantas escrituras e tantos apontamentos, pergaminhos heráldicos e recibos, como efectivamente examinei em fins de Julho e princípios de Agosto de 1889, graças à obsequiosidade do sr. José Firmino Pery Guerreiro de Amorim, um dos quartos netos do instituïdor do morgado, e hoje co-proprietário, com sua irmã mais velha, do célebre prédio de S. Tiago, busquei diligentemente ver se podia achar o caminho exacto por onde essa vivenda histórica tivesse entrado na massa dos bens de António Pery de Linde, ou porventura nos de Carlos ou Lamberto Hustaerd (ou *Hustarte*, à portuguesa), aquêlé falecido em 1627, êste em 1625. Nada achei. Nem sequer uma referência, um fio partido, uma frase, uma alusão qualquer, que me guiasse. | O silêncio dos túmulos!

Poderá alguém presumir que um dêsses dois Hustartes, ou talvez já seu pai o primeiro Carlos,

tivesse comprado o prédio; e sendo assim, deveria remontar na família a posse d'ele até próximo dos últimos anos do século xvi. Mas quem lho venderia? de que mão portugueza passaria esta propriedade realenga para as mãos d'elles, estrangeiros domiciliados aqui? Sim; poderia alguém presumir ou conjecturar isso, se não existisse a afirmação do autor do *Santuário Mariano*, que nos dá o prédio de S. Tiago como pertencente em 1721 aos «Machados das Laranjeiras».

A ser exacta, como creio, esta asserção, poderá antes conjecturar-se que o monsenhor Francisco Pery de Linde, rico pelos seus belissimos ordenados, tivesse comprado o edificio aos tais Machados entre 1721 e 1749.

Como este edificio pertencesse aos Machados, é o que até hoje tem resistido a tôdas as minhas pesquisas. Asseguro à pessoa que algum dia (não sei quando nem como) puder desdar esse nó, e conseguir entroncar o prédio no ano de 1525, um grande prazer, um grandissimo prazer, dêstes que só comprehende quem é digno de os experimentar.

O que se sabe é que o palácio, em 1749 em todo o seu esplendor, resistiu ao terremoto de 1755, que só tardou seis anos. A data de 1682 o indica, sobre o portal; e os títulos de um prédio fronteiro, do qual oportunamente falarei, o confirmam, dizendo que nos arredores só esse tal prédio veiu a terra. Essa data de 1682 prova obras grandes de reconstrução.

È ainda hoje este palácio uma bela e interessante casa, especimen, já raro, das moradas opu-

lentas do século xvii. ¶ Oxalá não tivesse andado ali há anos (vá a quem tocar) o vandalismo português a contas com aquilo tudo! Exemplo: é tradição que em certa sala havia uns preciosos azulejos representando a batalha de Aljubarrota; pois nem vestígios dêles hoje! Quem quer que superintendeu nalguns refazimentos modernos, insultou a arte, o gosto, a história e o senso-comum (o *raríssimo* senso-comum), substituindo êsses tais azulejos por estuques. Com a guerra tenaz e bestial que em Lisboa se declarou ao azulejo, tempo virá (e não longe), em que êle se torne mais precioso que o diamante. ¶ É incrível de mãos postas pede a arte nacional aos proprietários que não empobreçam as suas casas, defraudando-as daquêle ornato característico. ¶ Por favor, não arranquem os azulejos! Quando muito (e visto que é necessário sacrificar às exigências da moda) cubram-nos com papel. Há hoje, bem o sei, mobílias e estofos que não dizem com o azulejo. Pois bem; concordo; cubram-nos com papel; mas não os arranquem...

No palácio de S. Tiago apenas os vi na capela<sup>1</sup>, ou forrando alguns armários. Os mais... já lá vão.

\*

Terminada esta digressão, muito necessária, deixarei aqui, para completar o assunto, o resto

<sup>1</sup> A capela ainda hoje (1937) se conserva, e nela celebram-se os officios religiosos.—*Nota de A. V. S.*

da lista das propriedades anexadas por este monsenhor ao vínculo que seu pai nesse mesmo momento institua.

Mas antes de ir adiante observarei isto; como o prédio de S. Tiago pertencia ao monsenhor, por isso diz o tabelião: *os nobres aposentos do Ill.<sup>mo</sup> e Rev.<sup>do</sup> Monsenhor*; e como, por uma cláusula da instituição, cada um destes doadores continuou em sua vida usufruindo os seus bens doados, por isso é que o *tombo da Cidade*, por mim citado pouco acima, diz que em 1755 pertencia o prédio ao *Monsenhor Pery de Linde*. Diz muito bem, e tudo se completa.

Estatuiu-se mais a respeito deste prédio outra circunstância: era elle cabeça da parte urbana do vínculo; e no caso de se remir o fôro de outro prédio pequeno que lhe ficava próximo, foreiro à basilica de Santa Maria Maior, ficaria também vinculado; pelo que, esse tal prazo foi desde logo nomeado em Carlos Pery, filho e immediato sucesor do instituidor.

Agora vejamos os outros bens que eram do monsenhor:

—uma quinta ao Arco do Cego, com casas nobres, vinha, horta, pomar de fruta e de caroço, foreira à basilica de Santa Maria; ainda hoje se intitula «quinta do Perim, Prim, ou Pery»<sup>1</sup>;

—umas casas pequenas na rua direita de S. Miguel de Alfama, foreiras à basilica de Santa Maria;

<sup>1</sup> Veloso, *Roteiro*, 6.<sup>a</sup> ed., pág. 201.

—um prazo foreiro à casa do marquês de Cascais no Monte de Nossa Senhora de Povos, constante de vinha, olivais e pardieiro de casas.

\*

Resta-nos examinar os bens anexados pelos outros dois irmãos: Carlos e João.

Carlos, desembargador da Casa da Suplicação, possuía também:

—uma quinta em Povos; era situada defronte da Fonte Nova; constava de casas, então reduzidas a estalagem, e de pomar de espinho; livre;

—junto a essa quinta, um pomar pequeno de caroço, foreiro à casa do conde de Vila Nova;

—na mesma vila de Povos, várias courelas de olival, e foros de que era directo senhorio;

—no termo da mesma vila, no vale chamado da Alfarrobeira, uma fazenda que constava de casas pequeninas, vinha, árvores de espinho e caroço, árvores silvestres e mato, parte da qual era foreira às Trinas do Mocambo;

—junto à dita fazenda, o foro de um casal chamado do Pao, do qual era directo senhor.

Finalmente, João Hustarte Pery possuía:

—umas casas nobres na rua das Gaivotas (esquina sueste da rua do Poço dos Negros), foreiras ao vizinho mosteiro da Esperança. Essas casas existem; nelas esteve durante anos a sociedade denominada «Grémio Popular».

\*

Eis ai está, a largos traços, descrita a fazenda do vínculo. Como se vê, não era mesquinha; bem pelo contrário. Quanto à representação, estatuiu-se isto :

O vínculo seria desde logo administrado por António Pery de Linde. Na sua falta, por sua mulher. Na falta de ambos, por monsenhor Pery; na sua falta, pelo desembargador e seus descendentes, precedendo sempre o varão à fêmea, e o mais velho ao mais novo. Na falta do desembargador, administraria o cônego; na falta d'ele, sua irmã D. Tereza, e seus filhos legítimos se chegasse a casar.

Além destas determinações, há algumas disposições piedosas muito respeitáveis :

Era uso já antigo na família festejar-se anualmente, e com pompa, Nossa Senhora dos Prazeres, da ermida do Monte, na vila de Povos. Aos morgados ficava correndo obrigação perpétua de concorrerem para a mesma festividade.

Por iniciativa da filha mais velha do instituïdor, D. Maria Micaela, religiosa em Chelas e já falecida então, celebrava-se festa na igreja do mesmo mosteiro, ao Coração de Jesus. Continuava esse pio encargo na pessoa do morgado.

E com isto dou por vista a cena que em 14 de Abril de 1749 se passava na casa de S. Tiago.

Carlos Pery de Linde, succedeu a seu pai; casou, e d'ele existe numerosa descendência.

Assim como todos os outros bens da família, perdeu o prédio de S. Tiago a sua natureza vincular; o que porém não poderá nunca perder (se estas memórias, de que fui laboriosíssimo cronista, se conservarem) é o respeito de todos os portugueses e a veneração de todos os amantes do passado, é a brilhante auréola que o nobilita, por ter sido ali naquele recinto, hoje transformado, a residência, e provavelmente a casa mortuária, de uma das mais bondosas princesas de Portugal.<sup>1</sup>

ADITAMENTO<sup>2</sup>. — O prédio conservou-se na família Pery de Linde, até que uma senhora D. Bebiana Agapito Pery de Linde, o vendeu a Teodoro Maria dos Santos e D. Margarida Romana da Conceição Franco dos Santos, pertencendo hoje aos filhos e netos destes:

D. Margarida Amélia Franco dos Santos Castelo Branco;

D. Livia Machado Franco dos Santos;

D. Claudina Machado Franco dos Santos;

D. Maria Margarida Franco dos Santos;

Dr. José Teodoro dos Santos Formosinho Sanches.

<sup>1</sup> Engano do autor, como já ficou dito. — *Nota de A. V. S.*

<sup>2</sup> *Por A. V. S.* — As informações sobre os actuais proprietários do prédio foram-nos prestadas por D. Claudina F. dos Santos, a quem muito agradecemos a sua gentileza.



Além de nele residirem alguns dos co-proprietários, está também aí instalada uma associação: União Social Católica.

Nesta casa moraram também muitas outras pessoas mais ou menos notáveis. Eis uma incompleta lista, feita à vista de documentos existentes em poder da família Pery de Linde.

Em 1819 habitava Joaquim António Teixeira de Viveiros e Sequeira. Não sei quem era. Encontro no *Almanack de 1791*, António Teixeira de Sequeira e Viveiros, dado como sacador da Alfândega Grande, e então morador na rua dos Canos.

Desde 1832 (não sei se desde algum ano antes) até fim de Junho de 1842, Francisco José Pereira Couceiro Marreca, desembargador da Relação do Pôrto.

Desde 1843 (ou talvez desde antes) até 1852, o 10.º conde da Atalaia, D. António Manuel de Noronha. Êste inquilino possuía numa parede da segunda sala (*segunda* para quem se encaminha para o lado norte) o notável quadro de Le-Brun, representando Luiz XIV a cavalo, quadro que era considerado verdadeira jóia vinculada na família, e que hoje se acha em poder de um dos actuais banqueiros da capital, o conde de Burnay.

Em 30 de Novembro de 1861 celebrava D. Luiz de Sousa, morador na calçada da Estrela, n.º 9, escritura de arrendamento da casa, a começar

em 1862 e a findar no segundo semestre inclusivé de 1864, pela quantia de 192,5000 réis anuais.

Além dèstes inquilinos, constam, mas sem se poder precisar o tempo, outros, tais como: os senhores de Murça, o Principal Noronha, etc.; e é também tradição, confirmada pelo antigo *Almanack*, que nessa casa foi a sede do chamado *Real Estabelecimento do Bairro d'Alfama*, que era um dos três *Liceus*, como hoje diríamos, para ensino público oficial de preparatórios.

Ultimamente, o sr. Cunha Pôrto, até fim de 1890. Logo depois dèle, o sr. conde de Mossamedes.

\*

Eis aí tudo quanto pude apurar de mais autêntico do prédio de Santo Eloi. É pouco em relação ao que a minha sêde de notícias reclamava; mas é muitíssimo, se atendermos às fadigas que me causou.

Oxalá o futuro confirme e amplie o que aí deixei.

Não se crê o trabalho ímprobo que me deram tôdas estas indagações, e o trabalho não menos ímprobo que tornaram a dar-me para as redigir com certa clareza.

Poderia ter conseguido mais, se me tivesse sido possível consultar os títulos antigos dèsses prédios. Não existem. Cancei-me imenso, e nada consegui.

Enquanto estudava o assunto, enquanto compulsava crónicas, deletreava manuscritos, importunava amigos, caminhava para as bibliotecas, para S. Tiago e para os Lóios, empenhando nestas pesquisas laboriosas tôdas as minhas faculdades, repetia comigo mesmo certas palavras significativas, que diz no prólogo do seu *Sítio de Lisboa*, o meu ilustre predecessor Luiz Mendes de Vasconcelos :

*É tão natural a todos os homens o amor da Patria, que, quando não tivera outras razões, esta só me podia obrigar a escrever.*

## CAPÍTULO XI

História do prédio contíguo ao palácio acabado de analizar.  
— *Post-scriptum* aos capítulos antecedentes.

A história do prédio contíguo a este pelo lado do nascente (a antiga casa dos condes de Basto), poderia certamente dar algumas curiosíssimas notas para estes acordes de argumentação. Esta orquestração é de si tão difícil, todo este contraponto apresenta exigências tais, que nos cheios do meu instrumental histórico prestam altos serviços à idéia geral os gemidos solitários de um clarinete perdido entre as rabecas, ou o compassado estremeção dos timbales. Procurei, pois, ver os títulos do prédio referido, hoje em poder do sr. António José de Carvalho, que bizarramente mos emprestou, sob recomendação do dr. Xavier da Cunha, incançável protector e colaborador dos meus estudos.

Por infelicidade, nada consta da primitiva crónica da casa. Os títulos começam em 1820; e ainda

assim, a-pesar-de modernos, esclarecem. Aproveitei-os.

Peço a possível atenção, se ainda, por acaso, nestas alturas do meu estudo, encontro quem me leia.

João António Pery Guedes de Castelo Branco, filho primogénito do desembargador Carlos Pery de Linde, sucedeu no morgado instituído por seu avô António Pery de Linde, que era em 1755<sup>1</sup> dono deste prédio, e que tinha por cabeça o palácio histórico da esquina dos Lóios, estudado nos capítulos antecedentes. Falecendo sem filhos, assim como seus outros dois irmãos, passou o vínculo para António José Pery, filho do segundo matrimónio do dito Carlos, e irmão germano do dito João.

Este nomeou por seu herdeiro, e sucessor no prazo constituído no prédio contíguo (que não era vinculado), a seu filho Firmino José Pery de Linde, que em 16 de Maio de 1820 foi reconhecido pela basílica de Santa Maria Maior, directa senhora, como enfiteuta do mencionado prazo, com o número 109.

Em 15 de Junho seguinte lavrava o enfiteuta o seu testamento em Lisboa, e nêle nomeava sucessor na terceira vida do prazo a seu irmão João António Pery, então ausente em Montevidéu. Faleceu o testador em 18 de Janeiro de 1824, na freguesia de S. João da Praça, e logo em 30 de

<sup>1</sup> *Tombo da Cidade de Lisboa de 1755, Bairro do Limoeiro, fl. 65.*

Julho o novo senhor tomava posse do prédio, que era assim descrito em documento autêntico:

*Propriedade de casas com os numeros 15 a 20, de quatro andares com diferentes pavimentos, tendo de esquina a esquina seis portas, e vinte e uma janelas, e um oculo ao comprido, com grades de ferro.*

Por carta de remissão de fôro, lavrada a 19 de Novembro de 1845, concedia a rainha, a senhora D. Maria II, a João António Pery de Linde, major do exército, e governador do forte da Junqueira, consolidação dos domínios directo e útil do prédio, pelo qual se pagava ainda então à Fazenda Nacional, desde a extinção da basilica de de Santa Maria Maior, 35000 réis anuais.

Êste proprietário faleceu na casa da rua de Campo de Ourique, em Lisboa, a 8 de Janeiro de 1852, pelas 4 horas da tarde, deixando viúva em segunda nupcias, e uma filha e dois filhos, todos três do primeiro matrimónio dele.

Correndo os documentos forenses e administrativos a que me reportei, acho uma notícia, de si insignificante, referida a 1855, e que, não obstante, lança uma vaga luz sôbre o antigo risco do prédio. Foi o caso, que um proprietário confinante, o dono da casa da rua das Damas, então n.º 8, começara a romper uma janela no seu muro, com o que devassava o prédio dos Perys. Compuseram-se as duas partes em Setembro do referido ano, concedendo os embargantes ao embargado que abrisse duas frestas na parede divisória, junto à qual (diz o instrumento respectivo)

se achava uma casa, que outrora tinha sido capela. Aqui vem pois esta frase fugitiva demonstrar, no antigo palácio dos condes de Basto, a existência de uma capela interior.

Entendeu a família, que ficara por falecimento do referido João António Pery de Linde, haver vantagem em vender o prédio da rua de S. Tiago, cujo rendimento anual era apenas de 120,5000 réis.

Os louvados da Câmara Municipal, avaliando-o a 8 de Agosto de 1856 na quantia de 1:800,5000 réis, descreviam-no assim:

O n.º 15 é loja; consta de uma só casa, e rende 6,5000 réis.

O n.º 16 é porta de escada; dá serventia a um primeiro andar dividido ao meio para dois inquilinos; rende 24,5000 réis.

O n.º 17 é uma loja; tem duas casas, e rende 12,5000 réis.

O n.º 18 é outra loja; tem duas casas, e rende 6,5000 réis.

O n.º 19 é portão de entrada a um pátio; e na frente da entrada há uma casa que serve de cavalharia; ao lado esquerdo desta há serventia a outras casas; uma delas é muito grande, e uma das outras tem uma cisterna com serviço de balde. À direita da entrada do portão é a serventia para os andares. Logo na entrada, um grande casarão, que serve para despejos.

O primeiro andar tem duas grandes casas; rende 14,5400 réis.

O segundo andar tem onze casas e vários despejos, com uma varanda e serventia a um

quintalinho que serve de recreio; tem serventias interiores aos pavimentos baixos; rende 38\$400 réis.

O terceiro andar é uma só casa, e serve de mirante; tem serventia interior ao pavimento baixo; rende 9\$600 réis.

O n.º 21 é uma grande loja dividida com tapumes de madeira; rende 9\$600 réis.

Rendimento total anual do prédio: 120\$000 réis, que hoje (1890) devem ter duplicado, ou triplicado.

A família herdeira do falecido João António Pery compunha-se da sua viúva em segundas núpcias, D. Felícia Tomásia de Negreiros e Melo, e de três filhos do primeiro matrimónio dele: D. Leopoldina Aurora de Jesus Pery, casada com Joaquim José Gualdino, major do exército, governador do forte da Junqueira desde a morte de seu sogro; Gerardo Augusto Pery de Linde, hoje (1890) coronel do Estado-Maior de Infantaria, director dos trabalhos da Carta Agrícola do Reino, e então alferes graduado de Infantaria 16; mais António José Pery, tenente do dito regimento, e falecido em 1870; com geração.

Em 20 de Outubro de 1856 vendeu-se o prédio para partilhas a Manuel Braz, proprietário e morador em Lisboa, pela quantia de 1:000\$000 réis.

Havia porém uma singularidade nesta casa. Partia ela pelo lado de baixo com o passal ou residência dos priores de S. Tiago; pelo norte (rua das Damas) com o prédio de João Caetano de Oliveira Bastos, e pela banda de cima com o célebre prédio da esquina, já por mim analizado,



então pertencente aos herdeiros do citado Firmino José Pery, que eram sua viúva D. Cecília Maria dos Prazeres, e suas filhas.

Não sei explicar como era que esse prédio de baixo, constante de lojas e quatro andares, não pertencia *todo* ao mesmo dono, que há pouco vimos o vendeu a Manuel Braz em 1856. A verdade é que Manuel Braz só comprou as lojas, e o primeiro e segundo andares, porque o terceiro e quarto eram de outrem. Esses andares altos, terceiro e quarto, tinham serventia pelo palácio de cima, e pertenciam à primogénita das filhas de Firmino José Pery de Linde, a senhora D. Bebiana Agapita da Anunciação Pery. Calculo que houvesse qualquer acôrdo antigo sôbre esta posse dos dois andares, mas não o conheço.

Nesse ano de 1856 o prédio era descrito por esta forma:

*«Quatro lojas terreas, uma entrada para dois quartos de sobreloja, que tem o numero 16, seguindo-se um portão com o numero 19, que dá entrada para um pátio (que ainda existe) onde tem uma cocheira, cavalhariça, e palheiro, e outro pequeno pátio ao lado esquerdo, com a sua cisterna, e ao lado direito uma escada para os dois andares (a mesma coisa ainda hoje)... pertencendo ao segundo andar um pequeno quintal de sequeiro com suas arcadas de cantaria, que sustentam parte das divisões (isso é um delicioso claustrosinho interior, de que só restam três arcadas preciosas, puro século xv, e que vem a ser mais uma prova da união antiga dos dois prédios)...*

*além de um terceiro e quarto andar, que tem entrada e serventia pelo palácio contiguo, de D. Cecilia dos Prazeres».*

Esses andares superiores, a que então se chamava «o mirante», e que tinham e têm esplendidíssima vista do Tejo, vendeu-os por fim D. Be-biana Agapita da Anunciação Pery de Linde, ao mesmo Manuel Braz, por escritura de 29 de Agosto de 1857.

Herdeira dele foi uma sua sobrinha-neta, casada com o actual proprietário, o sr. António José de Carvalho <sup>1</sup>, a quem novamente agradeço a amabilidade com que se prestou a auxiliar, para interesse público, esta laboriosa *Lisboa Antiga*.

Eis aí fica tudo quanto por ora pude apurar de autêntico a respeito dessa casa, cuja vetusta feição, e cujas tradições respeitáveis, a tornam interessantíssima aos cultores de antigüidades lisbonenses.

Por falecimento do sr. Carvalho e da sua mulher, ficou o prédio a um sobrinho da última.— *Nota de A. V. S.*

## CAPÍTULO XII

Mais habitantes illustres da freguesia de S. Bartolomeu. — A duquesa de Bragança, D. Isabel. — Os condes do Vimieiro. — O conde do Vimioso, D. Luiz de Portugal. — Mencionam-se uns antiqüíssimos capiteis apparecidos no Jardim do dr. Xavier da Cunha, a S. Bartolomeu. — A propósito disso tudo, faia-se numa venerável cadeira seiscentista de coiro iavrado.

Dir-se-ia que a freguesia de S. Bartolomeu era, por assim dizer, pertença muito estimada das pessoas reais portuguezas.

Uma irmã da grande rainha D. Leonor, a duquesa de Bragança, D. Isabel, mulher do infeliz duque D. Fernando II, possuía também casa na freguesia de S. Bartolomeu, não sei onde.

No seu testamento, lavrado a 10 de Julho de 1520, lê-se esta cláusula:

*Se eu fallecer na cidade de Lisboa, tanto que fôr meu fallecimento me façam sinal na egreja de S. Bartholomeu, em cuja freguezia estão as minhas casas;*

e mais adiante :

*E mando que no dia do meu enterramento, na igreja de S. Bartholomeu da dita cidade o Prior e raçoeiros da dita igreja me digam uma Missa de requiem entoada, com horas cumpridas dos finados, e digam cinco Missas resadas, e se lhes dê a cera necessaria, e de offerta trinta alqueires de trigo, e uma pipa de vinho, e suas Missas pagas segundo costume <sup>1</sup>.*

\*

Nesta mesma paróquia, essencialmente aristocrática, possuíam também casa os condes do Vimieiro, ramo da estirpe brigantina <sup>2</sup>. Achei esta noticia no *Tombo da Cidade*, de 1755. Falando da rua, ou beco, da Lage (hoje travessa do Chão da Feira), diz o referido *Tombo*:

*Do cunhal das casas de Domingos Ferreira Souto, que está no Chão da Feira, até ao ângulo entrante que formam as casas do conde do Vimieiro com o Seminário de Santa Catarina, tem 224 palmos de comprimento, de largura junto ao Chão da Feira tem 32 palmos, e no fim 29.*

O Seminário, já expliquei onde ficava ; o tal *ângulo entrante* ainda lá está ; logo, o palácio Vimieiro é o que tem o arco sôbre a rua das Damas, com frente sôbre o largo do Contador-

<sup>1</sup> *Hist. Gen. ; Provas*, tom. III, pág. 802.

<sup>2</sup> Da família Vimieiro tratei largamente na *Lisboa Antiga*, 2.<sup>a</sup> ed., parte II, tom. V, págs. 122 e segs.

-Mor; é contíguo, pela sua banda do sul, com o dos Castros do Paúl de Boquilobo.

\*

Também numa dessas casas a *S. Tiago*, que não se sabe qual fôsse, viveu o conde do Vimioso D. Luiz de Portugal, em 1591. Aí poisava em 19 de Fevereiro, quando passou uma quitação a seu sogro o conde de Basto<sup>1</sup>.

¿Querem saber quem era esse conde? era o íntimo amigo de Manuel de Sousa Coutinho, e ambos êles (singular coincidência) vieram, passados anos, a largar o mundo, e tomar hábito de dominicanos, ao passo que suas mulheres seguiam idêntica resolução.

Um foi frei Domingos do Rosário; o outro foi frei Luiz de Sousa.

\*

E com isto me despeço do assunto. Mais não sei.

\*

Com idéia associada, lembrarei que o meu amigo dr. Xavier da Cunha é proprietário dos prédios n.ºs 8 a 26 da rua de *S. Bartolomeu*. Lá para dentro do muro há uma pequena casa onde habitei há anos; e confesso que às vezes, à janela,

<sup>1</sup> Veja-se a *Hist. Gen.; Provas*, tomo v, pág. 679.

me surpreendia a mim próprio, nestas noites tépidas de Lisboa, devaneando saúdades arqueológicas, e ouvindo o meu jardim, todo abafado de laranjeiras, cedros e latadas, e todo perfumado de violetas, falar-me com a maior insistência nos bons dias do paço antigo, do Seminário, e do templo de S. Bartolomeu.

E ainda mais aumentou a minha *devoção*, quando uma vez o proprietário, e meu senhorio, mandando escavar o jardim, encontrou dois capitéis velhos, carcomidos, de estilo românico talvez, e tão genuínos que os conservou. Eram, sabe Deus o quê: fragmentos de algum portal, membros da arcaria de algum claustro. Copiei-os. Infelizmente, por mais que os tenho interrogado, nada me disseram ainda.

\*

Quero agora oferecer aos curiosos uns versos . . . ainda a propósito desta residência real.

Possuía eu uma cadeira seiscentista, de coiro lavrado e pregaria amarela. Era porém única do seu género no meu gabinete. Ora o escritório do meu já citado amigo, no sítio aproximado onde foi talvez (como eu, com pouco critério, gostava de imaginar) alguma das dependências do paço de S. Bartolomeu, estava, por assim dizer, a chamar pela minha cadeira solitária, e a dizer-lhe:

—Vem para cá; tens cá uns lindos bufetes; tens outras cadeiras irmãs, que te apreciam, e

que em tudo são dignas de ser tuas companheiras; tens uns contadores coevos; tens belísimas jarras da China; por outra: estás entre a tua igualha. Aí vê-te muito só, nessa livraria dos Olivais, entre mobilia moderna que desdiz do teu feitio. ¡Vem! vem!

E, não sei como, a cadeira fugiu-me, e foi a correr pedir hospitalidade ao gabinete elegante e harmónico do meu amigo. Ela própria, nuns versos de que ia acompanhada, narrava a sua vida. O meu único merecimento nisto tudo, foi tê-la sabido escutar, e ter-lhe servido de amanuense. Os versos são dela. ¡Oh! se a mobilia velha pudesse falar!...

Escutem-na.

#### TRIBULAÇÕES DE UMA CADEIRA

Nasci, quando relnava (intrazo em terras nossas)  
castelhano Leão.

¡Que de sucessos vi! que festas, que tristezas  
presenciei desde então!

Guarneci já salões orlados de azulejo  
em lars de senhor;  
por companheiros tive o *bufete*, o *escritório*,  
o *catle*, o *contador*.

Descançaram em mim setins, brocados, *razos*,  
das damas mais gentis.  
Vi bailar *tordiões*, ouvi cantar *doçainas*,  
*oboáses*, *arrabís*.

Conheci muito nome ilustre, e dei assento  
a muita raça histórica;  
ouvi do seiscentista o galanteio, hipérbole  
confeitada em retórica.

Ouvi da Aclamação as doidas alegrias;  
e escateli, tôda pasmo,  
narrarem tal façanha os guapos cavaleiros,  
candentes de entusiasmo.

! Era bem nova então! Raiou como ama aurora  
seiscentos e quarenta.  
Não me façam falar; tem um curso de história  
quem sôbre mim se assenta.

Fui feliz; fui presada; era das modas últimas;  
tive um grande papel;  
campeei sôbre tapete, entre jarrões da China,  
na sala do docel.

Erguendo o reposteiro à porta, moldurada  
em nobres coigaduras,  
via entrar o *galante*, afável, garridíssimo,  
arrastando mesuras.

Deleitava-me ouvir das frases estadadas  
a amável melopeia;  
o cumprimento, o chiste, as crónicas do *high-life*  
da *inclita Ulisseia*.

! Que prazer, se arrastada ante o grupo das damas  
por mãos senhoriais,  
ouvia discorrer Taroucas, Ericeiras,  
Lafões, ou Cadavais!

Mas tudo neste mundo é contingente e efémero;  
! quem mo dissesse então!  
Passei, como desfolha a flor da primavera  
aos baços do verão.



Não sei porquê, lmas vi que a pouco e pouco entravam,  
para o nosso iugar,  
cadeiras de outra forma l elegantes intrusas l  
com sêda no espaldar l

l Que ciame que eu tive aos braços e ao curvado  
dessas gentís cadeiras l  
mais doiradas certo é, mais risonhas, mais cómodas  
taivês, mas estrangeiras l

Pois venceu a invasão; tralanfoa Luiz Quinze;  
foi essa a nossa paga;  
e, por grande favor, deram-nos a escadeiros,  
e eis-nos na sala-vaga.

Quiz protestar... não pude; e na larga ante-câmara,  
nós, quási sempre sós,  
cartimos no iadrilho anos de opróbrío, à sombra  
de uns retratos de avós.

Correu tempo. Uma vez, por morte de um meu amo,  
fui vendida em icilão.

l Como é triste fugir do saúdoso teatro  
da nossa eriação l

Arrastou-me o destino à cela de um mosteiro.

Ressonou sôbre mim...

(quanta vez) um pesado e rubicando abade,  
que rosnava latim.

E eu, de afeita ao palrar e ao setim das condessas,

e à voz dos *ministreis*,

estremecia tôda ao canto-chão fradesco,

e à fricção dos bareis.

Roabou-me em trinta e quatro um liberal faminto.

l Céas l e agora o verás:

fui vendida a um letrado, e atarei-lhe dez anos

o logo, e os *provarás*.

! Que vida ! penei muito ; e o cativo à banca  
do irascível doutor  
fez-me côxa co' o pêso enorme dos processos,  
! e ruça, e semsabor !...

Tão outra do que fôra, e já, com tais desgostos,  
quási tonta e Imbecil,  
fui dada a um mestre-escola, e aturei quinze Invernòs  
a súaia pueril.

! Servi-ihes de carteira, e de castelo, e de asno !  
montavam-me sem dó !  
! sem pensarem sequer ( ! profanos ! ) que podia  
ser sua trisavó !

Venderam-me outra vez ; já carunchosa e trôpega  
coube a uns judeus vilões,  
que ao balcão do ágio torpe, em mim sempre sentados,  
empilhavam dobrões.

Vi lágrimas correr ; ouvi os improperios  
do onzeneiro falaz ;  
'té que um dia escapei, por milagre ou ventura,  
das mãos do Satanaz.

Foi-me um erlado pôr num casarão de prego  
( ! ignóbil casarão ! ) ;  
donde fui figurar na loja de um ministro,  
junto ao guarda-portão.

Via entrar de manhã submissos pretendentes,  
e via o personagem  
dar-lhes, com ar baiofo, esp'ranças e promessas...  
já co' o pé na carruagem.

Ao cair o ministro, eu também fui proscrita,  
e atirada a um desvão.  
Daí veio arrancar-me um colector do antigo,  
*quicá* por compaixão.

Fui adornar sósinha um quarto de estudantes;  
 república burlesca,  
 onde (em vez de lições) gemia, ao som dos copos,  
 a banza trançesca.

Um andava a aprender para sábio de polpa  
 na Escola Politécnica;  
 o outro em S. José; já, por sinal, usava  
 tôda a *parola técnica*.

Outro andava a cursar... não sei quê; mas nos bailes  
 é que êle era divino!  
 regia *cotillons* co'am garbo, que excedia  
 o Vestris e o Justino.

! Outro tinha uma lábia! era uma bôca de oiro  
 a beber, e a contar.

Outro amava em poesia as loiras e as morenas;  
 e versos... a faltar!

! E eu... só para êles cinco! Um dia (que descanso!)  
 o meu dono casou;  
 e a noiva, que odiava o que era antigo e feio,  
 à margem me atirou.

Fai-me parar à feira. Ali estive; adquiriu-me  
 um padre docto e sério,  
 e enfeitei muito tempo a livreria dêle  
 no grave presbitério.

¿ Sabem? foi na Ericeira; uma casinha branca  
 no tôpo da azinhaga,  
 ao lado de um quintal pendente de uns fragueados  
 que o mar no Inverno alaga;

um ninho hospitaleiro e pobre, como o dono,  
 que a seu geito o escolheu;  
 ! donde se escuta o mar, donde se esquece a terra,  
 donde se avista o céu!

! Quantas vezes fui eu levada ao quintalço  
 pelo bom solitário !  
 ! Quantas vezes o oavi, à sombra da figueira,  
 relendo o Breviário !

Aquela casa honesta é o pôrto e salvamento  
 de muito desgarrado,  
 que entra a chorar, confessa o mal, enxuga as lágrimas,  
 e sai regenerado.

Tive um tempo feiz. A velha, ama do padre,  
 a santa avó Lazia,  
 sentada em mim fiava a saa estriga à noite,  
 e rosnava, e tossia.

E o gato, o egoistarrão maltez, todo lampeiro,  
 na ausência do prior,  
 repetnava em mim o lombo aveladado,  
 sem dizer: ¿ faz favor ?

É que eu... era da casa; andava estimadíssima,  
 e muito espanejada.  
 Por fim, morreu o padre, e a velhita, e o bichano;  
 ! e eu fiquei desgraçada !

Vendeu-me o sacristão da Ericcira; alcançou-me  
 um saloio de bem;  
 e junto da arca antiga uns anos tomei arcs  
 numa venda ao Cacém.

Chega um curioso inglês, uma tarde. Avistoa-me;  
 apalpa-me; ! endoidece !  
 Compra-me a pêso de oiro, e lá vou eu mais éle.  
 — «John, ¿ compraste isso?» —  
 — «Oh ! yes !» —

Era em Sintra o *chalet* do inglês; na serra; entre árvores;  
 lá é que eu fui parar.  
 Loira e sutil, cantava a *lady* vaporosa  
 nam piano de Erard.

Fai morar num terraço ajardinado e verde,  
sem frente para a rua;  
e as *misses* a chilrear vinham em mim sentar-se,  
de noite, à luz da lua.

Chorava uma cascata em baixo. Cá por cima  
tudo ria; o serão  
era um prazer contínuo; albans, leituras, música,  
dança e conversação.

Disto 'inda gostei mais (confesso) que do antigo,  
do tempo em que nasci.  
Só a Inglaterra sabe os segrêdos do ninho,  
mas guarda-os para si.

*Miss Mary* era a mais velha, a mais grave, a mais santa  
das filhas do meu dono;  
figurinha ideal, dada por Deus ao mundo  
nalgum luar de outono.

Branca, de olhos azues, umas mãos afiladas  
de virgem bisantina;  
mãe dos pobres do sítio, era a graça dos anjos,  
na graça feminina.

Ao lembrar-me de *Mary*, hoje a dormir nas sombras  
do verde cemitério,  
vejo adejar ainda entre as névoas da tarde  
seu róseo vulto aéreo.

Basta. Prossegurei na custosa *Odisséa*.  
Este inglês desertou;  
foi para a Escócia, creio, e fez leilão em Cintra,  
com que me assassinou.

Passei dali. . . (I meu Deus! estremeço ao lembrar-me  
de infortúnios assim!)  
Foi do *chalet* cintrão, para um bazar caótico  
da rua do Alecrim.

Ao princípio alegrei-me; encontrei o meu tempo  
 aqui ou acoiá;  
 vi um bafete amigo; um cadelrão meu primo;  
 conheci um sofá.

Vi nam canto um arnés, no outro as colabrinas  
 de antigos valentões;  
 tado cheio de magre, e a vergar sob o pêso  
 de nove gerações!

Tado afamado! opresso! empoeirado! lágabre!  
 Entre essas coisas mii,  
 passeava, de mãos atrás, o ferro-velho,  
 meditando um seíttil.

Ea odeio um bazar; e digo... (e faz-me lástima  
 quem não me comprehende);  
 não é matéria vil, não é matéria apenas,  
 que ali se compra e vende;

vendem-se multa vez memórias, pranto, amores,  
 sem dó, sem caridade;  
 vendem-se fibras da alma, alegrias ingénuas,  
 abismos de saúde.

Esmoreci ao ver-me ali. Mas passam meses,  
 chega um original,  
 e leva-me consigo, às costas de um galego,  
 ao Príncipe-Real.

Ea não sabla o que era um teatro; e o que penso,  
 de certo que o não conto.  
 Se o quizesse contar, samia-me primeiro...  
 no baraco do ponto.

Era tado a fingir! Bosques, salões e templos,  
 tado lona pintada;  
 o arreboi, aleatrão; reis e herois, uns tanantes;  
 o amor... não era nada.

Vi mágicas sem fim; fiz de cadelra nobre  
em mil melodramões;  
e até fui alugada, e figurei de autêntica  
na casa do Camões<sup>1</sup>.

—“Cadeira sem rival—dizia o *cicerone*  
tocando-me com a mão—  
«foi do épico ilustre; admirai, que é barato;  
«senhores, um tostão!»—

Condenada a escutar sandices anacrónicas,  
sem poder desmentir,  
vingava-me em gemer, ou por tôdas as juntas  
fartava-me de rir.

Fui posta em almoeda entre montões de nicas;  
e eu, tão fidalga outrora,  
corei quando me ouvi pregoar, computada  
lem dez tostões agora!

Cativa num barbeiro absurdo, redaziram-me  
(lquem não se rebelara!)  
a ver escasquear fregueses impossíveis,  
la três vinténs por cara!

Obrigaram-me a ouvir, dias, semanas, meses,  
conversações estílicas  
a sujeitos do sítio, honrados pés bovinos,  
versados em políticas.

<sup>1</sup> Por ocasião do tricentenário do falecimento de Camões em 1880, um amigo meu, o engraçadíssimo e talentosíssimo boémio D. Tomás José de Melo, alugou a casa onde faleceu Camões na calçada de Sant'Ana, mobillou-a de cadeiras sciscentistas, pôs um Camões, um Jaa e uma Ana de Macedo, tudo de cêra, com um cicerone que não era de cêra, e que mostrava aquilo tudo ao público com um palavreado de convicção engraçadíssimo.

Dêles já farta, um dia enchi-me de alma, e disse  
de mim para comigo:  
—«! Vou correr mando! E invoco as artes cabalísticas  
«de um bruxo meu amigo».

Tive asas, nem sei como; e corri numa nave,  
em confuso escarcéu,  
para a Lisboa antiga, e entrei num lar simpático  
em S. Bartolomeu.

—«Foi neste sítio, aqui,—me segredava o bruxo—  
«o paço, onde, feliz,  
«passou dias, talvez, o valoroso Afonso,  
«e nasceu D. Denis».—

Entreí; gostei do lar moderno onde o destino  
me conduz a final;  
tenho socêgo, e paz, e as patriarcaes venturas  
do velho Portugal.

Vou ser a companheira, a inseparável sócia  
de um fino entendedor,  
e entre irmãs, conchegar-me ao bufete erudito  
do meu novo senhor.

Encontrei tudo: apreço, e livros, e cavaco,  
e nada de crianças,  
que eu (bem o devem crer) esqúilda macróbla,  
já não estoa para danças.

Além do meu senhor, nesta casa hospedeira  
tenho dama gentil,  
que há-de por suas mãos trocar os meus invernos  
no mais viçoso abril.

A amável castelã, nas suas horas de ócio,  
sentada sôbre mim,  
há-de ir bordar sósinha, aos pés das suas árvores,  
nas sombras do jardim.



E eu, remoçada e grata, hei-de assim remontar-me  
à idade mais ioaçã,  
sendo (quanto em mim caiba) hospitalcira e cómoda  
à amável castelã.

No estado hei-de ajudar, e inspirar, quanto eu saiba,  
o poeta meu dono,  
enchendo-lhe de sonho alegre e arroabos mágicos  
algum fartado sono;

prestando-lhe visões dos saíões do bom tempo,  
em que eu resplandecia,  
e dando-lhe lazer, que o restaure no cabo  
das frágoas do seu dia.

Depois hão-de acadir-me à cançada lembrança  
os tempos meus antigos:  
o abade, os *provarás*, o ministro, o estudante  
com a guitarra e os amigos;

a Ericeira, o bom padre e a sua santa velha,  
Sintra co'as *misses* brancas,  
e o Príncipe Real, e os melodramas tétricos,  
todos sangue e carrancas.

Tudo há-de parecer-me um sonho mai sonhado;  
e hei-de dizer talvez:  
— «Idé Quê?! saúdades? nem sombra. A ventura é só isto;  
«alcancei-a de vez.» —

Jubilada estou pois. Com razão mo augarava  
o braxo amigo meu.  
Mea destino cumpri; vou descançar dois sécalos  
em S. Bartolomea.

Lisboa, 18 de Outubro de 1881.

### CAPÍTULO XIII

Analiza o autor três palácios da rua de S. Tiago.—Começa pelo que hoje tem o n.º 9. — Examinam-se os títulos do prédio.— O «senhor D. Álvaro», avoengo da Casa do Cadaval.— Alguns traços da sua biografia.— Casamento dele com D. Felipa de Melo.— Pertence ao casal o palácio de S. Tiago.— Herda-o D. Rodrigo, 1.º conde de Tentugal e 1.º marquês de Ferreira.— Por morte deste, herda-o D. Constantino de Melo.— Habita aqui o cardeal D. Henrique.

Ao concluirmos o nosso estudo de S. Bartolomeu, custa-me resistir à tentação de examinar desde já o convento dos Lóios, por um lado, e a igreja paroquial de S. Tiago, por outro. Resistirei. Ambos esses edifícios são mais modernos do que estas paróquias que trato do primeiro reinado. Entrarão a seu tempo, e no seu lugar <sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Segundo a orientação seguida pelo autor nos volumes anteriores, não ficava fora de propósito tratar neste lugar dos dois edifícios mencionados. Parece mesmo, segundo apontamentos que deixou, que o visconde de Cas-



RUA DE S. TIAGO, VISTA DO POENTE PARA O NASCENTE

O primeiro prédio, à direita, era o de Manuel da Cunha Soares; o imediato era o palácio dos condes de Tentugal

*Cliché Ed. Portugal*



Contudo estudarei os palácios da rua de S. Tiago, fronteiros aos três que analizei, porque em parte a história deles todos acha-se ligada e confundida.

Começarei pelo prédio com rés-do-chão e 1.º andar, com seis janelas de frente e as portas com os números de polícia 7 e 9, sendo esta última a principal, que tem por cima um braço de armas.

Esta propriedade é uma das mais interessantes do sítio (n.º 14, na planta da pág. 126) e a sua *genealogia* posso, por uma felicidade rara, autenticá-la aqui pela primeira vez, graças à obsequiosidade do meu provado amigo o dr. Xavier da Cunha, que, por interposta pessoa, o sr. Pedro José Pereira, obteve por empréstimo do possuidor, que era, em 1887, o distinto fotógrafo Eugénio Rustan, todos os títulos antigos; essa série curiosa de documentos vem jogar com outras indicações históricas, e prova mais uma vez aos donos de papelada velha, que nestas matérias nada há inútil, e tudo serve, ou vem a servir.

Oxalá todos se portassem com a bizarra franquesa do mencionado Rustan, dono da *Fotografia Popular*, e já falecido.

Vamos ao caso.

tiiho tencionava descrever o segundo, na reimpressão da sua obra. E para completar o estudo da freguesia de S. Bartolomea, só lhe restava tratar do convento de Santo Eloi. Preenchemos nós estas duas lacunas, como adiante se verá.

— Nota de A. V. S.

\*

Entra em cena o avoengo primeiro da Casa do Cadaval, o *senhor D. Álvaro* (assim chamado), quarto filho do segundo duque de Bragança, D. Fernando I, e da duquesa D. Joana de Castro; nobre e distinto português, que deu tôda a vida provas de energia e hombridade.

Era, como bem observa Rui de Pina, *a pessoa mais principal, de quem El-Rei tudo fiava, e per cujo conselho nas coisas de môr preço mais se governava* <sup>1</sup>.

Em anos muito verdes foi nomeado, por carta de 11 de Agosto de 1475, para o alto cargo de chanceler-mor do reino <sup>2</sup>. Depois disto, encontro, em 20 de Novembro de 1478, uma valiosa doação que lhe fez seu irmão primogénito, o duque D. Fernando II, do senhorio do Cadaval, Peral e outras terras <sup>3</sup>; e poucos meses andados, em Évora, a 1 de Março de 1479, celebrava o senhor D. Álvaro um contrato subrogando uma quinta no termo de Santarém, com seus casais e pertenças, a seu mencionado irmão, em troca de umas casas que êste possuía na freguesia de S. Tiago de Lisboa, junto ao mosteiro de Santo Eloi, unidas pela duquesa mãe à capela que instituira no de S. Domingos de Lisboa.

<sup>1</sup> *Chron. de D. João II*, cap. viii.

<sup>2</sup> *Hist. Gen. ; Provas*, tom. v, pág. 475.

<sup>3</sup> *Idem, ib.*, pág. 476.

É assim de 1479 o rasto mais antigo que se encontra do prédio que nos ocupa neste momento.

Cotejando as datas, dir-se-ia que andava o duque a organizar os rendimentos e a casa de seu irmão, com o fito nalgum auspicioso casamento, porque efectivamente, seis meses depois, celebrava-se êste por procuração.

Era capitão e governador de Tânger o conde de Olivença, D. Rodrigo de Melo. Em Tânger se achavam a condessa D. Isabel de Meneses e sua filha, D. Felipa de Melo; e aí, numa sala do castelo, perante os condes, compareceu, ido de propósito, desde Lisboa, o *honrado Fernão de Lemos, cavaleiro*, procurador especial do senhor D. Álvaro; e perante as testemunhas, Lopo Pires, contador, por el-Rei, Vasco da Gama, avô do grande descobridor, Afonso da Gama, Gonçalo Serrão, Fernão de Azevedo, almoxarife de Tânger, Gonçalo Vaz, adail, e Afonso Mendes, todos êles cavaleiros, se realizou por procuração o casamento do senhor D. Álvaro com a filha do governador, em 18 de Setembro de 1479; era esta donzela filha única, uma opulenta herdeira a quem seu pai deu em dote avultados cabedais<sup>1</sup>.

Foi agitada a carreira do irmão do justicado de Évora. O pêso do scetro férreo de João II sentiu-se cruamente naquela família. Deus perdôe aos corações duros. Desterrado em Castela, por lá se demorou D. Álvaro, e de lá escreveu a

<sup>1</sup> *Hist. Gen.; Provas*, tom. v, pág. 480.

el-Rei uma célebre carta, que D. António Caetano de Sousa extraiu do cartório dos Braganças, e que é monumento de franqueza e cordura. Não sei (devo confessá-lo) se chegaria ao seu destinatário, porque, observa o editor, *parece que não está acabada*; mas contudo é um protesto vibrante de verdade <sup>1</sup>.

Como mostra única da *compaixão* do empedernido monarca, aparece uma carta d'ele, em 26 de Junho de 1484, permitindo a D. Felipa de Melo que se fôsse *para o dito seu marido onde quer que elle estiver fora destes regnos*, podendo a demais levar consigo o que lhe aprouvesse da sua fazenda móvel <sup>2</sup>.

!E já não era pouco!

Quando melhoraram os tempos, quando ao ferrenho D. João II sucedeu seu primo, bafejaram boas aragens o destino do exilado D. Álvaro. Transcreve Damião de Góis uma carta de el-Rei D. Manuel a êste seu parente, escrita de seu próprio punho, e que dizia assim <sup>3</sup>:

*Houorado primo:*

*Vi ha carta que mescreuestes, perque me fazeis saber da vinda do Duque meu sobrinho, e vossa, folguei por ser tão cedo, e pareceme bem ser logo sem mais detença nenhũa, e vossa vinda seja a Eluas, e a Estremoz, e dali ao Vimieiro, e a Monte mór, e aqui sem sesperar mais recado.*

<sup>1</sup> *Hist. Gen. ; Provas*, tom. v, pág. 492.

<sup>2</sup> *Idem. ib.*, pág. 499.

<sup>3</sup> *Chron. d'el-Rei D. Manuel*, parte 1, cap. XIII.



*Dizemme que algũs criados do Duque vosso irmão fallão em el Rey meu senhor, que Deus haja, quomo não deuem, encomendouos que sejião todos bem auisados, per vos, e meu sobrinho, porque me pesara muito disso, e certo se algũs ho fezerem receberião de mi grão castigo, porque assi he razão. Haja meu sobrinho esta carta tambem por sua por ser mais em breue esse despachado de minha mão. Em Setubal a xxuj dias Dabril, El Rey.*

Permitia pois o senhor rei D. Manuel aos expatriados a volta aos lares; um dos que mais saudosos entraram foi sem dúvida o marido de D. Felipa de Melo; e quando estivesse em Lisboa havia provàvelmente de habitar esta mesma casa, a que tanta amizade o ligava, e que lhe fôra agora restituída, depois de confiscada pelo mator do duque de Viseu.

\*

Este histórico palacete herdou-o, por morte de D. Álvaro em 4 de Março de 1504, o seu primogénito, o primeiro conde de Tentúgal, e primeiro marquês de Ferreira desde 1534, D. Rodrigo de Melo; e, segundo se vê, aí continuou residindo a viuva do senhor D. Álvaro, visto que em 11 de Julho de 1505, *nas casas da Senhora Dona Felippa de Mello molher do Senhor Dom Alvaro que Santa Gloria haja*—diz um documento autêntico<sup>1</sup>—se

<sup>1</sup> *Hist. Gen.; Provas*, tom. v, pág. 501.

tratou o casamento de uma filha do falecido, irmã do conde de Tentúgal, D. Maria de Menezes, com o conde de Portalegre.

Em 15 de Março de 1510 el-Rei D. Manuel, estando em Almeirim, permite que seu sobrinho, o referido conde de Tentúgal, D. Rodrigo de Melo, dê como garantia ao dote de sua futura mulher D. Maria, filha de D. Pedro Pôrto Carrero, entre outras muitas coisas, *as suas casas de Lisboa*<sup>1</sup>.

Por falecimento deste conde de Tentúgal e marquês de Ferreira passou o prédio para o primogénito, o segundo marquês de Ferreira D. Francisco de Melo, que em 13 de Agosto de 1549 morava nestas suas casas de Lisboa. Aí celebrou o seu casamento com a senhora D. Eugénia, filha do duque de Bragança<sup>2</sup>; e aí mesmo, em 18 de Novembro de 1553, firmaram ambos um contrato com seu sobrinho D. Álvaro de Melo<sup>3</sup>.

Do marquês D. Francisco passou o palácio para seu filho D. Constantino *de Mello* (como lhe chama a própria mulher deste senhor em documentos vistos por mim nos títulos a que me referi), ou *de Bragança* (como lhe chama o epitáfio em Évora<sup>4</sup>). Foi D. Constantino comendador de Moreiras na Ordem de Cristo, de apresentação da casa de

<sup>1</sup> *Hist. Gen. ; Provas*, tom. v, pág. 508.

<sup>2</sup> *Idem, ib.*, pág. 546.

<sup>3</sup> *Idem, ib.*, pág. 545.

<sup>4</sup> Vidè a *Chronica dos Carmelitas*, por Irel João do Sacramento, tom. II, liv. v, cap. xxiii.

Bragança. Cativo em Alcácer em 1578, e resgatado<sup>1</sup>, veio a ser do conselho de D. Felipe I, por carta de 26 de Fevereiro de 1601 (na qual o rei lhe dá o tratamento de seu *muito amado e presoado sobrinho*), e do conselho de Estado de D. Felipe II. Sucedeu no morgado do Maranhão, como herdeiro de seu tio D. Constantino de Bragança, falecido em 1575, e acabou na sua casa de S. Tiago em 16 de Agosto de 1607<sup>2</sup>.

Foi D. Constantino de Melo casado duas vezes; do primeiro matrimónio não houve sucessão. Casou depois com D. Brites de Castro, filha de D. Fernando de Castro, capitão de Chaúl, e de D. Isabel Pereira.

\*

Também neste palácio habitou o cardeal-infante D. Henrique. Em que ano não sei eu; e esta mesma noticia alcancei-a pelo maior dos acasos, do modo que vou dizer.

No códice manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa A—4—5, intitulado *Memorias para Historia Ecclesiastica de Portugal*, já citado e analizado num dos capítulos supra, existe, como lá disse, a lista de vinte e um palácios, ou casas grandes, em

<sup>1</sup> É mencionado de passagem por um seu companheiro de trabalhos, Miguel Leitão de Andrada, na *Miscellanea*, diálogo viii.

<sup>2</sup> Vidè J. C. Feo; *Mem. dos Duques*, pág. 26.

que se poderia acomodar o projectado Seminário. O quarto na ordem é este de que estou falando. Essa ordem mesma tem sua razão de ser; principia junto à Sé, segue ao Limoeiro, sobe a S. Tiago, ao pátio de D. Fradique, ao Castelo, a Santa Cruz, divaga por S. Braz e S. Crispim, desce às Pedras Negras e acaba no Rossio, entrando, como *post-scriptum*, ou coisa que lembrou depois, um palácio à Madalena.

O quarto palácio na ordem adoptada, repito, vem indicado assim:

*Item — Palácio do conde de Tentúgal, contíguo à Igreja de S. Tiago, no qual habitou o Il.<sup>mo</sup> Senhor meu, cardinal-infante de Portugal* <sup>1</sup>.

Visivelmente trata-se desta mesma casa que nos ocupa. Não podia haver demarcações mais exactas. Quanto à data, é que ficamos em branco; só sabemos que devia ser antes de 1566, ano em que se fundou o Seminário, ao Chão da Feira.

¿ Mas, pergunto, não tem todos os visos, todos os foros de autenticidade tal notícia? Fica, pois, provada por ela a residência temporária do cardeal-rei nessa casa.

<sup>1</sup> *Item — Palatium Comititis de Tentugal contiguum Ecclesiae Sancti Jacobi, in quo habitavit Ill.<sup>mus</sup> Dominus meus Cardinalis Infans Portugalliae.*

## CAPÍTULO XIV

Por morte de D. Constantino, em 1607, herda o prédio D. Brites de Castro, sua viúva. — Avaliação em 1614. — Enumeram-se os filhos da nobre viúva. — É vendido o prédio de S. Tiago a António da Gama Lobo Pereira, em 1619. — Conjectura de cerca de uns antigos azulejos de uma sala do palácio. — É subrogado este ao vínculo de António da Gama. — Passa a herdar o vínculo D. João de Cárcome Lobo, neto de António. — Vende este D. João o prédio de S. Tiago, a Álvaro Ferreira de Macedo. — Desavenças judiciais terríveis e inconciliáveis entre Álvaro e D. João.

Falecendo D. Constantino, herdou o prédio sua viúva, D. Brites. Em Setembro de 1614, pedia ela a Baltazar Fernandes, escrivão dos órfãos, certidão da sua partilha, e por aí ficamos sabendo que lhe pertencia esse assento de casas nobres defronte da igreja, *com todas as mais casas que correm d'elle até junto do terreiro do Limoeiro*, e que se alugavam *de per si a cinco moradores, com seus quintaes por de traç*; e tôdas em globo, em 1614, partiam: pelo poente, com o

mosteiro de Santo Eloi; pelo sul, com moradas de Paulo Bezerra; pelo norte, com terreiro, e pelo nascente, com rua pública que seguia para o Limoeiro.

Convém saber que tudo isto era então avaliado em 3:200\$000 réis (ou 10:464\$000 réis actuais, em 1890). Parecia-me porém deduzir do que leio na certidão do escrivão da partilha, que só este prédio n.º 14, da planta em frente da pág. 126, era casa nobre; o mais eram edificações para aluguel, e sem nobreza.

\*

Todo esse lote de propriedades, com quintal e cisterna, adveiu pois em 1607 a D. Brites de Castro, como acima indiquei, por falecimento de D. Constantino, e para pagamento do dote e arrás dela, nada tendo portanto que ver com o dito lote a partilha dos filhos.

Êstes (se ao leitor importa conhecê-los) eram:

1.º — D. Francisco de Melo, primeiro conde de Assumar, grande general do seu tempo; seguiu inteiramente os interesses de Castela;

2.º — D. Fernando de Melo, deão de Évora, capelão-mor, bispo eleito do Pôrto;

3.º — D. Álvaro de Melo, grã-cruz de Malta, e general de terra e mar; devotado aos castelhanos;

4.º — D. João de Melo, carmelita;

5.º — D. Maria de Castro, que faleceu solteira.

Quanto à mãe de tãda esta ilustríssima ninhada, parece que em viúva preferiu habitar Extremoz;

aí a vamos encontrar em Dezembro de 1618, passando plenos poderes a um procurador, Cristóvão Ferreira, para a venda da casa de S. Tiago.

Vamos por partes.

\*

Só porém uma *parte* do seu domínio é que a nobre viúva resolvia então vender. O naco ou fragmento separado agora, em 1619, tinha pelo lado de cima, isto é, para a banda de Santo Eloi, outras poisadas da mesma dona, onde então vivia de aluguel João Furtado de Mendocha, o presidente da Câmara que recebeu a D. Felipe na sua visita a Lisboa em 1619; pela banda de baixo, outras que também tinham sido dela, mas que vendera ao desembargador Lourenço da Gama Pereira (são hoje o prédio n.ºs 1 e 3, de aparência vulgar e moderníssima, pelos restauros que há poucos anos lhe fizeram, prédio que nos planos antigos da cidade se percebe saía um pouco tora do alinhamento, excedendo sôbre a rua o seu visinho de baixo).

Defronte das janelas do palacete de D. Brites (n.º 14 da planta) ficavam, lá no outro lado da rua, ou terreiro, as janelas do 3.º conde de Basto, D. Lourenço Pires de Castro (o 2.º conde tinha morrido pouco mais havia de dois meses). Era o palácio indicado pelo n.º 10 na planta, contíguo ao dos Perys de Linde (n.º 11 da planta). Creio que a êsse tempo estaria o conde fora de Lisboa, provavelmente em Madrid ou em Évora, visto como

nesta sua casa habitava por então um António da Gama Lobo Pereira, fidalgo da Casa Real, comendador de Santo André de Pinhel na Ordem de Cristo, casado com D. Helena Mascarenhas, e (de certo) parente do supra-mencionado desembargador Lourenço da Gama Pereira.

Este António da Gama era já então inquilino de D. Brites no dito palacete (hoje fotografia; n.º 14 da planta), isto é: trazia-o de renda, mas não habitava nêle. Desejou comprá-lo; e êsse ajuste com a dona, então em Extremoz, como já disse, motivou a procuração que citei, passada por D. Brites de Castro em Dezembro de 1618 a Cristóvão Ferreira.

Efectivamente comprou António da Gama o prédio cubiçado, por 900,5000 réis (ou 2:946,5000 réis actuais, 1890) e 45,5000 réis de sisa, em 19 de Janeiro de 1619, e no mesmo dia tomou solenemente a sua posse.

Achou as casas muito danificadas, e procedeu a amplas bemfeitorias, em valor, dizia êle depois, superior a 2.000 cruzados (ou 3:470,5000 réis da nossa moeda).

\*

‡ Não haverá até certo ponto lugar para supôr que pertencessem às faladas bemfeitorias os magníficos azulejos que ainda há poucos anos eram esplêndido enfeite de uma das salas da casa, e que, por iniciativa do inteligentissimo marquês de



Sousa Holstein, fôram comprados para o museu da Academia Real das Belas Artes?

Talvês. Eu nunca os vi; por não haver sala na Academia onde se espalmasse êsse precioso painel, fôram todos os azulejos numerados e encerrados em caixas, onde ainda se conservam.

Diz-me pessoa que muita vez os examinou, indo ali visitar, antes de 1854 ano em que faleceu, o proprietário Francisco de Sande Salema, que representavam uma formosa cavalgada de cavaleiros seiscentistas num terreiro ou praia, servindo-lhes de fundo um enorme quadro da Lisboa do tempo, com vastas dimensões, que permitiram desenhar com muitos pormenores os monumentos e as casas.

! Que pena, que tristeza faz não poder contemplar agora o quadro todo! Aquí é tudo assim. Está sempre Asmodeu atrás da porta (dou-lhe êste nome por civilidade, e para não o tratar tão cruamente como o rifão). Ou se inutilizam as coisas, ou, quando se aproveitam, vem uma circunstância qualquer sumi-las. Assim mesmo, antes estejam ali os azulejos, do que em Inglaterra. Os nossos netos se regalarão com êles.

\*

ADITAMENTO <sup>1</sup>—«O *lambris* ou silhar de azulejo que o autor diz ter ter sido arrancado duma sala

<sup>1</sup> Por A. V. S.

do palácio que foi dos condes de Tentúgal, na Rua de S. Tiago, n.º 9, e que, ao tempo em que o mesmo escrevia (1890) se achava desmanchado, e os azulejos guardados em caixotes numa arrecadação do Museu de Arte Antiga, estão hoje encaixilhados em dez paineis, e patentes ao público no átrio do mesmo museu.

A descrição dos paineis, e o seu estudo minucioso foi por nós feito e publicado in *Armas e Trofeus* (vol. 1, fascículo iv, Lisboa, 1933), do nosso amigo Afonso de Dornelas, e por isso não vamos fazer aqui a transcrição do que publicámos na citada revista.

Recordaremos, porém, que os paineis não têm a antiguidade, dos meados do 1.º quartel do século xvii, que o visconde de Castilho lhes atribuíra, presumindo que fôsem do tempo em que um antigo proprietário António da Gama Lobo Pereira mandou fazer obras importantes no prédio, porquanto, por considerações baseadas nas épocas da construção de vários edificios que no quadro se veem, fomos levados a concluir que a sua feitura se devia colocar nas proximidades do ano de 1734, isto é, cerca de duzentos anos mais tarde do que a data que o visconde lhes atribuíra.

A vista panorâmica ali desenhada vai desde o extinto convento de S. José de Ribamar, a poente, até à igreja da Madre de Deus, a nascente; não contém nenhuma cavalgada de cavaleiros seiscentistas; os desenhos parciais, de que o desconhecido artista se serviu para compôr o pano-

rama de Lisboa, não foram, na sua reunião, subordinados à sua exacta e sucessiva situação topográfica, e, sobretudo nos painéis extremos, o desenhador pôs de parte toda a consideração das distâncias, e acumulou ou encaixou os edifícios ao acaso, ou onde supôs que melhor efeito produziriam.

Se bem que muitos edifícios estejam incorrectamente representados, e alguns mesmo esquematicamente, como se pode verificar confrontando-os com os que ainda se conservam, contudo o merecimento do artista não se pode pôr em dúvida, atendendo à época em que o desenho foi feito e à especialidade do género de pintura; e como documento iconográfico de Lisboa do século XVIII, conquanto não seja tão fidedigno como o visconde de Castilho presumia<sup>1</sup>, o silhar tem bastante valor, a-pesar-das suas flagrantes incorreções, sendo fácil identificar quasi todos os locais e edifícios que constam do desenho panorâmico».

\*

Ora António da Gama Lobo, filho de Luiz da Gama Pereira e de D. Violante Freire, neto de João Freire Lobo e de D. Mécia de Vila Nova, era bisneto de Cristóvão Freire de Andrade Cou-

<sup>1</sup> *Lisboa Antiga—O Bairro Alto de Lisboa*, 2.<sup>a</sup> ed., vol. v, pág. 370.

tinho e de D. Violante Lobo. Esta bisavó vinculara ao morgado instituído por ela para seu filho João Freire em 1556, 13\$333 réis com assentamento no Paço da Madeira (cêrca de 1:520\$000 réis da nossa actual moeda, 1890); e êle, por conveniências de administração, requereu licença para subrogar ao mesmo seu vínculo as suas casas de S. Tiago, em que ficou morando (compradas livres em 1619), em trôco do padrão da quantia vinculada por sua bisavó. Por alvará de 8 de Agosto de 1623 concedeu o rei intruso a licença pedida.

O contrato da subrogação é de 27 de Abril de 1624, feito na própria casa, que tinha ficado residência da familia. Aí, além de António da Gama e de sua mulher D. Helena Mascarenhas, habitava também (certamente muito idosa) D. Mécia de Vila Nova, avó materna de António; e serviu de fiadora a todo o estatuído.

Mal imaginavam os contratantes o novelo de chicanas emaranhadas, labirintado de laços, e entupido de nós cegos, que dêsse seu acto havia de resultar, mais de setenta anos depois, aos seus vindoiros!

Logo veremos.

\*

Temos por ora a António da Gama Lobo na pacifica posse do seu prédio comprado a D. Brites de Castro.

Houve vários filhos d'ele e de D. Helena Mascarenhas, já mencionada; mas falecendo todos, herdou a casa a filha mais nova, D. Violante Lobo, a qual casou com D. António de Cárcome, comendador de Santo António de Pinhel, falecido a 29 de Março de 1676.

Herdou a casa seu filho D. João de Cárcome Lobo, moço-fidalgo de el-Rei D. Afonso VI, capitão-mor da armada da Índia. Este casou com D. Felipa Manuel de Mendonça, filha de Pedro de Melo, do Conselho de Guerra e governador do Rio de Janeiro, e de D. Tereza de Mendonça.

D. João de Cárcome Lobo foi prêso no Limoeiro pelo crime de ter forçado a clausúra do mosteiro de Santa Mónica, onde foi achado. Requereu ser solto, atendendo a ser de pouca idade e muito pobre, como filho-família que ainda era, pagando a multa de 60\$000 réis que lhe fôra imposta. A Mesa do Desembargo do Paço consultou a favor em 8 de Agosto de 1674, e o príncipe regente conformou-se<sup>1</sup>.

Em 1681 morava D. João às Chagas. Se o seguíssemos a 26 de Fevereiro d'esse ano, vê-lo-íamos encaminhar-se para a travessa ou bêco de Mata-Porcos, viela feíssima e muito antiga, entre as freguesias da Conceição e de S. Julião, e que parece retratada do vivo, com tôda a sua péssima

<sup>1</sup> Livro vi de *Consultas* da dita Mesa, fl. 240 v.

catadura, nesta quadra da *Maria Parda* de Gil Vicente:

*O' travessa zanguizarra  
de Mata-porcos escura,  
como estás de má ventura  
seni ramos de barra a barra!*

Se perguntássemos quem era o dono de uma casa onde havíamos de ver entrar D. João, ouviríamos que se chamava Álvaro Ferreira de Macedo. Se pesquisássemos, saberíamos que era natural do termo de Barcelos, mercador em Lisboa, casado com uma lisboeta, Catarina Ferreira de Abreu, e familiar do Santo Ofício, por carta de 31 de Agosto de 1671<sup>1</sup>.

Presentes o dito Álvaro e um notário público, declarou D. João de Cárcome trazer procuração bastante de sua mulher D. Felipa, e passaram sem demora ao negócio que ali os congregara. Era este:

Álvaro Ferreira tinha arrematado a casa de S. Tiago, comprada em 1619 pelo avô de D. João; e é curioso notar como já, nesses sessenta e dois anos, tinham mudado inteiramente as confrontações; de um lado, casas de um António de Oliveira, escrivão da Chancelaria; do outro, casas de um Domingos de Mesquita Teixeira.

Creio, por muitos indícios, que este nosso D. João era um bom gastador. Entrou pela

<sup>1</sup> Torre do Tombo. *Inquirições para Familiares*, maço 1, n.º 19 a 26.

herança de seus maiores como quem entra de adaga em punho por um aduar de berberes. Deu à direita e à esquerda; e a prova mais frisante é que, depois da sua morte nas Caldas, em 23 de Maio de 1696, seu filho D. António de Cárcome Lobo, herdeiro do vinculo, fez renúncia inteira da herança livre, para se forrar a encargos iminentes, e limitou-se a haver os bens vinculares.

Neste contrato da rua de *Mata-porcós* (1 nome pitoresco!) a chacina foi, segundo creio, no bom do Álvaro Ferreira de Macedo.

A casa de S. Tiago, apesar das consideráveis benfeitorias feitas pelo comprador, avô de D. João, teve êste de vendê-la; arrematara-a o dito Álvaro.

No preço, porém, iam inclusos uns 233,5000 réis, que representavam o juro do Paço da Madeira, vinculado, como o leitor há-de lembrar-se, pela antiga D. Violante Lobo, em 1556. Essa quantia cabia a D. João por via de torna, sendo obrigado a empregá-la em bens do morgado. Queria, visto não lhe pertencer já a casa de S. Tiago, a qual respondia pela soma, subrogar-lhe outras suas casas livres e isentas, junto à ermida de Nossa Senhora do Alecrim, para o que dizia ter a provisão real indispensável. Pedia, pois, a Álvaro Ferreira, lhe passasse para a mão êsses bem-aventurados e miríficos 233,5000 réis, que lhe eram então muito necessários (não diz para quê, mas está-se a ver: 1 uns cavalos! uns guadamecins! um sarau nas Chagas!), e o caso é que os obteve e passou quitação.

Muito bem. Mas ninguém é eterno neste mundo, nem sequer os morgados; e ao tempo do seu falecimento deixou D. João a casa altamente comprometida atravancada de litígios, e roída de crédores.

Vivia a sua viúva em 1701, mais os filhos, que eram:

D. António de Cárcome Lobo, o primogénito;

D. Cristóvão, que morreu menino; e

D. Joana Micaela, que veio a casar, e com quem nada temos.

Esse D. Antoninho serviu no regimento da armada, casou com D. Josefa de Vilhena, e morreu a 15 de Outubro de 1732. Mas não antecipemos. Estamos em 1701, cinco anos depois da morte de D. João.

Entendeu D. António (e bem) achar-se defraudado de uma parte do seu rendimento vincular, pelo contrato oneroso celebrado entre seu pai e Álvaro Ferreira de Macedo. Em 31 de Agosto de 1701, em audiência do desembargador António Rodrigues de Araújo, juiz do Fisco Real, achava-se presente um procurador de D. António, alegando que o réu Álvaro fôra citado para entrar com o que devia, mas não aceitara a citação (chama-se a isto fazer ouvidos de mercador); pedia, pois, ao juiz, o mandasse apregoar pelo porteiro do tribunal. *Apregooou-se*, ninguém compareceu, deu-se portanto o réu por legalmente prevenido.



Poupo ao leitor os pormenores técnicos do combate; é menos desagradável ler em Barros ou Azurara, a conta enfadonha das espadeiradas que levaram os moiros de Gôa, Arzila ou Tânger, do que descrever os floreios desta quezilenta esgrima judicial. Vamos às conclusões.

\*

Em audiência de 9 de Novembro seguinte, o réu Álvaro Ferreira apresentava os autos com a excepção perentória de carência de acção; e pretendia provar que, suposto houvesse arrematado as casas de que se tratava, com o encargo de 233,5000 réis de censo para o morgado do pai do autor, contudo êle já em sua vida os recebera do réu, subrogando ao vínculo as casas do Alecrim, para o que se havia obrigado a impetrar faculdade de Sua Magestade. Tinha-se, pois, em sua consciência, o réu como livre e desobrigado do principal e do pagamento anual do dito censo, pelo que faltava ao autor o direito de acção. Quando tivesse tal direito (prosseguia o réu), devia ser contra as casas em que D. João o tinha imposto, e não contra as de S. Tiago. ¿Não vivera D. João ainda bastantes anos (15 quinze!) para chegar a alcançar a licença? e se a não alcançou, alcancem-na agora a viúva e os filhos, que são herdeiros legítimos, conformando-se com o contrato celebrado por seu pai em 1681.

\*

O autor combateu êsses argumentos da seguinte maneira, estribando-se (com certa sinceridade) nas leis do seu tempo.

Apresentou uma inquirição de testemunhas, provando que estava de posse do vínculo somente, tendo renunciado a todo o remanescente da herança; certidão de óbito de seu pai; e certidão de ter pedido e obtido na estação competente a abstenção completa de entrar na partilha dos bens livres do mesmo seu pai; e em 26 de Março de 1702 alegou e demonstrou documentalmente:

1.<sup>o</sup> — que o censo dos 13\$333 réis, imposto por D. Violante Lobo, sua quarta avó, aos bens do vínculo, era vincular, e não podia mudar de natureza.

2.<sup>o</sup> — que o herdeiro dêsse vínculo era êle D. António, e só êle.

3.<sup>o</sup> — que o réu era, ao presente, possuidor do prédio em que se achava imposto o dito ónus no preço de 233\$333 réis, pelo haver arrematado conscientemente com tal encargo;

4.<sup>o</sup> — que portanto ficava evidente o direito de reivindicação do autor ao dito encargo ou onus;

5.<sup>o</sup> — que não podia colher o argumento de haverem o pai e a mãe do autor recebido do réu a quantia de 233\$000 réis, visto não se provar que a subrogação se fizesse nunca, pois se tornava indispensável beneplácito real, que não houvera;

6.º — que tôda e qualquer alheação de bens de natureza vincular era irrita e nula, e só podia subsistir em vida de quem a fazia, extinguindo-se-lhe a fôrça quando o morgado passava aos sucessores;

7.º — que, herdando o autor sòmente bens vinculares, não se achava obrigado a estar pela convenção da alegada escritura, por isso que as dívidas activas e passivas só passavam aos que herdavam direitos, a que o autor aliàs renunciou, como demonstrava.

Pelo que exigia que o réu fôsse condenado a pagar, desde 1696 em diante, os foros decorridos, que pertenciam ao vínculo, e só ao vínculo.

Em 24 de Abril, por sentença do desembargador doutor António Rodrigues de Araújo, juiz do Fisco Real, era o réu condenado no pagamento desde 1696.

E furioso, e com um character de letra que lembra as iras do moiro Tarfe do romanceiro espanhol,

*esto el moro Tarfe escribe  
con tanta colera y rabia,  
que donde pone la pluma  
el delgado papel rasga,*

traçou o seu procurador esta frase sacramental:

*Appello da sn.ª retro em audiência a ratificará.*

*Ant.º glz.*

\*

¿Estava-se por acaso no segundo acto do drama? não; estava-se no quinto. O réu Álvaro

Ferreira não apelou; de nada serviram os feros do seu procurador. Ferido no seu orgulho e no seu bolsinho, deixou o pobre Ferreira de Macedo correr os seis meses do prazo; e quando ao cabo dêles foi citado para declarar a desistência de vez, encontrou-o o official apenas convallescente de uma grande paralisia, fruto das raivas de tantos meses de tribunal.

Ainda assim, acordaram-lhe de novo os brios, e em 3 de Janeiro de 1703, numa quinta do filho, no Lumiar, passa procuração ao doutor Francisco Aires Veloso, para lhe tratar do negócio.

Êste ainda fez um arrasado de três provarás, alegando a doença do réu, que o privara de pensar por meses na sua demanda, e pedindo não se julgasse *deserta* a causa, a-pesar-de decorridos os seis meses da lei.

O sofisma não valeu; pulverizava-o o simples exame das datas da certidão do médico, etc.; e em 20 de Setembro de 1703, a sentença do juiz António Rodrigues de Araújo, a fls. 83-v. do processo, veio pôr o ponto final por que suspirava D. António Lobo, por que eu suspirava, e o leitor ainda mais.

Álvaro Ferreira teve pois de pagar a D. João a quantia de 99\$250 réis (ou 128\$460 réis de agora).

Foi uma vitória, de acôrdo; ¡mas triste vitória!

\*

Aquí parte-se-me o fio da narrativa. Não importa seguir a descendência de D. António de

Cárcome Lobo e de sua mulher D. Josefa de Vilhena. Essa representação perdera o direito útil à casa de S. Tiago; creio porém que não perdeu o que lhe assistia ao rendimento vincular anual por que ela respondia; mas não tenho meio agora de o verificar sem grande trabalho.

## CAPÍTULO XV

Muda-se completamente a cena.—Marcos Vieira e Maria da Silva, instítuem em 1729 morgado dêste prédio histórico de S. Tiago.—João Vieira da Silva, filho dos instítuidores.—Casa com D. Josefa Joaquina da Fonseca.—Filha deles, D. Maria Catarina da Silva Vieira, casa com Francisco Manuel da Costa Quintela.—Segue-se-lhes o filho, José Inácio da Costa Quintela.—Quem eram êstes Quintelas.—Passa o prédio à família Sande Salema.—Passa finalmente por compra a Eagéno Rastan.

Entram no meu tablado outros personagens.  
Passaram vinte e seis anos.

\*

Numa sua quinta em Chelas, termo de Lisboa, acha-se gravemente enfermo um proprietário abastado, por nome Marcos Vieira, casado com Maria da Silva, pais de um estremecido filho único, João Vieira da Silva.

Dá a morte os seus lúgubres rebates. Lavra o moribundo Marcos Vieira um piedoso testamento, a 21 de Junho de 1729, por onde instituiu morgado de seus bens na pessoa de seu filho. Transportado o instituidor para Lisboa, onde possuía, na freguesia de S. Tiago, a casa que andamos estudando, nela passa desta vida para melhor em 4 de Janeiro seguinte.

Ora essa casa mortuária, e outra junto à ermida da Vitória, constituíam, além de mais bens, o assento do novo vínculo.

Como é que este prédio tinha passado da posse de Álvaro Ferreira de Macedo para a de Marcos Vieira, é que não sei, e pouco importa. Provavelmente houve compra.

\*

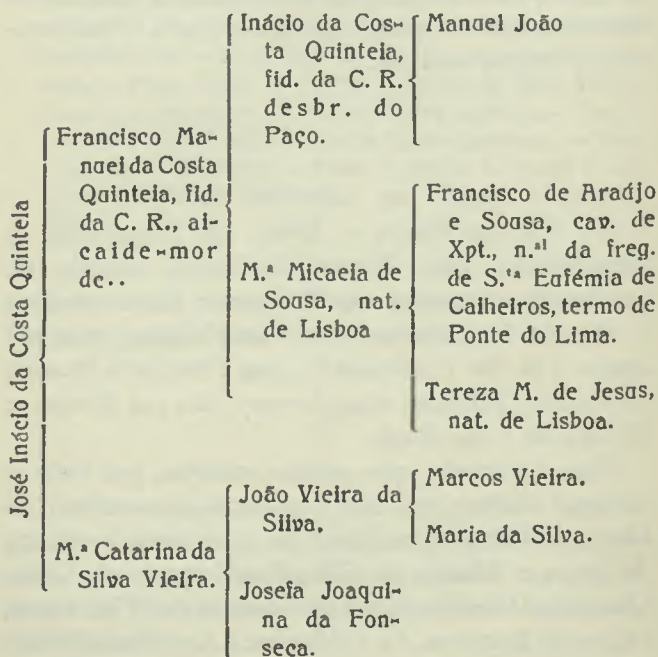
De Marcos Vieira e Maria da Silva ficou o mencionado João Vieira da Silva, marido de D. Josefa Joaquina da Fonseca; estes tiveram a D. Maria Catarina da Silva Vieira, que me aparece já em 1748 casada com Francisco Manuel da Costa Quintela, alcaide-mor não sei donde, e fidalgo da Casa Real.

Este Quintela, que assim entrava, por cabeça de sua mulher, na administração do vínculo de Marcos Vieira, era filho de um desembargador do paço e fidalgo da Casa Real, Inácio da Costa Quintela, falecido em 2 de Janeiro de 1752, autor, segundo Barbosa, da *Bibliotheca Jurisconsultorum*

*Lusitanorum*, e casado com D. Maria Micaela de Sousa. Esta senhora era natural de Lisboa e filha de Francisco de Araújo e Sousa, cavaleiro da Ordem de Cristo, e natural de Santa Eufémia de Calheiros, termo de Ponte do Lima, e de sua mulher D. Tereza Maria de Jesus <sup>1</sup>. O desembargador, êsse não lhe apurei a ascendência.

Em 18 de Janeiro de 1748 vejo êsse Francisco Manuel da Costa Quintela tomar posse (por mão de um procurador) de alguns bens pertencentes

<sup>1</sup> Para maior clareza, aquí vai a árvore :





à sua própria mulher: entre elles, uma casa no largo da Vitória, freguesia de S. Nicolau, e as *casas nobres, com entrada de pateo, e n'elle cocheira, cavalharia, e palheiro, e casas de creados*, na freguesia de S. Tiago.

Tiveram filho José Inácio da Costa Quintela.

O *Tombo da cidade*, feito em 1755<sup>1</sup>, designa o prédio como pertencendo ao mencionado Francisco Manuel, dá-lhe por limitrofes ao nascente as casas de João da Silva Machado, ao poente, com 27 palmos de fundo, as do desembargador João de Mesquita Matos Teixeira, por frente sôbre a rua 156 <sup>1</sup>/<sub>2</sub> palmos, e designa-as, depois do terremoto, como *quasi habitáveis*.

Administrava Francisco Manuel, por cabeça de sua mulher, a capela de Marcos Vieira; mas creio que, ou não tinha a boça de administrador, ou lhe corriam mal os negócios e a saúde; o certo é que, não tendo podido cumprir os encargos piedosos e caridosos da instituição, foi muitas vezes citado para prestar contas na Relação, perante o provedor das capelas; até que, tendo caído, segundo se percebe, em grande míngua, foi-lhe penhorada a renda de um seu prédio ao Chafariz-de-Dentro, em 10 de Março de 1756, pela quantia de 12\$259 réis, 1 que no fim do processo, em 24 de Setembro de 1756, subia com as custas a 17\$952 réis!

Passados trinta e seis anos, achava-se o mísero homem em tal estado de fôrças e intelligência,

<sup>1</sup> *Bairro do Limoeiro*, ll. 64.

que a administradora dos bens do casal era sua mulher. É o que se tira de uns documentos relativos ao mês de Abril de 1792.

Não vejo mais rasto de um nem de outro, até 20 de Abril de 1812, em que topei com José Inácio da Costa Quintela tomando solènemente, em nome e como procurador de sua mãe D. Maria Catarina, posse da casa n.º 4 do largo de S. Tiago.

¶ Em que pararam as economias e os devaneios aristocráticos do bom Marcos Vieira!

Nêste prédio histórico moraram muitos anos os Quintelas; encontro em 1803, na casa n.º 5 (é esta mesma), morador Inácio da Costa Quintela, então capitão de mar e guerra; e também em 1825, já vice-almirante<sup>1</sup>. É êste o illustre autor dos *Annaes da Marinha Portugueza*, do conselho de S. M., Grã-Cruz da Torre e Espada, ministro de Estado e sócio da Academia. Nasceu em Lisboa em 1763 e faleceu a 6 de Dezembro de 1838, creio que nesta casa<sup>2</sup>. Existe o seu elogio por Francisco Adolfo de Varnhagen nas *Memorias do Conservatorio*<sup>3</sup>.

Creio que era irmão do vice-almirante, outro escritor, Agostinho Inácio da Costa Quintela, fidalgo da Casa Real, natural de Lisboa, e autor

<sup>1</sup> Foi despachado vice-almirante da armada real em 17 de Março de 1815.

<sup>2</sup> Vidé os *Almanacks* do tempo, o *Diccionario* de Inocência, tom. III, pág. 206, etc.

<sup>3</sup> Tom. II, págs. 1 a 8.

do *Tratado para a cultura das vinhas em Portugal*, impresso em 1800.

\*

Depois da posse da família Quintela, outra vez se me quebra o fio de Ariadne, e salto a 1854.

Neste ano falecia em 19 de Abril, nesta sua casa da rua de S. Tiago, então n.º 5, Francisco de Sande Salema de Lavre Pereira Coutinho, natural de Beja, filho legitimo de Pedro de Sande Salema e de D. Ana Gaudência Fortes Nobre. Era casado; e menos de um mês depois do falecimento dele, a 14 de Maio, pelas 10 horas da noite, dava à luz sua viuva, D. Maria da Graça de Sande Salema, um filhinho póstumo, Francisco de Sande Salema, que residiu sempre nas suas propriedades de Tomar.

Não sei como se vai entroncar esta linha de senhores vinculares do prédio na de Marcos Vieira, ou na dos Quintelas, mas visivelmente representa ela o dito Marcos Vieira, visto como no inventário judicial a que se procedeu, e que tenho presente, ficaram pertencendo ao menor (além de muitos outros bens) estas *casas nobres, sítas na rua de S. Thiago n.º 5, freguesia dita, as quais são vinculadas, verba n.º 692*, e outras ao Terreiro do Trigo, largo do Chafariz de Dentro, n.ºs 1 a 4, as mesmas, segundo creio, penhoradas em 1756 a Costa Quintela.

Foi Francisco de Sande Salema quem vendeu os preciosos azulejos da sua casa à Academia das

Belas Artes; isto é, salvou-os, porque bem podia ser que, lá para o futuro, algum iconoclasta analfabeto os mandasse deitar no monturo, para os substituir por bonitos papéis de 500 réis a peça.

Depois vendeu a própria casa ao sr. Magrinho; e este, passado tempo, ao fotógrafo Eugénio Rustan.

ADITAMENTO <sup>1</sup>— «Por falecimento do fotógrafo, a sua viuva D. Máxima vendeu, pelo ano de 1920, o prédio a D. Carolina Vicente Ribeiro e José Carvalho da Fonseca Júnior, os quais, com o Dr. Seixas Palma constituíram uma sociedade que ali explora hoje (1938) uma *policlinica de S. Tiago* e um *laboratório de biologia Dr. Seixas Palma.*»

<sup>1</sup> Por A. V. S.

## CAPÍTULO XVI

Analisa-se agora um prédio contíguo ao antecedente. —

D. Mariana da Cunha de Castello-Branco e Manuel da Cunha Soares, os mais antigos possuidores que os títulos denunciam. — É-lhes penhorada a propriedade, e passa por successivas mãos até ao actual possuidor, o sr. António das Neves Martins.

Mesmo defronte do prédio dos srs. Perys de Linde, levanta-se outro, indicado pelo n.º 15 na minha planta, cujos títulos pude ver, porque (por intermédio espontâneo do meu amigo o sr. José da Cunha Porto) o actual proprietário, o sr. António das Neves Martins, não teve a mínima dúvida em mos emprestar. Agradeço ao sr. Martins a sua amabilidade, e o serviço que assim prestou às antiguidades da capital.

Entremos em matéria.

\*

Manuel da Cunha Soares, comendador na Ordem de Cristo, fidalgo da Casa Real, morgado

do Zambujal <sup>1</sup>, era juiz da Tábola Real na vila de Setúbal (repartição, ou tribunal, que superintendia nos tributos do pescado, etc.). Era filho de João Soares de Torneio, escrivão da matrícula dos moços-fidalgos e comendador de Cristo, e de D. Luiza da Cunha. Casado não sei com quem, teve um filho por nome José da Cunha Soares, nascido em Setúbal.

Enviuvou Manuel da Cunha Soares, e passou a segundas núpcias com uma senhora chamada D. Mariana da Cunha de Castelo-Branco, que entrou no casal com vários bens, e entre êles um prédio a S. Tiago. Ou por demasiada boa fé, ou por leviandade, viu-se o juiz da Tábola obrigado para com a Fazenda pela quantia de 1:300\$000 réis, em que o seu recebedor se deixou alcançar, e que não havia modo de obter dele, visto que o juiz tivera a longanimidade de lhe não exigir a respectiva fiança. | Por bem fazer, mal haver!

Foi penhorado Manuel da Cunha, estava visto, servindo de reféns o prédio de sua mulher. Assim o descreve um documento do mês de Setembro de 1662:

*Um assento de casas nobres, que estão na cidade de Lisboa, por cima de S. Thiago, junto á porta-*

<sup>1</sup> Esta importante propriedade fica situada entre Setúbal e Alcácer do Sal. Parece que havia sido da casa de Bragança, e comprada ao duque D. Fernando I em 1454, por Gil Fernandes Sardinha. Foi vinculada em 1609 a favor de D. Luiza da Cunha, mulher de João Soares do Torneio, de quem se fala no texto. — *Nota de A. V. S.*

*ria do carro de Santo Eloi, que são de dois sobrados: o primeiro sobrado tem oito casas, e o segundo sobrado seis casas, e uma varanda descoberta, que fica para a parte do sul; e nos baixos destas casas ha cinco moradinhas, que se alugam de parte. Têm mais estas casas um pátio grande, em que ha umas atafonas com dois eugenhos; e por cima casas em que vive o atafoneiro.*

*Partem do norte com rua que vae de S. Tiago para o mosteiro de Santo Eloi, e ao sul com quintais e pátio de diferentes pessoas, e ao nascente com casas de António da Gama Lobo; e do poente com casas de D. Isabel. (?)*

As confrontações actuais combinam com essas tomadas em 1662. A casa parte ainda pelo lado norte com a rua que segue de S. Tiago para os Lóios (hoje quartel); pelo sul, isto é, pelo lado do Tejo, com quintais vários das casas que ficam hoje defronte do Limoeiro, e com o pátio chamado *do Carrasco*; pelo nascente, isto é, pela banda de baixo, com a casa dos herdeiros do fotógrafo Rustan, que era (como já demonstrei) a dos condes de Tentúgal (n.º 14 da minha planta), comprada em 1619 por António da Gama Lobo<sup>1</sup>;

<sup>1</sup> Peço ao leitor queira recordar-se de que ainda agora lhe mostrel que o prédio de D. Constantino de Melo, vendido em 1619 para pagamento de arrás de D. Brites de Castro sua viúva, confinava pela banda do convento dos Lóios com outras poisadas da mesma D. Brites, e onde então habitava de renda o presidente do Senado, João Fartado de Mendouça. Êsse tal prédio maior vendeu-se em 1619 a António da Gama Lobo; o de cima não sel; mas

pelo poente, enfim, partia o prédio de Manuel da Cunha com outro prédio que logo analizarei.

Foi a casa avaliada em mais do que a dívida: 1:600\$000 réis diziam os peritos; mas em 7 de Outubro de 1662 arrematou-se por uma terça parte, 540\$000 réis, no juízo da Provedoria. Foi o maior oferente um dr. António de Matos de Mesquita, morador em Lisboa, a S. Cristóvão, e beneficiado na igreja de Santo Estêvão de Alenquer.

Aí rompe-se o fio, ou, pelo menos, adelgaça-se muitíssimo. Da mão do dr. Mesquita passou por herança a casa (não consta quando) para certo homem, cujo nome não aparece<sup>1</sup>, e de quem vieram a herdá-lo umas senhoras, freiras ou recolhidas no mosteiro de Odivelas. Nesta dúvida de datas e nomes discorre mais de um século de posse; até que em 6 de Agosto de 1781 compram a dita casa às mencionadas religiosas João Gon-

vejo que já em 1662 não pertencia à dita D. Brites de Castro, e sim a D. Mariana da Cunha de Castelo-Branco, mulher de Manuel da Cunha Soares. Há pois lacuna de posse entre D. Brites de Castro em 1619, e D. Mariana da Cunha em 1662; quarenta e três anos apenas, que não posso preencher.

<sup>1</sup> Crelo dever ser o desembargador João de Mesquita de Matos Teixeira, ou seu pai, visivelmente parentes do dr. António de Matos de Mesquita. Esse João de Mesquita era em 1755 dono do prédio, segundo logo mostrarei, quando tratar do prédio limítrofe.—*Tombo da Cidade de Lisboa*, de 1755, *Bairro do Limoeiro*, fl. 64 v.



çalves, estanceiro, e sua mulher, Maria da Purificação.

Das palavras de um requerimento anexo aos títulos que examino, se depreende que nas imediações de S. Tiago não causou ruínas o terremoto de 1755, a não ser neste prédio, e no outro seu confrontante pelo poente. Fixemos essa noção. Em 1781, por exemplo, segundo certo documento, parte do prédio de João Gonçalves existia *com a ruína do terremoto*; e outra parte, *ainda que danificada*, estava habitada.

Ora havia pouco mais de três anos que o estanceiro João Gonçalves possuía o prédio, quando em 23 de Dezembro de 1784 o vendeu pela quantia de 400\$000 réis, com muitas concessões quanto ao modo de pagamento, ao dr. João Carlos José Pery, cavaleiro na Ordem de Cristo, morador em Chelas, escrivão da Mesa Grande da Alfândega Grande de Lisboa, em 1791 morador *aos Lóios*<sup>1</sup>, e membro da família proprietária do nobre prédio fronteiro.

A-pezar-da asserção acima transcrita, quanto ao destroço que padecera o edifício (asserção confirmada pelo baixo preço desta venda de 1784), qualifica-o a escritura com o pomposo título de *casas nobres*.

As confrontações eras estas em 1781: pelo nascente a propriedade de Francisco Manuel da Costa Quintela, já conhecido, e dono da casa que fôra

<sup>1</sup> *Almanack* de 1791.

do conde de Tentúgal; e pelo poente a *propriedade arruinada* de José Bruno de Cabedo.

O estado do prédio era igual, pouco mais ou menos, ao que descrevi; constava este de *uma loja e um andar apegado á mesma; outras casas, que se acham em tosco, que têm três andares; e místicos a estas, uns pardieiros grandes, que mostram ter sido casas nobres.*

Daqui por diante nenhuma outra noção interessante se nos depara.

Era o dr. João Carlos José Pery casado com D. Mariana Ferreira da Gama, falecida em 28 de Agosto de 1802. Tiveram por filha D. Ana do Patrocínio Pery. Faleceu o doutor em 6 de Abril de 1808. O prédio de S. Tiago coube a sua filha, sendo-lhe adjudicado, depois de longa demora, em Agosto de 1821, e tomando posse a nova proprietária em 6 de Outubro.

Esta senhora D. Ana do Patrocínio Pery, que nunca tomou estado, entendeu dever dar de aforamento emfiteusim perpétuo o seu prédio de S. Tiago, então n.<sup>os</sup> 6 e 7, a uma gente sua conhecida, por escritura de 21 de Novembro de 1823; mas acontecendo que nem a enfiteuta, nem seu marido, pagavam os foros estipulados, D. Ana obteve a adjudicação do prazo, e a consolidação do domínio útil e do directo, em 1835. Os ex-enfiteutas, contudo, não queriam largar a casa, onde habitavam; até que em Junho de 1838 foram judicialmente constrangidos a despejar.

Passam vinte e sete anos. Em 23 de Dezembro de 1865 celebra D. Ana Pery escritura de pro-

messa de venda com o actual proprietário, o sr. António das Neves Martins, dono de uma cerralharia. É curioso transcrever aqui a descrição autêntica do prédio, para mostrar o seu estado nêsse ano :

*Uma propriedade de casas situadas na referida rua de S. Tiago, com os n.ºs 6 e 7 antigos, e 11, 13 e 15 modernos, na dita freguesia de S. Tiago; a qual se compõe de lojas e sobrados com a sua loja de entrada, que dá serventia à dita propriedade; e no plano da mesma tem à face da dita rua uma loja grande, que serve de cocheira, e outra para o fundo; e no plano da loja de entrada tem uma loja com nove casas, e por cima de parte de uma delas tem um sótão com uma só casa; e por cima das ditas lojas tem mais seis casas, com uma escada de serventia interior por dentro; e por cima tem um quarto nobre dividido em cinco casas; e por cima, em parte das ditas casas, tem uma agua furtada geral; e no mesmo pavimento tem uma casa que serve de cosinha, e outra de casa de jantar; para o lado do nascente tem mais umas casas subterrâneas, com uma serventia para o quintal, dividida em cinco casas, em que entra cocheira, cavalharia e palheiro, e para o fundo tem um quintal murado em roda, com parreiras, e uma figueira, e com outras mais pertenças e serventias.*

Realizou-se a venda definitiva ao sr. Martins em 14 de Abril de 1866, e em 5 de Maio tomava posse o novo proprietário. Os n.ºs 11 e 15, eram portas das lojas; o n.º 13, a escada para o primeiro andar.

O sr. Martins reedificou a frontaria segundo o plano que lá se vê, e aí instalou a sua magnífica cerralharia.

\*

ADITAMENTO <sup>1</sup>. — Actualmente (1938), o n.º 11 encerra duas janelas gêmeas, de uma moradia do rés-do-chão; o n.º 13 é a porta da oficina e do primeiro andar; e o n.º 15 é a porta de serventia para várias moradias dos andares.

O prédio foi vendido em 16 de Maio de 1927, pelos herdeiros de António das Neves Martins Júnior, à firma Júlio Gomes Ferreira & C.<sup>ta</sup> L.<sup>da</sup>, que por sua vez o vendeu, em 30 de Setembro de 1932, a D. Eugénia Malheiro da Cunha Bandeira, pertencendo hoje (1938) aos herdeiros desta senhora.

A oficina de cerralharia é actualmente explorada pela Sociedade Industrial Metalúrgica.

<sup>1</sup> Por A. V. S.

## CAPÍTULO XVII

Analiza-se agora o outro prédio contíguo para a banda do poente. — Foi também pertença do casal de Manuel da Cunha Soares. — Pelo casamento de uma filha d'este, D. Luiza Maria da Cunha, entra o prédio na posse dos Cabedos de Setúbal. — É vendido em 1866 ao sr. António das Neves Martins.

Pegado, pelo lado do poente, com o prédio acabado de analizar, de D. Ana Pery, levanta-se um prédio com rés-do-chão e um andar, com cinco janelas de frente, forrado de azulejo, tendo duas portas numeradas 17 (porta da loja) e 17-A (porta do 1.º andar).

Anteriormente eram aí uns pardieiros velhos, que deviam ter sido um verdadeiro encanto arqueológico, indicados pelo n.º 16 na minha planta; paredes certamente históricas.

Pertenciam à familia Cabedo, de Setúbal; foi a genealogia quem me pôs na pista da linha por onde esse prédio adviria certamente à casa dos Cabedos. Vejamos se me posso explicar.

O supra-mencionado Manuel da Cunha Soares, morgado do Zambujal, foi, como eu já disse, casado com D. Mariana da Cunha de Castelo-Branco. Esta senhora é que entrou no casal com várias propriedades; entre elas a confinante pelo nascente (a qual vimos penhorada pelo alcance do recebedor subordinado do juiz da Tábula), e esta, pegada com os Lóios. Aquela outra vendeu-se, e foi seguindo o destino que indiquei; esta passou, por morte de Manuel da Cunha, para sua filha e herdeira, D. Luiza Maria da Cunha e Castelo Branco. Relações de familia em Setúbal (está-se a perceber) determinaram o casamento desta D. Luiza com um cavalheiro da mesma cidade, José de Cabedo de Vasconcelos, senhor da casa dos Cabedos, cavaleiro da Ordem de Cristo, e que houve, por cabeça de sua mulher, o officio de seu sogro: juiz da Tábula Real de Setúbal e das Almadravas de Cezimbra.

Aquí temos, pois, a casa dos Cabedos de posse do prédio limítrofe com Santo Eloi. Nela se perpetuou até José Bruno de Cabedo e Vasconcelos Sardinha, nascido em 5 de Fevereiro de 1811 e falecido em 9 de Outubro de 1874, primogénito do primeiro barão do Zambujal, Jorge de Cabedo de Vasconcelos da Cunha Castelo Branco, e neto de um outro José Bruno de Cabedo de Vasconcelos Sardinha da Cunha, que era o proprietário do prédio por ocasião do terremoto de 1755 <sup>1</sup>, estando

<sup>1</sup> *Tombo da Cidade de Lisboa, de 1755, Bairro do Limoeiro, fl. 64-v.*

em 1890 o título de barão e a casa de Zambujal representados pelo sr. Jorge de Cabedo de Lancastre.

Em 1866 era dono do prédio da rua de S. Tiago o dito José Bruno, respeitabilíssimo cavalheiro, nascido em 1810, e a quem o seu precário estado de saúde obrigára a tutoria. Era tutor o honrado D. Sancho Manuel de Vilhena e Saldanha, dos senhores de Pancas.

Por motivos puramente administrativos da fortuna do seu curatelado, entendeu o tutor, de certo muito bem, vender umas fazendas do interdito em Setúbal, e o pardieiro de S. Tiago, o qual pardieiro (diz o tutor em requerimento) *nem tem serventia própria, rendendo apenas a quantia anual de oito mil réis*. Era justamente a ocasião de se achar em venda o prédio contíguo, que lhe dava serventia, segundo se lê no mesmo papel; e esse ensejo poderia facilitar a alheação com vantagem.

Reuniu-se o conselho de família, composto de D. Sebastião António Maldonado, D. Diogo Maria de Almada, Francisco de Carvalho Dáun e Lorena, e o curador *ad bona* D. Sancho Manuel de Vilhena e Saldanha. O conselho deliberou autorizar a venda proposta.

Assim era descrita a propriedade:

*Um terreno, ou quintalão, no largo dos Lóios, freguesia de S. Tiago desta cidade, que apenas... tem paredes em grande ruína, e nelas alguma cantaria.*

|Que triste descrição! que destroço revelam essas poucas palavras|

A medição a que se procedeu em 12 de Março de 1866 era assim:

Principiando do nascente de encontro ao poente, pela frente da rua de S. Tiago (lado norte), acharam-se de comprido 23 metros e 64 centímetros. Virando do norte de encontro ao sul, pelo lado do poente (Lóios), 36 metros e 90 centímetros. Virando ao poente de encontro ao nascente, pela banda do sul (face do Tejo), 20 metros e 65 centímetros. Finalmente, virando do sul de encontro ao norte, pela parte do nascente (prédio Tentúgal), onde principiou a medição, 34 metros e 81 centímetros. O centro desta área tinha *uns casebres em pardieiro, com uma cisterna para agua da chuva*, e era todo murado em volta, com uma porta de serventia sôbre S. Tiago, com o n.º 17.

Avaliado o prédio em 450\$000 réis, foi à praça em 12 de Maio. Não houve licitante. Tornou em 9 de Junho, e arrematou-o, com o abatimento da quinta parte, por 400\$000 réis, o sr. António das Neves Martins, representado pelo seu procurador, Domingos José Vieira da Cruz.

ADITAMENTO <sup>1</sup>. — «Esta propriedade foi comprada, em 16 de Maio de 1927, aos herdeiros de António das Neves Martins Júnior, pela firma Júlio Gomes Ferreira & C.<sup>ia</sup>, L.<sup>da</sup>, que mais tarde vendeu, em 30 de Setembro de 1932, o terreno onde se construiu o actual prédio, a D. Eugénia Malheiro

<sup>1</sup> Por A. V. S.



da Cunha Bandeira Coelho, continuando porém a ocupar a loja do rés-do-chão como inquilina.

O restante espaço, até ao quartel dos Lóios, onde se acha aquartelada uma companhia da Guarda Nacional Republicana, e pela banda do sul do mesmo quartel e do prédio de azulejo, era um vasto terreno agreste, que na mesma data foi comprado aos herdeiros de António das Neves Martins Júnior, pela firma Júlio Gomes Ferreira & C.<sup>ta</sup>, L.<sup>da</sup>

Nestes terrenos construiu a mencionada sociedade as suas importantes oficinas metalomecânicas, fundição, cerralharia civil, latoaria e galvanização, material eléctrico, etc., cuja porta, última deste lado da rua de S. Tiago, tem o número de polícia 19. Temos razões para julgar que foi aí a porta do carro do convento de Santo Eloi<sup>1</sup>.

As oficinas ficam contíguas ao edificio do extinto convento (o actual quartel), e nelas se veem ainda algumas janelas e portas tapadas da casa monástica. Um armazém de material das oficinas, exactamente por trás do prédio de azulejo acima mencionado, foi construído sôbre uma cisterna, que devia ter pertencido ao convento de Santo Eloi. É de grandes dimensões, tanto em superficie, como em profundidade, e a cobertura é formada por três arcos transversais, sôbre cujos

<sup>1</sup> Vejam-se as confrontações da verba 150 da fl. 65 do *Tombo da Cidade de Lisboa*, de 1755, *Bairro do Limoeiro*.

timpanos se apoiam abóbadas de berço. É a cisterna a que se faz referência nas medições do terreno em 1866, e da sua água se aproveitam actualmente, tanto a firma mencionada, como a sua vizinha Sociedade Industrial Metalúrgica.

Informam-nos que neste sítio foi a primeira instalação do fotógrafo Rustan, antes de comprar o palácio que fôra dos condes de Tentúgal. Mais tarde houve no *quintalão* um jôgo de chinquilho, freqüentado pela boa sociedade da época».

\*

Ficarei por aquí. Mais haveria que descrever, mas já falta o espaço.

Examinei uma boa soma de edificios em tão pequenina área. Oxalá se me deparassem sempre tantos e tão bons títulos como desta vez se me depararam, graças à obsequiosidade dos srs. António José de Carvalho, António das Neves Martins, Eugénio Rustan, Gerardo Augusto Pery de Linde, José da Cunha Pôrto, José Firmino Pery Guerreiro de Amorim, Pedro José Pereira e dr. Xavier da Cunha.

A todos renovo cordeais agradecimentos.

## CAPÍTULO XVIII<sup>1</sup>

O convento de Santo Eloi ou dos Lóios. — O livro do padre Francisco de Santa Maria: *O Ceo aberto na Terra*. — O livro de Henrique Loareiro: *O Político do Convento de Santo Eloi*. — Fundação do bispo D. Domingos Anes Jardo. — Entrega do hospital aos *Bons Homens de Vilar*. — Capela da Senhora do Vale. — Igreja reformada pelo arcebispo D. Jorge da Costa. — Reconstituição da planta da nova igreja por Henrique Loareiro. — Conjectura dêste escritor sôbre os trípticos de S. Vicente. — Túmulo da infanta D. Catarina; suas vicissitudes. — Outras capelas da igreja; seus coros. — Nova igreja construída nos fins do século xvii. — Sea projecto. — Reconstituição da planta por Henrique Loareiro. — Nova situação do túmulo da infanta e do bispo D. Domingos. — Outros edificios do convento. — Terrenos de cultura do convento; o que são hoje. — Ruínas produzidas pelo terremoto de 1755. — Destino do convento depois de 1834. — Lindos panoramas que se disfrutam do local do ex-convento.

O convento de Santo Eloi, vulgarmente conhecido por convento dos Lóios, estava situado no distrito da freguesia de S. Bartolomeu. Era talvez o mais importante edificio da freguesia, pela sua

<sup>1</sup> Por A. V. S.

grandeza, e pela beleza dos panoramas que do mesmo se disfrutavam, mas o visconde de Castilho, que prometera ocupar-se d'êlê lá para o diante, concluiu o seu trabalho sem se desempenhar da sua promessa.

Tendo nos sido dado o encargo de prosseguir e coordenar, dentro de certo critério, a obra do mestre, entendemos que devíamos deixar aquí consignado o que se pode apurar acêrca do mencionado convento desaparecido, completando assim o que de mais importante havia na paróquia de S. Bartolomeu, que interessasse à sua vida e história.

O convento teve um cronista, homem instruído e investigador, que vivia de portas a dentro, e conhecedor por isso de todos os recantos da sua casa monástica; êsse foi o frade Francisco de Santa Maria, que no seu livro: *O Ceo aberto na Terra*, escrito por 1695 e impresso em 1697, nos deixou muitas notícias acêrca do convento, que para aquí extractámos, utilizando por vezes os seus próprios períodos. Deverá por isso entender se que, onde não citamos outro autor, fonte da informação, se deve procurar a notícia na obra do padre Santa Maria.

Há menos de dez anos que faleceu um ilustre investigador histórico, sr. Henrique Loureiro, sócio da Associação dos Arqueólogos Portugueses, que, estudando minuciosamente a crónica do padre Santa Maria, julgou perceber que os tão discutidos paineis, conhecidos por *paineis de S. Vicente*, actualmente no Museu de Arte Antiga,

às Janelas Verdes, haviam sido feitos para a igreja de Santo Eloi, entre os anos de 1456 ou 1457 (o primeiro painel), e no de 1464 (o segundo). O seu estudo foi objecto de uma conferência realizada na sede da Associação dos Arqueólogos, em 25 de Fevereiro de 1926, corrigida e desenvolvida num livro que publicou em 1927, com o título: *O Políptico do Convento de Santo Eloi*.

As duas obras mencionadas, e mais alguns elementos colhidos noutros trabalhos, serviram para a composição do presente capítulo.

\*

Pelo ano de 1284, o bispo de Lisboa D. Domingos Anes Jardo começou a erigir um hospital, no sítio que foi do convento de Santo Eloi, onde é hoje o quartel da 5.<sup>a</sup> Companhia do 1.<sup>o</sup> batalhão da Guarda Nacional Republicana. Tinha a invocação de S. Paulo Apóstolo, de S. Clemente Papa e mártir, e de Santo Eloi, bispo e confessor. Determinou que nêle houvesse 10 capelães, 20 merceeiros, 6 estudantes e 15 meninos de escola, e para o seu funcionamento deixou-lhe certas rendas.

Por morte do bispo D. Domingos, vieram de Alcobaça para o hospital de Santo Eloi os religiosos de S. Bernardo, onde se conservaram 23 anos, passados os quais a administração voltou a

ser como havido sido determinada pelo instituidor; mas havendo ela decaído no cumprimento das suas obrigações, e dissipando-se as rendas da manutenção da casa, o infante D. Pedro, regente do reino em nome de seu sobrinho el-Rei D. Afonso V, entregou-o aos cónegos seculares de S. Salvador de Vilar de Frades, conhecidos por *Bons Homens de Vilar*, congregação da religião de S. João Evangelista, a qual tomou posse da administração em 24 de Abril de 1442, transformando-se assim o hospital no convento de invocação de Santo Eloi, que era um dos patronos da primeira instituição.

Os seus cónegos seculares, ou frades, eram conhecidos por *lórios*, e usavam umas capas de côr azul escuro arroxeadado, a que o povo chamava *azul lóio* (azulóio).

\*

No hospital havia uma capela ou igreja, onde se venerava uma imagem com a invocação de Senhora do Vale. Esta denominação parece ser corrupção do nome *Roncesvalles*, de uma terra do reino de Aragão, onde havia uma ermida com aquela imagem, que a rainha D. Leonor trouxe, quando veio para casar com el-Rei D. Duarte.

A igreja era de uma só nave, orientada nascente-poente, como mandava a liturgia naquelas eras, e nela estava a sepultura do bispo D. Domin-

gos Jardo, falecido em 1293, com a seguinte inscrição :

AQUI JAZ D. DOMINGOS JARDO, BISPO QUE FOI D'EVORA,  
& DESTA CIDADE, FUNDADOR DESTA CASA, FALECEO  
NA ERA DE 1331.

Quando o hospital se incorporou na congregação depois de 1442, a igreja conservou-se, e no mesmo estado permaneceu até ao ano de 1463, em que faleceu a infanta D. Catarina, filha do rei D. Duarte.

Esta princesa pediu em seu testamento, ao cardeal D. Jorge da Costa, depois arcebispo de Lisboa, que a sepultasse onde entendesse, e este escolheu para tal fim a igreja do convento de Santo Eloi.

Propoz por isso aos cônegos fazer-lhes um novo templo, mas com a condição do corpo da infanta ficar na capela-mor da nova igreja, e o do bispo instituidor, D. Domingos Jardo, numa colateral.

Não aceitaram os cônegos a proposta, por motivo da colocação dos túmulos, mas faz-se um acôrdo pelo qual o arcebispo se comprometia a modificar a igreja existente, construindo uma segunda nave idêntica à primitiva, que se conservava, e uma segunda capela-mor em correspondência da existente, onde jazia o corpo do bispo instituidor.

Assim se fez, e a nova nave ficou contígua e ao norte da primitiva, para o que foi necessário

demolir o muro lateral norte do templo, e substituí-lo por um pilar ou coluna, que ficou ao centro do corpo da igreja, e sôbre o qual vinham apoiar se os dois arcos que substituíram o muro suprimido.

Estas obras foram concluídas no ano de 1474.

A planta da igreja, nesta fase, foi reconstituída aproximadamente pelo sr. Henrique Loureiro, na sua obra <sup>1</sup>, e vai aqui reproduzida na página seguinte.

A capela antiga, onde o bispo D. Domingos estava enterrado, passou a ser dedicada ao Santíssimo Sacramento, mas ainda nela se venerava em 1695 a imagem da Senhora do Vale, e por isso lhe chamavam *capela grande da Senhora do Vale*.

Aí estiveram depositados os ossos da infanta D. Catarina, desde o seu falecimento em 1463, até ao seu depósito no sarcófago que lhe fez construir o arcebispo D. Jorge da Costa em 1474.

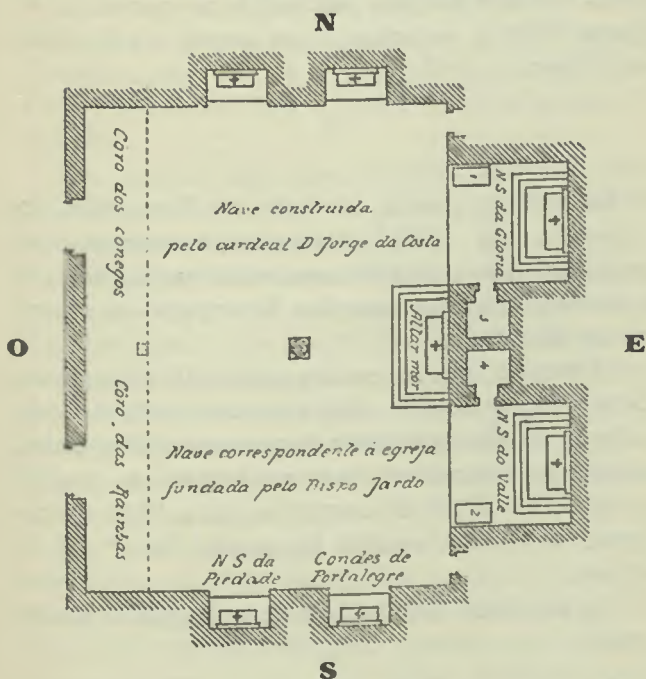
A nova capela, simétrica com a antiga de invocação de Nossa Senhora da Assunção, era conhecida por *capela grande da Senhora da Glória*.

No seu retábulo, de pintura antiga, estavam retratados, ao natural, a infanta D. Catarina e o cardeal D. Jorge da Costa; sôbre o altar via-se, embebido no retábulo, o trânsito da Senhora e os apóstolos assistindo, e no altar a imagem da Senhora subindo ao céu.

Esta descrição do padre Francisco de Santa Maria, com outros fundamentos de origem his-

<sup>1</sup> *O Político do Convento de Santo Eloi*, pág. 56.





RECONSTITUIÇÃO, PELO S.<sup>º</sup> HENRIQUE LOUREIRO,  
da planta da igreja do convento de S.<sup>º</sup> Eloi,  
depois da obra de ampliação mandada fazer pelo cardeal  
D. Jorge da Costa (1474)

1. Túmulo da infanta
2. Sepultura do bispo D. Domingos Jardo
- 3 e 4. Capelas pequenas

tórica, serviu de base ao sr. Henrique Loureiro para provar que os trípticos conhecidos por *paineis de S. Vicente* haviam pertencido ao convento de Santo Eloi, e estavam nesta capela da Senhora da Glória.

\*

Na mesma capela, do lado do Evangelho, foi colocado, em 1474, o túmulo *de mármore riquíssimo, liso e pulido com muita perfeição*, que o cardeal-arcebispo mandou fazer para encerrar o corpo da infanta.

O túmulo, que assentava então sôbre uma base de pedra, formando degrau, com cêrca de dois palmos de altura, é formado por uma pedra única, sôbre que descança a tampa, também de uma só pedra. Tem 2<sup>m</sup>,52 de comprimento e 1<sup>m</sup>,39 de largura, na maior secção horisontal, e 1<sup>m</sup>,70 de altura.

Na sua face dianteira lê-se a seguinte inscrição <sup>1</sup>:

AQVI IAZ · A INFANTE D · CN<sup>A</sup> · F<sup>A</sup> · DELREY D · DVARTE · E DA RAINHA D · LEANOR · NETA DEL · REY D · IOAÕ · 1<sup>o</sup> · IRMÃ DELREY D · A<sup>o</sup> · 5<sup>o</sup> · TIA DELREY · D · IOAÕ 2<sup>o</sup> · AQUAL · ESTANDO · DESPOZADA · COM CARLOS PRINÇIPE · DENAVARRA · E ARAGAÕ · E COM DVARTE 4<sup>to</sup> · REY DEINGLATERRA · SEMSE EFFEITVAR · ALGVM DOS CAZAMENTOS · FALLECEO · DE 27 ANNOS · SEXTA FEIRA 17 DE IVNHO · ANNO DE 1463

<sup>1</sup> A inscrição acha-se publicada em vários livros, a começar em *O Ceo aberto na Terra* (pág. 360), e reproduzida fotograficamente em *Apontamentos de Epigrafia*

\*

Entre as duas capelas mencionadas da igreja reformada, havia, em frente da coluna central, um altar dedicado à S. João Evangelista, Santo Eloi e S. Lourenço, que servia de altar-mor do templo.

Nos cantos das duas capelas grandes construíram-se duas menores, uma dedicada a Cristo crucificado, e a outra a S. José.

Além destas, havia no corpo da igreja, da parte do mar ou do sul, uma capela dedicada ao Espírito Santo, que servia de jazigo à família dos condes de Portalegre, e uma outra, de invocação de N. S.<sup>a</sup> da Piedade. Da parte do norte é natural que houvesse outras capelas em correspondência com estas, mas não ficou memória alguma delas.

Ao fundo da igreja havia dois coros, correspondentes às duas naves. No da banda da terra (norte) resavam os cônegos de Santo Eloi. O outro (do sul) era conhecido por *coro das rainhas*, porque aí iam assistir aos officios divinos as pessoas reais, e nomeadamente a rainha D. Leonor, mulher do rei D. João II, a qual morava nas casas defronte de S. Bartolomeu, atrás descritas, e que tinham então um passadiço para o convento.

*Portuguesa*, por J. M. Cordeiro de Sousa (2.<sup>a</sup> ed., 1937, última estampa). — A vista do túmulo também tem sido publicada em várias obras, por exemplo, na *Historia de Portugal*, por Manuel Pinheiro Chagas (3.<sup>a</sup> ed., 6.<sup>o</sup> vol., 1902, pág. 601).

Além das duas sepulturas, da infanta e do instituidor, havia na igreja várias outras, e bastantes inscrições funerárias, que vêm mencionadas na citada obra: *O Ceo aberto na Terra*<sup>1</sup>.

Na mesma obra se podem ver as narrações das cerimónias e outros factos que se passaram no dito templo<sup>2</sup>.

\*

Tal era o estado da igreja pelos fins do século xvii, segundo o p.<sup>o</sup> Santa Maria; mas como o templo se achava já muito arruinado, demoliram-no, e no mesmo sítio foi construída, sob a direcção do architecto João Antunes, uma nova igreja, que no tempo em que aquêle autor fazia imprimir o seu livro (1697) já ia em grande altura.

Segundo a traça que se estava executando, a igreja era oitavada, e metida num paralelogramo de 77 palmos por 100 (16<sup>m</sup>,94×22<sup>m</sup>), fora a capella-mor e o coro. Êste tinha 35 palmos de largo por 36 de comprimento (7<sup>m</sup>,7×7<sup>m</sup>,92), e aquella 36 de largo por 40 de comprido (7<sup>m</sup>,92×8<sup>m</sup>,80).

A medição do templo feita logo depois do terremoto deu as seguintes dimensões<sup>3</sup>:

Comprimento, 112 palmos (24<sup>m</sup>,64);

Largura, 85 palmos (18<sup>m</sup>,70).

<sup>1</sup> Págs. 445 e segs.

<sup>2</sup> Págs. 453 e segs.

<sup>3</sup> *Tombo da Cidade de Lisboa, de 1755, Bairro do Castelo*, fl. 4-v.

Estas dimensões, como pode verificar-se, differem um tanto das que constam da planta do projecto da reconstrução da igreja, e que acima citamos. Quem falaria verdade?

Segundo êste projecto, o corpo da igreja teria oito capelas e outras tantas tribunas por cima, com janelas para a iluminação do interior, sendo 4 nos quatro oitavos de cada lado, e 4 nos dois lados maiores, ficando no meio das últimas dois pulpitos fronteiros.

Uma das capelas era da Anunciação de Nossa Senhora, e a outra da Senhora do Vale<sup>1</sup>.

A porta principal seria situada por baixo do coro, para a banda do claustro, ficando-lhe da parte direita, também por baixo do coro, uma porta travessa, e fronteira uma capela.

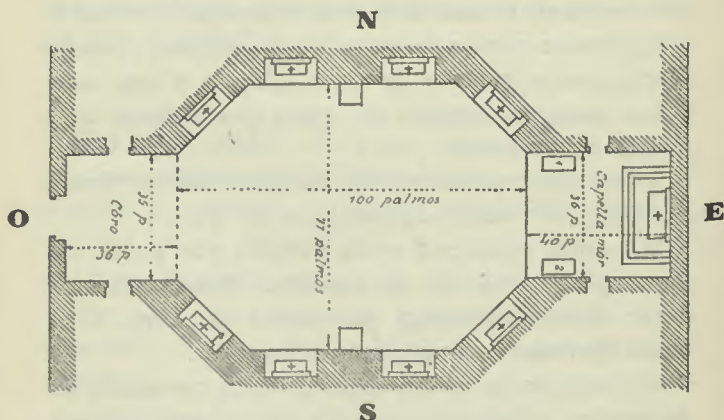
O interior da igreja estava sendo revestido de mármore e jaspes de várias cores, embutidos e floreados.

Seguindo êstes elementos, reconstituiu o sr. Henrique Loureiro<sup>2</sup> a planta da nova igreja, reproduzida na página seguinte, que ficou também orientada nascente-poente, com a capela-mor contígua, ou muito próxima da desaparecida travessa que do largo grande de S. Tiago ía para o largo dos Lóios. E' natural que não tivesse sofrido alterações durante o meio século que decorreu até ao

<sup>1</sup> *Historia Olisiponense do grande terremoto, e incendio successivo do anno de 1755*, fl. 13 v. — Ms. da época, anónimo, *mili*.

<sup>2</sup> *O Poliptico do Convento de Santo Elói*, pág. 64.

terremoto de 1755, conforme se deduz igualmente de uma planta das ruínas de parte do templo, levantada por José Valentim de Freitas, também reproduzida na sua obra pelo autor citado.



RECONSTITUIÇÃO, PELO S.<sup>R</sup> HENRIQUE LOUREIRO,  
da planta do convento de S.<sup>o</sup> Eloi, que em 1695  
estava em construção,  
e foi desmoranada pelo terremoto de 1755

1. Túmulo da infanta — 2. Sepultura do bispo D. Domingos Jardo

Depois ou durante a reconstrução da igreja, foi, pelo ano de 1695, o túmulo da infanta D. Catarina transferido para a capela-mor, do lado do Evangelho (em 1, na planta), e o do bispo instituidor D. Domingos Jardo, para a mesma capela, do lado da Epístola (em 2, na planta).

Segundo as conjecturas do sr. Henrique Loureiro, os dois trípticos foram colocados na capela-

-mor reconstruída, um sôbre o túmulo da infanta, e o outro talvez sôbre o túmulo do bispo instituïdor. E como esta capela resistiu aos impulsos do terremoto de 1755, e aos incêndios que lhe sobrevieram, a isso se deverá, segundo o mesmo autor, a salvação das preciosas pinturas.

Quanto ao túmulo da infanta, depois do terremoto de 1755 não houve mais notícia dêle até Dezembro de 1883, em que, numa escavação a que se andava procedendo no quartel da Guarda Municipal, se descobriu no entulho, e ficou então servindo de lavadouro das praças da Guarda.

Em 22 de Janeiro de 1926 foi proposta, pela Guarda Nacional Republicana, a remoção do sarcófago para o Museu do Carmo, e depois da devida autorização do Ministro do Interior, dada em 19 de Março do mesmo ano, fez-se, em princípios de Julho, o transporte para aquêlê museu, onde actualmente se conserva.

\*

Saindo da igreja, para a parte do poente ficava o claustro, antigo e pequeno, com colunas de jaspe e azulejos; ao centro havia uma cisterna e quatro canteiros de flores. Por cima, os quatro lanços do claustro tinham outras tantas varandas, com colunas também de jaspe.

Nas costas desta varanda, do lado do poente, era a livraria, casa muito alegre, e com linda vista. Devia ficar contígua, pelo lado ocidental,

ao prédio dum particular, antecessor do que lá existe. Também no claustro estava o cartório. Destas construções não se conhecem vestígios.

Do lado sul da igreja, ou da banda do rio, ficava o corpo do convento, com 150 passos de comprimento e 20 de largura, segundo o p.<sup>e</sup> Agostinho de Santa Maria, ou com 50<sup>m</sup> × 12<sup>m</sup>, segundo as medições na planta actual do quartel.

O seu vulto imponente sobressai em muitas vistas antigas da cidade <sup>1</sup>, tôdas posteriores ao segundo quartel do século xvi, em que parece que foi a construção.

No ano de 1531 houve em Lisboa um forte abalo de terra, que derrubou grande número de edifícios. Os cônegos de S. João Evangelista, aproveitando a lição da experiência, construíram então sòlidamente o convento, com fortes paredes e linhas de ferro, de forma que pôde resistir, sem grandes prejuizos, ao terremoto de 1755 <sup>2</sup>.

Êste grande edificio tinha três andares; nos dois superiores eram os dormitórios, com quarenta

<sup>1</sup> Por exemplo: na estampa *Desembarcacion de Su M. en Lisboa*, que acompanha o livro de João Baptista Lavania: *Viagem da Catholica Real Magestade del Rey D. Filipe II. N. S. ao Reyno de Portugal* (Madrid, 1622); — na vista panorâmica de Lisboa, por R. Stoop, 1660; — na vista panorâmica de Lisboa, a óleo, que tem por assunto a partida de S. Francisco Xavier para a Índia, e attribuída a Simão Gomes dos Reis (reinado de D. João IV); etc.

<sup>2</sup> *O Político do Convento de Santo Eloi*, pág. 147. Ali se citam as fontes da informação.



e nove celas; e no inferior, em parte subterrâneo, e talvez nalgum dos outros, ficavam o celeiro, adega, cosinha, refectório, casa *de profundis*, e uma capelinha.

O andar inferior, de que está aproveitada apenas uma pequena parte no tópo oriental, mostra as abóbadas artezoadas da primitiva fábrica. Os dois outros andares, que se comunicam por uma escada interior, e por outra exterior no tópo ocidental, formam duas amplas salas, de onde foram suprimidas as divisões que formavam as celas. Têm janelas em todos os seus muros, excepto no oriental, ainda aproveitados do antigo estabelecimento monástico.

O convento possuía também dois grandes cira-dos, e, no dizer do p.<sup>o</sup> Santa Maria, *era tudo grandioso e tão bem ordenado, e repartido, que verdadeiramente he admiravel a disposição, e artificio com que foi feito, se attendermos para a estreiteza do circuito*<sup>1</sup>.

No recinto do convento existia uma alterosa tórre com sete sinos e um relógio, que se observa também nas antigas vistas de Lisboa, e uma outra tórre mais moderna, por cima da porta da igreja, que ainda não tinha sinos em 1755<sup>2</sup>; e fora dele, defronte da porta principal, levantava-se um cruzeiro.

<sup>1</sup> *O Ceo aberto na terra*, pág. 451.

<sup>2</sup> *Mappa de Portugal*, tom. III, 1763, pág. 237, por João Baptista de Castro.

\*

Os terrenos de cultura do convento estendiam-se para o sul e nascente dos ocupados com as edificações que temos estudado; tinham acesso do exterior pela porta do carro, que ficava situada no recanto que forma a rua de S. Tiago, atravessando o sítio dos escritórios da firma Júlio Gomes Ferreira & C.<sup>ia</sup>, L.<sup>da</sup>, cuja porta tem nessa rua o n.º 19.

Nesses terrenos estão hoje construídos as oficinas e armazéns da mencionada firma, de que já tratámos no capítulo XVII, e neles fica situada a cisterna, certamente outrora do convento, que servia para a rega dos seus pomares e hortas.

\*

No terremoto grande, a igreja dos Lóios sofreu grande destroço; caíram as duas tórres, a dos sinos e a nova, o tecto e os muros até às cimalthas das capelas; resistiram os dois arcos da capela-mor e do coro, e duas capelas, da Anunciação e da Senhora do Vale. Na sacristia caiu o tecto. Ficaram êstes edificios ilesos do fogo, assim como a casa do cartório.

No convento apenas caiu metade da parede do frontispício que deitava para a banda do Limoeiro. Mas sobrevindo o fogo, ardeu todo o dormitório, os celeiros, a dega, o refeitório, a botica e a livraria.



LARGO DOS LÓIOS, VISTO DO NASCENTE PARA POENTE

Nuns compartimentos do prédio alto ao meio da estampa existem ainda restos da capela-mor da igreja paroquial de S. Bartolomeu. A entrada é pelos dois portões quasi unidos que se vêem na fachada

*Cliché Ed. Portugal*



Conjectura-se que morreram então mais de noventa pessoas, e umas sete da comunidade.

Os frades saíram imediatamente para o outro convento da mesma Ordem que tinham em Xabregas, e passado algum tempo construíram no claustro arruinado do seu antigo convento uma barraca, e no andar superior nove celas. Fizeram mais uma capelinha com um só altar para se dizer missa, e outras acomodações mais urgentes<sup>1</sup>.

Em 1834, extintas as Ordens religiosas, tiveram os frades que abandonar o convento, que não estava ainda completamente reconstruído.

Foi aplicado então para quartel, e aí se instalou a 5.<sup>a</sup> Companhia de Infantaria da extinta Guarda Municipal de Lisboa<sup>2</sup>, acabada então de crear-se (3 de Junho de 1834), substituída hoje (1938) ali pela 5.<sup>a</sup> Companhia do 1.<sup>o</sup> batalhão da Guarda Nacional Republicana.

No grande corpo de edificio occupado pelas celas dos frades, que desapareceram pelo incêndio, construíram-se dois amplos dormitórios ou casernas; adaptaram-se para o seu novo destino outros restos do convento; e o corpo de comando e habitação de officiais foram modernamente construídos desde as fundações, em parte do local que havia sido occupado pela igreja; ainda hoje

<sup>1</sup> Extraídas estas notícias do *Mappa de Portugal*, ed. de 1763, vol. III, pág. 236.

<sup>2</sup> Já ali estava em 1837.—Veja-se *Almanak Estatístico de Lisboa em 1837*, pág. 190.

resta ali, no refeitório das praças, e à face da rua, um corpo de edificio abobadado, evidentemente da antiga fábrica do convento.

\*

As vistas que da cidade se disfrutavam dos eirados do convento, e da sua biblioteca, já foram gabadas pelo cronista da casa, p.<sup>o</sup> Santa Maria; e conquanto não tão extensas como as que se gosam das esplanadas do castelo de S. Jorge, ainda hoje as pode apeciar quem quizer dar-se ao trabalho de visitar o quartel, e especialmente a camarata das praças.

## LIVRO II

A Freguesia de S. Tiago





## CAPÍTULO ÚNICO

ADVERTÊNCIA PRÉVIA. — Apologia de S. Tiago. — Anedota a propósito da pintura de S. Tiago no tecto da igreja. — Antiquidade da Igreja. — Anexação de outras freguesias à de S. Tiago. — Descrição do templo. — Enumeração das suas capelas e invocações. — Capela de Nossa S.<sup>a</sup> a Franca. — Cipo romano que existia no adro. — Ermida de S. Braz ou de Santa Lazia. — Sua descrição e sepaltaras que nela existiam. — Miradoiro de Santa Lazia e monumento do actor da *Lisboa Antiga*. — Ermida de S. Felipe e S. Tiago. — Ruas da freguesia, seus nomes, antes e depois do terremoto de 1755. — Palácios notáveis.

ADVERTÊNCIA PRÉVIA <sup>1</sup> «Tencionava o visconde de Castilho introduzir na 2.<sup>a</sup> edição da sua obra, um capítulo sobre a freguesia de S. Tiago, segundo a orientação que seguia, nesta 2.<sup>a</sup> parte, de estudar as freguesias que foram fundadas pelo nosso primeiro rei.

<sup>1</sup> Por A, V. S.

Não tinha êle, nem a pode ter pessoa alguma, a certeza de se poder colocar a criação desta freguesia no reinado de D. Afonso Henriques, mas vagos indícios conservados pela tradição, e o facto de ser uma paróquia muito antiga, e de se achar encravada entre outras já estudadas, conferem-lhe o direito de ser descrita ao mesmo tempo que as freguesias mais vetustas da cidade.

Começou por isso o autor a escrever o capítulo respectivo, e o seu original foi guardado entre as fôlhas do livro que destinava à reimpressão; mas infelizmente deixou-o apenas principiado.

Respeitando a orientação do autor, e completando a sua idéia, resolvemos concluir com estudos e investigações nossas o capítulo sôbre a freguesia de S. Tiago, sem que se torne necessário especificar o que pertence ao mestre, e o que é da nossa lavra, pois que os leitores fâcilmente distinguirão, pela simples leitura, o nosso desluido estilo, da brilhante prosa do illustre escritor».

\*

Passaremos agora a tratar da freguesia de S. Tiago.

\*

! S. Tiago! o grande apóstolo, tão fabulado nas Espanhas! o inimigo figadal da meia lua!

o legendário cavaleiro, que, na crença popular, fez maior chacina na moirama que os montantes de um cento de Duartes de Meneses!

Fui seu freguez; habitei na paróquia de S. Tiago, e contemplei muita vez a pintura do tecto da sua pequenina igreja em Lisboa, onde êle, de armas brancas, se vê envolvido na sua eterna peleja, e parece bradar por si próprio, como por êle bradavam no ardor das refregas as legiões dos reis de Oviedo ou de Leão. E (sem a mínima intenção irreverente) lembrava-me então um caso que lá conta algures o nosso engraçadíssimo D. Francisco Manuel. Foi assim:

Mostrando um cristão a certo moiro um painel onde se via S. Tiago a cavalo entre um sem-número de moiros desbaratados e mortos, dizia-lhe:

— Olha, pêro moiro, aquí vês quantos como tu venceu o meu grande S. Tiago.

Preguntou o mussulmano com finura:

— ¿ Quem pintou isso? cristão, ou moiro?

— ¿ Moiro?! — tornou o outro — Deus nos livre de tal; foi um cristão, cristão velho, e bom.

— Logo se vê — atalhou o interlocutor amolando o caso; — se o pintor fôsse cá dos do meu pano, punha um moiro a cavalo, e de roda mais de duzentos S. Tiagos mortos.

Isto, seja dito de passagem, em nada invalidava a minha devoção; só lamentava que o pintor que se abalançou a debuxar aquela grande composição sensaboríssima, com que se adorna o tecto da igreja paroquial, fôsse artista de bem poucos

quilates, porque sujeitou o venerável amigo dos cristãos a cruel desbarate (só artístico ainda assim).

\*

Da origem do templo em si mesmo, nada sei; e se o coloco entre os templos mais velhos de Lisboa, é seguindo a tradição que o faz remontar aos dias do bispo D. Gilberto.

Se tal tradição, adoptada pelo velho Carvalho da Costa <sup>1</sup>, se funda, como êle parece crer, numa mitra que se vê esculpida na pia baptismal, confessemos que o argumento é tão fraco como a escultura, e que a pouca observação do assunto é que motivou a lenda. Eu, que examinei por meus olhos, attribuo a pia baptismal de S. Tiago aos dias do bispo D. Jorge, por causa da roda de navalhas que lá se vê num escudete, a que serve de cimeira a mitra que assim enganou o velho autor da *Corografia*.

\*

Em consequência das grandes reformas politico-religiosas, realizadas em 1834 e anos seguintes, foi, por portaria de 7 de Setembro de 1836, ordenada pelo Govêrno a transferênciã da freguesia

<sup>1</sup> *Corogr.*, tom. III, 1712, pág. 350.

de S. Tomé para S. Tiago, para aí ficarem reünidas. A cerimónia da reünião celebrou-se em 28 de Setembro de 1836, mas não tendo os fregueses de S. Tomé concordado com a forma como se realizou essa cerimónia, voltou a freguesia para S. Tomé, e daí, por efeito da portaria de 17 de Outubro do mesmo ano, foi esta freguesia, juntamente com a do Salvador, transferida para a igreja do Menino Deus. A freguesia de S. Martinho veio então reünir-se com a de S. Tiago, nesta última igreja, em 10 de Fevereiro de 1837, onde actualmente se conservam ambas <sup>1</sup>.

\*

Pelo terremoto de 1755 padeceu a igreja muito pouca ruína, pois apenas lhe caiu o tecto <sup>2</sup>, e talvez esse desmoronamento tivesse avariado, segundo é tradição, umas colunas e pilastras que havia na parede, do lado do Evangelho.

A descrição moderna corresponde por isso à antiga, salvo talvez a invocação de algumas capelas. Passemos a tratar dela.

<sup>1</sup> *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, por Luiz Gonzaga Pereira. Lisboa, 1927, pág. 505. — *Almanack do Clero para 1862*, pág. 146.

<sup>2</sup> *Mappa*, de J. Baptista de Castro, tom. III, 1763, pág. 419. — *Tombo da Cidade*, de 1755, *Bairro do Limoeiro*, fl. 66.

\*

É o templo de uma só nave; tem tórre sineira, um coro alto, e, além da capela-mor, possui mais cinco capelas laterais.

Na mor está o sacrário, e uma grande imagem de Cristo crucificado, escultura em madeira. O santo, orago da freguesia, fica numa mísula, no canto do lado da Epístola, e noutra misula fronteira está a imagem de S. Martinho.

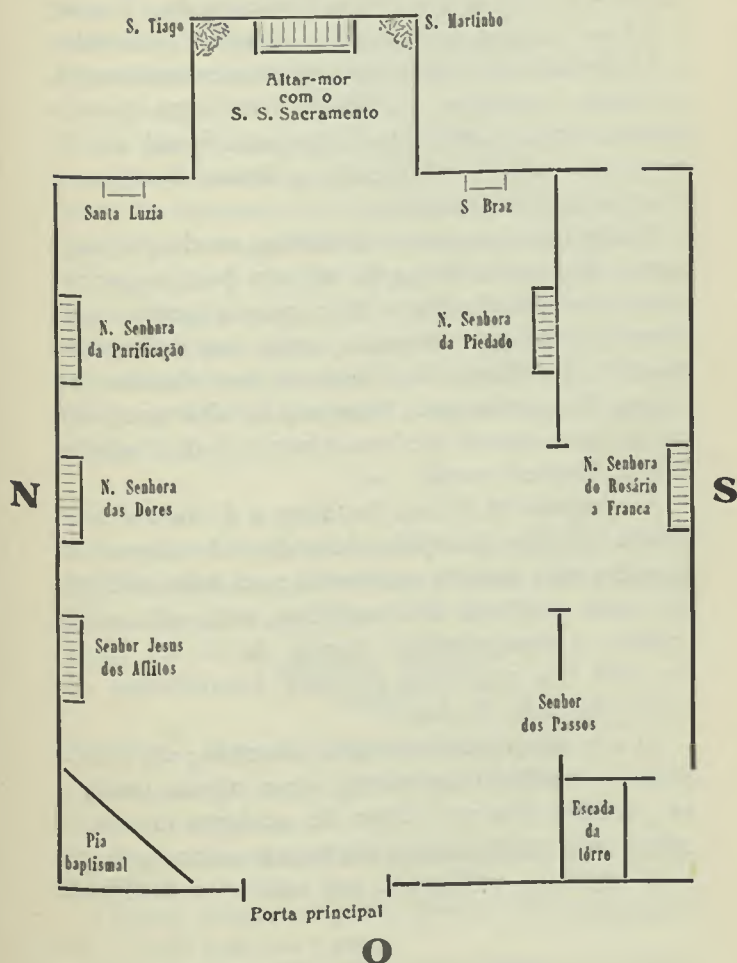
Aos lados do arco triunfal veem-se dois altares modernos, com as imagens de Santa Luzia (do lado esquerdo) e de S. Braz (do direito).

Sôbre as capelas laterais corre um entablamento moldurado, apoiado em duas colunas e em duas pilastras, tôdas com caneluras nos fustes; estas colunas e pilastras são de jaspe branco, no lado da Epístola, e de madeira pintada, imitando as primeiras, no lado do Evangelho; mostram assim ser estas mais modernas do que as primeiras. Os capitéis das colunas, da ordem coríntia, eram outrora tão apreciados, que serviram de modelo a artistas que careciam de outros idênticos bem acabados<sup>1</sup>.

Nos três vãos que formam as colunas e pilastras do lado do Evangelho acham-se alojadas as capelas, da seguinte forma:

Em seguida à pia baptismal, que ocupa o canto da igreja, estão:

<sup>1</sup> *Santuario Mariano*, por fr. Agostinho de Santa Maria, tom. 1, 1707, pág. 367.

**E**

Planta aproximada  
da actual (1938) igreja de S. Tiago

- 1.º — A capela do Senhor Jesus dos Aflitos;
- 2.º — A capela de Nossa Senhora das Dores;
- 3.º — A capela de Nossa Senhora da Purificação.

Do lado da Epístola, os três vãos eram abertos, e davam passagem da igreja para uma grande capela, cujo comprimento é quasi igual ao do corpo do templo, dedicada a Nossa Senhora a Franca, ou do Rosário.

Dêste lado, no canto fronteiro ao da pia baptismal, abre-se a porta da escada para o campanário. No vão do muro do corpo da igreja, mais chegado ao guarda-vento, está instalada uma imagem moderna do Senhor dos Passos, de vestir. E no vão mais próximo do altar-mor alojou-se uma capela, de Nossa Senhora da Piedade, com o Senhor morto.

É a capela de Nossa Senhora a *Franca* a mais rica e a mais festejada de tôdas. A origem da imagem está envolta em lendas; era administrada por uma confraria dos cerieiros, com sede nessa capela, e compromisso datado de 16 de Junho de 1576 <sup>1</sup>, a qual fazia grandes festividades em honra daquela Senhora.

O seu altar é de boa talha dourada; em frente dêste a abóbada apresenta uma cúpula oval; e as paredes têm um silhar de azulejos monocromicos do século XVIII, formando cinco paineis com assuntos dedicados aos mistérios de Nossa Senhora.

<sup>1</sup> *Santuario Mariano*, por fr. Agostinho de Santa Maria, tom. I, 1707, pág. 368.



O centro do tecto é preenchido com um grande painel a óleo, moderno, mas cujo artista não nos souberam nomear; representa uma alegoria à Anunciação de Nossa Senhora, aos pés da qual se vê o apóstolo S. Tiago.

Até há poucos anos, o quadro central do tecto continha uma má pintura de S. Tiago, a qual sugeriu ao visconde de Castilho a apreciação pouco lisonjeira com que êle iniciou o presente capítulo.

Segundo Luiz Gonzaga Pereira <sup>1</sup>, era êste painel do pincel de Pedro Alexandrino de Carvalho. Foi êste pintor também autor, entre muitos outros quadros, da tela: *O Salvador do Mundo*, da igreja da Sé, que um rasgado elogio mereceu ao visconde <sup>2</sup>.

\*

No adro da igreja via-se, antes do terremoto de 1755, uma base de estátua, ou um cipo romano, com a séguinte inscrição <sup>3</sup>:

ASCLEPO CLICINI  
DECIMI

*a Asclépio, filho de Clicinio Décimo,*  
que parece remontar ao ano 300 da era cristã.

<sup>1</sup> *Monumentos Sacros de Lisboa em 1833*, Lisboa, 1927, pág. 505.

<sup>2</sup> *Lisboa Antiga*, 2.<sup>a</sup> parte, *Bairros Orientais*, 2.<sup>a</sup> ed., vol. VI, 1936, págs. 121 e segs.

<sup>3</sup> *Primeira parte da fundação, antiguidades, e grandezas de Lisboa...* por Luiz Marinho de Azevedo, ed. de 1652, pág. 229.

\*

Havia no recinto desta freguesia duas ermidas; uma conserva-se, mas sem culto, e a outra desapareceu.

Na *rua que vai do Limoeiro para as portas do Sol*, próximo do largo desta denominação, ficava, e fica, a pequena ermida de S. Braz, também chamada de Santa Luzia, da religião militar de Malta.

Não se conhecem as origens da ermida, sabendo-se apenas que entrou na posse da Ordem de Malta no reinado de D. Denis, ou pouco depois, presumindo-se porém que já existisse desde muito tempo, e possivelmente desde o reinado de D. Afonso Henriques <sup>1</sup>.

Pouco foi danificada pelo terremoto de 1755.

Actualmente (1938) está nela instalado (mas em vésperas de mudança) o arquivo da extinta Casa Real, incorporado na Direcção Geral da Fazenda Pública.

\*

A planta da igreja apresenta um traçado muito original; é formada por dois rectângulos com a

<sup>1</sup> *Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta*, por frei Lucas de Santa Catarina, tom. 1, Lisboa Ocidental, 1734, pág. 271.

mesma largura, mas comprimentos diferentes, tendo o centro comum; daí resulta ser o corpo da igreja igual ao da capela-mor; a porta fica voltada para o poente. A cobertura é tóda de abóbada semi-circular, e no cruzamento das abóbadas do corpo da igreja e do transepto levanta-se uma cúpula semi-esférica.

Aparenta a ermida ter tido três capelas, que já em 1734 eram consideradas de estrutura tão pouco delicada, *que autorizava bem a antiguidade que lhes attribuiam*<sup>1</sup>.

Na capela-mor estava a imagem de S. Braz, tendo do seu lado direito S. João Evangelista. As duas laterais ficavam nos topos dos braços do transepto; na do lado direito (da Epístola) estava o altar de Santa Luzia, e do lado esquerdo o de Santa Águeda. Todos os altares desapareceram.

Já no seu tempo dizia frei Lucas de Santa Catarina que Santa Luzia havia roubado ao santo a publicidade do orago, sendo o nome de Santa Luzia o que fazia mais conhecida a Casa.

Ainda o cronista da Ordem menciona uma quarta capela, de pequenas dimensões, no cruzeiro, da parte da Epístola, onde existia um nicho com a imagem de um crucifixo de bastante altura, que parecia ser da origem da ermida.

<sup>1</sup> *Memorias da Ordem Militar de S. João de Malta*, pág. 272.

\*

Na capela-mor, do lado da Epístola, conserva-se ainda o lindo túmulo de D. João de Sousa, prior do Crato, falecido em 1680. O túmulo é de mármore, em feitio de urna, e na tampa releva-se uma cruz saindo dum calvário.

Na parede fronteira fica a tribuna, e ao meio da mesma capela vê-se no pavimento uma pedra de jaspe armoriada, com a inscrição funerária de frei Martim Pereira de Eça, cavaleiro de Malta, falecido em 1689.

Embebida na parede do templo, logo à entrada, do lado do Evangelho, está uma grande lapida brazonada, com a inscrição sepulcral de frei Lourenço Gil, comendador da Ordem de Malta, neto de D. Afonso III, e falecido em 1384 (A. D. 1346).

Ainda muitas outras inscrições existem em lápidas no pavimento do templo, mas não as transcrevemos, porque tôdas as que se conservam foram coligidas e publicadas pelo nosso amigo e ilustre epigrafista J. M. Cordeiro de Sousa, num folheto: *As Sepulturas de Santa Luçia* (Lisboa, 1935), separata da *Nação Portuguesa*.

As sepulturas desta igreja estão classificadas *monumentos nacionais*<sup>1</sup>.

Aos lados da capela-mor havia duas sacristias; e a torre dos sinos, por trás da mesma capela, ergue-se sobre a muralha da *cérca moura*, ao lado de uma torre da mesma *cérca*, que defendia

<sup>1</sup> Veja-se a lista publicada em 1929.

a desaparecida porta chamada *porta do Sol*. Supõe-se que esta tórre, pelo seu feitio, e altura em que se acha, teria servido de prisão <sup>1</sup>.

A porta principal da ermida tinha um alpendre, debaixo do qual existia uma sepultura de mármore (ignora-se de quem), e junto dela uma bala também de mármore <sup>2</sup>.

Na parede exterior norte do templo conserva-se embebida, como pedra de enxilharia, uma cabeceira de sepultura com uma cruz gótica.

\*

A ermida tinha um pequeno adro em frente da porta, e um pátio, da banda do sul, que parece ter sido claustro, e onde também havia sepulturas <sup>3</sup>. Ao fundo do adro e do pátio, assentando sobre a muralha da *cérca moura*, que nêsse sítio se vê perfeitamente conservada, ficava situada a casa de residência do prior e de outro pessoal da ermida.

Esta casa foi demolida por 1927, e a sua área, juntamente com a do pequeno adro e do pátio, foi transformada no jardim ou miradouro chamado das Portas do Sol, ou de Santa Luzia, ou oficialmente: Jardim de Júlio de Castilho, do qual se disfruta um delicioso panorama da cidade, desde S. Vicente e os Caminhos de Ferro, até S. João

<sup>1</sup> *Memorias*, etc., pág. 277.

<sup>2</sup> *Idem*, pág. 275.—Dêste pelouro já tratámos na pág. 41 do vol. III, 1935.

<sup>3</sup> *Idem*, pág. 275.

da Praça, o grande estuário do Tejo e os montes da Outra Banda. O bairro de Alfama, tão característico, com o seu aglomerado de casario, as suas vielas estreitas e tortuosas, as suas igrejas de S. Miguel e Santo Estêvão, é completamente abrangido do miradouro de Santa Luzia.

Ao centro da esplanada foi erecto, e inaugurado em 25 de Julho de 1929, um singelo monumento ao autor da *Lisboa Antiga*<sup>1</sup>, em cujo pedestal se lê, na face dianteira ou meridional, a seguinte inscrição:

JULIO DE CASTILHO

HISTORIADOR

DE

LISBOA ANTIGA

30-4-1840 — 8-2.º-1919

Na face posterior tem a inscrição seguinte :

A

COMISSÃO ADMINISTRATIVA

DO

MUNICIPIO DE LISBOA

OS SEUS AMIGOS

E

ADMIRADORES

—

1929

<sup>1</sup> A gravura do monumento acha-se junta ao frontispício do vol. v desta 2.ª edição da *Lisboa Antiga*, 1936. E as circunstâncias da erecção do monumento e a cerimónia da inauguração foram narradas no prefácio do vol. vi da mesma obra.

Nas faces oriental e ocidental mostra respectivamente os dizeres:

MANUELINAS

A RIBEIRA DE LISBOA

O muro sul da igreja de S. Braz, que forma fundo ao monumento, tem um silhar de azulejos, representando «O Terreiro do Paço nos começos do século XVIII», e por cima, um painel também de azulejos, com a imagem de «Santa Luzia, V. M.», e uma lanterna ornamental.

No muro da sacristia da antiga igreja, que deita sobre o jardim, está um outro painel de azulejos, com o título de «Conquista de Lisboa em 1147», o qual representa o feito lendário de Martim Moniz atravessando-se na porta do castelo de S. Jorge para permitir a entrada do exército português <sup>1</sup>.

\*

A outra ermida, dedicada a S. Felipe e S. Tiago, pertencia a um edificio que havia sido conhecido por Hospital dos Castelhanos, e que em 1755 era

<sup>1</sup> O painel do *Terreiro do Paço* é formado por 48 azulejos de base, por 12 de altura; e o da *Conquista de Lisboa*, por 52 de base, por 12 de altura. Os painéis foram feitos na Fábrica Cerâmica Vidva Lamego, L.<sup>da</sup>, do largo do Intendente, e os desenhos e a pintura são de autoria do pintor António Quaresma. Só o quadro da Conquista de Lisboa, porém, está assinado.

administrado por Rodrigo António de Figueiredo, um dos avoengos dos condes de Belmonte, e proprietário também do palácio do pátio de D. Fradique. A ermida desapareceu pelo terremoto de 1755. O seu local era no lado sul do pátio de D. Fradique de Cima, e, além da imagem da Senhora do Amparo, que o citado administrador lá mandou colocar, facto que motivou ser a ermida também conhecida por ermida do Amparo, tinha dois altares, um pertencente à irmandade da Senhora Mãe dos Homens, de Xabregas, e outro do Senhor Jesus, com o título de Reformador de Lisboa <sup>1</sup>.

Esta última imagem foi colocada na capela que existe debaixo do arco de comunicação entre os dois pátios de D. Fradique, de Cima e de Baixo, a qual foi construída pelo ano de 1878, e cujo acesso se faz por duas pequenas escadas laterais.

\*

Tem esta freguesia 7 vias públicas classificadas, que são aproximadamente as mesmas que existiam antes do terremoto de 1755, só com diferença nalgumas denominações. Apenas ao centro do actual largo do Contador-mor havia um prédio isolado, que em 1755 pertencia a João Teles de Moura <sup>2</sup>, formando assim duas ruas, uma ao

<sup>1</sup> *Mappa de Portugal*, por João Baptista de Castro, vol. III, 1763, pág. 419.

<sup>2</sup> *Tombo da Cidade, Bairro do Limoeiro*, fl. 67 v.



nascente e outra ao poente dêste quarteirão de casas isolado, desde o pequeno largo que fica em frente do arco da Rua das Damas, que então se chamava largo de Contador-mor, até ao outro pequeno largo ou rua transversal, contígua e ao norte da igreja de S. Tiago, e que não tinha nome.

Essas vias públicas são:

1.<sup>a</sup> — Rua de S. Tiago, ou *rua que vai da igreja (de S. Tiago) para os Loios (Corografia; Mappa)*.

2.<sup>a</sup> — Travessa do Funil. Vai desde o largo do Contador-mor até à rua do Chão da Feira, e só pertence à freguesia o seu lado oriental.

3.<sup>a</sup> — Travessa de Santa Luzia. Começa no largo de Santa Luzia e termina no do Contador-mor.

Antes do terremoto de 1755, estas duas últimas travessas, juntamente com a via pública que as unia, hoje incorporada no largo do Contador-mor, constituíam uma rua única, denominada *do Funil*.

4.<sup>a</sup> — Travessa do Chão da Feira. Só em parte pertence à freguesia. Era chamada *rua do Forno da Lagem (Summario)*, ou *rua da Lagem (Mappa)*.

5.<sup>a</sup> — Rua das Damas. O seu comêço, no largo do Contador-mor, é por baixo dum passadiço do prédio que fica desse lado do largo, e só da banda do sul pertence à freguesia. Também era designada por *passadiço de D. João de Castro (Corografia)*, ou *que vai para os Loios (Mappa)*.

6.<sup>a</sup> — Largo do Contador-mor. No século xvi chamava-se *terreiro das casas do Governador*

(*Summario*), e já ficou dito que a pessoa que deu o nome ao largo, porque tinha aí o seu palácio, foi D. Álvaro de Castro, governador da Casa do Cível, em tempo de el Rei D. Manuel<sup>1</sup>.

Em 1755 chamava-se *largo do Contador-mor* apenas a uma pequena parte do nosso actual largo da mesma denominação, como acima dizemos<sup>2</sup>. O *Roteiro dos Correios*, de 1801, chama-lhe largo do *Contador-mor* ou de *D. Tristão*, e o erudito investigador Gomes de Brito informa que este Tristão era da Cunha de Mendonça e Menezes, em 1786 coronel de Ordenanças da Côrte<sup>3</sup>. Não foi certamente este coronel o *contador* que deu o nome ao largo, porque tal denominação era mais antiga.

7.<sup>a</sup> — Largo de Santa Luzia. É um pequeno alargamento da via pública, que começa na rua de S. Tiago, ao lado da igreja, e acaba no largo das Portas do Sol. Da banda do sul apenas tem o miradouro e a igreja de Santa Luzia. A este troço de rua chamavam *Rua do Limoeiro* (*Summario*), ou *rua direita que vai dar às Portas do Sol* (*Corografia*), ou *rua que vai do Limoeiro para as Portas do Sol* (*Mappa*).

Antes do terremoto ainda havia uma rua, *que vai da igreja de S. Braç para o Chão da Feira*

<sup>1</sup> Vejam-se os capítulos VI e VII dêste volume.

<sup>2</sup> *Tombo da Cidade, Bairro do Limoeiro*, fl. 61 v., verba n.º 160.

<sup>3</sup> *Ruas de Lisboa*, por J. J. Gomes de Brito, vol. I, 1935, pág. 149.

(*Mappa*), a qual passava pela frente da igreja de S. Tiago e seguia pela rua ocidental que formava o quarteirão de casas existente no meio do actual largo do Contador-mor. No *Tombo de 1755*, a sua denominação é *rua que vai do largo grande de S. Tiago* (rua de S. Tiago) *para o largo chamado do Contador-mor*.

Ainda no século xvi encontramos a menção de uma *rua dos ferradores* (*Summario*), que é com certeza uma das mencionadas acima, visto que a topografia da freguesia, como dissemos, tem-se mantido desde séculos sensivelmente inalterada.

Além destas ruas, acham-se encorporadas na freguesia de S. Tiago as de S. Bartolomeu e de S. Martinho; as da primeira, por esta ter sido trasladada para o Beato, e as da segunda por ela haver sido encorporada na de S. Tiago.

\*

Muitos dos palácios e casas notáveis destas freguesias já foram estudados, e assim se pode considerar descrita resumidamente a freguesia de S. Tiago.



## EPÍLOGO

---

Com êste volume encerro a descrição das várias paróquias erigidas ao reinado do senhor D. Afonso Henriques, tôdas elas situadas nos bairros orientais de Lisboa. A propósito de cada uma das ditas paróquias, tive arte de ir enfeixando muitas outras notícias, que, embora mais modernas, era conveniente conservar.

Devo confessar uma coisa aos leitores que se interessem por tão laboriosa emprêsa: o método seguido não corresponde plenamente às exigências do assunto, se acaso pode achar-se método rigoroso para obra da índole desta.

A parte I, crónica do Bairro Alto, foi um balão de ensaio, nascido de circunstâncias de todo alheias ao plano geral, cuja concepção ainda não existia. Êsse volume (que já viu uma 2.<sup>a</sup> edição, desdobrado em cinco volumes), a ter o autor tencionado, já então, continuar sistematicamente os seus estudos, deveria ser o 14.<sup>o</sup> ou 15.<sup>o</sup> da colecção. Os primórdios de Lisboa, a descrição de ALÍSUBBO

e OLISIPO, deveriam ser em rigor a parte I da *Lisboa Antiga*.

Visto que assim não sucedeu, por motivos que nada interessam o leitor, e que portanto pareceria importunidade referir-lhe, como a idéia de continuar esta série de estudos, por uma forma até certo ponto cronológica, nasceu depois que a parte I corraera muitas mãos, o autor apelou para a eventualidade de uma nova edição, e nêsse caso êle, ou algum editor do século xx, homem inteligente e sagaz, refundirá o plano (para o que tem desde já carta-branca), dando-lhe a unidade que lhe falta. Então irá o leitor seguindo desde as origens prováveis desta nobre povoação, através dos sucessivos reinados, utilizando os vários pontos de partida, para nêles, como em argolões valentísimos de bronze, se irem prendendo as cadeias de notícias, que sirvam de transição entre o antigo e o moderno.

É o que se tem feito.

Assim foi, por exemplo, que tratando-se do Chão-da-Feira, coevo com os principios da monarquia, a narração prendeu nêsse ponto a história sucessiva da Feira da Ladra, a do Rossio até agora, e a das hortas do Valverde até ao Passeio Público e à Avenida da Liberdade.

Assim foi também, que, tratando-se da vetusta paroquial de S. Jorge junto à Sé, se passou daí para Santa Bárbara às Fontainhas, para S. Jorge a Arroios, e para o Caracol da Penha.

Tôdas estas matérias (é bem verdade) ligam-se estreitamente umas com as outras; todos os bair-

ros, mais ou menos, se fundem entre si; tôdas as notícias históricas de uma cidade grande e antiga formam um feltro literário inextricável. Em parte nenhuma se realiza melhor o dito de um pensador: «Tudo se acha em tudo».

Quem quizer experimentar a verdade destas asserções, escreva por desfastio a história pitoresca do seu bairro, ou sequer a da sua rua, ou até mesmo a do seu prédio, e verá onde o levam, nêste mar imenso, as correntes e contra-correntes da narrativa; conhecerá que é impossível deixar de extravasar da rua para o bairro, de um bairro para outro, e da história peculiar da capital portuguesa para o pélogo sem limites da história geral.

\*

Segundo disse, abrange a parte II da *Lisboa Antiga* as fundações lisbonenses do primeiro reinado; algumas edificadas sôbre outras fundações que já existiam em 1147, quando a espada vitoriosa de Afonso Henriques doou Lissabona ao cristianismo; outras, mais modernas, mas tôdas, segundo se crê, anteriores a 1185; a saber:

a Lisboa primitiva, a Lisboa romana, a Lisboa moira:

as suas fortificações, e a história das suas portas militares;

o seu foral, como documento primeiro da sua crónica administrativa;

a celebre albergaria do cavaleiro Paio Delgado, até ao actual Poço do Borratém :

a paróquia de SANTA CRUZ DO CASTELO ;

a Alcáçova, ou residência acastelada dos valis de Aschbouna ;

o castelo pròpriamente dito, com as suas altas tórres moiras e cristãs ;

a interessante Moiraria ;

a veneranda SÉ CATEDRAL, que é só por si um mundo ;

a propósito dela um sem-número de outros edificios ;

os paços episcopais ;

a paróquia de SANTA JUSTA, desde os seus enevoados princípios até ao seu estado actual de depósito de papel ;

no recinto dessa paróquia, o paço dos Estãos, e a ermida antiquíssima de Nossa Senhora da Escada ;

a paróquia de s. VICENTE e o seu nobre mosteiro ;

a propósito dêle as Escolas Gerais, e as igrejas de S. Tomé e de Santa Marinha ;

a paróquia de NOSSA SENHORA DOS MÁRTIRES, no antigo cemitério dos estrangeiros ;

a propósito dela, o paço dos duques de Bragança, e vários outros palácios notáveis das imediações ;

a paróquia de s. MARTINHO, e o seu paço fronteiro, hoje cadeia ;

a paróquia de s. JORGE, e as suas sucessivas mutações ;



a propósito delas o sítio de Arroios, e algumas memórias notáveis de Santa Bárbara e do Almo-cavár;

a paróquia da MADALENA;

a propósito dela a ermida do Arco da Con-solação, a porta do Ferro e suas imedia-ções;

nessas imediações, a ermida de S. Crispim e o seminário de S. Patrício dos Irlandezes;

a paróquia e o mosteiro do SALVADOR, com as suas lendas tão pitorescas;

o Chão da Feira;

a propósito dele a feira lisbonense nas suas mutações, o Rossio e o Passeio Público, até á actual Avenida;

a paróquia de s. BARTOLOMEU, e o paço histó-rico da mesma denominação;

vários outros palácios notáveis do sítio;

o convento dos Lóios; e enfim

a paróquia de s. TIAGO, cuja origem se des-conhece, mas que alguns autores consideram ser ainda fundação de D. Afonso Henriques;

tudo entremeadado de genealogias e de notícias estreitamente ligadas com a história da Lisboa Antiga e da Lisboa moderníssima.

Foram assim estudadas, pois, as onze paróquias, que, segundo a cronologia do incansável João Baptista de Castro, se achavam constituídas, ou se supõe que o devessem estar, até ao ano de 1173. Dêsse ano em diante, a primeira que se en-contra refere-se a 1200, portanto ao segundo rei-nado, ao do senhor D. Sancho I.

\*

Do exposto nos tomos publicados deduz-se facilmente quanto a idéia religiosa bafejou o berço da Lisboa de Afonso Henriques, e o muito que lhe devem os aumentos da cidade. Por todo o perímetro da primitiva Lisboa, e até por fora dele, avulta uma recordação gloriosa: a do nome do nosso primeiro rei: na Alcáçova, nos lanços da cêrca, na Sé, em S. Vicente, nos Mártires, no monte de S. Gens, em cada palmo enfim desta povoação belicosa e nobilíssima, que êle resgatou e cristianisou.

Cumprem aos municípios duas coisas:

1.<sup>a</sup>—Conservar para sempre, e ciosamente, as reliquias daquelas eras;

2.<sup>a</sup>—Erigir numa praça da nova Lisboa um padrão condigno ao colossal Afonso Henriques, unindo à sombra dele o pensamento altamente patriótico e administrativo que o desvelou, e a idéia sem a qual nada há grande, sem a qual tudo são ruínas: a idéia por que êle pugnou, e daria o seu sague: a religião.

Há pessoas que ainda confundem a *liberdade* com a *licença*: e também há que pensam que o famigerado *progresso* consiste em vilipendiar todos os padrões das eras antigas.

Desejo mostrar-lhes que também há quem pense de diverso modo.

\*

¿Está acabada a obra? — perguntam algumas pessoas.

Não — respondo eu; — não está, nem tão cedo o estaria, se chegassem a um só homem as forças para tão áspera tarefa. Pode ser que algum dia eu continue êstes tentâmes pelo mesmo sistema, seguindo às paróquias do segundo e terceiro reinados. Pode ser; mas não sei quando.

Fiz o que pude, e ofereci à minha cidade natal o meu tributo como soube. É isto o fruto de muitos anos de estudo ímprobo. Para escrever uma obra assim, não é preciso senão *paciência* e *inteligência clara*; já alguém o escreveu e imprimiu.

Engano; é indispensável outro predicado: certa bossa de *massador*, que é força reconhecer-me, e com que muito me honro.

O *massador*, nestas coisas, é o perseverante, é o incansável. O massador é aquêlê que, elevando muito alto o fito dos seus trabalhos, os empreende e prossegue só pelo gôsto de ser útil aos seus conterrâneos. É aquêlê que pospõe interêsses positivos, ou os ócios faceis de uma cidade grande, à ufanía de servir e defender de todo o coração a antigüidade, por isso mesmo que é moda insultá-la. É aquêlê, que se faz cavaleiro andante das tradições honrosas da terra que lhe deu o berço, quebra lanças por ela, pugna pelos foros dela, envelhece sôbre pergaminhos, gasta a vida em seroadas inglórias no silêncio de uma livraria, e tem a consciência de que há-de morrer obscuro, mas contente consigo. O massador é aquêlê que, depois de ter esgotado tudo quanto se pode colher em crónicas e registos ma-

nuscritos dos arquivos, se atreve às vezes a mendigar a mercê de consultar tais ou tais documentos particulares, ou de o deixarem penetrar (¡por grande favor!) em tal ou tal prédio público. Finalmente, é aquêle que, submetendo tôdas as suas faculdades ao serviço da crónica minuciosa de uma povoação interessantíssima, hoje, no período da sua quási total transformação, tem o espanto de se ver apontado a dedo, em alguns círculos, por maníaco, por inútil, por frívolo coleccionador de ninharias, por malbaratador de tempo precioso.

Isso é que é o massador; e êsse *massador* sou eu.

Seja como for. Fiz o que podia, e não me pesa o ter importunado. Com certeza que não mendiguei para mim.

Mendiguei para uma nobre e formosa desvalida, que se chama: *A Arte*.

\*

No volume seguinte, com que completarei a 2.<sup>a</sup> parte desta obra, tratarei uma série de noções precisas da antiga vida das pessoas reais portuguesas, e de saborosas etiquetas hoje esquecidas.

\*

¿Parece muito o que tenho feito?

Pois é em realidade pouquíssimo à vista do que podia e devia ser, se eu me não achasse quasi só.

Vamos porém andando, com auxilio daquele que tudo pode. Se Deus me quizer dar vida e ânimo, algum dia continuarei; se não, algum outro cabouqueiro, mais architecto do que eu, prosseguirá na obra, com a mesma traça, ou com outra. Todo o caso está em trabalhar.

Eu, por mim, trabalho, e hei-de trabalhar, neste ou noutros assuntos parecidos, repetindo sempre as palavras de D. Fernando Correia de Lacerda, na sua *Vida da Princesa D. Joanna*:

VIVER COM OS LIVROS É HABITAR COM OS MORTOS;  
E A MELHOR CONVERSAÇÃO É A DOS MORTOS.



# NOTAS





## NOTA I

DOAÇÃO DE UM PRÉDIO EM S. BARTOLOMEU  
A D. JOÃO AFONSO <sup>1</sup>

(Pág. 188)

Doaçõ a Johã affõn filho daffõnssõ sanchs duas casas q̄  
estã na ffregr̄sia de sanbtolamea de llxboa.

Don Denis pela grã dedeos Rey de Port e do Algãe A  
q̄ntos esta cta v̄lre faço sabr q̄ea Enssenbra cõ a Reina  
dona Isabel mha molhr e cõ o Infant Dom affõn nosso filho  
pmeyro hdeyro Doa o doo patodo senpe por jur derdade.  
ajhane affõn filho daffõn Sanchiz as mhas casas q̄ea ey  
naffreegasia da sanbtolamea delixboa q̄ forõ de v̄cente  
mtiz en outro tpo mea Thesoureyro nas q̄es agora moraa  
Jhõa simhõ. como p̄te essas casas cõ as casas q̄ Johã  
Simhõ hy cõproa desteaã doiz q̄ foy mea çaq̄teyro e de sa  
molhr Porẽ doa ao dtõ johe affõn as dtas mhas casas cõ

<sup>1</sup> Torre do Tombo.—Chancellaria d'el-Rel D. Diniz.

entradas e saydas, e cō todos seos ditos epteence assi como as eu el ededrō devo aaar. E mado q̄ el e seas saçessores faça delas cen clas toda sauoōtade come de ssa propa possissō. E sse algua tan bē da mha pte come doat stnha q̄i qr sobrst qsr faz demanda oa poer embargo ao dto Jhae affon oa asseos saçessores q̄ o no possã fazer e qntoihy demãdarẽ tantolhy cõponhã ẽ dobro. E rrenauço logo e tolho demĩ todo drto tanbẽ de posse como de ppedade q̄ea ey nas dtas casas e metoo logo ẽpose deias. Entestemuyō desto mãdei dar ao dto Johẽ affon esta mha cta Dãt en lixboa xvliij. dias de Julho. Eirey omando Johã Domiguiz affez. ẽ. m. ccc. i ẽ cinç. Anos.

## NOTA II

LISTA APRESENTADA AO CARDEAL-INFANTE D. HENRIQUE, DE PALÁCIOS LISBONENSES APTOS PARA NELES SE ESTABELECEER O SEMINÁRIO ARQUI-EPISCOPAL.

(Pág. 131)

No códice manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa A—4—5, intitulado *Memorias para a Historia Ecclesiastica de Portugal*, por mim examinado em 24 de Fevereiro de 1886, existe uma serie de perguntas e respostas àcerca da Sé de Lisboa, assantos sacros, fundações pias, etc. No fim da fôlha 57 trata-se da criação do seminário de Lisboa (ao que parece, e é, comquanto o período se ache trancado pelo copista); e vê-se que o anónimo colector diligentissimo de tantas notícias valiosas teve à mão uma lista, em mau iatim, de muitos palácios, mais ou menos amplos, onde era possível estabelecer-se o projectado seminário, lista que existia no cartório que esse colector examinava, e que julgo era o da Sé. Diz elle:

...«e como para a fundação que se houve de fazer do «dito Seminário se deu ao dito fundador um rol dos paiaços e sítios em que comodamente se podia erigir, nos «parece transcrever aqui a memória deles, que achámos «nos llvros d'este cartório, pela maneira seguinte :

«Primo—Palatium Episcopi Portugalens, in quo Cardinalis de Capite ferreo, dam esset Nuntias in partibus, hic inhabitavit <sup>1</sup>.

Item—Palatium Episcopi Ferdinandi de Silveira, quod est prope Ecclesiam S. Georgis <sup>2</sup>.

«Item—Palatium Camerarii majoris Regis, ibi contiguam <sup>3</sup>.

«Item—Palatium Comitis de Tentagal, contiguam Ecclesiae Sancti Jacobi, in quo habitavit Ill.<sup>mo</sup> Dominus meus Cárdenalis Infans Portugaliae <sup>4</sup>.

«Item—Palatium Dom Hieronymi, in quo Rex per multum tempus inhabitavit prope Ecclesiam S. Jacobi <sup>5</sup>.

«Item—Palatium in quo habitat Dom Ferdinandus de Castro, in quo Regina Portugaliae Inhabitavit <sup>6</sup>.

<sup>1</sup> Jerónimo Rinceno, chamado «Cabeça de Ferro», nuncio em Portugal em Janeiro de 1538.

<sup>2</sup> Creio dever ter sido o paiaço dos condes da Sortelha, próximo à demolida igreja de S. Jorge, e defronte da de S. Martinho.

<sup>3</sup> Palácio dos condes de Villa Nova de Portimão, guardas-mores da pessoa do rei, defronte de S. Martinho. Já mencionado na *Lisboa Antiga*.

<sup>4</sup> Palácio de D. Alvaro de Bragança, depois *Photographia popular*, e hoje (1937) *Policlinica e laboratório*, aelma de S. Tiago, da banda do Tejo. Já estudado na *Lisboa Antiga*.

<sup>5</sup> Palácio dos Castros do Paul de Boquilobo, na esquina da rua de S. Tiago para o largo do Contador-mor, onde esteve uma escola. Já estudado na *Lisboa Antiga*.

<sup>6</sup> Palácio contíguo ao antecedente pela banda de cima, e que foi dos antigos Castros, condes do Basto; hoje do sr. A. J. de Carvalho. Já estudado na *Lisboa Antiga*.

«Item—Palatium Federici <sup>7</sup>.

«Item—Palatium Roderici de Figaciredo, quod est contiguam palatio D. Federici <sup>8</sup>.

«Item—Palatium arcus S. Georgii, quod fuit Emmanuelis Syrni, olim factoris Regis in Flandria.

«Item—Palatium Regis situm in Castello <sup>9</sup>.

«Item—Palatium Laurentii de Souza prope Sanctam Cracem <sup>10</sup>.

«Item—Palatium Sancti Blesii, quod est Dom Antonii filii met infantis Dom Ludovici <sup>11</sup>.

«Item—Palatium portæ de Alfôfa, quod fuit Computoris majoris.

«Item—Francisci de Faria, in quo habitavit Ill.<sup>mus</sup> D. Cardinalis Infans Portugalliæ.

«Item—Palatium D. Garciae de Noronha, quod est ante Ecclesiam Sancti Crispini <sup>12</sup>.

<sup>7</sup> Visivelmente o que deu o nome ao pátio de D. Fradique,

<sup>8</sup> Palácio do pátio de D. Fradique, hoje da família Belmonte, e as armas (Figueiredo, cinco folhas de figueira em aspa) ainda lá se podem ver.

<sup>9</sup> Parte do Paço da Alcáçova; e digo *parte*, porque a família real, a-pesar-de possuir os paços da Ribeira, dos Estaos e de Santos, ainda não desamparara de todo a venda do Castelo. Haja vista ei-Rei D. Sebastião, que em 1571 lá morou, e a grande infanta D. Maria, que aí veio a falecer em 10 de Outubro de 1577, tendo a sua casa ao Campo de Santa Clara. Da Alcáçova já tratou minuciosamente a *Lisboa Antiga*.

<sup>10</sup> Palácio dos avós dos condes de S. Tiago de Beduído, no recinto do Castelo, junto a Santa Cruz (edifício hoje desconhecido).

<sup>11</sup> Moraria o prior do Crato no palácio que veio a ser da família Salter de Mendonça (viscondes de Azarara), de frente da Igreja de S. Braz da Ordem de Malta, ou seja Santa Luzia?

<sup>12</sup> Depois, convento provisório dos carmelitas descalços; depois, Seminário dos Irlandeses; e hoje Asilo das Irmanzi-

«Item—Palatium D. Odoardi de Almeida, quod subtam est.

«Item—Palatium in quo habitavit Lucas Giraldi <sup>13</sup>.

«Item—Palatium Laurentii de Soasa forreri (*sic*) majoris, ibi contiguam <sup>14</sup>.

«Item—Palatium Nanii da Canha, olim Vice Regis Indiæ, ad Petras nigras.

«Item—Palatium Regis Platea, vulgariter Estaos <sup>15</sup>.

«Item—Palatium quod est supra Ecclesiam Magdalenæ, in quo habitavit Episcopus Capellanus major».

Ora sendo a fundação do seminário em 1566, claro está que se reportam a prazo pouco anterior estas preciosísimas indicações.

---

nhas dos pobres, nas escadinhas de S. Crispim; tudo já descrito na *Lisboa Antiga*.

<sup>13</sup> Lucas Giraldi era um rico mercador florentino domiciliado em Lisboa ¿Onde morava?

<sup>14</sup> Palácio dos Sosas, aposentadores-mores, comendadores de Alfalates, avós da casa de S. Tiago de Bedaido.

<sup>15</sup> Paços dos Estaos, no Rossio, então desabilitados. Já descritos na *Lisboa Antiga*.



## BIBLIOGRAFIÄ





## LISTA

DAS PRINCIPAIS OBRAS CONSULTADAS PELO AUTOR DÊSTE VOLUME,  
AFÓRA OUTRAS JÁ CITADAS NOS VOLUMES ANTERIORES.

Azarara (Gomes Eanes de)—*Chronica do Conde D. Pedro de Menezes*. No vol. II dos *Ineditos* da Academia.

Barros.—Vidé *Gama Barros*.

Brito (Frei Bernardo de)—*Elogios dos Reis de Portugal*.

Cá Masser (Leonardo da)—*Relazione alla Serenissima Repubblica di Venezia sopra il commercio dei Portoghesi nell'India dopo la scoperta del Capo di Buona Speranza (1497-1506)*. No tom. XXII da coleção intitulada *Archivio Storico Italiano*.

*Cancioneiro d'Evora*—Vidé *Hardung* (Victor Eugénio).

Duarte (El-Rei o senhor D.)—*Leal conselheiro, o qual fez Dom Duarte pela graça de Deos Rei de Portugal e do Algarve, e Senhor de Ceuta, a requerimento da muito excellente Rainha Dona Leonor sua mulher; seguido do livro da ensinança de bem cavalgar toda sella, ... precedido de uma introdução, illustrado com varias notas... do ... Visconde de Santarem; fielmente trasladado do manuscripto contemporaneo que se conserva na Bibliotheca Real de Pariz; revisto, addicionado com notas... e impresso á custa de J. I. Roquete, Presbytero*. Pariz, 1842, 1 vol.

*Elemento da civilidade e da decencia*, 2.<sup>a</sup> edição, correcta e emendada. Lisboa, 1801, 1 vol.

Estaço (Gaspar)—*Varias antiguidades de Portugal*. Lisboa, 1625, 1 vol.

- Gama Barros (Henrique da)—*Historia da Administração Publica em Portugal nos seculos XII a XV*, tom. I, Lisboa, 1885, 1 vol.
- Hardung (Victor Eugénio)—*Cancioneiro d'Evora publié d'après le manuscrit original*, 1875, 1 folheto.
- Marquez Soares (José)—*Divertimento de estudiosos*.
- Masser—Vidé *Cá-Masser*.
- Mendanha (D. Francisco de—, (prior do mosteiro de S. Vicente de Lisboa)—*Descripçam e debuxo do moesteyro de sancta Cruz de Coimbra*. Tradacção do original latino por D. Veríssimo, cónego do mesmo mosteiro de S. Vicente, *Coninbrie* (sic) *apud cænobium diuæ Crucis*. Anno Domini M. D. XLI.
- Nogueira (José Maria Antonio)—*Hospitaes de Lisboa*. Artigo no *Jornal do Commercio*, de 27 de Julho de 1865.
- Porto-Seguro (Visconde de—, Francisco Adolfo de Varnhagem)—*O livro das cantigas do Conde de Barcellos*.
- Rodrigues Lobo (Francisco)—*A Côte na aldeia*.
- Simões (Augusto Filipe)—*A exposição retrospectiva de arte ornamental portugueza e hespanhola em Lisboa*. Lisboa, 1882, 1 vol.
- Sousa (D. António Caetano de)—*Memorias sepulchraes, que para beneficio da Historia de Portugal... offereceu á Academia Real*. Mss. que pertenceu ao cardeal Saraiya, depois ao sr. conselheiro Deslandes.
- Sousa (Frel Luiz de)—*Vida do Arcebispo*.
- Sousa Monteiro (José de)—*Um serão Real*, artigo no jornal lisbonense *O Reporter*, de 9 de Outubro de 1888.
- Varnhagem—Vidé *Porto-Seguro* (Visconde de).
- Vasconcelos (Padre Simão de)—*Chronica da Companhia de Jesus no Estado do Brazil*.
- Vila-Franca (Conde de)—*D. João I e a alliança ingleza*, 1 vol.; — *D. João II, drama*, 1 vol.
- Villalba y Estaña (Bartholomé de—, donzel velho de Xérica)—*El pelegrino curioso, y grandezas de España*. Publicalo la Sociedad de Bibliofilos españoles. Madrid, 1889, 2 vols.

## NOTAS, ADITAMENTOS E CORRECÇÕES AOS VOLUMES ANTERIORES

Quando se resolveu proceder a esta 2.<sup>a</sup> edição da *Lisboa Antiga*, a Câmara Municipal fez um apêlo a todos os que tivessem quaisquer observações ou correcções a fazer ao texto da 1.<sup>a</sup> edição, para comunicá-las à pessoa que por ela estava encarregada de olhar pela revisão e publicação da obra.

Apenas um ou outro mais diligente apresentou as suas objecções a tempo de poderem ser inseridas no corpo dos volumes, e de escusarem futuras rectificações.

Em compensação, depois de apparecidos os volumes no mercado, vários leitores suggeriram reparos aos assuntos tratados, revelando não só interesse, mas um exame mais profundo, e o desejo de restabelecerem a verdade nos pontos falhos ou incorrectos da obra do autor, ou do seu anotador.

Por carta ou vocalmente recebemos as anotações e correcções que constam das NOTAS que seguem, e deixamos aqui consignado aos seus signatários e muito amáveis informadores, o agradecimento que não é só nosso, mas de todos aqueles que se interessam pela publicação da obra de Júlio de Castilho.—A. V. S.

## VOLUME I

(Pág. 93, linha 19)

*Ossonoba* é Milreu (Estoi) e não Faro.

(Do sr. Ludovico de Menezes, in *Bazar das Letras, das Ciências, das Artes*, ano III, n.º 3, de 4 de Março de 1938.)

(Pág. 178)

A inscrição desta página está evidentemente errada. Entre as palavras *juveni* e *vix* deve colocar-se a palavra *qvi*, o que tornará a frase inteligível. Ficará

PUBLIO CLODIO JUVENI QVI VIX

Públio Clódio Júnior (que) viveu setenta anos.

(Pág. 240)

*Casa dos Miras*. Não ficava, como diz o autor, na ilha confinada entre a rua do Arco do Mira, a da Amargura, o adro da igreja de S. Bartolomeu e a rua de Jerusalém.

A casa dos Miras era situada ao longo da rua do Arco do Mira, que lhe ficava por baixo, tendo a fachada poente no sítio da frente ocidental do prédio da rua da Saúde, que no local da mesma casa foi construído depois do terremoto de 1755. A' sua frente, da banda ocidental, ficavam

os jardins do palácio, hoje ocupados por uma fábrica de escôvas, vassoaras e pincéis, de Augusto Afonso Bastos. E' dentro desta fábrica, e inferiormente ao prédio que deita sôbre a rua do Milagre de Santo António, que está a vulgar cisterna, tão celebrizada pelas lendas inventadas no 3.º quartel do século XVIII, e exploradas pelos escritores do século immediato.

Veja-se a planta em frente da pág. 82 do presente volume.

## VOLUME II

(Pág. 38)

«Cinta de muralhas suevas (hoje o muro das Monjas de Santa Clara, no Codeçal).»

Rectificação. O maro das monjas não existia ainda no tempo de D. Afonso Henriques, pois que foi levantado por D. Fernando I. Esse maro nada tem que vêr com a muralha saeva.

(De um tripeiro maduro X, em bilhete postal de 5 de Julho de 1935.)

## VOLUME III

(Pág. 202)

O período que começa «Ao falecer... e termina em... Senhora da Misericórdia», deve ser corrigido da seguinte forma:

A infanta D. Beatriz aforou, ainda em sua vida, por carta de 13 de Agosto de 1499, a quinta de Belas a Rodrigo Afonso, do concelho de el-Rei D. Manoel, e vedor da fazenda da infanta, e aos que dele descendessem, pelo fôro de 40.000 reais brancos, enquanto ela fôsse viva, e revertendo o fôro a favor da abadessa e donas do mosteiro de Nossa Senhora da Conceição da vila de Beja, depois do seu falecimento. O pagamento devia fazer-se pela Páscoa e S. João, a começar no dia de Páscoa do ano de 1500.

(Do dr. Fausto José Amaral de Figueiredo, em carta de 19 de Fevereiro de 1937).

(Págs. 205, 207 e 211)

Estêvão Correia não foi *terceiro*, mas sim *segundo* filho de Rodrigo Afonso de Atoaguia, e não possuía o senhorio de Belas.

Além de Pero Correia, foi também seu irmão um Cris-tóvão Correia, que teve um filho Francisco Correia, saces-sor daquele seu tio, e portanto 3.º senhor de Belas.

De Francisco Correia foi filho Manaei Correia, e por isso 4.º senhor de Belas.

Êste faleceu deixando uma filha de nome Ana.

Suscitaram-se dúvidas a quem devia pertencer o morgado de Belas, que era reivindicado por Francisco Correia de Menezes, alegando ser descendente do instituidor Rodrigo Afonso, seu bisavô. O juiz da sentença favorável a D. Ana, que no decurso da causa faleceu, vindo afinal, depois de várias vicissitudes, a proferir-se sentença a favor do mencionado Francisco Correia de Menezes, que veio a ser o 5.º senhor de Belas (e não o 4.º, como se diz no texto). Sua filha D. Maria da Silva foi a 7.ª senhora de Belas, (e não a 6.ª, como se vê na pág. 207).

Esta senhora D. Maria da Silva, casada com D. António de Castelo Branco, foi avó (e não *tia*, como vem na pág. 211), de D. António de Castelo Branco da Cunha, 2.º conde de Pombeiro.

(Do dr. Fausto José Amaral de Figueiredo, em carta de 19 de Fevereiro de 1937. Estas rectificações, bem como as da nota anterior, foram baseadas na obra *Informação de Direito*, etc., por Fernão Rodrigues Lobo Soropita, impressa em 1597.)

(Pág. 268)

A anedota sôbre o *pícaro*, de que se faz menção no texto e na nota (1), refere-se à mesma pessoa.

D. Francisco de Melo, 2.º marquês de Ferreira e 1.º conde de Tentugal, teve, além de outros filhos, o primogénito D. Rodrigo (e não D. Diogo) de Meio, que morreu na batalha de Alcácer-Quibir.

O facto é também contado na *Hist. Gen.*, tom. x, 1743, pág. 203.

(Do dr. António dos Reis Silva Barbosa, em carta de 26 de Outubro de 1935.)

(Pág. 280, nota 3)

«Olaria do Largo das Olarias, de Bernardo A. Martins; não a vejo.»

Esta olaria, mencionada como existente em 1849, passou, poucos anos mais tarde, para um tal Manoel do Pôrto, que por sua vez a trespassou, aí por 1870, a João Pedro Lopes, natural de Extremoz, o qual desenvolveu bastante a indústria, tanto na secção de faianças e azulejos, como na de barro vermelho do tipo Extremoz. Em 1890 o fabricante resolveu restringir o seu fabrico às louças de barro vermelho, entre as quais as da afamada tradição alfacinha.

Em 1896, por invalidez do seu proprietário, tomou conta da gerência seu filho José Pedro Lopes, que continuou a explorar principalmente o ramo de cerâmica tipo Extremoz, e cujo elevado gosto artístico se evidenciou por ocasião da comemoração do Centenário da Índia, havendo a sua fama atingido os mercados de África e Brasil, para onde chegou a fazer relativa exportação.

Pelo precário estado de saúde do seu director, a fábrica começou a declinar, acabando por encerrar as suas portas em 1903, e assim se extinguiu o fabrico dos interessantes e populares pucarinhos e outros objectos de barro, que a tradição diz ter sido implantada desde o princípio da monarquia, no sítio das Olarias.

Ficava situada esta olaria num prédio propriedade dos herdeiros de Manuel Macário de Figueiredo, com entrada principal pelo n.º 11 do Beco das Olarias, em frente da travessa do Jordão, e também pelo largo das Olarias, pelos n.ºs 18 e 20, um pouco retirada da via pública, tendo por isso passado despercebida ao visconde de Castilho. Hoje esse recinto tem outras aplicações.

Com excepção da Fábrica de Cerâmica do largo do Intendente, tôdas as fábricas mencionadas pelo autor deixaram de existir, sendo a última a do largo das Orlas, de que acima tratámos, e a penúltima a da calçada de Agostinho de Carvalho.

(Do sr. Alfredo Pedro Lopes, em carta de 27 de Janeiro de 1938).

#### VOLUME IV

(Pág. 257)

O palácio dos condes de Castelo Melhor ficava de facto ao sul da actual rua dos Condes, como se diz no texto, com acesso, quando o autor escrevia (por 1885) por um pátio de alagadores de carruagens fanebres, cuja porta tinha então o n.º 131, que corresponde actualmente ao n.º 113. O local do palácio deve ser o ocupado hoje com o prédio da esquina da rua dos Condes para a rua Eugénio dos Santos, e talvez também toda ou parte do ocupado pelo teatro Politeama e cinema Olímpia. O tal pátio, porém, não era o *do tronco*, que ficava e fica ao norte da rua dos Condes, com entrada pelo n.º 135 da rua Eugénio dos Santos, em terreno que pertencera à Casa Ericeira.

(*Estampa em frente da pág. 262*)

Onde se lê, no título «*palácio de Damião de Aguiar*», deve ler-se: *palácio de Manuel Lopes do Lavra*.

(Pág. 265)

O palácio construído por Damião de Aguiar é efectivamente o dos Povooides, de que se trata na pág. 265.

Damião de Aguiar arrematou por 2.400\$000, em 1583, casas, quintais e cercas, na rua direita da Anunciada, fora da porta de Santo António, bens que ficaram por falecimento do dr. Manuel Aives e de sua mulher Inês Casada. Parece que reformou as casas e as instituiu em morgado, e o 1.º



marquês de Povolide, que aí nasceu em 23 de Junho de 1655, fez também neias obras muito importantes, de melhoria e de reparações.

(Do sr. Bernardino José Coatinho de Carvalho, em cartas de 3 e 19 de Março de 1936).

*(Estampa em frente da pág. 268)*

Devem suprimir-se no título as palavras: «*Damião de Aguiar, mais tarde*».

## VOLUME VI

*(Págs. 97 e segs.)*

Sobre o caso da imagem de Santo António deve haver grossa patranha, porque:

1.º Beckford nasceu em 29 de Setembro de 1760;

2.º Beckford residia efectivamente em Monserrate, não como proprietário, mas como inquilino, em 1794 ou 1795. O dono era um mercador chamado Gerardo de Visme.

Não é portanto possível que mandasse fazer a estátua em Roma quando tinha 3 anos de idade. Pode admitir-se a hipótese de a data estar trocada, e ser 1793 e não 1763, tanto mais que êle em 1792 esteve em Milão. Mesmo assim não é crível, porque êle em 1793 não era proprietário de Monserrate, e não podia advinhar (em Roma) que havia de vir a residir na linda propriedade cerca de meio ano mais tarde.

Resta ainda uma hipótese: a de Beckford, residindo em Monserrate, mandar fazer em Roma a imagem. Nesse caso eia só poderia ter sido esculpida em 1794 ou 1795. ¿ Como explicar então a circunstância da inscrição ser redigida em português? É certo que o facto da imagem ter aparecido à venda em Londres pode induzir a suspeita de poder ter estado em Fonthill (solar de Beckford), para onde teria ido com êle. Mas, sendo assim, como explicar a

seguinte passagem de uma carta datada de 3 de Dezembro de 1785, de Badajoz, mas só publicada (com nova redacção, segundo o próprio Beckford) em 1834 :

*The choristers (da catedral de Badajoz) still retain the same dress in which St. Anthony is represented in the picture which hung by the miraculous cross he indented (na escada da torre sui da Sé de Lisboa) when flying the persecutions of Stan.*

Se Beckford possuisse um Santo António vestido de menino de côro, e o tivesse em grande estima ¿ Não seria mais natural que lhe fizesse referênciã, em vez de aludir ao quadro que estava pendurado junto da cruz milagrosa?

(Do sr. Mário de Sampayo Ribeiro, em carta de 1 de Dezembro de 1936).

(Págs. 135 e 209)

As duas inscrições da sepultura do arcebispo D. Pedro de Noronha, transcritas nas páginas mencionadas, são duas leituras do mesmo epitáfio, interpretadas por autores diferentes, e coligidas pelo visconde de Castilho para a 2.ª edição da sua obra, sem notar, como nós, que se tratava da mesma pessoa. Estes casos são muito freqüentes nas obras de autores antigos, como o próprio visconde faz observar na nota de pág. 161 do mesmo volume.

A data do faiecimento do arcebispo é 12 de Agosto de 1452, como se vê no tomo III do *Mappa de Portugal*, de J. Baptista de Castro, ed. de 1763, pág. 128.

## VOLUME VII

(Págs. 135 e 139)

A segunda lápida mencionada na página 139 deve ser a da sepultura do desembargador Luiz de Araújo de Barros, mencionada pelo autor a pág. 135, como existente no século XVII, mas que se vê que ainda lá permanecia em 1886,

quando Castilho escrevia. Faltam na 1.ª linha as letras «S<sup>A</sup>»; e na 2.ª: «DE BARR».

(Do sr. Mário de Sampaio Ribeiro, em carta de 27 de Abril de 1837).

(Pág. 148)

O ano do falecimento do infante D. Manoel, filho do rei D. Pedro II, foi 1766.

(Observação do sr. Ernesto Soares no seu estudo sobre *O Infante D. Manuel*, Lisboa, 1937, pág. 40).

(Pág. 237)

De um documento das casas dos srs. Azevedo Coatinho consta que *detraz da capela-mor de Santo Estêvão está um arco que chamam do «chanceler», por serem estas casas de Simão Gonçalves Preto, chanceler-mor que foi deste reino, sobre o qual arco está feita uma casa com sua janela de grades para a rua, a qual casa, com o chão por baixo do arco, eram foreiros à igreja de Santo Estêvão, como constava dos livros dos foros, a fl. 89 v.*

Êste Simão Preto foi chanceler-mor de el-Rei D. Sebastião, como consta da *Hist. Gen.*, tomo III, pág. 621, e vê-se que era proprietário das casas por cima do arco de Santo Estêvão. Ficamos pois hesitantes sobre qual foi o chanceler que legou o nome ao beco e ao largo, com entrada por baixo do passadiço do palácio; se êste, se Pedro Salgado, como se diz no texto.

Êste palácio, desde alguns séculos, pertence à família Correia da Franca, e por ocasião do terremoto, que causou nêle alguns destroços, era propriedade de D. Helena Josefa da Franca, casada com Felício Xavier da Silva. Tiveram:

José António Correia da Franca, que casou com D. Te-reza Germana Maria da Franca; destes foi filho:

António José da Silva Galvão Correia da Franca, casado com D. Maria da Madre de Deus Pereira de Lacerda, que não tiveram filhos. Esta senhora sobreviveu a seu marido, e faleceu em 9 de Novembro de 1847, deixando a casa em

testamento ao dr. Luiz da Costa de Azevedo Coutinho, filho de um seu sobrinho João António de Azevedo Coutinho.

Por falecimento do dr. Luiz de A. Coutinho passa a casa a seu filho, o almirante Pedro de Azevedo Coutinho, seu actual (1938) proprietário.

(Do sr. Pedro de Azevedo Coutinho, em carta de 24 de Junho de 1937).

#### VOLUME IX

(Pág. 246)

Depois da saída das *Irmãsinhas dos Pobres*, que estavam no *seminário* das escadinhas de S. Crispim ao tempo em que o autor escrevia (1889), para se instalarem em edificio próprio no alto de Campolide, casa confiscada mais tarde pelo Governo Provisório da República, foi aquêlê estabelecimento aproveitado para colégio de meninas, com internas, semi-internas e externas, pelas irmãs de S. José de Cluny. Daí foram estas expulsas depois da revolução republicana de 1910, e o edificio confiscado pelo Governo, que installou nêlê, entre outros serviços públicos, a Tutoria da Infância.

(Do *Bazar das Letras, das Ciências e das Artes*, suplemento literário de *A Voz*, de 5 de Novembro de 1937).

#### VOLUME X

(Pág. 66, nota 4)

*Hoje já lá não existe nenhum* (chapeleiro).

Deverá acrescentar-se: no lado occidental da praça. No lado oriental ainda existem três lojas: Chapelaria Azevedo Rua, L.<sup>da</sup>, nos n.ºs 69, 72 e 73; Idem, de Arnaldo Perelra, nos n.ºs 117 e 118; Chapelaria Paris, L.<sup>da</sup>, nos n.ºs 119 e 120.

# ÍNDICES

do

Vol. 11.º da 2.ª parte



# ÍNDICE

ANTÓNIO JOSÉ VIALE (apontamentos fugitivos) . . . . .	Págs. 7
---	------------

## LIVRO I

---

Igreja Paroquial de S. Bartolomeu  
Paço de S. Bartolomeu  
Palácio dos condes de Tentugal  
Outros palácios da freguesia  
O convento de S.<sup>to</sup> Eloi

### CAPÍTULO I

Começa-se a análise da Igreja velha de S. Bartolomeu. — A memória mais antiga deste templo em 1168. — A Igreja parece ter sido capela real. — Instituição de uma capela neste templo em 1308. — Vista da Igreja primitiva, segundo Bráulio. — Opiniões de José Maria António Nogueira, e de Vilhena Barbosa. — Computações estatísticas. — Reedificação da igreja em 1755. — Uma casa de Pedro da Alcáçova. — Ruína com o ter-

remoto. — Foge o pároco com a paróquia para o sítio do Cardal. — No Cardal morava o padre João de Loureiro. — Cita-se Nicolau Toentino. — Transferências da paróquia para a travessa da Verónica, até ser passada para a igreja dos Lolos em Xabregas.....	59
--	----

## CAPÍTULO II

Transferência da sede da paróquia de S. Bartolomeu, para o extinto convento dos agostinhos, do Grilo, em 1836. — Ai se encontra hoje com o título de S. Bartolomeu do Beato. — Exame minucioso da actual igreja. — Alfaias. — Reglamentos paroquiais. — Visita ao antigo recolhimento .....	70
---	----

## CAPÍTULO III

Volta o autor com os seus leitores à antiga freguesia de S. Bartolomeu do Castelo. — As fiandeiras de S. Bartolomeu. — A rua do Seminário. — Analiza-se êsse antigo seminário, denominado de Santa Catarina. — Elogio ao ensino dos eclesiásticos em geral, e muito especialmente ao dos jesuitas. — Estado do prédio onde funcionou o antigo seminário no século xvi.....	79
--	----

## CAPÍTULO IV

Entra como assanto neste capítulo o célebre paço de S. Bartolomeu. — Passadiço da igreja da mesma invocação para o paço fronteiro. — ¿ Quem fundou êste paço ? seria el-Rei D. Afonso III ? — É êste soberano quem fez Lisboa capital do reino. — Dúvidas sobre quem fundou o paço de S. Bartolomeu. — Uma doação	
---	--



de ei-Rei D. Denis a sea neto D. João Afonso.  
— Examinam-se documentos. — Habita ei-Rei  
D. Denis num paço defronte de S. Bartolomea...

Págs.

84

## CAPÍTULO V

Nos últimos anos do século xv habitava no paço de S. Bartolomea a rainha D. Leonor. — Uma asserção de Damião de Góis. — Descendência de D. João Afonso; conjectara-se que nessa descendência ficasse a herança d'ele. Verifica-se porém que o prédio foi comprado por D. Manuel, e doado a sua irmã D. Leonor. — Atreve-se o autor d'este livro a apresentar a identidade do paço de S. Bartolomea e do de Santo Eloi. — Provas em que se fanda. — Estada-se, como reforço à argumentação, outro palácio visinho da igreja de S. Tiago. — Pertenceu aos Castros, senhores do Paál de Boquilobo .....

92

## CAPÍTULO VI

Apresenta-se aos olhos do leitor um caso interessante de 1512. — Justiça de ei-Rei D. Manuel...

103

## CAPÍTULO VII

ADVERTÊNCIA PRÉVIA. — ¿Que veio provar a anedota do capítulo antecedente? — A casa da esquina da rua de S. Tiago para os Lolos, habitada hoje (1889) pelo sr. Cunha Pôrto. — Examina-se esse vetustíssimo prédio. — Vestígios de um passadiço para a demolida igreja de Santo Eloi. — Palavras de frei Francisco de Santa Maria. — Nessa casa devia ter sido o paço de S. Bartolomea e Santo Eloi. — A rua das Damas.

114

## CAPÍTULO VIII

- Examina-se, e compara-se com os documentos já apresentados, um desconhecido manuscrito da Biblioteca Nacional.—Palácio de D. Jerónimo de Castro.—Palácio contíguo dos antigos condes de Basto.—D. Fernando de Castro.—Uma residência de el-Rei D. João II..... 130

## CAPÍTULO IX

- Percorrem-se com muito trabalho sucessivas residências da rainha D. Leonor e de seu marido, de 1491 em diante até 1500.—Casamento do duque de Bragança D. Jaime no paço de Santo Eloi.—Recapitulação do exposto, e conclusões. 135

## CAPÍTULO X

- Com toda a probabilidade, neste palácio de Santo Eloi faleceu a rainha D. Leonor.—De 1525 em diante não se sabe o destino que levasse o prédio.—Em 1721 pertencia aos Machados das Laranjeiras.—Trinta anos depois pertencia à família Pery de Lindc.—Investigações genealógicas acerca desta estirpe.—Instituição de um seu vínculo, de que ficou sendo cabeça urbana este palácio.—Rápida descrição do seu estado actual.—Inquilinos d'ele desde 1819.... 145

## CAPÍTULO XI

- História do prédio contíguo ao palácio acabado de anallzar.—*Post-scriptum* aos capitulos antecedentes ..... 164

## CAPÍTULO XII

Mais habitantes ilustres da freguesia de S. Bartolomeu. — A duquesa de Bragança, D. Isabel. — Os condes do Vimieiro. — O conde do Vimioso, D. Luiz de Portugal. — Mencionam-se uns antiqüissimos capiteis apparecidos no Jardim do dr. Xavier da Cunha, a S. Bartolomeu. — A propósito disso tudo, faia-se noma venerávei cadeira seiscentista de coiro lavrado..... 171

## CAPÍTULO XIII

Analiza o autor três paláelos da rua de S. Tiago. — Começa pelo que hoje tem o n.º 9. — Examina-se os títulos do prédio. — O «senhor D. Álvaro», avoengo da Casa do Cadavai. — Alguns traços da sua biografia. — Casamento dele com D. Feiipa de Melo. — Pertence ao casal o palácio de S. Tiago. — Herda-o D. Rodrigo, 1.º conde de Tentugal e 1.º marquês de Ferreira. — Por morte dêste, herda-o D. Constantino de Melo. — Habita aquí o cardeal D. Henrique..... 186

## CAPÍTULO XIV

Por morte de D. Constantino, em 1607, herda o prédio D. Brites de Castro, sua viúva. — Avaliação em 1614. — Enumeram-se os filhos da nobre viúva. — É vendido o prédio de S. Tiago a António da Gama Lobo Pereira, em 1619. — Conjectura acérea de uns antigos azulejos de uma sala do palácio. — É sabrogado êste ao vínculo de António da Gama. — Passa a herdar o vínculo D. João de Cáreme Lobo, neto de António. — Vende êste D. João o prédio de S. Tiago, a Álvaro Ferreira de Macedo. — Desavenças

Judiciais terríveis e Inconciliáveis entre Álvaro e D. João .....

Págs.

195

## CAPÍTULO XV

Mada-se completamente a cena.— Marcos Vieira e Maria da Silva instituem em 1729 morgado dêste prédio histórico de S. Tiago.— João Vieira da Silva, filho dos instituidores.— Casa com D. Josefa Jcaquina da Fonseca.— Filha deles, D. Maria Catarina da Silva Vieira, casa com Francisco Manael da Costa Quintela.— Segue-se-lhes o filho, José Inácio da Costa Quintela.— Quem eram êstes Quintelas.— Passa o prédio à familia Sande Salema.— Passa finalmente, por compra, a Eagério Rastan .....

212

## CAPÍTULO XVI

Analisa-se agora um prédio contíguo ao antecedente.— D. Mariana da Cunha de Castelo-Branco e Manuel da Cunha Soares, os mais antigos possuidores que os títulos denunciam.— Ê-lhes penhorada a propriedade, e passa por sucessivas mãos até ao actual possuidor, o sr. António das Neves Martins .....

219

## CAPÍTULO XVII

Analiza-se agora o outro prédio contíguo para a banda do poente.— Foi também pertença do casal de Manael da Cunha Soares.— Pelo casamento de uma filha dêste, D. Luiza Maria da Cunha, entra o prédio na posse dos Cabedos de Setúbal.— Ê vendido em 1866 ao sr. António das Neves Martins .....

227

## CAPÍTULO XVIII

O convento de Santo Eloi ou dos Lóios.— O livro do padre Francisco de Santa Maria: *O Ceo aberto na Terra*.— O livro de Henrique Loureiro: *O Político do Convento de Santo Eloi*.— Fundação do bispo D. Domingos Anes Jardo.— Entrega do hospital aos *Bons Homens de Vilar*.— Capela da Senhora do Vale.— Igreja reformada pelo arcebispo D. Jorge da Costa.— Reconstituição da planta da nova Igreja por Henrique Loareiro.— Conjectura deste escritor sobre os trípticos de S. Vicente.— Túmulo da Infanta D. Catarina; suas vicissitudes.— Outras capelas da Igreja; seus coros.— Nova Igreja construída nos fins do século xvii.— Seu projecto.— Reconstituição da planta por Henrique Loareiro.— Nova situação do túmulo da infanta e do bispo D. Domingos.— Outros edificios do convento.— Terrenos de caltara do convento; o que são hoje.— Rainas produzidas pelo terremoto de 1755.— Destino do convento depois de 1834.— Lindos panoramas que se disfrutam do local do ex-convento.....

233

## LIVRO II

## A Freguesia de S. Tiago

## CAPÍTULO ÚNICO

ADVERTÊNCIA PRÉVIA.— Apologia de S. Tiago.— Anedota a propósito da pintura de S. Tiago no tecto da Igreja.— Antiguidade da Igreja.— Anexação

de outras freguesias à de S. Tiago. — Descrição do templo. — Enumeração das suas capelas e invocações. — Capela de Nossa S. <sup>a</sup> a Franca. — Cipo romano que existia no adro. — Ermida de S. Braz ou de Santa Luzia. — Sua descrição e sepulturas que nela existiam. — Miradouro de Santa Luzia e monumento do autor da <i>Lisboa Antiga</i> . — Ermida de S. Felipe e S. Tiago. — Ruas da freguesia, seus nomes, antes e depois do terremoto de 1755. — Palácios notáveis.....	253
---	-----

## NOTAS

Doação de um prédio em S. Bartolomeu, a D. João Afonso .....	285
Lista apresentada ao cardeal-Infante D. Henrique, de palácios lisboenses aptos para nees se estabelecer o seminário arqui-episcopal.....	286

## BIBLIOGRAFIA

Lista das principais fontes consultadas pelo autor d'êste livro, além de outras já mencionadas nos volumes antecedentes.....	293
--	-----

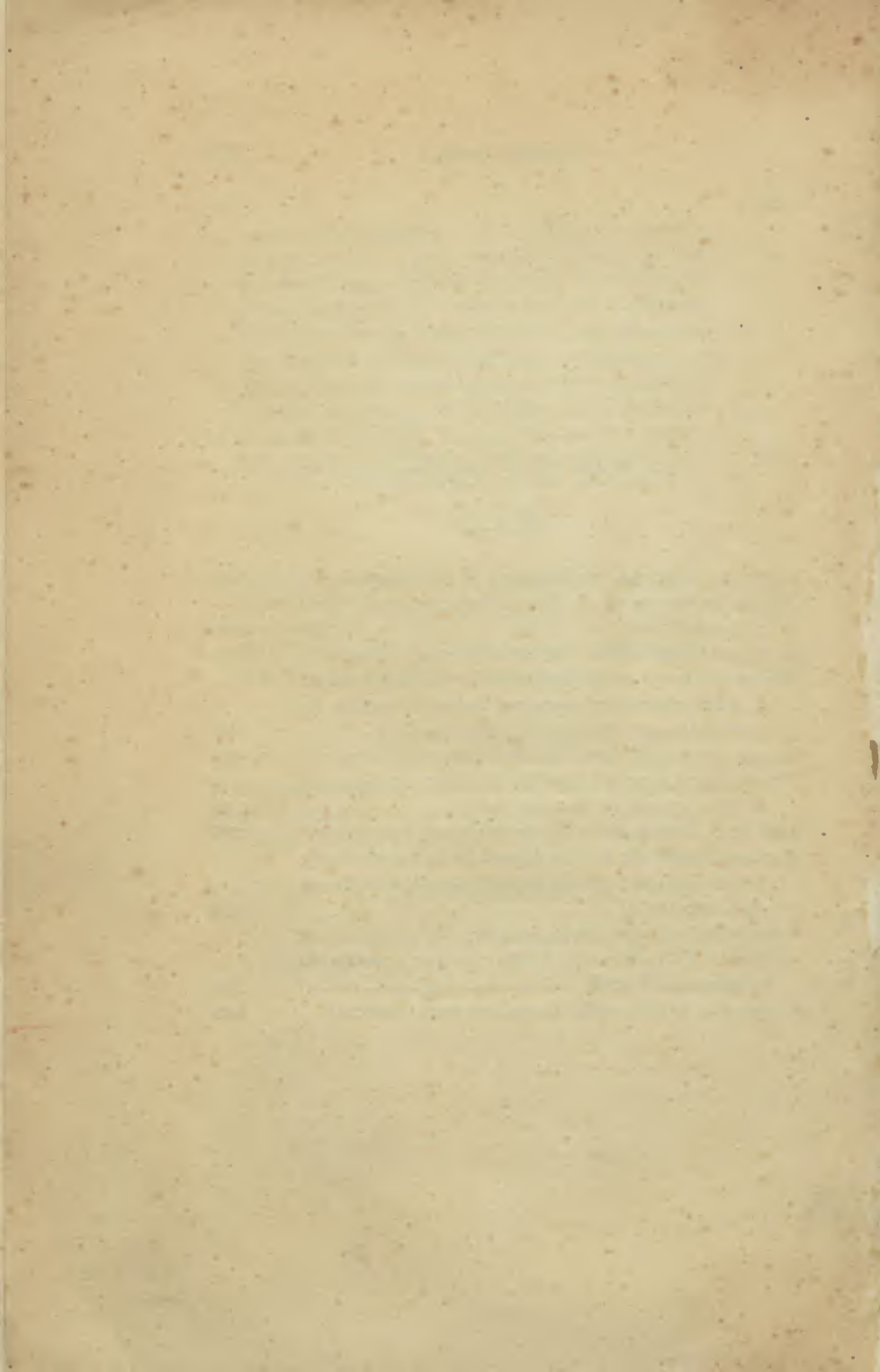
NOTAS, ADITAMENTOS E CORRECÇÕES AOS VOLUMES ANTERIORES .....	295
--	-----



## Índice das estampas

---

Largo da Duquesa, no Lamiar ( <i>no frontespício</i> ) ..	
Planta da igreja de S. Bartolomeu, segundo Carvalho da Costa .....	64
Igreja paroquial de S. Bartolomeu, em Xabregas..	70
Planta do terreno da freguesia de S. Bartolomeu e suas circumvisinhanças, antes e depois do terremoto de 1755.....	82
Largo dos Lóios, visto do nascente para poente ..	116
Planta (aproximada) das imediações do Chão da Feira e igreja de S. Bartolomeu.....	126
Rua de S. Tiago, vista do poente para o nascente .	186
Reconstituição da planta da igreja do convento de Santo Elói, depois das obras do cardeal D. Jorge da Costa (1474) .....	239
Reconstituição da planta da igreja do convento de Santo Elói, segundo devia ser por ocasião do terremoto de 1755 .....	244
Largo dos Lóios, visto do poente para nascente ..	248











NB



\*EFG0000084917\*